

Débora Raquel Hettwer Massmann
Carolina Barbosa Lima e Santos
Élyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitório
Kall Lyws Barroso Sales
Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires
Jessica Mayara Bernardo da Silva
Lucas Santos de Assis
Thaina Evellyn Martiniano Alexandre
Taciana Gacelin Oliveira
Érika da Silva Santos (Orgs.)

TEXTOS COMPLETOS

Entre linguagens, o mundo

III ENCONTRO INTEGRADO DE
TRABALHOS ACADÊMICOS EM
ANDAMENTO (EITA)



EDITORA
phillos.
ACADEMY

Secretaria de Estado
da Cultura e
Economia Criativa



FAPEAL
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA
DO ESTADO DE ALAGOAS

35 ANOS
PPGLL
UFAL



fale



EDITORA
phillos.
ACADEMY



Entre linguagens, o mundo

TEXTOS COMPLETOS

III Encontro Integrado de Trabalhos
Acadêmicos em Andamento (EITA)



DIREÇÃO EDITORIAL: Willames Frank

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0. https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/ed.pt_BR

2020 Editora PHILLOS
ACADEMY
Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.
Goiânia-GO

www.phillosacademy.com
phillosacademy@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M418c

MASSMANN, Débora Raquel Hettwer; SANTOS, Carolina Barbosa Lima e; VITÓRIO, Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar; SALES, Kall Lyws Barroso; RAMIRES, Lídia Maria Marinho da Pureza; SILVA, Jessica Mayara Bernardo da; ASSIS, Lucas Santos de; ALEXANDRE, Thaina Evellyn Martiniano; OLIVEIRA, Taciana Gacelin; SANTOS, Érika da Silva. **TEXTOS COMPLETOS:** III encontro integrado de trabalhos acadêmicos em andamento (EITA). Goiânia: Phillos Academy, 2025.

ISBN: 978-65-6022-057-7

Disponível em: <http://www.phillosacademy.com>

1. Linguística. 2. Literatura. 3. Análise do Discurso. 4. Análise Linguística.
5. Linguística Aplicada. I. Título.

CDD: 410

Índices para catálogo sistemático:
Linguística 410

Débora Raquel Hettwer Massmann
Carolina Barbosa Lima e Santos
Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória
Kall Lyws Barroso Sales
Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires
Jessica Mayara Bernardo da Silva
Lucas Santos de Assis
Thaina Evellyn Martiniano Alexandre
Taciana Gacelin Oliveira
Érika da Silva Santos
(Orgs.)

Entre linguagens, o mundo

TEXTOS COMPLETOS

**III Encontro Integrado de Trabalhos
Acadêmicos em Andamento (EITA)**



Goiânia - GO
2025

EDITORA
phillos.
ACADEMY

Comissão Organizadora

Andrey Ronald Monteiro da Silva	João Carlos Paiva Xavier
Carlos Alberto Matias de Oliveira	Jorge Rodrigo Gomes Santos
Carolina Barbosa Lima e Santos	Juliana Maria Neves Pimentel
Débora Raquel Hettwer Massmann	Kall Lyws Barroso Sales
Elyne Giselle de Santana Lima	Kim Patrice Santiago Sarmento
Érika da Silva Santos	Lídia Ramires
Fabricio de Lima Goes	Lucas Santos de Assis
Fabricio de Lima Goes	Natália Luczkiewicz da Silva
Geni Kelly Soares Idalino Falcão	Taciana Gacelin Oliveira
Jessica Mayara Bernardo da Silva	

Comitê Científico

Adeilson Pinheiro Sedrins	Kall Anne Sheyla Amorim Braga
Aldir Santos de Paula	Kall Lyws Barroso Sales
Alexandre Melo de Sousa	Lídia Ramires
Almir Almeida de Oliveira	Lorena Araújo de Oliveira Borges
Belmira Rita da Costa Magalhães	Marcus Vinícius Matias
Carolina Barbosa Lima e Santos	Maria do Socorro Aguiar Oliveira
Cátia Veneziano Pitombeira	Maria Edileuza da Costa
Cleyton Sidney de Andrade	Maria Francisca Oliveira Santos
Daniel da Silva Carvalho	Maria Inez Matoso Silveira
Débora Raquel Hettwer Massmann	Maria Virgínia Borges Amaral
Deywid Wagner de Melo	Natacha Muriel López Gallucci
Eduardo Calil de Oliveira	Jair Barbosa da Silva
Eliane Vitorino de Moura Oliveira	Paulo Rogério Stella
Elyne Giselle de Santana Lima	Rosângela Oliveira Cruz Pimenta
Flávia Colen Meniconi	Rosária Cristina Costa Ribeiro
Helson Flávio da Silva Sobrinho	Sérgio Ifa
Ildney de Fátima Souza Cavalcanti	Sônia Cristina Simões Filipeto
Ismar Inácio dos Santos Filho	Sóstenes Ericson Vicente da Silva
Izabel de Fátima de Oliveira Brandão	Susana Souto Silva

Realização

Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura
<https://fale.ufal.br/ppgll/>

Coordenação

Débora Raquel Hettwer Massmann
Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória

Coordenação

III Encontro Integrado de Trabalhos Acadêmicos em Andamento
Débora Raquel Hettwer Massmann
Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires

Apoio

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CA-
PES)

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPEP)

Pró-reitoria de Gestão Institucional (PROGINST)

Faculdade de Letras (FALE)

Secretaria de Cultura e Economia Criativa de Alagoas (SECULT)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PARTE I: TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA	13
O papel da escola na recuperação e manutenção de <i>haber existencial</i>	14
<i>Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vítório</i>	
Levantamento de dados linguísticos	28
<i>Aldir Santos de Paula</i>	
“Menino veste azul, menina veste rosa” (?): um estudo sobre o uso das cores em chás revelação.....	44
<i>Ícaro de Carvalho Bismarck Lopes</i>	
<i>Danniel da Silva Carvalho</i>	
Despalatalização do /ʎ/ no falar alagoano: uma revisão sistemática.....	61
<i>Selma Cruz Santos</i>	
<i>Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vítório</i>	
Aquisição do sintagma flexional IP: uma questão de gramática periférica	74
<i>Felype Costa</i>	
<i>Adeilson Sedrins</i>	
PARTE II: ANÁLISE DO DISCURSO	89
Discursividades sobre a uberização: os efeitos de sentido em relação ao entregador por aplicativo IFOOD	90
<i>Taciana Gacelin Oliveira</i>	
<i>Helson Flávio da Silva Sobrinho</i>	
“Berço de ouro”: ressignificação do nascimento sob os ditames do Capital.....	105
<i>Luciana de Amorim Barros</i>	
<i>Sóstenes Ericson</i>	
Autobiografias de surdos oralizados: uma análise discursiva dos sentidos de “surdo” e “surdez”	120
<i>Anesio Marreiros Queiroz</i>	
<i>Helson Flávio da Silva Sobrinho</i>	
Programa previne Brasil: implícitos e silenciamento no discurso governamental.....	133
<i>Maria da Glória Freitas</i>	
<i>Sóstenes Ericson</i>	

Silêncio, crise econômica e crise pandêmica: o movimento de sentidos no portal digital de notícias g1 (Globo).....	140
<i>Érika da Silva Santos</i>	
<i>Lídia Maria Marinbo da Pureza Ramires</i>	
O caráter interseccional do desalento numa abordagem discursiva.....	151
<i>Josineide Soares da Silva</i>	
<i>Sóstenes Ericson</i>	
O discurso do Museu Muquém em torno da Coleção Perseverança: uma análise de postagem no Instagram.....	160
<i>Amaurício de Jesus</i>	
<i>Ana Luíza da Silva Oliveira</i>	
<i>Débora Raquel Hettwer Massmann</i>	
O discurso capacitista e a pessoa com deficiência: religião e ideologia	173
<i>Dayane Deyse Gonçalo dos Santos</i>	
<i>Helson Flávio da Silva Sobrinho</i>	
Condições de produção: a literatura de cordel e seus efeitos de sentido	188
<i>Fabricio de Lima Goes</i>	
<i>Lídia Maria Marinbo da Pureza Ramires</i>	
PARTE III: ESTUDOS TEXTUAIS E ENUNCIATIVOS	197
Fundamentos teóricos e metodológicos dos livros didáticos de alfabetização: uma perspectiva cognitiva	198
<i>Maria Inez Matoso Silveira</i>	
<i>Maria Silma Lima de Brito</i>	
A importância dos aspectos retórico-conversacionais e sua aplicação em trabalhos já concluídos.....	214
<i>Maria Francisca Oliveira Santos</i>	
<i>Romildo Barros da Silva</i>	
Análise retórico-argumentativa do gênero discursivo jurídico habeas corpus	225
<i>Elba Renata Vitor da Silva</i>	
<i>Maria Francisca Oliveira Santos</i>	

PARTE IV: LINGUÍSTICA APLICADA	240
Inclusão e diversidade: gêneros e sexualidades na educação de jovens e adultos	241
<i>Lucas Santos de Assis</i>	
<i>Flávia Colen Meniconi</i>	
A palavra viado analisada pelo viés dos estudos dialógicos do discurso: tema, significação e heterodiscurso.....	256
<i>Carlos Alberto Matias de Oliveira</i>	
<i>Paulo Rogério Stella</i>	
PARTE V: LINGUÍSTICA TEXTUAL	272
Uso de termos (meta)linguísticos por alunos recém-alfabetizados: a relação entre os objetos didáticos e a construção de narrativas ficcionais no Brasil e Portugal	273
<i>Maria Auxiliadora da Silva</i>	
<i>Cristina Felipeto</i>	
A antecipação em contexto de escrita colaborativa no ensino fundamental.....	289
<i>Dayane Rocha de Oliveira</i>	
<i>Cristina Felipeto</i>	
PARTE VI: LITERATURA	306
Poesia indigenista, métrica dos cantos quéchuas, a capacidade de criação e a sua adaptação em “Cantos y Cuentos Quechuas” de José María Arguedas	307
<i>Marco Antonio Ccabuana Peceros</i>	
<i>Susana Souto Silva</i>	

APRESENTAÇÃO

Em novembro de 2024, realizamos o III Encontro Integrado de Trabalhos Acadêmicos em Andamento (EITA), atividade que compõe o calendário anual do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL).

Pela primeira vez, o encontro aconteceu de forma presencial e a programação foi composta por apresentações culturais afro-brasileiras, palestras de docentes da área de linguística, palestras de docentes da área de literatura, apresentação de trabalhos acadêmicos de discentes das duas áreas e um encontro com o coordenador de área da CAPES.

Foi uma semana acadêmica dedicada exclusivamente ao compartilhamento de ideias, projetos e inquietações entre docentes, discentes, técnicos e convidados do PPGLL. A proposta de promover um intercâmbio entre as pesquisas atualmente desenvolvidas no programa e entre os trabalhos concluídos e premiados no decorrer dos 35 anos de trajetória do PPGLL foi impulsionada pelo intuito de mobilizar a comunidade acadêmica local para conhecer e avaliar o histórico percorrido e projetar, coletivamente, a continuidade, a renovação e o aprimoramento dos cursos de mestrado e doutorado em linguística e literatura ofertados pela UFAL.

É importante observar que o PPGLL é o programa de pós-graduação mais antigo da UFAL e o único ofertado na área de linguagens no estado de Alagoas. O programa acolhe pesquisas de relevância científica, política, social e cultural, contribuindo com o avanço dos estudos linguísticos e literários desenvolvidos contemporaneamente no cenário nacional. Dialogando com as tendências críticas em ascensão no Brasil e no mundo, diversos projetos do PPGLL visam problematizar questões como a configuração da identidade do sujeito sertanejo; elementos discursivos que permeiam a sociedade e formam a atmosfera do mundo do trabalho informal; a complexidade de expressões literárias indígenas e quilombolas; o mapeamento da produção literária desenvolvida na contemporaneidade alagoana; o atual contexto da educação básica brasileira; elementos discursivos que formam a estrutura social e favorecem a desigualdade de gêneros; etc. Compreendemos, portanto, que em diálogo com outros programas de pós-graduação, o PPGLL contribui, à sua maneira, para a redefinição de

um projeto de nação. Em um país outrora colonizado e que ainda experencia consequências advindas de um longo período de escravidão institucionalizada, cabe ao universo acadêmico participar do projeto de emancipação cultural ainda em curso no Brasil.

Este e-book foi realizado em celebração aos 35 anos do PPGLL. Nele, reunimos algumas propostas de pesquisa desenvolvidas por discentes e docentes do programa. Com esta publicação, visamos promover a ampla circulação do conhecimento científico desenvolvido na área de linguagens em Alagoas e, eventualmente, estimular futuras parcerias interinstitucionais. Lembramos e agradecemos o apoio financeiro da CAPES, da FAPEAL e SECULT. O suporte ofertado por essas agências de fomento à pesquisa são fundamentais para a manutenção do funcionamento e para o avanço do trabalho desenvolvido em nosso programa de pós-graduação. Que continuemos na busca incessante pela excelência científica e pela democratização do acesso à educação superior no estado de Alagoas.

Boa leitura!

Os/As organizadores/as
Maceió, verão de 2025

PARTE I
TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA

O papel da escola na recuperação e manutenção de *haver existencial*

Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória¹

Introdução

A variação dos verbos *ter* e *haver* em construções existenciais é apresentada como um dos aspectos que distingue entre uma norma portuguesa e uma norma brasileira, tendo em vista que, no português brasileiro falado, as existenciais são normalmente formadas com o verbo *ter*. O processo de substituição de *haver* por *ter* na fala brasileira encontra-se em estágio avançado, sendo essa variação condicionada por restrições linguísticas e sociais, a saber, tempo verbal, especificidade semântica do argumento interno, faixa etária e nível de escolarização.

Os estudos que abordam as realizações dos verbos *ter* e *haver* em construções existências traçam o percurso histórico-diacrônico dessas variantes (Sampaio, 1978; Mattos e Silva, 1997, 2000; Ribeiro, 1993; Marins, 2013), analisam as propriedades lexicais e estruturais desses verbos (Franchi; Negrão; Viotti, 1998; Viotti, 1999; Avelar, 2004) e verificam, à luz da Teoria da Variação e Mudança (Labov, 2008 [1972]), a frequência de uso dessas variantes e os grupos de fatores linguísticos e sociais que interferem nesse uso (Callou; Avelar, 2000; Duarte, 2003; Vitória, 2012 entre outros).

Neste estudo, analisamos as realizações das existenciais formadas com *ter*, *haver* e *existir* em dados de fala de crianças em início de escolarização e na língua escrita de escolares, com o intuito de verificar se as realizações encontradas na fala são ainda verificadas durante a escolarização. Também verificamos qual o papel da escola no uso de *haver* e, ao mesmo

¹ Doutora em Linguística e Professora da UFAL. Atua como Docente no curso de Letras-Português da FALE, Docente Permanente no PPGLL e Docente no PROFLETRAS. Atua na linha de Teoria e Análise Linguística, com ênfase em Sociolinguística Variacionista e Sociolinguística Histórica. Atualmente faz parte da comissão científica da área de Sociolinguística da ABRALIN e integra o GT de Sociolinguística da Anpoll.

Email: elyne.vitorio@fale.ufal.br

tempo, refletimos sobre a forma como a língua escrita tende a recuperar formas que já não fazem parte dos dados que a criança está exposta durante o processo de aquisição da linguagem, conforme Kato (1996).

Nosso trabalho está organizado da seguinte forma: além desta seção introdutória, que faz uma breve apresentação da proposta do trabalho, apresentamos, na seção 2, o quadro teórico e metodológico que norteia esta pesquisa, na seção 3, descrevemos e analisamos os resultados obtidos, mostrando, primeiramente, os dados alcançados para a fala de crianças em início de escolarização e, em seguida, os dados obtidos para a escrita escolar, e, na seção 4, encerramos as discussões levantadas acerca do tema proposto.

Quadro teórico e metodológico

Para a descrição e análise dos dados, consideramos a Teoria da Variação e Mudança ou Sociolinguística Variacionista (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]), bem como as pesquisas linguísticas sobre as construções existenciais no português brasileiro (Avelar, 2006a; Marins, 2013, Vitória, 2013). Esse quadro nos permite explicar que a substituição de *haver* por *ter* na variedade brasileira se encaixa em um conjunto mais amplo de mudanças por que vem passando o português brasileiro, o que teria levado o verbo *ter* a ser o existencial canônico na fala, mas, na escrita, *haver* é o verbo existencial selecionado.

Também consideramos a proposta de Kato (2005), que argumenta que, no português brasileiro, há um descompasso entre a gramática adquirida durante a aquisição da linguagem e a gramática que orienta o ensino formal, gerando uma enorme distância entre a gramática da fala e a “gramática” da escrita. Tendo em vista essa proposta, Avelar (2006b) argumenta que *haver* seria uma forma gramatical aprendida mais tardiamente, não fazendo parte da gramática internalizada dos falantes brasileiros. Logo, a variação *ter* e *haver* seria um “reflexo da competição entre duas gramáticas, com motivações sociolinguísticas” (Avelar, 2006b, p. 99).

A criança que já passou pelo processo de aquisição vem para a escola com um conhecimento gramatical de língua nativa (língua-1) pronto e, muitas vezes, ao chegar à escola, é apresentada a formas que não correspondem àquelas que ela adquiriu. Mesmo diante de formas diferentes, a criança vai utilizar o conhecimento que já dispõe. A escola, por sua vez, vai tentar reprimir esse uso

através da instrução formal e das correções, pois ele não condiz com o exigido pela Gramática Normativa para a escrita. Como consequência, teremos produções escritas recheadas por uma mistura de formas, o que reflete a confusão entre a gramática que o aluno traz para a escola (sua gramática internalizada) e as regras que lhes são ensinadas no processo de escolarização. (Magalhães, 2008, p. 46).

Esses estudos mostram que *haver* parece não fazer mais parte da gramática que a criança adquire durante o processo de aquisição da linguagem, devido ao seu caráter de verbo existencial substantivo, caso que parece ocorrer também com o verbo *existir*, o que justificaria uma frequência de uso razoavelmente constante e baixa nos dados analisados, conforme Avelar (2006a). Nesse contexto, ao selecionarmos dados de fala de crianças em início de escolarização e de escrita de alunos dos ensinos fundamental, médio e superior, objetivamos verificar o que de *ter*, *haver* e *existir* as crianças levam de sua língua materna para a escola e qual a atuação da escola diante da recuperação e manutenção dessas realizações na escrita.

O que propomos é analisar as realizações de *ter* e *haver* em construções existenciais, como *tem uma criança na sala ao lado* e *há uma criança na sala ao lado*, com o objetivo de verificar se as restrições de uso desses verbos encontradas na fala de crianças em início de atividade escolar são ainda verificadas durante o processo de escolarização, o que nos permitirá refletir sobre o papel da escola no uso dessas variantes. Também incluímos na análise estatística dos dados as construções com o verbo *existir*, como *existe uma criança na sala ao lado*, tendo em vista o seu caráter de verbo existencial substantivo, conforme Avelar (2006a) e Marins (2013).

Para a análise da fala de crianças em início de escolarização, recorreremos ao banco de dados do Projeto A Língua Usada em Alagoas (LUAL), que pertence ao PRELIN do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e utilizamos uma amostra sincrônica coletada na década de 1980. A amostra é composta por produções espontâneas da fala de 64 crianças alagoanas entre 7 e 12 anos de idades e está estratificada segundo a variável sexo – 32 meninos e 32 meninas, conforme Vitério (2010).

Para a análise da língua escrita, utilizamos uma amostra sincrônica composta de 180 produções textuais produzidas por alunos dos ensinos

fundamental, médio e superior da cidade de Maceió. As produções textuais dos alunos dos ensinos fundamental e médio foram coletadas em uma escola pública no ano de 2007 e as produções textuais dos alunos do ensino superior foram coletadas em uma faculdade particular no ano de 2012. A amostra está estratificada segundo as variáveis tema da produção textual, escolaridade e sexo, conforme Vitório (2015).

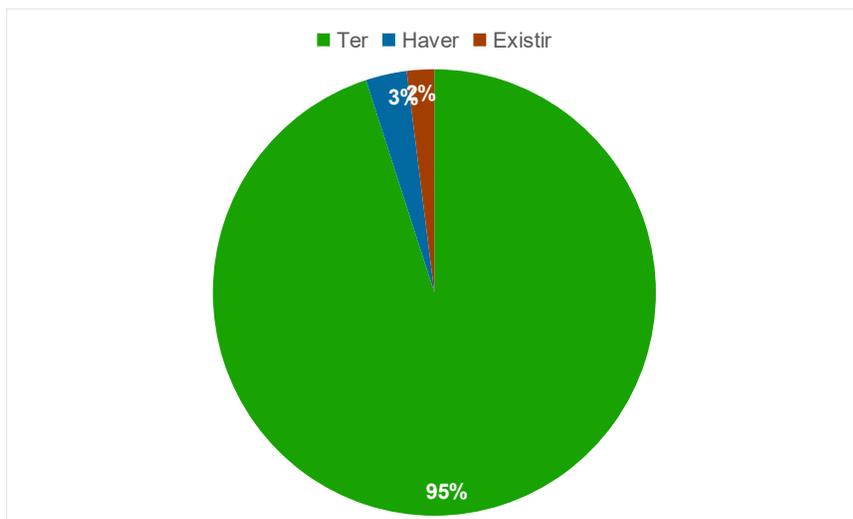
Para a análise estatística dos dados, utilizamos o programa computacional GOLDVARB X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005) e controlamos além da variável dependente *ter*, *haver* e *existir*, as seguintes variáveis independentes, a saber, tempo verbal, traço semântico do argumento interno, marcação ou não marcação de concordância verbal, tema da produção textual, escolaridade e sexo. No entanto, neste trabalho, focalizamos apenas a atuação da variável escolaridade.

Análise dos dados

As construções existenciais na fala das crianças

Após a análise dos dados, obtivemos um total de 231 realizações de *ter*, *haver* e *existir*, que estão distribuídas da seguinte forma: 220 realizações de *ter*, 7 realizações de *haver* e 4 realizações de *existir*. Esses dados representam percentuais de 95% de *ter* contra apenas 3% de *haver* e 2% de *existir*, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1. Realizações de *ter*, *haver* e *existir* na fala de crianças



Fonte: elaboração própria

Esses percentuais mostram a preferência de *ter* sobre *haver* e *existir*, indicando que, na fala das crianças, há um uso quase categórico de *ter* em contextos existenciais. Ao analisarmos as realizações de *haver*, verificamos que o percentual de 3% representa construções em que as crianças retomam a fala do adulto, ou seja, são realizações produzidas em contextos de respostas afirmativas, como (1) e (2), e uma realização ocorre quando uma criança, ao narrar uma partida de futebol, faz uso do discurso direto para dar veracidade ao fato narrado, como (3).

(1) L1 – e *houve* castigo?

L2 – *houve* não – a tia Anali mandou a gente alimpá (C1L219)

(2) L1 – e *houve* castigo?

L7 – *houve* – a gente ficou: depois das cinco (C1L1571)

(3) /teve, tem/ um dia que eu tava jogando – lá na quadra – perto da minha casa – quando começou uma bagaceira do time – o Brasil dizendo CSE: que não --- que não tinha fazido – que não tinha feito gol – então tava dois a zero então /o , o/ Flamengo tava ganhando – então cada um dizia uma coisa – aí começou o rolo dos técnico --- um disse um disse

que tinha feito o gol um disse que não – aí eles começaram a – a briga aí o: técnico – olhou assim: disse “não não vamo brigar não / vamo fazer o jogo – *vai haver* pênalti” – aí quando a gente coiso utava com dois – acabando com cinco. (C3L1445)

Em relação ao uso do verbo *existir*, obtivemos um percentual de uso de 2%, que representa quatro construções existenciais também realizadas em contextos de respostas assertivas, como (4) e (5). Esse percentual parece refletir o fato de *existir*, conforme Avelar (2006a), ser um verbo existencial substantivo, sendo, assim, pouco frequente. A partir desses dados, observamos que tanto *haver* quanto *existir* só ocorrem em contextos em que as crianças repetem, em sua fala, a fala do adulto.

(4) L1 – e *existe* alguma regra pra jogo de bola?

L4 – *existe* (C1L690)

(5) L1 – e como é se joga futebol? *Existe* alguma regra – pra isso?

L8 – *existe* (C1L1804)

Diferentemente de *haver* e *existir*, que só ocorrem em contextos que as crianças retomam a fala do adulto, o verbo *ter* ocorre em qualquer contexto linguístico sem qualquer motivação do *input* externo, como (6) e (7). Também registramos 36 construções de uso de *ter* em contexto de respostas verbais, como (8) e (9).

(6) L9 – era + *tinha* um campo assim aquele: gramado era no campo de futebol e *tinha* um monte de árvore *tinha* um lago assim pa pegá carangueijo (C2L910)

(7) L9 - / aí eu fui dormir / aí comecei a dormir / aí comecei assim / não não não / aí foi quando eu sonhei que *tinha* uma cobra assim – em cima – do tapete (C4L176)

(8) L1 – *tem* tarefa pra casa?

L2 – *tem* (C1L259)

(9) L1 – e *tem* alguém na sua casa que lhe orienta?

L6 – *tem* – minha mãe (C1L1367)

Ao excluirmos da análise dos dados as construções existenciais em que as crianças retomam a fala do adulto, ficamos com um uso categórico do verbo *ter*, o que pode ser um indício de que, na língua materna dessas

crianças, a variação *ter*, *haver* e *existir* é nula. *Ter* é o verbo existencial selecionado e os verbos *haver* e *existir*, por se caracterizarem como verbos existenciais substantivos, são aprendidos mais tardiamente, ou seja, nos primeiros momentos do processo de aquisição da linguagem, as crianças não produziriam existenciais com *haver* e *existir*, mas apenas com *ter*. *Haver* passaria a fazer parte do seu acervo de possibilidades mais tardiamente, provavelmente em decorrência do contato com a escola.

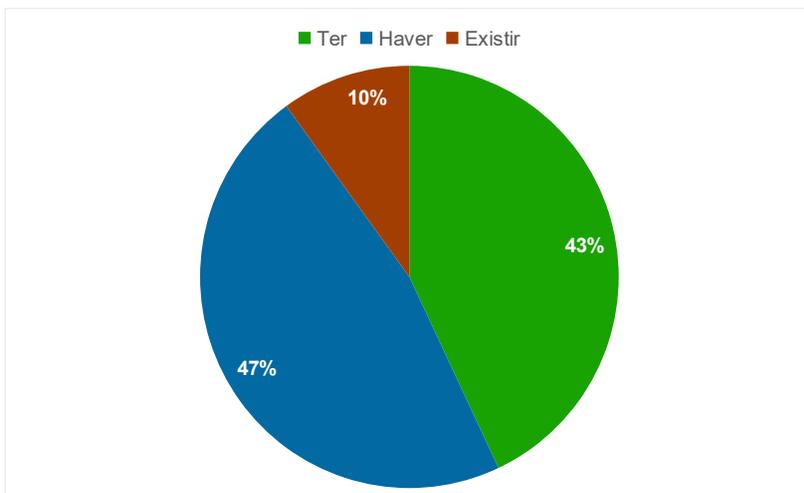
Haver deve então ser adquirido tardiamente, talvez apenas em idade escolar, quando a criança entra em contato com a língua escrita. Ressalta-se que, dada a relevância de itens funcionais para a estruturação da gramática final de um indivíduo, é implausível que uma categoria funcional seja adquirida tão tardiamente, como parece ser o caso de *haver*. (Avelar, 2006a, p. 63).

Vitório (2010) argumenta que o uso do verbo *haver* em construções existenciais só deve ser adquirido quando a criança entra em contato com a aprendizagem da língua escrita, havendo, assim, dois tipos de conhecimentos linguísticos sobre o uso de *ter* e *haver* em construções existenciais. Para a autora, há um conhecimento relacionado à gramática da fala, aprendido durante a aquisição da linguagem, em que *ter* é o verbo existencial selecionado e outro relacionado à “gramática” da escrita, aprendido durante a idade escolar e que selecionada *haver*, havendo, assim, um percurso nesse processo até que *haver* supere *ter* na língua escrita. Esse processo pode estar relacionado tanto ao contato com as regras da norma padrão, quanto com a inserção dos alunos na cultura letrada, ou seja, em todo o processo de letramento.

As construções existenciais na escrita escolar

Após a análise dos dados, obtivemos um total de 207 realizações de *ter*, *haver* e *existir*, que estão distribuídas da seguinte forma: 89 realizações de *ter*, 97 realizações de *haver* e 21 realizações de *existir*. Esses dados representam percentuais de 43% de *ter*, 47% de *haver* e 10% de *existir*, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2. Realizações de *ter*, *haver* e *existir* na escrita escolar



Fonte: elaboração própria

De acordo com os resultados obtidos, verificamos que, diferentemente do que ocorre na fala das crianças, na escrita escolar, há uma competição acirrada entre o uso dos verbos *ter* e *haver*, mas com o verbo *haver* apresentando um percentual maior de realização – 47% *versus* 43% de *ter*. Esses dados confirmam a nossa hipótese de que *haver* seja um verbo existencial da escrita, passando a fazer parte do repertório linguístico dos falantes do português brasileiro a partir do processo de letramento. Quanto ao uso do verbo *existir*, obtivemos um percentual de 10%, o que confirma sua baixa frequência de uso, conforme pontuam Marins (2013) e Vitória (2013).

Os dados indicam que estamos diante de uma mudança na fala que causa efeitos na escrita, mostrando que, nesta modalidade de uso da língua, há um embate entre a gramática que falamos e a gramática que nos serve de modelo no processo de letramento. Na escrita, temos um conflito entre o que se fala e o que se aprende na escola, o que nos remete a discussão de Duarte (2013) de que a escrita brasileira “é uma mistura de traços da gramática lusitana [...] somada a traços do português brasileiro que se implementam aos poucos na escrita, substituindo ou competindo com formas conservadoras” (Duarte, 2013, p. 15).

Diante desses resultados, uma questão emerge para possíveis interpretações dos dados, a saber, qual o papel da escola no que concerne às realizações de *haver*? Ao analisarmos a atuação da variável escolaridade, partimos do pressuposto de que essa variável constitui um fator social significativo na manutenção ou exclusão de formas gramaticais, mostrando que pessoas mais escolarizadas tendem a usar mais a forma padrão, o que nos leva a seguinte correlação: maior escolaridade, maior uso das formas padrão; menor escolaridade, menor uso das formas padrão. Assim, acreditamos que *haver*, como (10) e (11), aumentará o seu percentual de uso à medida que aumenta o nível de escolarização dos alunos.

(10) *Há* pessoas sofrendo, sendo humilhadas por falta de um bom ensino. Até quando teremos que assistir tanta catástrofe no Brasil. (ESM)

(11) As escolas particulares atribuem um bom desempenho para a educação de seus alunos, dando aos mesmos direito. *Há* material adequado, boa higiene e conforto para que essas pessoas sintam o prazer de estar ali [...]. (ESF)

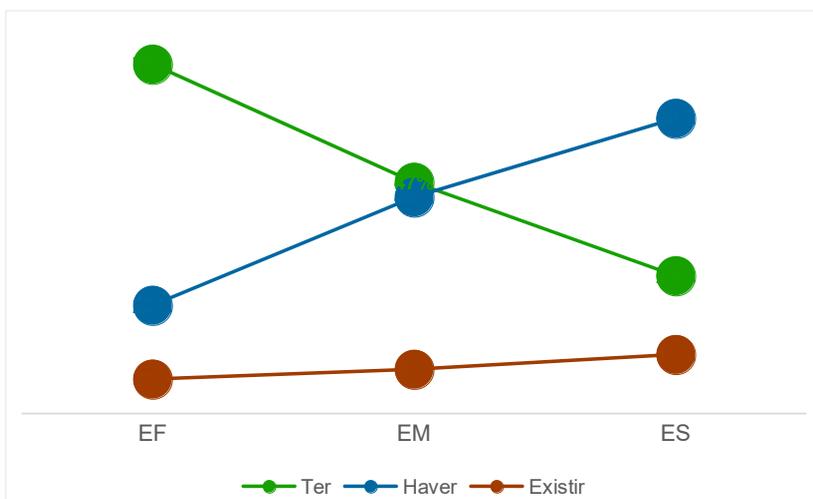
Para descrição e análise da variável escolaridade, consideramos três níveis de escolarização, a saber, ensino fundamental (EF), ensino médio (EM) e ensino superior (ES) e obtivemos os seguintes resultados, conforme Tabela 1 e Gráfico 3.

Tabela 1. Realizações de *ter*, *haver* e *existir* na variável escolaridade

Escolaridade	Ter Aplic. / Total / Perc.	Haver Aplic. / Total / Perc.	Existir Aplic. / Total / Perc.
EF	38 / 54 / 71%	12 / 54 / 22%	4 / 54 / 7%
EM	21 / 45 / 47%	20 / 45 / 44%	4 / 45 / 9%
ES	30 / 108 / 28%	65 / 108 / 60%	13 / 108 / 12%

Fonte: elaboração própria

Gráfico 3. Realizações de *ter*, *haver* e *existir* na variável escolaridade



Fonte: elaboração própria

De acordo com os resultados obtidos, verificamos que, com o aumento do nível de escolarização dos alunos, *haver* aumenta o seu percentual de uso, atingindo, na escrita dos alunos do ES, um percentual de 60%. Na escrita dos alunos do EF, *ter* é o verbo existencial selecionado, apresentando, assim, um percentual de 71%, mas, na escrita dos alunos do EM, há uma competição acirrada entre *ter* e *haver* – 47% *versus* 44%, respectivamente. No que se refere ao uso de *existir*, obtivemos taxas de uso mais ou menos constantes e baixas, não ultrapassando os 12% de realização, conforme também apontam Marins (2013) e Vitória (2013).

Esses resultados mostram, como já esperávamos, que a variável escolaridade constitui um fator social significativo na recuperação e manutenção do verbo *haver* em construções existenciais na língua escrita, mostrando que, no início do processo de escolarização, os alunos transferem o seu conhecimento gramatical da fala para a escrita e é a submissão às regras gramaticais que faz com que *haver*, ausente na fala de crianças em início de atividade escolar, apareça na escrita e aumente o seu percentual de uso à medida que aumenta o nível de escolarização dos alunos, chegando a superar o uso de *ter* na escrita de alunos do ES. O uso baixo e constante do verbo *existir* pode ser relacionado ao ser caráter de verbo substantivo.

A recuperação de *haver* na escrita também pode ser observada nos dados de Vitório (2013), que mostram que, na escrita mais formal, como teses e dissertações, *haver* apresenta um percentual de uso de 93% (n = 298) contra apenas 7% (n = 21) de *ter*. No entanto, é importante ressaltar que, na escrita, o uso de *haver* também está condicionado ao contínuo de monitoração estilística, conforme Bortoni-Ricardo (2004). Machado e Tesch (2022) mostram que, em gêneros jornalísticos mais informais *haver* diminui o seu percentual abrindo espaço para o uso do verbo *ter*, a saber, Editorial – 81% (n = 65), Notícia de Segurança – 80% (n = 226), Carta ao Leitor – 72% (n = 72), Crônica – 56% (n = 147) e Coluna Social (25%, n = 16).

Conclusão

Neste estudo, focalizamos as realizações dos verbos *ter*, *haver* e *existir* em dados de fala de crianças em início de atividade escolar e na escrita de alunos dos ensinos fundamental, médio e superior. Analisamos se as realizações encontradas na fala são ainda verificadas na escrita durante a escolarização e verificar qual o papel da escola no uso de *haver*, tendo em vista que estudos linguísticos mostram que, no português brasileiro, *ter* é o verbo existencial da fala, mas, na escrita, *haver* é o existencial selecionado. O verbo *existir*, devido ao seu caráter existencial substantivo, tende a apresentar um percentual de uso baixo e constante.

De acordo com os resultados obtidos, verificamos que, na fala de crianças em início de processo de ensino/aprendizagem, *ter* é o verbo existencial selecionado, sendo *haver* e *existir* realizados apenas em contextos em que as crianças incorporam em sua fala parte do enunciado do adulto. Na escrita de escolares, por sua vez, verificamos uma competição acirrada entre os verbos *ter* e *haver* e uma baixa frequência de uso do verbo *existir*, sendo essa variação condicionada pela escolaridade dos estudantes, pois à medida que aumenta o nível de escolarização, aumenta o uso de *haver* na língua escrita.

Esses resultados podem ser uma evidência de que o verbo *ter* seja o existencial presente no processo de aquisição da linguagem, não havendo a variação *ter*, *haver* e *existir* durante esse processo. *Haver* e *existir* seriam

aprendidos mais tardiamente, durante o processo de ensino/aprendizagem, uma vez que *haver*, na escrita de escolares, aumenta o seu percentual de uso, mostrando a existência de uma variação linguística na escrita escolar inexistente na fala de crianças em início de atividade escolar. É importante também ressaltar que *haver* apresenta uma frequência maior de uso em gêneros textuais mais formais, o que implica considerar também que, na língua escrita, já encontramos o uso do verbo *ter* nessa modalidade de uso da língua.

Referências

- AVELAR, J. **Dinâmicas morfossintáticas com ter, ser e estar em português brasileiro**. Dissertação de Mestrado, Campinas: Unicamp, 2004.
- AVELAR, J. **De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de *haver* no português brasileiro**. Letras de Hoje, v. 41, n. 1, p. 49-74, 2006a.
- AVELAR, J. **Gramática, competição e padrões de variação: casos com ter/haver e de/em no português brasileiro**. Revista de Estudos da Linguagem, 4, p. 99-144, 2006b.
- CALLOU, D.; AVELAR, J. **Sobre ter e haver em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil**. Revista Gragoatá, n. 9, p. 85-100, 2000.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- DUARTE, E. O sujeito expletivo e as construções existenciais. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. São Paulo: 7 Letras, 2003, p. 123-131.
- DUARTE, E. **O papel da sociolinguística no (re)conhecimento do português brasileiro e suas implicações para o ensino**. Revista LETRA, p. 15-10, 2013.

FRANCHI, C.; NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. **Sobre a gramática das orações impessoais com ter/haver.** Revista D.E.L.T.A., vol.14, n. especial, p. 105-131, 1998.

KATO, M. Português brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança lingüística. In: DUARTE, I.; LEIRIA, I. (Org.). **Actas do Congresso Internacional sobre o Português.** V. II, p. 211-237, 1996.

KATO, M. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. et al. (Org.). **Ciências da linguagem: trinta anos de investigação e ensino.** Braga, CEHUM (U. do Minho), 2005.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola, 2008[1972].

MACHADO, A.; TESCH, L. **Há variação ou tem mudança?** Uma análise do fenômeno existencial na modalidade escrita. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 7387-7401, jan./mar., 2022.

MAGALHÃES, T. **As diferenças entre gramática da fala e a “gramática” da escrita no português brasileiro e suas consequências para o ensino da língua.** Revista do Gelne, Vol. 10, n. 1/2, p. 45-52, 2008.

MARINS, J. **As repercussões da remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo:** um estudo diacrônico das sentenças existenciais com *ter e haver* no PB e no PE. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ – FL, 2013.

MATTOS e SILVA, R. **Observações sobre a variação no uso dos verbos ser, estar, haver, ter no galego-português ducentista.** Estudos Linguísticos e Literários, n. 19, p. 253-286, 1997.

MATTOS e SILVA, R. **Nos limites finais do período arcaico:** a vitória de ter “verbo de posse” e auxiliar de tempo composto e a sua emergência como “verbo existencial”. Revista do GELNE, vol.2, n. 1, p. 117-121, 2000.

RIBEIRO, I. A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas ter, haver e ser. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.). **Português brasileiro:** uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SAMPAIO, M. **Estudo diacrônico dos verbos TER e HAVER, duas formas em concorrência.** São Paulo: Assis, 1978.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. **Goldvarb X:** a variable rule application for Macintosh and Windows. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

VIOTTI, E. **A sintaxe das sentenças existenciais do Português do Brasil.** Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

VITÓRIO, E. **Aquisição e variação dos verbos ter e haver existenciais no PB.** Revista Veredas, Juiz de Fora, Atemática – 1, p. 53-63, 2010.

VITÓRIO, E. **Ter/haver existenciais na fala alagoana: variação estável ou mudança em progresso?** 2012. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, 2012.

VITÓRIO, E. **As construções existenciais com ter e haver:** o que tem na fala e o que há na escrita. Revista Domínios de Linguagem. Uberlândia, v. 7, n. 2, 2013.

VITÓRIO, E. **A competição ter, haver e existir na escrita escolar.** Revista Signum, Londrina, n. 18/1, p. 365-391, jun. 2015.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006[1968].

Levantamento de dados linguísticos

Aldir Santos de Paula²

Introdução

A determinação do número das línguas humanas se apresenta como uma tarefa complexa. Por um lado, estudos³ sinalizam que, em um prazo de cem anos ou até antes, noventa por cento das línguas desaparecerão e por outro, também complexa é a conceituação do que é uma língua, tendo em vista que, embora exista certo consenso de que a capacidade humana para a linguagem seja um dado biológico e que o trinômio língua-cultura-identidade estejam intimamente entrelaçados em sua definição, nem sempre aspectos exclusivamente linguísticos são considerados, de forma que também seja possível incorporar questões de ordem política e social em sua conceituação.

Para além das possíveis delimitações, as línguas permitem as pessoas classificar as coisas e os eventos que lhes são relevantes e significativas e, por isso, certamente, sem linguagem, não haveria ciência, religião, comércio, governo, literatura, filosofia, nem qualquer outro sistema e instituição característicos da vida humana enquanto organização social. E como todas as línguas são construídas com base em princípios semelhantes, a linguística visa estudar esses princípios de uma forma sistemática. Uma das possíveis formas de aproximação desses sistemas complexos acontece pelo trabalho de campo, embora não seja esta uma tarefa exclusiva dos linguistas.

No Brasil, a língua portuguesa é considerada a língua oficial, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2024), em seu artigo

² Professor titular da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), onde atua na graduação e Pós-Graduação. Atua na formação de professores indígenas. Doutor em Linguística pela Unicamp. Líder do Grupo de Pesquisa Línguas Brasileiras: descrição, aquisição e ensino (LIBRaqe). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, com os seguintes temas: fonologia, sociolinguística, língua portuguesa, línguas indígenas.

Email: aldir.paula@fale.ufal.br

³Cf. Krauss, M., 1992.

13. No entanto, conforme a lei 10.436, de abril de 2002, a libras (Língua Brasileira de Sinais) é meio legal de comunicação e expressão, embora não possa substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. (Brasil, 2002). Além dessas, é possível encontrar línguas de origem europeia e africana que atravessam variadas situações sociolinguísticas, bem como um número considerável de línguas indígenas.

A pesquisa possibilita avançar as fronteiras do conhecimento e para os linguistas descritivos, um *corpus* de análise bem definido pode mostrar não só as regularidades da língua para aquelas falas escolhidas, mas é uma amostragem da língua como um todo. Assim, as regularidades do *corpus* são as regularidades da língua e a distribuição dos elementos nas frases do *corpus* será a mesma para aquelas que estão fora dele. Em outras palavras, escolher algumas falas não é manipular a análise ou não dar conta das falas não analisadas. Essa é a questão da previsão, que decorre do método dedutivista.

Desta forma, o trabalho de campo é uma tarefa complexa, pois exige do pesquisador ampla gama de habilidades, em situações desafiadoras, mas é benéfico para quem o realiza e para os povos ou para as comunidades.

Este trabalho tem por objetivo sistematizar, ainda que de forma inicial, os passos metodológicos a serem seguidos para o trabalho de campo com as línguas indígenas. Apresentaremos as etapas a serem seguidas, buscando colaborar na reflexão sobre a coleta de dados e a transcrição dos dados. Para tanto, este artigo está organizado em dois tópicos. O primeiro apresenta de forma panorâmica a diversidade etnolinguística presente no território brasileiro. No tópico seguinte, explicitaremos alguns procedimentos básicos e algumas estratégias para que a pesquisa linguística a ser realizada tenha uma boa consecução. Tais tópicos são seguidos da conclusão e das referências.

As línguas indígenas no Brasil

O Brasil comporta uma população indígena de mais de um milhão e meio de pessoas⁴, distribuída entre os duzentos povos indígenas que fa-

⁴ Cf. Funai, 2023.

lam mais de cento e sessenta línguas e atravessam diversas situações sociolinguísticas, em que se inclui o contínuo processo de deslocamento linguístico em relação ao português.

As línguas indígenas podem ser classificadas em dois troncos linguísticos que ocupam diferentes ambientes ecológicos. Os povos do tronco etnolinguístico Tupi estão distribuídos ‘nas áreas de florestas tropical e subtropical (Rodrigues, 1986, p. 47) e é formado por mais de quarenta línguas distribuídas em sete famílias linguísticas. Para Seki (2000, p. 239), o tronco Macro-Jê compreende ‘línguas faladas em particular em regiões de campos e cerrados, desde o sul do Maranhão e do Pará, passando pelos Estados do Centro-Oeste até do Sul do País e é formado por sete famílias linguísticas em que são faladas mais de trinta e cinco línguas.

Além das línguas agrupadas em tronco, existem ainda famílias linguísticas que ainda não o foram, e neste quadro estão as famílias linguísticas Karib (20 línguas), Aruák (17 línguas), Pano (13 línguas), Tucáno (11 línguas), Arawá (7 línguas), Makú (6 línguas), Katukína (4 línguas), Yanomámi (4 línguas), Txapakúra (3 línguas), Nambikwára (3 línguas), Mura (2 línguas) e Guaikurú, com uma língua falada no Brasil, bem como algumas línguas classificadas como isoladas, por não terem relações genéticas demonstráveis com outras línguas.

Como pode ser visto, é uma diversidade etnolinguística notável, mesmo considerando que algumas línguas têm poucos falantes e algumas atravessam sérios processos de deslocamento linguístico, o que pode ser verificado pelo número crescente de pessoas indígenas que só falam o português e, conseqüentemente, as gerações mais jovens entendem e falam cada vez menos a língua indígena ou ainda por um aspecto etário, tendo em vista que em algumas terras indígenas a maior parte da população acima dos 30 anos tem a língua indígena como primeira língua, embora a língua portuguesa assuma o lugar de língua preferida nas interações, mesmo na inexistência de um interlocutor não-indígena.

O quadro de obsolescência linguística atingiu o nordeste brasileiro desde os tempos coloniais. Atualmente, dos vinte e sete povos indígenas, apenas dez falam suas línguas originárias, um no estado de Pernambuco e os demais no estado do Maranhão. A diferença entre o número de povos e de línguas indígenas demonstra que a língua portuguesa é a língua funcional dos demais povos e este quadro não é exclusivo da região.

Em outras regiões brasileiras, existem povos em que o bilinguismo está presente, mas o quadro sinaliza uma transição para a língua portuguesa e existem muitos outros povos em que a língua portuguesa está definitivamente instalada, embora as frentes de expansão tenham se iniciado a menos de cento e cinquenta anos, diferentemente do nordeste brasileiro em que as frentes de expansão capitalista ocorrem desde o período colonial. Já em 1966, em seu clássico artigo sobre as Tarefas da Linguística no Brasil, Rodrigues apontava que

O estudo dessas línguas é evidentemente de grande importância para o incremento dos conhecimentos lingüísticos. Cada nova língua que se investiga traz novas contribuições à lingüística; cada nova língua é uma outra manifestação de como se pode realizar a linguagem humana. Toda teoria lingüística e os métodos de trabalho do lingüista repousam, necessariamente, sobre a experiência que se vai adquirindo com as línguas e, como estas são diferentes, a experiência será mais completa, quanto maior fôr o número de línguas conhecidas. Cada nova estrutura lingüística que se descobre pode levar-nos a alterar conceitos antes firmados e pode abrir-nos horizontes novos para a visualização geral do fenômeno da linguagem humana. (Rodrigues, 1966, p. 5-6).

É necessário pontuar, portanto, que estes povos e culturas indígenas, com suas especificidades, tempo de contato e relações com a sociedade nacional podem revelar e apresentar muitas questões desafiadoras para a ciência de forma geral, ainda que sejam perspectivadas pela lingüística, antropologia, sociologia, pedagogia, etnografia, entre outras.

O trabalho de campo

Para Bovern (2008, p. 2), ‘o trabalho de campo (não apenas o trabalho de campo lingüístico) envolve coleta de dados em seu ambiente natural’ e complementa

quando os linguistas vão para o campo, eles também vão estudar o ambiente natural para seu objeto de estudo – ou seja, vão estudar

uma língua no local em que é falada, pelas pessoas que costumam falar. (Bower, 2008, p. 2)⁵.

Além das questões estritamente relacionadas ao contato humano com os possíveis colaboradores da pesquisa e com a comunidade de falantes, algumas inquietações preliminares podem associar-se ao trabalho de campo e elas podem relacionar-se ao tema, à teoria escolhida, ao tempo de permanência no ‘campo’ e muitas outras questões, que, se não bem delineadas, podem de alguma forma comprometer tal empreitada⁶.

Por isso, a fase que antecede o trabalho de campo propriamente dito é muito importante para que o pesquisador possa compreender os desafios e se preparar de forma adequada para a condução de sua pesquisa. De forma que existem tarefas a realizar antes, durante e depois do trabalho de campo, embora cada situação tenha características particulares que podem ser facilitadoras ou não deste percurso investigatório.

A pesquisa se aprende fazendo, de forma sinuosa e caótica. O pesquisador não pára de experimentar diferentes caminhos que se revelam ser, por vezes, impasses ou atalhos. É só após longos desvios que ele toma pé de novo. Um curso ou um guia sobre a pesquisa não pode substituir a prática. Nada pode substituir as tentativas e os erros pessoais, o encontro direto das dificuldades, a "dúvida", a experiência da "solidão do campo". (Beaud & Weber, 2007, p. 12).

A logística relacionada à fase anterior ao trabalho de campo envolve questões relacionadas ao acesso ao local da pesquisa, de forma que perguntas como: quando, como e quanto devem ser respondidas para que o planejamento seja feito com relativa antecedência.

⁵ When linguists go to the field, they too are going to study the natural environment for their object of study – that is, they go to study a language in the place where it is spoken, by the people who usually speak it.

⁶ Por questão de espaço, não trataremos de algumas questões fundamentais relacionadas ao trabalho de campo e ao levantamento de dados linguísticos. Por isso, para ampliar ou iluminar alguns aspectos desse processo, sugerimos a leitura dos seguintes autores: Marconi & Lakatos (2003); Payne (1997); Newman & Ratliff (eds.), 2001); Dixon (2010a; 2010b; 2012);

A primeira pergunta ‘quando?’ diz respeito ao período climático mais favorável à chegada no campo. Caso o pesquisador não conheça a área pesquisada é recomendável consultar outras pessoas que tenham atuado na área e possam fornecer informações como o período mais favorável, seja de estiagem ou de chuva, e como tais condições podem interferir no acesso por via terrestre, por via fluvial ou ambas, tendo em vista que, dependendo do local, as estradas podem ficar inacessíveis e os rios podem ficar com grandes ou pequenos volumes de águas que podem dificultar a viagem, ampliando o tempo e as dificuldades no acesso.

A segunda pergunta ‘como?’, embora relacionada à questão anterior, refere-se ao transporte propriamente dito: carro, ônibus, avião, barco (canoas) ou trem e os custos envolvidos em cada opção. Como os povos indígenas habitam, geralmente, em áreas remotas ou de difícil acesso, deve ser planejado em quais locais parar, caso haja hotéis, pousadas ou casas, ou ainda em quantos dias será necessário dormir nas praias dos rios ou dos igarapés em barracas e qual será o alimento nestas paradas e os custos envolvidos nesta etapa.

As viagens, incluídas as eventuais escalas, podem durar alguns dias ou ainda algumas semanas e isso deve ser incluído no planejamento dos custos e do tempo disponível pelo pesquisador para realizar tal tarefa.

Além destes aspectos, é importante planejar qual o tempo dedicado à compra de víveres ou de outros itens necessários e que geralmente só podem ser adquiridos nas cidades ou áreas próximas às aldeias, por fazerem parte do circuito comercial ou de troca dos povos indígenas ou ainda por serem mais facilmente transportadas até o local onde se realizará a pesquisa.

O trabalho de campo não envolve exclusivamente o levantamento de dados linguísticos, envolve também aspectos relacionados à interação na aldeia, ao contato com a comunidade e onde ficar durante o período do trabalho de campo, entre outros aspectos. Mesmo que informações sobre o povo e a língua sejam esparsas ou inexistentes, é necessário buscar a maior quantidade possível de informações, especialmente as que tratam da cultura, história e tempo do contato e eventualmente também sobre a língua falada pelo povo. Isso ajudará, inclusive, na elaboração do roteiro da

pesquisa, dos questionários⁷ ou ainda sobre as temáticas relacionadas ao povo, não só como suporte para a pesquisa, mas para evitar alguma gafe verbal ou não que pode acontecer durante a estada do pesquisador na área.

Sem dúvidas, questões éticas também estão envolvidas, não só para não violar algum costume ou rito local mas também para ficar atento e refletir sobre como o próprio comportamento do pesquisador pode interferir nos costumes locais e no desenvolvimento da pesquisa, mesmo que de forma involuntária e isso pode estar relacionado a muitos aspectos aparentemente insuspeitos, mas que eventualmente podem causar conflitos ou dificuldades na obtenção dos dados. O pesquisador não (se) descola de sua cultura e de seus pontos de vista apenas porque está realizando o trabalho de campo. De forma que alguns comportamentos, falas ou gestos que podem ser considerados ‘normais’ pelo pesquisador em sua conduta pode não ser encarado da mesma forma pela comunidade em que está atuando. O contrário também pode acontecer e por isso comentários ou avaliações sobre algum comportamento habitual na comunidade devem ser evitados, mesmo porque o pesquisador pode ainda não compreender as complexas relações socioculturais que formatam tal comportamento.

Sugerimos cautela na obtenção de fotografias, nos assuntos de conversa, na interação com pessoas de estratos etários diferentes ou ainda de divisões clínicas e as práticas sociais de acordo com o sexo de pesquisador, bem como o uso de bebida(s) e de cigarro. Não existe um guia definitivo do que se pode ou não fazer neste contato intercultural e que possa ser extensível a todos os povos e culturas e, por isso, o pesquisador deve estar atento às sinalizações verbais ou não que apontem para algum desconforto durante a sua interação na aldeia e buscar observar como as interações acontecem e, sempre que um imprevisto acontecer, consultar o seu colaborador de pesquisa ou alguém de confiança para que possa agir de forma adequada às regulações locais.

A terceira pergunta ‘quanto?’ envolve os custos envolvidos com o trabalho de campo. Esta pergunta se relaciona à todas as perguntas anteri-

⁷ Para a elaboração ou adoção de um questionário, dependendo do tema da pesquisa, sugerimos consultar o site:

<http://www.eva.mpg.de/lingua/tools-at-lingboard/questionnaires.php>

ores, pois engloba gastos com o transporte, alimentação, compra de gravadores, câmaras e outros artefatos tecnológicos condizentes com a natureza da pesquisa e ainda eventual pagamento aos colaboradores de pesquisa ou às pessoas que hospedarem o pesquisador. Todos os gastos ou investimentos devem ser arrolados no projeto de pesquisa motivador do trabalho de campo e alguns custos devem ser calculados em proporção de até cinquenta por cento ou mais em relação aos custos da cidade em que reside o pesquisador, tendo em vista as distâncias dos centros fornecedores, além de eventuais gastos não planejados.

Todas estas questões devem estar contempladas no projeto de pesquisa, tendo em vista que, embora a temática e os objetivos sejam únicos, pode haver pequenas diferenças na organização, dependendo do órgão a que será encaminhado. Desta forma, o projeto de pesquisa a ser submetido ao comitê de ética da universidade, ao órgão governamental para solicitar entrada na área de pesquisa ou então ao órgão financiador do projeto possui pequenas variações para atender às especificidades de cada um deles⁸.

Estes encaminhamentos devem ser realizados muitos meses antes da pesquisa propriamente dita, pois cada órgão, além de suas especificidades, pode solicitar alterações antes da aprovação final e isto certamente leva algum tempo para a resposta. Assim, caso a pesquisa seja destinada ao trabalho de dissertação, por conta do tempo relativamente curto para cumprimento dos créditos do programa e para a realização da pesquisa, recomendamos que tal procedimento seja realizado ainda nos meses iniciais do curso de pós-graduação. A mesma lógica pode ser aplicada aos pesquisadores em doutoramento, embora o prazo para a conclusão deste curso seja maior que o da realização do mestrado.

Ainda em relação ao que fazer antes da viagem ao campo, é conveniente que o pesquisador se familiarize com os aparatos tecnológicos usados para gravação dos dados, filmagem ou fotografia de acordo com a natureza da pesquisa. É importante conhecer os arranjos físicos da gravação, o uso dos microfones e suas especificidades, de forma que tenham o

⁸ Sugerimos a consulta ao site: <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf> para questões relacionadas ao comitê de ética e para solicitar autorização para entrar em terra indígena, consultar o site: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-autorizacao-para-ingresso-em-terra-indigena>

seu uso otimizado para a tarefa. Além disso, é importante pensar em levar aparatos de armazenamento de dados, seja via cartões de memória ou hd's, além das baterias que os alimentarão. Atualmente, existem carregadores solares de bateria, mas é conveniente transportar baterias tradicionais para os momentos em que não seja possível usar as primeiras. Em qualquer dos casos, todos esses materiais não devem se transformar em lixo nas aldeias, o que obriga o pesquisador a trazê-los de volta, bem como outros materiais que podem ser considerados descartáveis.

Em qualquer cenário, o pesquisador deve planejar adequadamente o seu percurso de campo, o que engloba, além dos elementos já destacados, o vestuário, os calçados, medicação para uso particular, rede, mosquitoireiro ou saco de dormir, repelentes e outras coisas que julgar necessárias, mas, acima de tudo, deve estar atento ao peso destes materiais em relação ao transporte e às distâncias, quase sempre longas, em que o pesquisador será talvez a única pessoa disponível para transportá-los.

Considerando que o pesquisador conseguiu a aprovação do financiamento do projeto, obteve autorização para prosseguir no desenvolvimento da pesquisa pelo comitê de ética e que a Funai⁹ autorizou sua entrada em área e que já conseguiu chegar ao lócus da pesquisa, chegou o momento em que deve realizar a pesquisa propriamente dita. Como primeira sugestão, recomendamos que as lideranças (políticas e/ou espirituais) do povo sejam contatadas e que sejam explicitados para elas e para a comunidade em geral como será realizado o trabalho, os objetivos a serem alcançados, o período e os possíveis benefícios a serem auferidos para o povo ou para a comunidade de forma específica. A explicitação dos objetivos pode aquistar colaboradores ou sugestões de colaboradores e, portanto, as possíveis negociações sobre como e quando iniciar a pesquisa podem tomar corpo.

Para a coleta de dados entram em jogo os aspectos socioculturais envolvidos na interação humana. Certamente, compreender como se processa esse jogo é fundamental para que o pesquisador obtenha bons dados. Desta forma, se existem sérias restrições culturais sobre a interação com pessoas de sexo diferente naquela cultura, o pesquisador só poderá trabalhar com colaboradores de pesquisa de sexo idêntico ao seu e, por isso, é

⁹ Fundação Nacional dos Povos Indígenas

indispensável ter conhecimento prévio sobre estes aspectos culturais. Caso não exista restrição desta ordem, podem existir outras que deverão ser observadas nos momentos de elicitación lingüística. Mesmo que não existam fortes restrições sobre a interação com pessoas de sexo diferente é possível que a língua possua léxico ou estruturas gramaticais características de um ou outro sexo, bem como palavras tabus, que só podem ser enunciadas em momentos específicos de interação ou não e o pesquisador deve ficar atento a todas estas questões.

O esforço do levantamento lingüístico não deve concentrar-se exclusivamente nos dados da língua. O pesquisador deve aproveitar maximamente as oportunidades para ampliar o conhecimento sobre o repertório cultural do povo, ainda que o projeto tenha algum foco específico como a fonologia ou sintaxe, por exemplo, ou ainda interessar-se pela produção de gramáticas de referência, dicionários ou relacionados à tipologia lingüística. O mais relevante de todo este processo é que trabalho realizado pode acrescentar informações sobre o povo ou estimular outras áreas de pesquisa com os povos indígenas. Por isso, o trabalho de elicitación deve ser acrescido de outros textos, músicas, piadas e outros materiais que alberguem a maioria dos usos lingüísticos funcionais presentes na vida do povo.

Se consideramos, entre as muitas visões sobre o trabalho de campo, que a relação entre o lingüista e o seu colaborador de pesquisa é de um trabalho colaborativo entre as partes, o lingüista assume a posição de consultor da comunidade pesquisada, com os eventuais desdobramentos na vida geral do povo, incluindo a escola, caso exista, ou a publicação e divulgação de materiais sonoros ou escritos na e fora da comunidade e até outras questões que podem envolver o planejamento e política lingüística, com desdobramentos no planejamento do *corpus* ou do status da língua. (Crystal, 1992, p. 310-311). O planejamento lingüístico deve ser entendido como os esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros em relação à aquisição, estrutura ou colocação funcional de códigos lingüísticos. (Cooper, 1989, p. 45) e este é um trabalho de várias mãos, inclusive a do lingüista, que pode colaborar de forma evidente neste processo em parceria com os falantes da língua.

Além disso, o pesquisador pode estreitar a relação com a comunidade e como pontua Bower, n,

O trabalho de campo envolve trabalhar em estreita colaboração com as pessoas e um melhor relacionamento pessoal entre o linguista e os consultores resultará em uma melhor coleta de dados. Colaborações próximas produzem melhor trabalho. Em algumas áreas, o linguista é adotado na comunidade, recebe um lugar no sistema de parentesco e, ao ser confiado ao conhecimento linguístico, espera-se que ele se comprometa com essa língua e com as pessoas que a falam. (Bower, 2008, p. 7)¹⁰.

Para a gravação dos dados é importante utilizar o formato ou extensão WAV, que, por ser um formato sem compressão, ocupa um espaço significativo de armazenamento, o que demanda o uso de outras mídias que não o gravador digital. Tal formato retém a qualidade máxima do áudio e, após o trabalho de campo, pode ser convertido para outros formatos sem perdas relevantes. A preocupação com o formato do áudio é muito importante, especialmente para os trabalhos relacionados à fonologia.

Se por um lado, a preocupação com os gravadores e formatos de gravação são necessários para registrar os dados linguísticos e, portanto, torná-los factíveis de análise, por outro lado, o processo de transcrição desses dados e a transformação do oral em escrito também é uma etapa delicada do processo. Isto porque a transcrição é o resultado do que é percebido pelo pesquisador e, portanto, também é consequência do cruzamento de suas opções teóricas, da interpretação atribuída aos dados e dos objetivos da pesquisa.

O uso de uma fonte fonética é imprescindível, pois as línguas indígenas em sua maioria são ágrafas e, portanto, sem tradição escrita e mesmo para aquelas em que já possuem a modalidade escrita em circulação é possível, dependendo da natureza do trabalho, que a opção pela transcrição fonética seja a melhor escolha, além de ser facilmente utilizada nos teclados computacionais de várias sistemas¹¹.

¹⁰ Fieldwork involves working closely with people and a better personal relationship between the linguist and the consultants will result in better data collection. Close collaborations produce better work. In some areas the linguist is adopted into the community, given a place in the kinship system and by being entrusted with linguistic knowledge is expected to make a commitment to that language and to the people who speak it.

¹¹ Consultar: <https://www.internationalphoneticassociation.org/content/ipa-fonts>

Para o levantamento dos dados linguísticos, embora isso possa não ser aplicado a todas as situações e aldeias, seria conveniente que o local escolhido fosse 'livre' de sons externos ou o mais silencioso possível, o que nem sempre é viável em algumas aldeias; 'livre' de insetos, 'confortável' e isolado de distrações. Esse ideal nem sempre corresponde ao real, mas o pesquisador pode focar nos aspectos mais importantes desta lista, ressaltados, como já dito, algum impedimento de ordem cultural ou espacial que impeça tal configuração para que tal tarefa seja bem executada.

Além disso, o pesquisador deve se cercar de equipamentos como microfone(s), gravadores digitais, computador, papel e caneta e, sendo possível, mesa e cadeiras, bem como câmeras, mídias de armazenamento etc. O tempo e a duração de cada sessão também é um fator importante, pois deriva não só da vontade do pesquisador, mas, e principalmente, da disponibilidade do colaborador. Os horários ou períodos devem ser combinados com antecedência, pois o colaborador pode ter atividades laborais, familiares ou de outra natureza que podem dificultar a sua chegada ou permanência no local combinado.

Por experiência, sessões muito extensas podem provocar cansaço e desinteresse no colaborador e com isso diminuir a qualidade da informação elicitada. Assim, em combinação, podemos considerar um tempo máximo de duas horas ou até menos, de acordo com o que o colaborador considera mais produtivo ou ainda em um período matutino ou vespertino em que a aldeia se encontra mais tranquila ou envolvida em seus afazeres cotidianos.

Os dados coletados devem ser rotulados de forma a que o pesquisador possa buscá-los eficazmente. Não existe um padrão a ser executado para tal fim, entretanto, é importante destacar que algumas informações são fundamentais nesta rotulagem, que pode ter ordem diversa da apresentada, mas que garanta uma uniformidade na informação. Destacamos para tal o nome, o sexo e a idade do colaborador; quando e onde o texto foi coletado e o contexto mais amplo de sua ocorrência, quando possível. Quando relevante, é possível registrar o estado civil, a religião ou ainda o status ou a posição social do colaborador ou ainda qualquer informação que o pesquisador considere importante. Todas estas ações devem ser realizadas durante ou logo em seguida à gravação para que informações eventualmente importantes não sejam esquecidas ou anotadas com imprecisão.

Como se pode ver, são muitas informações ou estratégias que podem ser adotadas para um levantamento de dados linguísticos muito próximo do ideal. Como não é possível contemplar esta temática de forma mais ampla, recomendamos a leitura de manuais que tratem do assunto em suas múltiplas perspectivas. Alguns destes materiais estão disponíveis em língua inglesa, o que pode dificultar o acesso a alguns estudantes. Ainda assim, sugerimos a leitura dos seguintes autores, além dos já apresentados anteriormente: Samarin (1967), Everett (2004), Meakins, Green & Turpin (2018) e muitos outros que podem ser saboreados antes da realização do trabalho de campo.

Por fim, gostaríamos de destacar que, embora o foco deste trabalho tenha sido as línguas indígenas no Brasil, as estratégias e metodologias aqui apresentadas podem ser associadas aos povos e culturas indígenas em que o português é a língua funcional em seus cotidianos. Como já dito, tal realidade está presente em todas as regiões brasileiras. Estes povos e culturas, por suas dinâmicas históricas e sociais, devem atrair o olhar de pesquisadores que se debruçam sobre estas realidades sóciohistóricas e linguísticas e abram novos caminhos de pesquisa, especialmente se forem realizadas por pesquisadores de cada povo.

Conclusão

Este artigo procurou, em linhas gerais, apresentar algumas estratégias que motivem ou orientem a realização do trabalho de campo, especialmente os voltados para as línguas e culturas dos povos indígenas no Brasil. O seu fio condutor foi demonstrar que determinadas atitudes de estudo podem favorecer a elaboração do projeto de pesquisa em que estejam refletidos os procedimentos a serem executados antes e durante o trabalho de campo.

Certamente, a realização da pesquisa de campo é o 'lôcus' de satisfação pessoal, aliada a uma realização intelectual, tendo em vista que, além de ser um lugar de aprendizagens múltiplas, os desafios impostos pela pesquisa favorecem a descoberta de dados relevantes derivados do estudo linguístico, bem como o conhecimento ou sua ampliação sobre culturas ainda pouco atravessadas pela visão de mundo do ocidente ('civilizado?'), o que implica em enxergar o outro a partir de suas visões de mundo e perspectivas de vida características e particulares. O que, sem dúvidas, é um grande desafio.

Embora este trabalho dirija-se aos estudantes de graduação e pós-graduação de alguma (sub)Área da linguística, alguns procedimentos e atitudes são extensíveis a outros pesquisadores, que se sentem desafiados a entender a complexa e dinâmica estrutura que é a linguagem humana. Esperamos que o nosso objetivo tenha sido minimamente alcançado.

Referências

BEUAD, S. & WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOWERN, C. **Linguistic Fieldwork: a practical guide**. New York: Palgrave MacMillan, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/660138>. Acesso em: 01/12/2024.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 01/12/2024.

COOPER, R.L. **Language planning and social change**. Cambridge: CUP, 1989.

CRYSTAL, D. Glossary (Language Planning). In: Bright, William (ed.). **International encyclopedia of Linguistics: v. 4**. Oxford: Oxford University Press, pp. 310-311, 1992.

DE PAULA, A. S. **A língua dos índios da aldeia Barão: aspectos fonológicos e morfológicos**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Recife: UFPE, 1992.

DE PAULA, A. S. **A língua dos índios Yawanawá do Acre**. Maceió: EDUFAL, 2007.

DIXON, R. M. W. **Basic linguistic theory**: Volume 1, Methodology. Oxford: Oxford

University Press., 2010a.

DIXON, R. M. W. **Basic linguistic theory**: Volume 2, Grammatical topics. Oxford: Oxford University Press. 2010b.

DIXON, R. M. W. **Basic linguistic theory**: Volume 3, Further grammatical topics. Oxford: Oxford University Press., 2012.

EVERETT, D. L. Coherent fieldwork. In: Piet van Sterkenberg (ed.). **Linguistics today**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 141-162, 2004.

KRAUSS, M. **The world's languages in crisis**. Language v. 68 (1), pp. 4-10, 1992.

MEAKINS, F., GREEN, J. & TURPIN, M. **Understanding Linguistic Fieldwork**. New York: Routledge, 2018.

MARCONI, M. A. & LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

NEWMAN, P. & RATLIFF, M. (eds.). **Linguistic fieldwork**. Cambridge: CUP, 2001.

PAYNE, T. E. **Describing morphosyntax**: A guide for field linguists. Cambridge: CUP, 1997.

RODRIGUES, A. D. **Tarefas da lingüística no Brasil**. Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada, vol. 1, n. 1, p. 4-15, 1966.

RODRIGUES, A. D. **Línguas Brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

SAMARIN, W. J. **Field linguistics**. New York: Holt, Rinehart, & Winston, 1967.

SEKI, L. **Línguas indígenas no Brasil no limiar do século XXI**. Revista Impulso, vol. 12, no. 27, p. 233-256, 2000.

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>. Acesso em 03/12/2024.

“Menino veste azul, menina veste rosa” (?): um estudo sobre o uso das cores em chás revelação

*Ícaro de Carvalho Bismarck Lopes*¹²

*Danniel da Silva Carvalho*¹³

Introdução

Considerando que todo discurso se configura ideologicamente e que não há uma palavra neutra, “menino veste azul e menina veste rosa” leva a um olhar sobre os não-ditos e o engendramento decorrente dessa narrativa. Assim sendo, este estudo buscou entender como as questões levantadas pelo uso das cores em chá revelação se relacionam com as formas de controle do corpo e da sexualidade, além de identificar as práticas em que esse discurso se concretiza.

A pesquisa fundamentou-se nas perspectivas teóricas da Análise de Discurso (AD) de linha francesa de Michel Pêcheux (2014) e Orlandi

¹² Doutorando em Teoria e Análise Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestre em Língua e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em Letras Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde também foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET), de 2009 a 2011, desenvolvendo atividades em pesquisa, ensino e extensão. Tem experiência na área de Estudos Linguísticos, com ênfase em estudos sobre Concordância Nominal no Português Brasileiro e aspectos sobre Gênero. Email: icaro.lopes@fale.ufal.br

¹³ Com doutorado em Linguística (2008) pela Universidade Federal de Alagoas, é professor associado de Linguística em exercício na Universidade Federal de Alagoas. Foi pesquisador visitante na Queen Mary, University of London (2014-2015) e no Instituto de Investigaciones Filosóficas da Sociedad Argentina de Análisis Filosófico (2021-2022). Possui experiência conduzindo pesquisas sobre os seguintes temas: morfossintaxe das línguas naturais, estudos sobre gênero, sexualidade e língua e sociolinguística cuir. Alguns dos trabalhos que desenvolveu e orientou incluem a estrutura interna de pronomes em português, traços phi e seu papel na morfossintaxe das línguas e identidades de gênero e sexualidade em comunidades LGBTQIA+. E-mail: danniel silvacarvalho@gmail.com

(2008, 2020) no Brasil. Além disso, buscou-se os pressupostos do materialismo histórico-dialético através de Marx e Engels (2005, 2011).

Para a análise, o *corpus* será composto por duas materialidades presentes em discursos produzidos em vídeos de *Youtube* que registram momentos de chá revelação, na tentativa de pensar como tais discursos se inserem como uma tentativa de regulação do corpo.

Essa análise pôde revelar um posicionamento ideológico, político, social e religioso em relação às relações de gênero entre homens e mulheres. Dessa forma, as discussões sobre essas categorias e os pressupostos teóricos abordados evidenciam a importância de questionarmos as estruturas de poder presentes na sociedade que perpetuam discursos preconceituosos.

É menino ou menina? Os discursos do e nos chás revelação

De acordo com matéria publicada pela revista Crescer (2023), do grupo Globo, um levantamento feito pelo Google apontou um crescimento de cerca de quatro vezes (+290%) nas pesquisas por chá revelação no Brasil de 8 de novembro de 2018 a 9 de novembro de 2023.

Funciona assim: a comemoração é organizada com referências a ambos os sexos e, durante o evento, amigos e familiares ficam sabendo se o bebê que vai nascer é menino ou menina. Muitas vezes, os próprios pais só descobrem o sexo do filho durante a festa: eles pedem para um amigo próximo ou parente ver antes de todos o resultado do exame de sexagem fetal e arquitetar a revelação. E acredite: há muitas formas divertidas de anunciar ao mundo o sexo do bebê. Tem quem use balões, *sprays*, ovos ocos ou até o recheio do bolo.

Hoje, como apontam Conceição, Souza e Movio (2023), a celebração é considerada uma ocasião especial, que envolve uma série de preparativos, desde o exame de ultrassonografia que revela o sexo do bebê, até a lista de convidados, a escolha do local, as lembrancinhas, a parte de alimentos e bebidas, a decoração, e, principalmente, o momento mais aguardado da festa: a revelação do sexo do bebê.

Esse tipo de festa se tornou especialmente popular nos Estados Unidos, e os vídeos de alguns desses eventos viralizaram nas redes sociais, rapidamente se espalhando para outros países, incluindo o Brasil. Nesse

cenário, os chás revelação foram "cooptados por pessoas mais conservadoras que têm um jeito específico de pensar sobre gênero" (Barifouse, 2019).

Factualmente, "o gênero não é inscrito no corpo passivamente, nem é determinado. Pela natureza, pela linguagem, pelo simbólico, ou pela história. Assoberbante do patriarcado. O gênero e aquilo que é assumido". (Butler, 2013, p. 87). Assim sendo, olhar por essa perspectiva é algo desafiador pois desestabiliza crenças e costumes enraizados na sociedade.

Quando uma criança não desempenha o papel social esperado, o preconceito surge. A partir desse momento, começa a receber apelidos ofensivos, como "aquele menino é muito sensível, nunca será um homem de verdade", "menina macho, só faz coisas de menino", "aquele garoto está brincando de boneca? Que veado!", "menina, se você continuar fazendo coisas de menino, nenhum garoto vai te querer".

A construção de gênero impacta de forma mais intensa as mulheres, que, ao longo da história, sempre foram percebidas como inferiores e incapazes em comparação aos homens. Muitas vezes, elas se sentem condicionadas e dependentes de um homem, o que as leva a acreditar que são menos capazes em qualquer área que desejam atuar. Isso se reflete, atualmente, no sexismo.

Dessa forma, como colocam Sena, Fraga e Mendonça (2020), quando essas falas são reproduzidas, reafirmam uma estrutura de masculinidade frágil e tóxica, plantando, assim, uma semente de preconceitos, ensinado a esses meninos que qualquer coisa que desafie sua "masculinidade" é uma ameaça e deve ser vista com medo, ódio e desprezo.

Alves, Silva e Passos (2023) reforçam que desde nossa gestação, através do "chá revelação", somos determinados a exercer um papel específico, a performar dentro de um "espaço" predeterminado, seja enquanto homem (azul) ou enquanto mulher (rosa). Essa construção restritiva, resultado dos ideais sociais reguladores, impõe-se sobre as pessoas ao longo de toda a sua vida, controlando e limitando o que elas podem dizer, como devem se comportar e agir, além de determinar como seus corpos devem performar.

Autores já citados aqui como Judith Butler alertam que, em toda sociedade, existem mecanismos e estruturas de controle que atuam sobre

os indivíduos, tentando desarticulá-los e reorganizá-los conforme seus interesses. Nesse sentido, esses dispositivos buscam constranger e subjugar as pessoas, transformando-as em seres obedientes e funcionais.

Partindo desses pressupostos, Alves, Silva e Passos (2023) apontam que a tecnologia política do corpo cria um saber-poder cujo objetivo é controlar suas forças e capacidades, seja para diminuí-las ou para transformá-las em uma força de trabalho eficiente e útil. Para isso, é necessário desenvolver subjetividades que sejam dóceis e normalizadas. Assim, essa tecnologia inclui mecanismos disciplinares e normalizadores que visam reduzir a potência política dos corpos, ao mesmo tempo em que aumentam sua utilidade e obediência. Assim, é essa tecnologia política do corpo que molda as subjetividades.

Através do pensamento de Butler, que dialoga intimamente com as análises foucaultianas, é possível inferir que mesmo o controle-estimulação, como o exemplo “Fique nu...”, possui um objetivo claro: a formação dos corpos por meio de restrições fundamentais. Essas restrições não apenas geram o domínio de corpos que são inteligíveis, pensáveis e materializáveis, os quais têm relevância, mas também criam “[...] um domínio de corpos que são impensáveis, abjetos, inabitáveis [...]” (Butler, 2020, p. 12).

Os dispositivos de controle, assim, não apenas moldam o que é considerado humano, mas também definem o que é visto como “menos humano”. Como posto por Alves, Silva e Passos (2023), o processo de materialização dos corpos cria um binarismo entre aqueles que são valorizados e os que são considerados irrelevantes, configurando uma dimensão do poder que é tanto produtiva quanto formativa. Nesse binarismo, de um lado estão os héteros, brancos, homens, belos, saudáveis e jovens; do outro lado, encontram-se os LGBTQIPN+, negros, mulheres, doentes, velhos e aqueles que são considerados anormais.

Seguramente, ao problematizarmos os chás revelação, estamos investigando a relação entre o discurso inerente à legitimação do sexo e da identidade de gênero e a replicação social do fundamentalismo biológico via consumo. Para tanto, como afirmado por Ribeiro et al. (2018), passa-se pelo discurso intrínseco ao corpo significado no ventre da mulher e performatizado no momento da revelação do sexo biológico em que o consumo se torna a materialização e a legitimação do sexo e de uma pos-

sível identidade a ser construída coletivamente por intermédio das generalizações reproduzidas pelas noções de masculinidade e de feminilidade. Contudo, para Shilling (2006), os corpos são entidades inacabadas, desde o nascer e ao entrar na vida social o corpo começa uma jornada contínua de construção e reconstrução.

Dessa maneira, segundo os autores supracitados no parágrafo anterior, revela-se a busca pela legitimação do sexo biológico, que ignora o gênero em um indivíduo que ainda não teve acesso aos significados sociais e culturais que formam a identidade de cada pessoa. Assim, o valor simbólico do sexo se concretiza por meio do consumo, manifestado em roupas nas cores azul ou rosa e em brinquedos como bolas de futebol, bonecas, carrinhos, panelinhas de comida e bonecos de bebê.

Na projeção das expectativas estabelecidas pelos pais, refletem-se os desejos e as percepções sobre o que significa ser homem ou mulher. Um exemplo disso é o desejo de que o bebê seja do sexo masculino e se torne um futuro jogador de futebol. Sob essa perspectiva, as intervenções e (re)significações do sexo são objetificadas de maneira performática em papéis sociais. Assim, o consumo passa a ser um guia e um agente de formação desses papéis sociais, resultando na replicação e na criação de um modelo hegemônico.

Nessa cealuma, um exemplo que muitas vezes aparece de forma implícita como algo "dado" ou "natural" é a popularidade do consumo de roupas de bebê, onde o rosa é associado às meninas e o azul aos meninos. Essa situação ilustra a importância de replicar e manter as distinções entre os corpos, mesmo na ausência de uma identidade já formada (Ribeiro et al., 2018).

Para Shilling (2006), pensando a partir dos pressupostos de Bourdieu, o corpo é um fenômeno inacabado que está em um constante processo de construção e de transformação. Historicamente, a prática de igualar os corpos como universais e "naturais" tem favorecido alguns grupos sociais dominantes como, homens brancos, heterossexuais e com corpos que refletem padrões de masculinidade. Essas, por sua vez, tornam-se as causas das desigualdades que tem nos corpos imutáveis, naturais e biológicos um padrão que baliza as identidades de gênero, procurando, deste modo, igualar a identidade com o corpo biológico.

Nessa perspectiva, o trabalho de Connell (1983, 1987) lança luz ao corpo como um projeto, sendo assim, por causa de seu inacabamento ao

nascer, o corpo está em um processo contínuo de formação que se inicia na entrada da vida social. Essas questões, por vezes, mudam e se baseiam na legitimidade de imagens refletidas socialmente. Essas mudanças podem ser planejadas desde o nascimento e também dependem de práticas sociais que podem ser potencialmente revertidas ao longo da vida.

A ideia de superioridade masculina em relação à feminina começou a ser reforçada principalmente entre o século XVII e início do século XIX, destacando características como força, racionalidade, habilidade e raça. No entanto, de acordo com Connell e Pearse (2015), os traços dessa herança ainda são reproduzidos, mesmo que de maneira sutil e diferenciada. Um exemplo disso é como a hegemonia masculina é transmitida desde a infância, como quando os meninos evitam se misturar com as meninas.

De fato, essa dinâmica implica uma noção de inferioridade e fragilidade que afeta esse processo, influenciando a escolha dos grupos com os quais os meninos desejam se identificar. Na visão dos autores supracitados, desde a infância, a socialização dos meninos por meio das brincadeiras, brinquedos e espaços são incentivadas com o intuito de desenvolver os traços de masculinidade, do mesmo modo, busca-se reprimir e conter as emoções e sentimentos.

Conforme Ribeiro et al. (2018), para embasar e estruturar as discussões apresentadas, a análise do discurso da corrente francesa, na linha de Pêcheux, destaca-se como um guia para explorar e desafiar o estudo da cultura do consumo. Isso se dá por meio dos valores representativos e simbólicos que permeiam esse universo, onde os discursos legitimam a formação de sentidos e significados sobre o que implica ser masculino ou feminino em um corpo que, em teoria, ainda não interage dialeticamente com o mundo exterior.

Assim sendo, além de propor uma teorização sobre os fenômenos analisados, a opção pela AD da linha francesa no presente estudo foi motivada pela relevância analítica de seus instrumentos. Esse método se mostra eficaz e profundo para o estudo dos fenômenos relacionados ao consumo, proporcionando um aumento na compreensão, relevância e distinção.

Diante disso, como afirma Orlandi (2020), a AD busca responder a um conjunto específico de pressupostos que permitem a formação e a operacionalização do discurso como objeto de estudo. Logo, a análise a seguir vai além de uma simples aplicação, uma vez que sua relação abrange

teoria, objeto e prática científica, cenário em que o discurso se apresenta como um campo de questões voltadas para a compreensão de história, sujeito, linguagem e ideologia.

À vista disso, é importante entender o significado dos discursos elaborados e reproduzidos pelos enunciadorees, considerando a relação entre a identidade ainda não formada, o discurso relacionado à legitimação do sexo, a construção de gênero e a reprodução social do fundamentalismo biológico por meio do consumo. Isso inclui o discurso associado ao corpo, que é simbolizado no ventre da mulher e se manifesta no momento da revelação do sexo biológico, onde o consumo se torna a materialização e a validação do sexo e de uma identidade potencial a ser construída coletivamente, a partir das generalizações sobre masculinidade e feminilidade (Ribeiro et al., 2018).

Como destaca Bento (2011, p. 550), na cerimônia dos “chás revelação”, a família e/ou as/os amigas/ os baseiam-se no exame de sexagem fetal para planejar criteriosamente a vida de uma criança ainda em gestação, indo da escolha da cor do quarto à roupa que o bebê usará no dia a dia. Esse exame ecográfico é capaz “de gerar expectativas que serão materializadas posteriormente em brinquedos, cores, modelos de roupas e projetos para o/a futuro/a filho/a”.

Em conformidade, Freitas, Couto Júnior e Carvalho (2023) destacam que os chás estão associados a uma visão naturalizada que considera o sexo biológico como uma das principais características que distinguem e separam os seres humanos. Com base nesse critério, as pessoas são classificadas como homens ou mulheres.

Essa classificação, na verdade, revela uma lógica fictícia, na qual ser homem ou mulher está ligado a um conjunto de normas e papéis socio-culturais que são constantemente reiterados, ensinados e assimilados no dia a dia. Assim sendo, “se o corpo é circunscrito no contexto de normas inteligíveis, nos preocupam todas as vidas que, porventura, desviam-se das práticas e ações hegemônicas, performatizando gêneros em inconformidade com as normas regulatórias” (Couto Júnior et al., 2020, p. 478).

Os “chás” fazem parte de um “projeto de masculinização dos meninos e feminilização das meninas” (Baliscei, 2022), que consiste em “práticas culturais que buscam atribuir gêneros aos corpos das crianças desde muito cedo, com o objetivo de adequá-las às normas binárias, cisgênero e

heterossexuais que predominam na sociedade atual” (p. 19). Além disso, esse processo “negligencia o gênero em um indivíduo que ainda não teve contato com os significados sociais e culturais constitutivos da identidade de cada sujeito” (Ribeiro et al., 2018, p. 4).

Nesse diapasão, Segato (2018) reforça que nos ritos de celebração dos “chás” é operacionalizado-calcificado o “mandato da masculinidade” por meio de múltiplos enunciados: “meu filho vai ser macho como o pai, vai pegar geral”, “a cegonha está trazendo uma princesa”, “os papais aqui não veem a hora de saber se você será um príncipe ou uma princesa”.

Ainda na visão da autora, o mandato da masculinidade “é adquirido como um título e deve ser renovado e comprovado como tal” (p. 42). Esse comportamento é reforçado diariamente em nosso contexto por homens que adotam práticas machistas e sexistas, bem como por outros homens que apoiam essas atitudes, perpetuando a hierarquia, os privilégios e as formas de dominação. Além disso, essa visão considera o corpo feminino como algo frágil, que requer cuidado, proteção, atenção e zelo.

Como posto por Carvalho (2021), esse mandato é tóxico, cruel e violento não apenas em relação aos outros, mas também para os próprios homens que o seguem. Eles sentem a necessidade de demonstrar para si mesmos e para outros homens, seus pares, que são fortes, machos, dominadores, que não choram, não têm sentimentos e são impiedosos, cruéis e rígidos.

Além disso, Freitas, Couto Júnior e Carvalho (2023) atentam para o fato de que o mandato da masculinidade produz suas marcas impositivas-normativas de gênero em vários espaços-tempos, como na cultura dos “chás de revelação”, nas redes sociais, família, escola, religião, trabalho.

Ademais, cabe mencionar que o “gênero” atua como um marcador social de identidade e diferença, ou seja, é um elemento fundamental nas relações sociais que se baseiam nas distinções percebidas entre os sexos e uma forma primária de atribuir significado às relações de poder (Scott, 1995, p. 86 *apud* Freitas, Couto Júnior e Carvalho, 2023). Essa concepção sustenta e reforça um regime heterocentrado, onde as mulheres são ensinadas desde cedo a serem submissas, não tendo acesso a certas tarefas ou cargos, enquanto os homens aprendem a se impor sobre as mulheres para serem reconhecidos por sua força e virilidade. Nesse contexto, os homens não podem adotar comportamentos considerados femininos, pois isso os desqualificaria em uma sociedade cultural e estruturalmente patriarcal e machista.

Assim sendo, as análises subsequentes partem dos fragmentos discursivos, erigidas, como já posto, sob o prisma da AD de corrente francesa de linha pechetiana, em que se analisa o contexto e os aspectos sociais, históricos e ideológicos imbricados nas narrativas. Para tanto, usaremos fragmentos retirados de dois vídeos do *YouTube* que registraram momentos de chás revelação.

Na SD a seguir se encontram as marcas do gênero no sexo biológico no momento da revelação, em que as cores, os símbolos e discursos vão balizar o futuro papel social performatizado antes mesmo do nascimento de uma menina ou menino.

SD 1

- Eu sei que estão todos curiosos, mas já já ficarão sabendo. [...] Logo, logo estarei correndo pela nossa casa. Mas e aí? Será que usarei a maquiagem da mamãe ou as ferramentas do papai?

Sobre tal materialidade, como já afirmado por Freitas, Couto Júnior e Carvalho (2023), caracterizar a menina como aquela que usará a maquiagem da mãe ou o menino como aquele que irá usar as ferramentas do pai é uma das inúmeras formas de enquadrar os corpos nesse binarismo que impõe modos de vivência e comportamentos.

Nesse cenário, conforme Salgado, Souza e Willms (2018, p. 35), qualquer sujeito que escape ou ouse não se encaixar é “amordaçado” ou “expurgado”, e assim posto sob um sistema hierárquico que separa corpos e gêneros: “sexo biológico feminino – mulher – identificação com modos, valores, afetos, pensamentos considerados exclusivamente femininos [...]; sexo biológico masculino – homem – identificação com modos, valores, afetos e pensamentos considerados exclusivamente masculinos”.

Se o marcador gênero funciona para organizar social e culturalmente a vida cotidiana, como destaca Meyer (2014), é esperada essa obsessão do Ocidente pelo “descobrimento” do sexo da pessoa em “chás de revelação”, com brincadeiras de “adivinhação” que reiteram a força das normas regulatórias sobre os corpos e os gêneros. Logo, todo esse investimento sociocultural de enquadramento dessa criança dentro de um determinado gênero é parte de “um empreendimento considerável por parte

das famílias e das instituições sociais para manter intacto o símbolo hegemônico do que é ser ‘menino’ e ‘menina’ na sociedade ocidental contemporânea” (Couto Júnior et al., 2020, p. 484).

As relações de gênero no ambiente familiar se configuram como um espaço privilegiado para a reprodução dos estereótipos de uma sociedade patriarcal e capitalista. Assim, há uma tendência a padronizar a família como um arquétipo sólido, que é reforçado pela biologia e explicado pela cultura, servindo para legitimar o modelo de família patriarcal que existe há séculos no Ocidente. É dentro de casa, com sua família, que a criança é exposta a esses referentes e, a partir deles, aprende maneiras específicas de ver, entender e sentir o mundo, além de construir valores e estabelecer relações afetivas e sociais (Freitas, Couto Júnior e Carvalho, 2023).

Consideramos urgente questionar esse modelo produtor de opressão, dominação, exclusão e desigualdade, transgredindo “as mesmas normas que nos formam e que tentam, incessantemente, nos moldar à luz de uma organização social majoritariamente calcada na divisão binária do mundo pelo órgão sexual (pênis ↔ homem ↔ masculino / vulva ↔ mulher ↔ feminino)” (Couto Júnior e Brito, 2018, p. 93). Sendo assim, é necessário questionar os padrões heteronormativos que buscam controlar os corpos e gêneros que não se encaixam nas expectativas, relegando-os à condição de seres abjetos.

Em um segundo vídeo, é possível extrair a seguinte SD:

SD 2

Bisavó: Eu sempre sonhei em ter um neto homem! Então essa sua gravidez eu tenbo sonhado que é homem.

[...]

- Deus pode fazer! Deus é capaz! Deus é fiel! E... Deus sabe o que faz! Vem filha, vem Eloá, que significa “Deus supremo”.

Neste, é possível notar que o marcador “religião” apareceu com uma certa frequência, o que chamou a nossa atenção. No vídeo, a família esperava a chegada de um menino, mas, segundo a crença, “Deus quis” que fosse uma menina.

Essa divisão de papéis sociais, em conformidade a uma análise feita por Freitas, Couto Júnior e Carvalho (2023), gera consequências significativas em nossa história, especialmente para as mulheres, que são ensinadas a serem submissas. Além disso, certos grupos religiosos, também cristãos, promovem essa diferenciação de papéis sociais com base na valorização da moral cristã, o que tem levado à desvalorização da mulher na sociedade. Assim, ter uma criança do sexo feminino não é visto como algo “muito aceitável” ou “positivo”, pois se parte da ideia de que seu papel será de servidão ao homem, um espaço historicamente marcado pela exclusão e dominação.

Sobre isso, Souza (2007, p. 18) lança luz ao afirmar que “as representações socioculturais de homens e mulheres, que evocam a desigualdade social baseada na diferença sexual, são sacramentadas pela religião, naturalizando, dessa forma, violência de gênero”. Assim, quando um dos integrantes da família deseja “ter um neto homem!”, está moldando a imagem de como esse neto deve ser, definindo o papel social que ele ocupará. Isso implica que sua criação e educação estarão alinhadas às expectativas impostas em relação ao seu corpo, além dos valores e códigos morais valorizados pela racionalidade cristã.

Como destacam Salgado, Souza e Willms (2018, p. 29), as violências engendradas como mecanismo de poder no cristianismo reiteram “opressões e expurgos das dissidências sexuais e de gênero, bem como a naturalização de uma masculinidade dominante e de uma feminilidade submissa, que encerram mulheres e homens em modos de ser e viver pautados em hierarquias e desigualdades produtoras de violências”.

A respeito disso, Freitas, Couto Júnior e Carvalho (2023) reiteram que essa fixação em normatizar os corpos, as sexualidades e o estilo de vida dos outros resulta em sofrimento e violência contra aqueles que não se encaixam nesses padrões, tudo em nome de uma religiosidade baseada na opressão e na discriminação.

É importante ressaltar que, ao longo da história do cristianismo, a figura masculina sempre ocupou um papel central (como Deus, Jesus, Abraão, Moisés, Josué, Davi, entre outros), enquanto as mulheres são frequentemente relegadas a uma posição secundária. Segundo os mesmos autores, isso se deve ao fato de que elas são retratadas e representadas como culpadas pela prática do pecado original, a responsabilização de Eva por ter provado o fruto proibido (o conhecimento), pecando assim contra Deus.

Partindo desses pressupostos, foi possível entender como os “chás de revelação” reforçam e intensificam o “projeto de masculinização dos meninos” e o “projeto de feminilização das meninas” em nossa sociedade, conceitos de Baliscei (2022) já apresentados aqui. Isso nos leva a refletir sobre os conceitos que fundamentam esses projetos, que buscam estabelecer a ideia de que ser um sujeito heterossexual e cristão é a única forma válida de existência para um corpo.

Como afirmado por Segato (2018), o chamado "mandato da masculinidade" é disseminado por certas pessoas durante os chás revelação (como pais, avós e bisavós), o que ajuda a manter práticas machistas e sexistas dentro da família. Em consonância com Freitas, Couto Júnior e Carvalho (2023), acreditamos que desconstruir esse mandato é uma tarefa bastante desafiadora, pois exige um esforço contínuo em nossas vivências e ações para promover uma cultura antissexista e antimachista.

Nessa explosão de chás revelação no Brasil, estamos falando, assim, da produção de um conjunto de evidências forjadas pelo jogo da repetição (Guilbert, 2020). E como já indicado por Nascimento (2023), é desse modo que a ideologia dominante opera para a reprodução das condições de produção nessa respectiva formação social. Segundo este último, a despeito dos efeitos de sentido associados a estas perspectivas hegemônicas, a revolta e a resistência precisam ser afirmadas como constituintes do processo discursivo que investigamos.

Em relação às cores, de acordo com Nascimento (2023), em certas circunstâncias, estas atuam como um dispositivo de significação devido à sua ligação com determinadas formações ideológicas. Assim como “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’, [...], mas existe em relação às formações ideológicas” (Pêcheux, 2014, p. 146-147) [grifo no original], o uso da cor também segue essa mesma lógica em certas situações empíricas.

Ainda de acordo com o mesmo autor supracitado, assim como “não há uma relação clara de literalidade do significante” no uso das palavras, esta também não se aplica ao uso das cores. Em vez de significar de maneira literal e fixa, a cor carrega um significado ideológico. Na verdade, a situação atual da política brasileira tem proporcionado à AD diversas oportunidades para explorar esse tema. Um dos exemplos mais intrigantes, em nossa opinião, é o enunciado “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”.

Orlandi (2020) abordou de forma breve essa questão das cores ao analisar o famoso enunciado “vote sem medo”, que foi divulgado durante uma eleição em um campus universitário por meio de uma faixa preta com letras brancas grandes. De acordo com a autora, a cor preta da faixa carrega uma memória: “se a analisarmos sob a perspectiva da cromatografia política, o negro tem sido associado ao fascismo, aos conservadores e à ‘direita’ em sua expressão política” (p. 27).

Com base nos mesmos princípios teóricos, a autora também aponta que “a cor vermelha está historicamente relacionada a posições revolucionárias e transformadoras”. Assim, quando utilizada em contextos específicos, a cor adquire significado a partir de sua conexão com determinadas memórias, refletindo as diversas posições ideológicas em disputa.

De acordo com Pêcheux (2014), seja pela natureza falível de qualquer ritual que busca impor ideologias, seja pela intensidade do sofrimento que recai sobre aqueles que não se encaixam no ideal de homem cis-heterossexual-branco-rico, é essencial entender que estamos lidando com um movimento de disputas de significados. Assim, desejamos destacar a importância das lutas e dos confrontos que essa parte da população enfrenta, sobretudo no que tange às relações de trabalho na sociedade capitalista, tópico que será discutido a seguir.

É possível compreender, portanto, que discursos que associam cores específicas, como rosa para meninas e azul para meninos, ajudam a perpetuar preconceitos de várias maneiras. Factualmente, atribuir cores a gêneros reforça a ideia de que existem comportamentos e características “naturais” para meninos e meninas, limitando a expressão individual e promovendo estereótipos.

Além disso, essa divisão de cores cria expectativas sobre como meninos e meninas devem se comportar, levando a pressões sociais que podem resultar em *bullying* ou exclusão para aqueles que não se conformam. A imposição de cores e comportamentos associados pode restringir a identidade das crianças, fazendo com que se sintam obrigadas a se encaixar em moldes pré-definidos, o que pode afetar sua autoestima e autoaceitação.

A ideia de que certas cores são “apropriadas” para um gênero específico sustenta uma visão binária e patriarcal, que marginaliza identidades não conformes e perpetua a desigualdade de gênero, sobretudo na sociedade do capital. Quando as crianças são ensinadas a associar certas cores

a determinados gêneros, interesses e atividades são desvalorizados, o que pode inibir a exploração de talentos e paixões que não se alinham com essas normas, impondo situações de controle e dominação.

Esses fatores contribuem para a manutenção de uma cultura que discrimina e limita as possibilidades de expressão e identidade de gênero, perpetuando preconceitos e desigualdades. Como já indicado por Orlandi (2020), diz-se “X” para não se dizer “Y”. No caso em questão, diz-se “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” como um movimento da ideologia que corrobora a reprodução das condições de produção, na medida em que as forças produtivas dos discursos de e sobre gênero ficam imunes ao que escapa a uma formação discursiva homem-cis-hétero-cristão detentor dos meios de produção. Nessa celeuma, como já apontava Nascimento (2023), o estado burguês e o capital seguem firmes em seu *continuum*.

Considerações finais

O uso das cores em chás revelou demonstrou um posicionamento ideológico, político, social e religioso sobre as relações de gêneros. Estes acontecimentos discursivos podem aderir a diferentes formas e estar presente em diferentes momentos da história, pois o mesmo enunciado repetido e difundido por tantas vozes e sujeitos, mostra as diferentes condições e possibilidades históricas que são reproduzidas, sempre com dominâncias heteronormativas.

A utilização das cores de forma planejada torna-se uma arma poderosa para a manipulação dos consumidores ou para a representação de determinados valores, sentidos e significados.

Nessa celeuma, os chás revelaram potencializam o “projeto de masculinização dos meninos” e o “projeto de feminilização das meninas” em nossa sociedade, ratificam ideários que visam pavimentar a ideia de sujeito heterossexual e cristão como a única possibilidade para a existência de um corpo.

Referências

ALVES, C; SILVA, E. O; PASSOS, F. A. **Estigma e dispositivos de controle: a presença cênica de pessoas com deficiência.** Pitágoras 500, Campinas, SP, v. 13, e023006, 2023. DOI: 10.20396/pita.v13i00.8673241

BALISCEI, J. P. “É de Menina *E* de Menino!?”: Trocando o “Ou” pelo “E”. In. BALISCEI, João Paulo (Org.): **É de menina ou menino?** Imagens de gêneros, sexualidades e educação. Editora Bagai: Curitiba-PR, 2022, pp. 8-16.

BARIFOUSE, R. **Por que a 'criadora do chá de revelação' se arrepende de ter ajudado a lançar essa moda.** BBC News Brasil em São Paulo - 5 dezembro 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50663535>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BENTO, B. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, maio/ago. 2011, pp. 549-559. Disponível em: <https://bit.ly/1VWhF9m>. Acesso em: 09 nov. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão de identidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BUTLHER, J. **Corpos que importam:** os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2020.

CARVALHO, F. S. P. **#Pedagogiasciberculturais:** como aprendemos-ensinamos a nos tornar o que somos? 2021. 190f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2013_2-1195-DO.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

CONCEIÇÃO, I. O; SOUZA, C. B; MOVIO, J. K. A. **Rosa ou azul?** Um estudo sobre o uso das cores no chá revelação. Revista Científica Acertte, v. 3, n. 6, 2023. ISSN 2763-8928

CONNELL, R. W. **Sexo e Poder.** Cambridge: Polity Press, 1987.

CONNELL, R. W. **Which way is up?:** Essays on sex, class, and culture. Allen & Unwin Academic., 1983.

CONNEL, R; PEARSE, R. **Gênero:** uma perspectiva global. Tradução da 3. ed e revisão técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

COUTO JUNIOR, D. R; BRITO, Leandro Teofilo de. **“Vocês conhecem algumx ‘heterossexual flexível?’”**: masculinidades performativas em debate. Educação Temática Digital, Campinas, v. 20, n. 1, jan./mar. 2018, pp. 81-97. Disponível em: <https://bit.ly/2D0q3SY>. Acesso em: 17 nov. 2024.

COUTO JUNIOR, D. R. et al. **Celebrando a normatização da vida**: (re)pensando os corpos infantis arbitrariamente generificados em vídeos de “chás de revelação” do YouTube. Revista Interinstitucional Artes de Educar, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, maio/ago. 2020, pp. 469-488. Disponível em: <https://bit.ly/2WTzuwQ>. Acesso em: 13 nov. 2024.

FREITAS, P. R; COUTO JUNIOR, D. R; CARVALHO, F. **“Eu sempre sonhei em ter um neto homem!”**: cartografando vídeos de “chás de revelação” no YouTube. O Social em Questão, v. 1, n. 55, Enero, Jan a Abr/2023, pp. 37-58.

GUILBERT, T. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Tradução de Guilherme Adorno et al., Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

MEYER, D. E. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, D. E; PARAÍSO, M. A. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014, pp. 49-63.

NASCIMENTO, P. S. **O discurso sobre a mineração em Alagoas, o caso Braskem**: capitalismo, ideologia e disputa de sentidos. 2024. 209 f. Tese (doutorado em Linguística e Literatura: Linguística). Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2023.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 13ª edição, Campinas: Pontes Editores, 2020.

PECHÊUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi, 5ª edição, Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PESQUISAS no google por chá revelação cresceram 290% nos últimos 5 anos. Revista CRESCER. 2023. Disponível em:

<https://revistacrescer.globo.com/gravidez/enxoval/cha-de-bebe/noticia/2023/11/pesquisas-no-google-por-cha-revelacao-cresceram-290percent-nos-ultimos-5-anos.ghtml>. Acesso em: 8 nov. 2024.

RIBEIRO, C. B. A. et al. **Azul ou rosa? Futebol ou boneca? Menino ou menina?** O Chá de Revelação e o espectro dos papéis sociais no consumo e na construção da identidade de gênero. IX Encontro Nacional de Estudos do Consumo. 21 a 23/11/2018, ESPM, Rio de Janeiro, RJ.

SALGADO, R. G; SOUZA, L. L; WILLMS, E. E. **Infância, arte, gênero, sexualidade e educação:** a mordaca e a criminalização em nome da proteção. Periódicus, Salvador, v. 1, n. 9, maio/out. 2018, pp. 26-54. Disponível em: <https://bit.ly/2SpvDoH>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SCOTT, J. W. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEGATO, R. **Contra-pedagogías de la crueldad. Ciudad Autónoma de Buenos Aires:** Promoteo Libros, 2018.

SENA, D. M. R; FRAGA, J. T; MENDONÇA, J. G. R. **Menino veste azul, menina veste rosa:** uma reflexão sobre as relações de gênero reforçadas na educação infantil. Revista Diversidade e Educação, v. 8, n. 2, jul./dez. 2020, pp. 576-594.

SHILLING, C. **The Body and Social Theory.** (2ª ed.). London: Nottingham Trent University, 2006.

SOUZA, S. D. **Violência de gênero e religião:** alguns questionamentos que podem orientar a discussão sobre a elaboração de políticas públicas. Revista Mandrágora, São Paulo, v. 13, n. 13, 2007, pp. 15-21. Disponível em: <https://bit.ly/3atlzYg>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Despalatalização do /ʎ/ no falar alagoano: uma revisão sistemática

Selma Cruz Santos¹⁴

Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória¹⁵

Introdução

Neste recorte da minha pesquisa de doutorado (em andamento), analisaremos os caminhos trilhados para alcançar os resultados de cada estudo selecionado. Apresentaremos alguns estudos já realizados e resultados encontrados sobre a variação da consoante lateral palatal no Português Brasileiro (PB). Para identificar trabalhos previamente desenvolvidos sobre este fenômeno no Brasil, utilizamos o *Google Acadêmico*, um sistema de busca eletrônica que permite encontrar artigos científicos, teses e dissertações, oferecendo informações atuais e históricas confiáveis.

A busca no *Google Acadêmico* é relativamente simples, mas requer conhecimento sobre o que procurar para obter os trabalhos mais relevantes. As pesquisas podem ser realizadas pelo nome do autor; disciplinas; áreas científicas; assuntos específicos; ou palavras-chave relacionadas ao tema de estudo. Para o nosso estudo, usamos as seguintes palavras-chave: lateral palatal análise variacionista; sociolinguística; lateral alveolar; variação da lateral palatal. Ao final apresentaremos os resultados encontrados,

¹⁴ É doutoranda em Linguística na UFAL. Mestra em Linguística pela UFAL (2018) e graduada em Letras Português/Espanhol (2013) pelo Centro Universitário Cesmac (2013). Atua como professora na Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEDUC-AL). Tem experiência em ensino de línguas, especialmente espanhol, e suas áreas de atuação incluem Línguas Estrangeiras Modernas, Linguística e Sociolinguística.

Email: selma.santos@fale.ufal.br

¹⁵ Doutora em Linguística e Professora da UFAL. Atua como Docente no curso de Letras-Português da FALE, Docente Permanente no PPGLL e Docente no PROFLETRAS. Atua na linha de Teoria e Análise Linguística, com ênfase em Sociolinguística Variacionista e Sociolinguística Histórica. Atualmente faz parte da comissão científica da área de Sociolinguística da ABRALIN e integra o GT de Sociolinguística da Anpoll.

Email: elyne.vitorio@fale.ufal.br

bem como as considerações parciais dos achados e as possíveis contribuições para o desenvolvimento do nosso fenômeno linguístico.

Despalatalização do /ʎ/: uma revisão sistemática

A revisão sistemática é uma ferramenta valiosa que agrega rigor e precisão à pesquisa científica, promovendo um entendimento mais completo e confiável de um tema específico, neste caso a despalatalização do /ʎ/ no Português Brasileiro (PB).

Dito isto, apresentaremos alguns estudos já realizados sobre a variação na consoante lateral palatal no PB. Para a busca de trabalhos já desenvolvidos sobre tal fenômeno no Brasil, utilizamos o mecanismo do *Google Acadêmico*, um sistema de busca eletrônica de artigos científicos, teses e dissertações que oferece a estudantes e profissionais de diversas áreas a possibilidade de encontrar informações fidedignas, atuais ou antigas, elevando assim a qualidade da informação disponível. Este serviço de busca é relativamente simples, mas devemos saber o que procurar, dessa forma conseguiremos os trabalhos mais relevantes. Essa busca pode ser realizada pelo nome do autor, por disciplinas, por área científica ou por assunto, por meio de palavras chaves relacionadas ao que se está pesquisando. No caso do nosso estudo, buscamos por tais palavras chaves: lateral palatal análise variacionista; sociolinguística; lateral alveolar; variação da lateral palatal¹⁶.

Ao todo, na plataforma *Google Acadêmico* apareceram 317 (trezentos e dezessete) trabalhos, desenvolvidos entre 2012 e 2024¹⁷. Porém somente 12 (doze) serão apresentados nesta revisão de literatura: 9 artigos, 2 dissertações de mestrado e 1 capítulo de livro. Os critérios de seleção dos estudos foram: as pesquisas tinham que partir da perspectiva teórica e metodológica da Sociolinguística Variacionista; os estudos tinham que ser desenvolvidos por meio da análise quantitativa; os estudos tinham que ser

¹⁶ A palavra-chave: despalatalização não foi utilizada, pois aparece o fenômeno linguístico da palatalização do /d/ e /t/.

¹⁷ Apesar do período selecionado ser de apenas 12 anos, é importante ressaltar que os estudos primários sobre o assunto foram considerados e investigados, são eles: Oliveira (1983) e Madureira (1987).

realizados em língua portuguesa (pois nosso objeto é relacionado ao português brasileiro); e os estudos tinham que apresentar resultados estatísticos, fonológicos e fonéticos.

Estudos encontrados dentro dos critérios

Oliveira et al. (2021) investigam, sob a ótica da sociolinguística variacionista, a despalatalização da lateral palatal no estado de Alagoas, com o objetivo de investigar que fatores sociais e linguísticos condicionam a realização de [ʎ]. Nesse estudo, os autores analisam a variável dependente binária composta por duas variantes: a variante lateral palatal [ʎ] - a conservadora; e a variante despalatalizada - a inovadora.

Os autores investigam variáveis sociais, como sexo, idade, escolaridade e região; e variáveis linguísticas, como contexto/vogal anterior, contexto/vogal seguinte, quantidade de sílabas, classe gramatical e acento. Para a análise quantitativa dos dados, os autores utilizam o software R e sua interface RStudio.

No mesmo estudo, Oliveira et al. (2021) concluíram que a despalatalização da lateral palatal é mais condicionada por pessoas do sexo masculino e a quem tem um nível de escolaridade mais baixa. Os autores percebem uma valoração negativa desta variante, que pode provocar uma mudança linguística futura. Em relação à variável região, obtiveram o seguinte resultado: há uma diferença no comportamento linguístico entre as regiões selecionadas para análise, de modo que as regiões Litoral (Capital Maceió), Agreste (Arapiraca e Palmeira dos Índios) e Sertão (Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema) têm comportamento linguístico bem discrepante, sendo o processo de despalatalização da lateral palatal condicionado pela proximidade à região Litoral. Já em relação às variáveis linguísticas, no que se refere à classe gramatical, o fator que mais condiciona a despalatalização é o pronome clítico 'lhe'; na variável tonicidade, é a sílaba átona que favorece o processo; no contexto anterior, o fator que condiciona favoravelmente o processo é a vogal /u/; e no contexto seguinte, a vogal /i/. Os autores ainda investigam as variáveis de nível mais agregado (item lexical e informante), e observam que o informante, como variável de nível mais

agregado, interfere na variação em cerca de 46%, indicando que, possivelmente, outros fatores do comportamento do falante interferem na realização da variante despatalizada.

Hora e Schwindt (2022) analisam a consoante lateral palatal [ʎ] em uma comunidade quilombola, objetivando investigar o apagamento da lateral palatal [Ø] em relação às variáveis sociais observadas, como sexo, idade e escolaridade. Quanto às variáveis linguísticas, os autores as dividem em fonético-fonológicas (vogal precedente, vogal seguinte, tonicidade da sílaba contendo e número de sílabas) e léxico-morfológicas (classe, afiliação morfológica de ʎ, categoria morfológica da V final, número e frequência do lexema). Para a análise quantitativa dos dados, os autores utilizam o software R e sua interface RStudio. Para cada variável linguística investigada, os autores descrevem suas hipóteses/perguntas que embasam cada uma dessas variáveis.

Na hipótese/pergunta relacionada à variável vogal, precedente do primeiro grupo das variáveis fonético-fonológicas, os autores exploram os aspectos relativos à coarticulação ou mesmo a uma possível natureza assimilatória do processo. Considerando que a variante palatal se caracteriza como um segmento alto, os autores buscam saber se a altura da vogal que a precede pode engatilhar um uso não padrão. Os autores centralizam de modo particular o apagamento da palatal: nessa variável, as vogais foram classificadas pelo critério da altura. Para analisar a variável vogal seguinte, a hipótese/pergunta leva em consideração, igualmente, questões em torno de assimilação e coarticulação. Neste caso, entretanto, investiga-se se a abertura da vogal que segue /ʎ/ interfere no apagamento da palatal, identificando-se se há interferência em encontros vocálicos com vogais abertas (médio-abertas e abertas), que são, em princípio, sempre tônicas nessa posição, em oposição às fechadas (médio-fechadas e fechadas), que em alguns casos são átonas. Na variável tonicidade, os autores analisam se a debilidade de sílabas átonas, que em geral favorece o apagamento de consoantes em coda, tem alguma influência sobre o apagamento de segmentos em posição de onset. Na última variável desse primeiro grupo, isto é, o número de sílabas, foi analisado se palavras mais curtas, com apenas duas sílabas, são menos suscetíveis ao apagamento.

Seguem-se, então, as hipóteses para o segundo grupo das variáveis linguísticas léxico-morfológicas. A classe, primeira variável, apesar de ser

analisada, é compreendida como irrelevante para o fenômeno do apagamento da palatal. Na variável filiação morfológica de λ , os autores investigaram se as raízes são mais preservadas de apagamento que os sufixos. Logo, entende-se que essa variável está indiretamente relacionada ao tamanho da palavra. Na variável categoria morfológica da V final, foi investigado se vogais que exponenciam masculino ou feminino, vogais temáticas verbais ou, ainda, vogais (tônicas) que ocupam a última posição da raiz, seguindo λ , têm algum papel na sua preservação. Na variável número, investigou-se se as formas no plural são mais preservadoras que formas no singular. Na última variável desse grupo, frequência do lexema, os autores investigam se o apagamento da palatal é mais comum em palavras mais recorrentes ou menos recorrentes na língua.

Nesse estudo de Hora e Schwindt (2022), os dados apontam as variáveis como estatisticamente significativas para o apagamento de λ , bem como a baixa escolaridade como condicionadora do fenômeno e a preferência pelo apagamento de λ pelos homens. No contexto seguinte, foram consideradas estatisticamente significativas, em interações mulheres/jovens, a vogal média-alta; a vogal alta no contexto precedente; e a vogal aberta. Em relação às variáveis de nível mais agregado, eles observam o comportamento preponderante da palavra e pouca influência do participante, ou seja, a palavra potencialmente explica o efeito favorecedor de vogal precedente e vogal seguinte e o participante explica o efeito combinado e desfavorecedor, neste caso, sexo e faixa etária.

Silva e Carvalho (2014) investigam a despalatalização da lateral palatal λ no falar teresinense, entretanto não apontam quais foram as variáveis linguísticas observadas, por outro lado investigam as variáveis sociais sexo, idade e escolaridade. Na análise quantitativa dos dados, foi utilizado o software Goldvarb X.

As autoras concluem que o fenômeno da despalatalização é favorecido pelos homens 0.65, pela baixa escolaridade 0.89. Já em relação às variáveis linguísticas, as autoras apontam que a variável anterioridade/posterioridade apresentam o fator “anterior”, que corresponde às vogais anteriores “e” e “i” 0.80, como favorecedor da despalatalização. Silva e Carvalho (2014) apresentam, ainda, a variável extensão da palavra como favorecedora do fenômeno: seus dados apontam que as palavras formadas por mais de duas sílabas são mais favoráveis ao fenômeno da despalatalização

0.59. Logo, as autoras afirmam que a despalatalização pode ser caracterizada como variação diastrática (social), dada a influência dos fatores sociais. Conforme Silva e Carvalho (2014), a despalatalização não se restringe a uma região específica, já que a pesquisa analisou habitantes de bairros da zona norte (Nova Brasília, Mafrense e Alto Alegre) da cidade de Teresina.

Em sua pesquisa, no município de Itaituba-PA, Oliveira (2016) centralizou sua análise da lateral palatal /l/ (grifo da autora) somente nas variáveis sociais sexo, idade e escolaridade. Para a análise quantitativa dos dados, a autora utilizou o IVARB, que faz parte do software Varbrul. A partir das rodadas do programa estatístico, foram selecionadas somente as variáveis sexo e escolaridade.

A autora apresenta os seguintes resultados: a manutenção da variante palatal /ʎ/ é favorecida pelos falantes mais escolarizados 0.69; na variável sexo, os dados apresentam que o fenômeno é favorecido pelas mulheres 0.59; na variante despalatalizada, os dados apontam o favorecimento dos menos escolarizados e do gênero masculino. Para fundamentar tais resultados relacionados à variante despalatalizada, a autora pontua que a variante alveolar parece estar ligada à fala do imigrante nordestino, mais especificamente do garimpeiro. Logo, para Oliveira (2016), a variante alveolar, caracteriza-se como uma variante desprestigiada no município de Itaituba-PA. Esse resultado vai de encontro aos estudos anteriormente citados, pois mesmo apontando para os favorecimentos do sexo/gênero masculino e da baixa ou nenhuma escolaridade na produção do fenômeno, os demais estudos não apresentam a despalatalização da lateral palatal /l/ como desprestigiada: ela é compreendida como inovadora.

Oliveira (2016) testa o cruzamento das variáveis sociais selecionadas, sexo e escolaridade, e aponta os seguintes resultados: os mais escolarizados favorecem a realização da palatal mais que os menos e os não escolarizados, que favorecem a variante despalatalizada. Quanto ao sexo, pode-se dizer que as mulheres preferem a palatal /ʎ/ e os homens tendem a realizar a alveolar /l/.

Santos e Chaves (2012) analisam a realização da lateral palatal no Acre: uma análise no Alto Acre (Brasileia, Assis Brasil e Xapuri) e outra na Regional de Purus (Manuel Urbano, Santa Rosa e Sena Madureira). Em um total de 327 ocorrências, os autores investigam as variáveis sociais sexo

e faixa etária. Porém não explicitam as variáveis linguísticas que foram observadas e selecionadas para seu estudo. Diferentemente dos trabalhos já mencionados, a pesquisa de Santos e Chaves (2012) não teve auxílio de softwares estatísticos para rodar os dados.

Os resultados encontrados por Santos e Chaves (2012) para as variáveis linguísticas apontam que a variante [ʎ] ocorre predominantemente depois da vogal média alta anterior [e] e antes da vogal alta posterior [u], enquanto as variantes [y] e [ø] ocorrem preferencialmente depois da vogal média anterior aberta [ɛ] e antes da vogal baixa [a]. E [ɹ], com apenas uma realização, tende a ocorrer depois da vogal [e] e antes da vogal nasal [ɪ]. Para as variáveis sociais, as autoras obtiveram os seguintes resultados: a variante [ʎ] é predominante na fala de todos os informantes, principalmente nos mais jovens e nas mulheres, e em segundo lugar, encontra-se [y] como variante mais produtiva.

Freire (2019) investiga a variação da lateral palatal na fala jacaruense, na Paraíba. A autora divide o estudo em dois momentos: no primeiro, o foco da descrição e da análise recai sobre a variável /ʎ/; no segundo, ela volta a atenção para a variável /l/ - que trata da descrição e análise da variável /l/ pós-vocálica, que tem como variantes [w], [Ø], [r], [ʎ] e [j]. Nosso foco dar-se-á somente no primeiro momento deste estudo. O autor investiga as variáveis sociais sexo, escolaridade e idade; e as variáveis linguísticas contexto fonológico seguinte, contexto fonológico precedente e número de sílabas do vocábulo. Para a análise quantitativa dos dados, a autora utilizou o software Goldvarb X.

Freire (2019) aponta os seguintes resultados relacionados à manutenção da variante [ʎ] no contexto fonológico seguinte: o traço [labial] das vogais favorece a manutenção da lateral palatal. No contexto fonológico precedente, ocorre o contrário: os traços [coronal] e [dorsal] expressam o favorecimento da manutenção do segmento /ʎ/. Compreende-se, assim, que os falantes jacarauenses preferem realizar a lateral palatal /ʎ/ em vocábulos que tenham três sílabas (espelho, malhação, quadrilha, pavilhão; por exemplo).

Santos (2019) investiga o comportamento variável da lateral palatal no português brasileiro falado na comunidade de Manaíra-Paraíba, sob os panoramas teórico-metodológicos da Teoria da Variação Laboviana. De acordo com a autora, a pesquisa nessa comunidade se justifica devido à

carência de investigações que contemplem o fenômeno da variação da consoante lateral palatal. A autora encontrou cinco realizações da consoante da lateral palatal, são elas: [ʎ] - lateral palatal, [lʝ] - lateral palatalizada, [l] - lateral alveolar, [y] - semivogal e [Ø] - apagamento. Não foi descrito o programa estatístico utilizado para a quantificação dos dados.

Santos (2019) aponta os seguintes resultados: a lateral palatal [ʎ] é a variante com maior atuação na comunidade estudada; o segmento palatal e o palatalizado [lʝ] são condicionados pela vogal [a] em contexto antecedente; alveolar é favorecida pela vogal [u]. Quanto ao apagamento, ocorre quando antecedido de [ɛ] e [e]. A variante vocalizada, por sua vez, apresentou três vogais favorecedoras: [o], [i] e [a].

Santos (2019) também aponta resultados para as variáveis sociais: a lateral alveolar [l] mostrou ser mais recorrente entre homens menos escolarizados e de meia idade (31 a 49 anos); [y] e [Ø] estão mais presentes entre homens menos escolarizados e mais velhos (mais de 50 anos); a forma de prestígio [ʎ] é mais condicionada por mulheres, jovens e pessoas com nível escolar mais elevado.

Sá (2023) investiga o comportamento da variável lateral palatal /ʎ/ no falar quilombola do estado de Pernambuco, sob os auspícios da Sociolinguística Variacionista. O autor analisa as variáveis sociais sexo, idade e ponto de inquérito; e as variáveis linguísticas tonicidade, contexto precedente e seguinte. Na análise quantitativa dos dados, foi utilizado o software Goldvarb X.

Sá (2023) obteve os seguintes resultados para a variável ponto de inquérito: a inovação na fala dos quilombolas das comunidades Buenos Aires e Poço Dantas, no Moxotó; e em Mundo Novo, no Ipanema de Pernambuco. Levou-se em consideração os percentuais elevados para a iotização ou ausência da consoante palatal em relação à sua manutenção. Na comunidade de Angico a palatal se sobressai, enquanto a despalatalização teve um percentual equiparado em Urubu e nas demais comunidades investigadas. Levou-se em consideração a média dos percentuais mais elevados nas comunidades investigadas pelo autor: variantes lateral palatal /ʎ/ e iotizada (24%); /y/ (25%); variante despalatalizada /l/ (20%).

O autor apresenta os seguintes resultados: a variação da lateral palatal decorre do perfil social do informante e do contexto seguinte à con-

soante. Em um resultado diferente dos demais estudos citados anteriormente, em que houve categoricidade em relação à preservação da palatal, os quilombos pernambucanos estudados parecem ter um falar mais inovador, uma vez que as variantes que sinalizam a despalatalização e a iotização da consoante se apresentaram de modo mais evidente. Dessa forma, os resultados apontam para uma inibição da variante conservadora [ʎ], uma vez que as mulheres, sobretudo da segunda faixa etária, preferiram as variantes inovadoras, ou seja, em que a consoante perdeu o traço palatal. Em relação às variáveis linguísticas, a despalatalização decorre da vogal articulada após a consoante palatal.

Quandt (2018) investigou a lateral palatal no português do Brasil e no português europeu de forma comparativa. Nosso estudo voltar-se-á para os dados coletados no estado do Rio de Janeiro, pois nossa pesquisa se concentra na variação da lateral palatal no PB. A autora analisou as variantes lateral palatalizada[lj]; lateral palatal; [ʎ] despalatalização + iode (lj); despalatalização [l]; iotização [j]; e síncope [Ø]. Para a análise quantitativa dos dados, foi utilizado o software Goldvarb X.

Autora analisou as variáveis sociais sexo; idade; e escolaridade. Nas variáveis linguísticas, analisou os contextos antecedente e subsequente; a classe de vocábulo; a tonicidade da sílaba em que incide o segmento; o número de sílabas do vocábulo; a presença ou ausência de outra líquida palatal no vocábulo; e a frequência do vocábulo no *corpus*.

Quandt (2018) apresenta os seguintes dados, destacando que são apresentados apenas os resultados das variáveis estatisticamente significativas para o software: o primeiro trata da variante mais realizada pelos falantes do Rio de Janeiro, a variante palatalizada[lj], por sua alta incidência nos dados. Favorecedoras da aplicação da lateral palatalizada, a faixa etária e a classe do vocábulo foram as variáveis selecionadas em todas as rodadas efetuadas. Para a variável faixa etária, foi exposto o seguinte resultado: a variação [ʎ] ~ [lj] parece ser um fenômeno estável, uma vez que os índices de ocorrência de [lj] estão distribuídos de forma homogênea pelas três faixas etárias investigadas, ou seja, os resultados demonstram que os mais velhos são os que mais usam [ʎ] e os mais novos os que mais implementam [lj]. Para a variável classe, a autora apresenta que no PB os verbos são os que mais influenciam a ocorrência da lateral palatalizada.

Battisti e Soares (2022), diferentemente dos demais estudos, realizam uma análise quantitativa da variação da lateral palatal. Nesse trabalho, as autoras explanam a representação fonológica e a variabilidade de superfície da lateral palatal no PB.

Santos (2018), em sua dissertação de mestrado, investigou a variação da lateral palatal nos falares alagoanos em 6 cidades (Arapiraca, Maceió, Delmiro Gouveia, União dos Palmares, Santana do Ipanema e São Miguel dos Milagres). Foram investigados dois fenômenos variáveis, são eles: a despalatalização da lateral palatal [l] e a semivocalização da lateral palatal [j]. Como esta pesquisa se volta para a despalatalização da lateral palatal [l], apresentaremos apenas os resultados que tratam da variante em questão.

A autora considerou as variáveis sociais sexo/gênero; idade; escolaridade; e cidade. Para as variáveis sociais, foram considerados os contextos anterior e seguinte; a tonicidade; o tamanho da palavra; e a frequência. Considerou-se, ainda, as variáveis de nível mais agregado, como item lexical e indivíduo. Para a análise quantitativa dos dados, os autores utilizam o software R e sua interface RStudio.

Para os resultados referentes às variáveis sociais, a autora aponta que a variante despalatalizada [l] é condicionada, principalmente, pelo contexto seguinte, composto por vogais coronais, constatando que esse processo é fonologicamente caracterizado como condicionado. Para as variáveis de nível mais agregado, a autora conclui que a despalatalização é um processo linguístico e social mais generalizado, ou seja, a realização da variante despalatalizada atinge de forma mais geral os itens lexicais e os indivíduos.

Santos (2018) aponta os seguintes resultados para as variáveis sociais: a despalatalização é um processo de variação diatópica em Alagoas, sobretudo na cidade de Delmiro Gouveia. Em relação à variável escolaridade, a variante despalatalizada é condicionada pelos menos escolarizados. No que diz respeito à interação entre as variáveis sexo/gênero e faixa etária, os resultados não foram conclusivos, apesar da interação se apresentar significativa estatisticamente. De acordo com os dados, a despalatalização [l] é favorecida entre homens adultos e desfavorecida entre mulheres adultas. Dessa forma, a autora pôde concluir que a despalatalização é um processo de variação estável.

Cardoso (2014) investigou os falares de Manaus, cidade que não havia sido investigada pelo Atlas Linguístico do Amazonas – ALFAMA, nos

bairros Alvorada, São Raimundo, Educandos e Colônia Antônio Aleixo. As variáveis sociais observadas foram sexo; idade; e escolaridade. A autora utilizou o programa de geração de cartas linguísticas SGVCLin (Software para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas) para inserir as respostas.

Cardoso (2014) aponta que o bairro Colônia foi o único a apresentar a despalatalização, ocorrida por meio do vocábulo colheita. A autora relata que o fenômeno foi realizado por dois homens, um da segunda faixa etária e outro da terceira faixa etária. A autora também aponta que a realização de [lj] foi predominante em ambos os gêneros, e expressiva nos bairros Alvorada e Educandos. Contudo, ao analisar somente a variante palatal, foi observado que ela é condicionada pelas mulheres e que a terceira faixa é a que mais favorece a realização do processo.

Considerações parciais

Fazendo uma análise dos estudos selecionados, percebemos que a variante mais realizada é a palatal /ʎ/ - entendida como a variante padrão, e variante /l/ - entendida como inovadora. Outro fator que nos chama a atenção é a quantidade de estudos sobre a variação da lateral palatal na região Nordeste, pois dos 12 estudos, 7 foram realizados no Nordeste, 3 da região Norte, 1 da região Sudeste, e somente 1 que explora a variação da lateral palatal de forma generalizada, explorando a representação fonológica e sua variabilidade.

Os estudos apresentam, de forma unânime, que o nível mais elevado da escolaridade do falante é o que mais impulsiona a manutenção da realização da variante palatal /ʎ/, outro fator que a condiciona são as mulheres. Por outro lado, o nível escolar mais baixo ou a falta dele é favorecedor da variante despalatalizada /l/, como também são os homens.

O estudo de Santos (2018), por sua vez, aponta uma diferença entre homens e mulheres na faixa etária intermediária, ou seja, nas pessoas adultas, e merece ser investigado mais acuradamente. Resta, portanto, observarmos se em Alagoas, nas cidades a serem analisadas nesta pesquisa, essa realidade também se mantém, bem como observarmos se essa é uma mudança linguística em curso ou uma variação estável.

Referências

- BATTISTI, E.; SOARES, E. P. M. **Representação fonológica e variabilidade de superfície da lateral palatal no português brasileiro.** Letrônica, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 1-17, jan.-dez. 2022 e-ISSN: 1984-4301.
- CARDOSO, L. P. **Atlas linguístico dos falares de Manaus – ALFAMA.** Dissertação de Mestrado. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2014.
- DA HORA, D; SCHWINDT, L. C. **A consoante lateral palatal em uma comunidade quilombola.** Letrônica, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 1-21, jan.-dez. 2022 e-ISSN: 1984-4301.
- Freire, Josenildo Barbosa. Comportamento fonético-fonológico das laterais /λ, l/ no falar paraibano. Revista Prolíngua, Volume 14 - Número 1 - mai/ago de 2019.
- MADUREIRA, E. D. **Difusão lexical e variação fonológica: o fator semântico.** Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, ano 6, n.5, v.1, p.5-22, jan./jun. 1997.
- MADUREIRA, E. D. **Reanálise de alguns aspectos da vocalização da lateral palatal no português.** Revista de Estudos da Linguagem. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, v8, n1, p.125-145. jan/jun. 1999.
- MADUREIRA, E. D. **Sobre as condições da vocalização da lateral palatal no português.** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.
- OLIVEIRA, M. A. **Phonologica variation and change in bralizian portuguese: the case of the liquids.** Dissertação de mestrado – University of Pennsylvania, EUA, 1983.
- OLIVEIRA, A. J. **Português alagoano: proposta de constituição de um banco de dados de falares alagoanos.** Maceió, UFAL, 2013. Projeto de Pesquisa.

OLIVEIRA, A. A; MARQUES, A. K. L. O; OLIVEIRA, A. B. F.. **“Já li conheço, mulé”**: uma análise da despalatalização da lateral palatal. Santana do Ipanema/AL. vol. 6, n. 1, p. 1680-1698, jan./mar. 2021.

OLIVEIRA, M. B. **Palatalização de /l/**: atuação de fatores sociais. SIGNUM: Estud. Ling., Londrina, n. 19/2, p. 239-259, dez. 2016.

SÁ, Edmilson José de. **O comportamento da variável palatal /ʎ/ no falar quilombola em Pernambuco**. Variedades do Português Brasileiro Falado em Comunidades Tradicionais. v. 11, n. 2. maio/jul – 2023.

SANTOS, M. **O comportamento da lateral palatal no falar manairense**: um estudo sociolinguístico.

SANTOS, S. C. **Variação na lateral palatal em falares alagoanos**: despalatalização e semivocalização. 2018. 66 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SANTOS, J. M.; CHAVES, L. M. N. **A realização da lateral palatal /ʎ/ no atlas linguístico do Acre** (ALIAC). Revista Philologus, Ano 18, N° 54 – Suplemento: Anais da V JNLFLP. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2012, p. 142-159.

SILVA, L. R. O; CARVALHO, L. S. **A despalatalização de /ʎ/ no falar teresinense**: uma análise sociolinguística. Revista Philologus, Ano 20, N° 58 #– Supl.: Anais do VI SINEFIL. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2014.

QUANDT, V. O. In: A lateral palatal no português do brasil e no português europeu: um estudo sociolinguístico comparativo. **Uma história de investigações sobre a língua portuguesa**: homenagem a Sílvia Brandão. 1ª ed. São Paulo: Blucher, 201.

Aquisição do sintagma flexional IP: uma questão de gramática periférica

*Fellype Costa*¹⁸
*Adeilson Sedrins*¹⁹

Introdução

Este estudo se propõe a descrever o processo de aquisição do sintagma flexional IP (Inflectional Phrase) de verbos irregulares do Português Brasileiro por cinco crianças com idades entre 06 a 10 anos. Descrever esse processo significa, no entanto, a necessidade de um debate acerca do processo de aquisição da linguagem enquanto fenômeno universal, de quais mecanismos morfofonológicos estão envolvidos na aquisição, de como o IP se situa no quadro da morfologia verbal do português brasileiro e de que forma a aquisição das flexões verbais revela ou não uma estabilidade na gramática infantil.

Partimos do quadro da Linguística Gerativa (L.G), mais especificamente do modelo de Princípios e Parâmetros (P.P), o qual ganhou espaço a partir de 1980 e persiste até os dias atuais. Convém ressaltar que a pesquisa gerativa teve início em 1957 com a publicação de Estruturas Sintáticas e, após várias reformulações, tem-se o que hoje é conhecido como Programa Minimalista (P.M). De acordo com Chomsky (1995, p. 20), “o PM não é um novo quadro teórico da gramática generativa-transformacional”, de modo que, embora tenha base na teoria de P.P, o P.M não o substitui.

¹⁸ Mestrando em Teoria e Análise Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, E-mail: lipeletras080892@gmail.com

¹⁹ É professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da UFAL, integra o Programa de Estudos Linguísticos (PRELIN), vinculado a esse Programa e é líder do Grupo de Estudos em Teoria da Gramática (GETEGRA), vinculado ao diretório do CNPq. É professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da UFAL, integra o Programa de Estudos Linguísticos (PRELIN), vinculado a esse Programa e é líder do Grupo de Estudos em Teoria da Gramática (GETEGRA), vinculado ao diretório do CNPq. E-mail: sedrins@gmail.com.

Segundo Chomsky (1975), o estudo da linguagem deve descrever princípios abstratos que regem a competência linguística e sua realização, os quais, por uma condição biológica, são universais. Nesse sentido, os princípios estariam codificados no genoma humano, não sendo, portanto, um acaso da história da espécie humana. É preciso considerar que uma criança sem problemas neurológicos Chomsky (1975) utiliza o termo “normal” para se referir a crianças aptas ao desenvolvimento de uma língua-I. Aqui, no entanto, optou-se pela substituição do termo dada a polissemia de “normal”.], no processo de aquisição, de modo inconsciente, faz uso de regras que estão em sua mente, isto é, sem esforço, ela tem acesso a esses princípios. Trata-se de um conhecimento intuitivo, o qual regula a aquisição da linguagem.

Gramática Nuclear e Gramática Periférica

Conforme Kato (2005), há duas gramáticas que são formatadas no processo de aquisição, já teorizadas por Chomsky (1981). Segundo Chomsky (1981), trata-se da gramática nuclear e da gramática periférica. A primeira é uma idealização, sendo virtual, universal, uma vez que abrange um grande conjunto de línguas. Tal gramática, de acordo com Chomsky (1981), envolve a maior parte dos processos que ocorrem na aquisição da linguagem. Por outro lado, tem-se a gramática periférica, na qual se concentram fenômenos linguísticos particulares, como empréstimos linguísticos e neologismos. Parece haver razões para se determinar que a aquisição das flexões verbais pertence a essa gramática.

Nesse sentido, existe uma fase, no processo de aquisição, em que as crianças aprendem uma regra produtiva, que é a de formação de verbos regulares, e a utiliza para formar todos os verbos da língua, incluídos os irregulares. Trata-se do processo de “sobregeneralização” (Grolla; Silva, 2014) em que surgem alternâncias entre a forma esperada e verbos flexionados como “fazi”, “trazi” e “cabi”, por exemplo, em referência aos verbos “fazer”, “trazer” e “caber”. O que não é consenso, todavia, sobre a sobregeneralização, também denominada de alternância de fonemas consonantais (Goulart, 2015, 2017) é a idade em que tais formas ocorrem no

vocabulário infantil. Para Grolla; Silva (2014), por exemplo, elas ocorreriam entre os dois e três anos de idade, o que refuta nossa hipótese de que as regularizações ocorrem em crianças com mais de nove anos.

Ademais, o processo de escolarização interfere na aquisição da linguagem, mais especificamente do fenômeno analisado nesta pesquisa. É fato que quando chega à escola, a criança já apresenta um vasto conhecimento de sua gramática nuclear, pois a maior parte dos processos já estão formatados. Para kato (2005), a gramática do letrado é formada por tentativas de recuperação de perdas linguísticas para o desenvolvimento do letramento. Quanto à aquisição das flexões verbais, nossa hipótese é de que esse processo faz parte da gramática periférica, aprendida, sobretudo, na escola.

Marcelino (2017), ao estudar a aquisição de segunda língua (L2), afirma que o acesso à gramática universal para L2 parte dos princípios que regem a aquisição da primeira língua. Para Marcelino (2017), ao adquirir uma língua com a ordem sujeito-verbo-objeto, por exemplo, a criança seleciona uma marcação paramétrica que só é possível se os dados oferecidos pela língua permitirem tal marcação. Nesse ínterim, o autor também utiliza as noções de Chomsky (1981) para diferenciar gramática periférica e gramática nuclear. Trata-se de conceito de periferia marcada, na qual é possível autor diz ainda que é razoável ter a hipótese de que uma GU determine uma série de gramáticas nucleares representadas na mente de um indivíduo, conquanto dentro de uma idealização linguística de homogeneidade, que seria uma gramática periférica dentro de uma gramática nuclear.

Dessa forma, para Marcelino (2017), o conhecimento linguístico do aluno em processo de escolarização não é um reflexo exato das formas consideradas “corretas” pela gramática normativa. De maneira análoga, também não reflete a aquisição da gramática nuclear. Isso dá evidências de que essa “segunda gramática”, a periférica, possui particularidades próprias que parecem se relacionar com as formas aprendidas na escola por meio do acesso à gramática normativa. Acreditamos que a aquisição das flexões verbais irregulares faz parte da gramática periférica.

Metodologia

Conforme já expusemos, este estudo selecionou 15 verbos irregulares, os quais são os verbos “dar”, “odiar”, “passear”, “enxaguar”, “incendiar”, “trazer”, “caber”, “fazer”, “saber”, “dizer”, “dormir”, “mentir”, “ouvir”, “pedir” e “fugir”. A escolha dos verbos se deu pelo critério do uso, pois, dentre os 50 verbos irregulares existentes no português brasileiro, apresentados pelo Dicionário de Frequência do Português Brasileiro Contemporâneo (Biderman, 1997), esses 15 verbos já foram ouvidos ou produzidos pelas crianças.

Além disso, a fim de observarmos se há uma hierarquia quanto à aquisição das conjugações, selecionamos a mesma quantidade para cada uma dessas conjugações. Para a realização da pesquisa, as perguntas foram feitas com 14 verbos no infinitivo e 01 verbo no particípio (“enxaguar”), a fim de manter a coerência desse verbo dentro da narrativa escrita pelo pesquisador. Trata-se de uma narrativa em que os verbos analisados estão dentro de uma história em que o personagem “Joaozinho”, que mora na lua, chega à Terra e precisa aprender a falar.

Para que o personagem “Joaozinho” pudesse falar, foi solicitado que a criança completasse a lacuna da sentença correspondente ao verbo específico analisado. Esse tipo de metodologia de coleta de dados é descrito por Grolla e Silva (2014) como produção eliciada, já que nessa técnica o controle das respostas é direcionado para o objeto analisado. Antes do informante completar a sentença, como teste piloto, o pesquisador elaborou três frases com verbos regulares e ele mesmo completou o espaço correspondente dessas orações, a fim de permitir que o entrevistado compreendesse a regra da “brincadeira”: No quadro a seguir, constam as sentenças utilizadas para a produção eliciada.

Quadro 2: Questionário de coleta de dados

1- Eu costumo dar lanches aos meus amigos, então eu _____. (dar)
2- Eu costumo passear na lua, então eu _____.(passear)
3- Eu não posso dizer palavrões, então eu não _____.(dizer)
4- Quando venho a Terra, costumo trazer minha mala, então eu _____. (trazer)
5- Eu não costumo caber em minhas roupas, então eu não _____.(caber)

6- Eu costumo fazer brincadeiras diferentes lá na lua, então eu _____. (fazer)
7- Eu costumo saber o nome de todos os habitantes da lua, então eu _____. (saber)
8- Eu também costumo dormir muito, então eu _____. (dormir)
9- Eu cheguei a Terra e gosto de ouvir o barulhinho do mar, então eu _____. (ouvir)
10- Mas eu tenho que pedir aos meus pais para fazer isso, então eu _____. (pedir)
11- Não posso mentir para meus pais, então eu não _____. (mentir)
12- Também não posso fugir de casa, então eu não _____. (fugir)
13- Mas teve um pequeno acidente na lua. Foi com o senhor <i>Troll</i> do planeta malvado. Ele cometeu um incêndio na lua. Ele gosta de incendiar outros lugares. Então ele _____. (incendiar)
14- Foi preciso que eu enxaguasse toda a lua, então eu _____. (enxaguar)
15- Fiquei muito bravo. Eu costumo odiar essas coisas, então eu _____. (odiar)

Após essa etapa, obtivemos os primeiros dados da pesquisa. Para o entrevistado, conforme já mencionado, a tarefa era completar as lacunas com uma das formas verbais esperadas na sentença, as quais estão em destaque no quadro anterior. Trata-se de crianças com idades de seis a dez anos autorizadas pelos responsáveis por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na seção a seguir, serão apresentados os dados de V²⁰.

Apresentação dos dados

Obtivemos cerca de 25 produções de flexões verbais, com 02 participantes entrevistados e aproximadamente 10 minutos de gravações. Por se tratar de uma produção eliciada, analisaremos apenas as formas verbais produzidas, de modo que conversas, gestos e outros elementos linguísticos não fazem parte do recorte deste estudo. Desse modo, faremos a transcrição ortográfica apenas dos verbos produzidos nas gravações. A tabela abaixo apresenta os primeiros dados coletados da pesquisa, isto é, o teste piloto da criança V, 06;01:

²⁰ Serão utilizadas as iniciais dos nomes dos entrevistados, a fim de preservar sua identidade.

Quadro 4: Teste piloto com dados de *V, 06;01*

VERBO IRREGULAR	FORMA PRODUZIDA
<i>dar</i>	<i>dou</i>
<i>passar</i>	<i>passo</i>
<i>dizer</i>	<i>digo</i>
<i>trazer</i>	<i>trouxe</i>
<i>caber</i>	*
<i>fazer</i>	<i>faço</i>
<i>saber</i>	<i>sei</i>
<i>dormir</i>	<i>Durmo</i>
<i>ouvir</i>	<i>ouvo</i>
<i>pedir</i>	<i>pedido</i>
<i>mentir</i>	<i>mento</i>
<i>fingir</i>	*

Fonte: O autor.

À primeira vista, podemos observar que as respostas em que não foram obtidas as respostas tradicionais esperadas ficaram restritas a verbos de segunda e terceira conjugação. Mais ainda, das quatro respostas em que não se verifica o esperado pela gramática tradicional três são da terceira conjugação e uma apenas (*caber*) da segunda conjugação. Nenhuma ocorrência para a primeira conjugação.

No teste piloto, obtivemos os primeiros dados da pesquisa, com destaque para as flexões verbais dos verbos “*ouvir*” e “*pedir*” e da ausência de produção dos verbos “*caber*” e “*fingir*”. Focalizaremos as análises em formas esperadas e inesperadas para esse sintagma flexional IP. A seguir, mostraremos a tabela com o segundo teste realizado por *V, 06;01*, a fim de verificamos se houve alguma mudança nas produções das flexões realizadas pelo entrevistado no teste piloto.

Quadro 5- Dados de *V. 06;01* com todos os verbos da pesquisa

VERBO IRREGULAR	FORMA PRODUZIDA
<i>dar</i>	<i>dou</i>
<i>odiar</i>	<i>odeio</i>
<i>passear</i>	<i>passeio</i>
<i>enxaguar</i>	<i>enxaguei</i>
<i>incendiár</i>	*
<i>trazer</i>	<i>truxe - trouxe</i>
<i>caber</i>	<i>cabo</i>
<i>fazer</i>	*
<i>saber</i>	*
<i>dizer</i>	<i>digo</i>
<i>dormir</i>	<i>durmo</i>
<i>mentir</i>	<i>minto</i>
<i>ouvir</i>	<i>ouvo</i>
<i>pedir</i>	<i>pido</i>
<i>fugir</i>	<i>fujo</i>

Fonte: o autor

Um dado que surgiu na segunda produção de *V. 06;01* foi a forma *truxe*, a qual não ocorreu na primeira produção. No ato da gravação, o pesquisador, ao ouvir a forma *truxe*, realizou novamente a sentença correspondente a este verbo (sentença número 4) e o entrevistado produziu a forma *trouxe*, esperada para esse verbo. Em nossa análise, isso não é uma hipercorreção²¹, mas uma alternância entre vogais no radical presentes no *input* infantil. Também não acreditamos que se trata de uma variação linguística porque a aquisição da gramática ainda não foi estabilizada.

Ademais, entendemos que nos dados de *V. 06;01* não houve regularização nas flexões verbais, mas no radical dos verbos. Há uma alternância vocálica no radical de *truxe* e *trouxe*, por exemplo que, muitas vezes, quando corrigida pelo adulto, a criança produz a forma “esperada” do radical verbal, em um processo de repetição. Em nossa análise, isso não significa necessariamente que a criança tenha adquirido tal forma verbal, pois após a correção, a observação e a literatura em aquisição da linguagem nos

²¹ Fenômeno que ocorre quando o usuário da língua, seja falada ou escrita, produz formas incorretas, do ponto de vista da gramática tradicional, com o intuito de alcançar a norma padrão.

mostram que as crianças continuam a produzir a forma “inesperada” até adquirir o período de estabilização da forma esperada.

Os dados de *V. 06;01*, nos dois testes, apresentam 27 formas verbais produzidas e 06 regularizações no radical dos verbos analisados, o que equivale a aproximadamente 23% de formas verbais regularizadas. Quanto às conjugações verbais, as regularizações ocorreram com verbos de segunda (“trazer” e “caber”) e terceira conjugações (“ouvir” e “pedir”), de modo que nos dados de *V. 06;01* não houve regularizações com os verbos de primeira conjugação.

Ao produzir a forma *ouvo*, a criança faz relação com as segundas e terceiras pessoas do discurso para a conjugação do verbo “ouvir”, que apresenta irregularidade na primeira pessoa do singular, “ouço”. As demais, no entanto, permanecem com a letra “v”, isto é, no presente do indicativo, tem-se as formas, “tu ouves”, “ele ouve”, assim como em todos os tempos verbais do modo indicativo para esse verbo.

A mesma irregularidade ocorre com o verbo “pedir”, que apresenta alternância vocálica em *pidido*, também produzido por *V. 06;01*. Na primeira pessoa do singular, a forma “peço” é irregular às demais, que permanecem com a letra “d” no radical de todos os tempos verbais do modo indicativo. Quanto à forma “cabo”, a supressão da vogal “i” do radical converge com as demais conjugações do presente do indicativo, do pretérito imperfeito, do futuro do presente e do futuro do pretérito do verbo “caber”.

Dados de M.07;06

O mesmo teste piloto foi realizado com *M.07;06*, a fim de verificar se o informante iria compreender a proposta da pesquisa e produzir as flexões verbais. Os procedimentos adotados nessa sessão de produção eliciada seguiram os mesmos passos que guiaram a sessão anterior, como visitas à turma e assinatura do T.C.L.E pelo responsável. Da mesma forma, o pesquisador apresentou-se à professora responsável pela turma e explicou-lhe a proposta da pesquisa. Feitas essas etapas, tem-se o quadro a seguir com os dados do segundo informante.

Quadro 6: Teste piloto com dados de M. 07;06

VERBO IRREGULAR	FORMA PRODUZIDA
<i>dar</i>	<i>don</i>
<i>passar</i>	<i>passaio</i>
<i>dizer</i>	<i>digo</i>
<i>trazer</i>	<i>trazi</i>
<i>caber</i>	<i>Cabi</i>
<i>fazer</i>	<i>faço</i>
<i>saber</i>	<i>sei</i>
<i>dormir</i>	<i>Durmo</i>
<i>ouvir</i>	<i>Ouçó</i>
<i>pedir</i>	<i>vido</i>
<i>mentir</i>	<i>minto</i>
<i>fingir</i>	*

Fonte: o autor

Tem-se, dessa forma, a ocorrência de uma forma morfológica variante na flexão e no radical, isto é, duas alomorfas presentes em uma única forma verbal. Esse dado é relevante, sobretudo porque apresenta uma novidade com relação às formas do primeiro informante, o qual não produziu regularização da flexão. De maneira análoga, a forma *cabi*, produzida por M. 07;06, apresenta duas possibilidades para as formas morfológica variantes.

A primeira diz respeito à possibilidade dessa forma convergir com o pretérito perfeito do verbo “caber”, *conbe*, numa associação com o próprio sintagma flexional, “i”, em *cabi*, próprio dos verbos de segunda conjugação, conforme já mencionado. A outra possibilidade pode ser feita por meio do presente do indicativo desse mesmo verbo. A forma considerada correta pela gramática tradicional é a forma “caibo”, com a inserção de uma semivogal no radical. A supressão dessa vogal é, não raras as vezes, encontrada na fala de outras crianças, isto é, “cabo” e, inclusive, reconhecida por alguns adultos como correta.

O fato é que, ao não produzir a forma “caibo”, a qual é vista como esdrúxula pelos próprios adultos, *M. 07;06* revela: 1) a associação inteligente com regras já dominadas na gramática internalizada dela, a saber, a de formação do pretérito perfeito do indicativo para verbos de segunda conjugação; 2) Não se pode afirmar categoricamente que *M. 07;06* desconheça a forma “caibo” ou que nunca a tenha produzido. Isso porque, mesmo dentro do quadro da Teoria Gerativa, o desempenho linguístico é parte da aquisição da linguagem. É possível que *M. 07;06* e outras crianças em processo de aquisição, por não escutarem a forma “caibo”, não a tenham, nos nossos dados, produzido. Analisemos, agora, o segundo teste com *M. 07;06* e com todos os verbos da pesquisa.

Quadro 7 - Dados de *M. 07;06* com todos os verbos da pesquisa

VERBO IRREGULAR	FORMA PRODUZIDA
<i>Dar</i>	<i>dou</i>
<i>odiar</i>	<i>Odeio</i>
<i>passear</i>	<i>passeio</i>
<i>enxaguar</i>	*
<i>incendiar</i>	<i>incendiei</i>
<i>trazer</i>	<i>Trazi</i>
<i>caber</i>	<i>Cabi</i>
<i>fazer</i>	<i>Fiz</i>
<i>saber</i>	<i>sei</i>
<i>dizer</i>	<i>digo</i>
<i>dormir</i>	<i>Durmo</i>
<i>mentir</i>	<i>mino</i>
<i>ouvir</i>	<i>Ouçó</i>
<i>pedir</i>	<i>Pido</i>
<i>fugir</i>	<i>fujo</i>

Fonte: o autor

Como se pode observar, permaneceram nos dados de *M. 07;06* as formas *trazj*, *cabi* e *pido*, da mesma forma em que surgiu a forma verbal “incendiei”, cujo sintagma flexional está em consonância com o que prescreve a gramática normativa. Nessas três formas morfologicamente variantes, portanto, nota-se que *trazj* e *cabi* apresentam regularização tanto no radical quanto no sintagma flexional, ao passo que a forma *pido* apresenta flexão apenas no radical.

Nos dados de *M. 07;06*, houve a regularização do sintagma flexional IP em 04 ocorrências (nos dois testes com a participante), fato que não ocorreu nos dados do informante anterior. Pode-se notar, no entanto, a mesma quantidade de formas esperadas e a mesma ocorrência de formas não produzidas, especialmente para o verbo “fingir”, o qual resolvemos descartar novamente.

Resultados e Conclusão

Nossas análises revelam que as flexões verbais ainda estão em processo de aquisição, o fortalece a hipótese de que a gramática periférica é aprendida na escola. O propósito desta pesquisa seria analisar a produção do sintagma flexional IP por 04 crianças com idades entre 06 e 08 anos, todas em processo de escolarização. Apesar de termos justificado a escolha da idade durante o escopo teórico-metodológico da pesquisa, vale ressaltar que a literatura aponta que as ocorrências do processo de “sobregeneralização” aqui descrito ocorreria por volta de 02 a 03 anos de idade (Grolla; Silva, 2014).

Nossos dados, todavia, revelam que ainda aos 10 anos a criança produz formas consideradas inesperadas e/ou morfologicamente variantes. Esse fato vai ao encontro de nossa hipótese inicial de que a aquisição do sintagma flexional IP prossegue para além dos 09 anos de idade. Ainda não podemos confirmar nossa hipótese, mas podemos apresentar alguns resultados encontrados: 1) a associação entre idade e aquisição da gramática não significa que, quanto mais velha a criança seja, menos ela tende a produzir formas consideradas “erradas” pelos adultos. Isso porque nosso segundo informante, como pôde ser atestado, produziu regularização das

flexões que a criança um ano mais nova, *V. 06;01*, não produziu; 2) a ocorrência de formas morfológicamente variantes parece dar evidências de que, acima dos 05 anos de idade, existe uma instabilidade gramatical, pois formas consideradas “corretas”, apesar de ocorrerem com mais frequência, não representam a totalidade dos dados.

Se entendermos estabilidade gramatical como a não-ocorrência de formas como *trazi* e *cabi* em crianças de 06 e 07 anos de idade - e considerando que adultos têm dificuldades com a morfologia do verbo “caber” - então há instabilidade gramatical na aquisição da linguagem. Para Brown (1957), o domínio da sintaxe ocorre em torno dos 24 meses, período produtivo para a ocorrência de verbos, não especificado, pelo autor, se são verbos regulares ou irregulares. Acreditamos, vendo nossos primeiros dados, que as flexões irregulares permanecem em processo de aquisição, mesmo após a gramática infantil já apresentar traços de uma gramática adulta, com a ocorrência de orações clivadas, subordinadas, etc.

Isso pode significar que o processo de aquisição do sintagma flexional IP é diferente da aquisição da morfologia comum a verbos irregulares. Acreditamos na hipótese já discutida na literatura de que essas formas são aprendidas uma a uma, num processo de memorização. Isso parece evidente quando observamos a conjugação do verbo “caber” pelos adultos, que estranham a forma “caibo” como a forma considerada correta para o presente do indicativo desse verbo. Ainda como resultados parciais, evidenciamos que distinguir mudança no radical e mudança na flexão permite-nos analisar dois fenômenos distintos para a morfologia verbal, os quais podem ocorrer em um mesmo verbo, como verificado nos dados de *M. 07;06*, ou ocorrer apenas em uma parte da morfologia verbal, isto é, o radical, como nos dados de *V. 06;01*.

Referências

BROWN, R. e C. HANLON (1970) “Derivational complexity and order of acquisition in child speech.” In J.R. Hayes (ed.) **Cognition and the development of language**. New York : John Wiley & Sons.

BROWN, R. (1973) **A first language: The early stages**. London: George Allen & Unwin Ltd.

BATTISTI, P. S. S. et al. **O uso da tecnologia no tratamento estatístico em pesquisas.** RevistaCapital Científico-Eletrônica (RCCe), v. 13, n. 1, p. 77-94, 2015. Disponível em <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2773>. Acesso em: 05 jul.2022.

CHOMSKY, Noam. **O Programa Minimalista.** Tradução: Eduardo Paiva Raposo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CHOMSKY, Noam. **Language and problems of knowledge.** The Managua Lectures. Crambridge, Mass: Mit Press, 1988.

CHOMSKY, Noam. (1965) **Aspects of the theory of Syntax.** The MIT Press, Cambridge, Massachusetts. Tradução de E. Raposo, Coimbra, Armenio Amado, 1978 (2ª edição).

CHOMSKY, Noam. **Reflexões sobre a linguagem.** Lisboa: Edições 70, 1977.

COSTA, Fellype Lima Alves. **A instabilidade de formas verbais produzidas por crianças decinco anos: uma questão de aquisição da linguagem.** 2020. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Alagoas, 2020.

Clahsen, H. (1989) “Creole genesis, the lexical learning hypothesis and the problem of development in language acquisition”. In: M. Pütz e R. Dirven (eds.) **Wheels within wheels: Papers on the Duisburg Symposium on Pidgin and Creole Languages:** 55-79.

DEL RÉ, Alessandra, HILÁRIO, Rosângela Nogarini. **O corpus NALíngua e as tecnologias de apoio: a constituição de um banco de dados de fala de crianças no Brasil.** Artefactum, Rio de Janeiro, v.13, p.1 - 16, 2016. Disponível em <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1777/1508>. Acesso em 09 ago. 2022.

GLEITMAN, L. e GILLETTE, J. **O papel da sintaxe na aprendizagem dos verbos.** In: Fletcher P, Mcwhinney B, organizadores. **Compêndio da linguagem da criança.** Porto

Alegre: Artes Médicas; 1997. p. 153-63.

GOULART, Tamires Pereira Duarte. **A produção de formas verbais irregulares por crianças falantes do Português Brasileiro (PB)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada)-UCPEL, Pelotas, 2015.

GOULART, Tamires Pereira Duarte. **Aquisição dos verbos irregulares do Português Brasileiro**. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 18, n.37, p. 108 - 129, maio/ago.2017. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/ppgl/files/2018/10/A-Produ%C3%A7%C3%A3o-de-Formas-Verbais-Irregulares-por-Crian%C3%A7as-Falantes-do-Portugu%C3%AAs-Brasileiro-PB-Tamires-Pereira-Duarte-Goulart.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2022.

GROLLA, E; FIGUEIREDO SILVA, M.C. **Para Conhecer Aquisição da Linguagem**. São Paulo: Contexto, 2014.

MALDONADE, Irani Rodrigues. **Erros na aquisição da flexão verbal: uma análise interacionista**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em <http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v35n2/2079-312X-ling-35-02-85.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

ORSOLINI, M.; FANARI, R.; BOWLES, H. **Acquiring regular and irregular inflection in a language with verb classes**. Language and Cognitive Processes 13, p. 435-64, 1998.

PINKER, S. (1984) **Language learnability and language development**. Cambridge, MA: Harvard University Press.

RAPOSO, E. **Teoria da Gramática: A faculdade da linguagem**. Lisboa: Ed. Caminho, 1992.

SANCASSANI, Maísa. **Aquisição de verbos: uma questão de perspectiva sintática?**. ReVEL, edição especial n. 6, 2012. [www.revel.inf.br].

Disponível em <http://www.revel.inf.br/files/0d49a338fbf94de2c33639586efbbc4c.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SANTOS, R. S; SCARPA, E. M. **A aquisição da morfologia verbal e sua relação com o acento primário**. Letras de Hoje, Porto Alegre: PUCRS, n. 134, p. 249-260, DEZ/2003.

SOUZA, A. L. E. & CARDOSO-MARTINS, C. **A Aquisição da Morfologia de Verbos Regulares no Português Brasileiro: Uma Abordagem da Linguística Cognitiva**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 23(1), p. 151-160, 2010.

TAKAHIRA, A. G. R.. **O Processo de aquisição de verbos irregulares no português brasileiro**. Estudos Linguísticos, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 430-441, jan-abril 2013.

YANG, C. **Knowledge and Learning in Natural Language**. Oxford University Press, 2002.

PARTE II
ANÁLISE DO DISCURSO

Discursividades sobre a uberização: os efeitos de sentido em relação ao entregador por aplicativo IFOOD

*Taciana Gacelin Oliveira*²²
*Helson Flávio da Silva Sobrinho*²³

Introdução

O processo de uberização, que deve ser entendido neste trabalho, de modo geral, como um mecanismo laboral intermediado por plataformas digitais, está presente em diversas áreas de prestação de serviço. Entretanto, a maior proximidade que o público tem com o termo, aqui no Brasil, é verificada através da empresa de transporte Uber e a Ifood, corporação que atua no ramo de alimentos. Apesar de a pesquisadora Ludmila Abílio (2021) afirmar que o processo de uberização surge antes da empresa Uber e está presente, por exemplo, nas relações existentes entre as revendedoras da Avon, acredita-se que há algo novo no processo de uberização, que é o controle e fiscalização através do algoritmo, além das vinculações estabelecidas através de plataformas digitais, as quais (re)configuram todo o processo de trabalho e seus modos de produção. Diante desse fato, pode-se afirmar que a uberização surgiu com a própria Uber, em 2009.

Como sabemos, a partir do materialismo histórico, o modo de produção capitalista precisa se reinventar de tempos em tempos, para superar as suas crises. Vários modelos foram criados com o objetivo de não deixar

²² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, mestra em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia, graduada em Comunicação-Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia. Autora do livro *A Verdade no Discurso Jornalístico: Caso Realengo em Questão*. E-mail: tgacelin@gmail.com

²³ É professor e pesquisador da UFAL. Doutor em Linguística pela UFAL e pós-doutor em Linguística pela Unicamp. É líder do Grupo de Pesquisa Discurso e Ontologia Marxiana (Gedon). É autor do livro “Discurso, velhice e classes sociais”. Possui também publicações de capítulos de livros e artigos em diversas revistas especializadas na área de Linguística e Análise do Discurso. E-mail: helsonf@gmail.com

que o sistema sucumbisse totalmente, como o fordismo, taylorismo, toyotismo. Cada qual com suas características, mas é importante salientar que essas práticas tinham como objetivo regular a produção, controlar o trabalhador cada vez mais, atrelando os seus moldes ao que hoje pode ser denominado como precarização do trabalho. Os precariados²⁴, com medo de não terem um emprego, aceitam determinadas condições desfavoráveis, pois precisam sustentar a si e as suas famílias.

A realidade é que o desemprego é um problema estrutural em diversos países. No Brasil, essa situação não é diferente. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há, atualmente, no país, 8,3 milhões de desempregados. Com o objetivo de escamotear essa realidade, forjou-se, nessa conjuntura neoliberal, a ideia de empreendedorismo, configuração essa que implanta a ideia de que o sujeito tem nas mãos a garantia do seu próprio sucesso, devendo agir, assim, sem a dependência de um emprego formal, com carteira assinada, pois ele agora é capaz de criar o seu próprio trabalho, sendo o seu próprio chefe. É deste modelo de não ter um “chefe externo”, com a possibilidade de ter liberdade e autonomia que a uberização ganha força.

As facetas da uberização

Na contemporaneidade, pode-se verificar condições de trabalho muito diferentes daquelas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual garante direitos para quem vende a sua força de trabalho. Muitas conquistas, que foram frutos das lutas dos trabalhadores, deixam de existir. O que era direito, não raras vezes, agora passa a ser tido como privilégio. É neste contexto que surge a uberização, processo de trabalho esse que pode ser entendido como uma “prestação de serviço”, no qual as empresas afirmam realizar somente a intermediação entre o cliente e o uberizado, sendo este último tratado, inúmeras vezes, como empreendedor. “A uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência

²⁴ Termo cunhado pelo economista britânico Guy Standing, referindo-se à junção entre precarização e proletariado. O precariado vive, de modo geral, sem estabilidade e direitos trabalhistas.

de ‘prestação de serviços’ e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho” (Antunes, 2020, p. 12).

Vários modelos deste processo de uberização são constituídos em diferentes países. Há, algumas vezes, de um local para outro, pequenas mudanças no modo de operação desse tipo de trabalho, mas - como pode ser identificado através de análises realizada por pesquisadores da área da uberização, como Ludmila Abílio e Ricardo Antunes - o ambiente de sobrecarga continua o mesmo, cujos profissionais não possuem direitos garantidos e são responsabilizados pelos custos e riscos que este tipo de trabalho proporciona. As empresas-plataformas estão por todos os lugares e tendem a crescer em diversas áreas e tensionar as relações de trabalho cada vez mais.

O processo de uberização não possui a sua gênese no Brasil. Várias experiências em outros países comprovam que essa morfologia de profissionalização se apropriou de formas de trabalho existentes em diversas localidades. Por exemplo, pode-se destacar o Reino Unido com o seu *zero hour contract* (contrato de zero hora), no qual os profissionais recebem somente pela hora trabalhada, ficando, assim, à disposição da plataforma. Dito de outro modo, esses “prestadores de serviço” recebem somente por demanda executada.

Eles e elas *ficam à espera* de uma chamada por smartphone e, quando a recebem, ganham estritamente pelo que fizeram, nada recebendo pelo tempo que ficaram esperando. Essa modalidade de trabalho abrange um universo imenso de trabalhadores e trabalhadoras, de que são exemplos médicos, enfermeiros, trabalhadores do *care* (cuidadoras de idosos, crianças, doentes, portadores de necessidades especiais etc.), motoristas, eletricitas, advogados, serviços de limpeza, consertos domésticos, entre tantos outros. Tudo isso facilitado pela expansão do trabalho *on-line* e pela expansão dos “aplicativos”, que inviabilizam ao mesmo tempo que ampliam exponencialmente uma parte expressiva da classe trabalhadora, em especial, mas não só no setor de serviços. (Antunes, 2020, p. 12).

Outro exemplo de uberização no mundo é a realidade proporcionada na Itália, em que aqueles e aquelas que realizam as suas tarefas recebem *vouchers* como forma de pagamento pelas horas trabalhadas. “É impor-

tante acentuar também que essas tendências em curso, implementadas por corporações globais nesta era agudamente destrutiva do capital, não encontram precedentes em nenhuma fase do capitalismo pós-Segunda Guerra” (Antunes, 2020, p. 13). Dito de outra maneira, o processo de uberização vem transformando radicalmente as relações de trabalho, de emprego, de vínculo formal, informal no mundo contemporâneo.

A Deliveroo ilustra também o processo de trabalho pela via da uberização. Fundada em Londres, em 2013, a empresa é, assim como o Ifood, “designada como uma plataforma que conecta clientes com comida e com os condutores que a entregam. A Deliveroo pode ser considerada a Uber de entrega de comida” (Woodcock, 2020, p. 23).

O aspecto da plataforma está relacionado ao fato de que a Deliveroo classifica os condutores como “contratantes independentes autônomos” (*self-employed independent contractors*), afirmando que ela reúne restaurantes e condutores em vez de empregar alguém diretamente. Isso é similar à afirmação da Uber de que ela é uma companhia de táxi que não emprega condutores e que não possui nenhum carro. (Woodcock, 2020, p. 23).

Na realidade, a Deliveroo, que possui mais de 115.000 supermercados e restaurantes “parceiros” - como estas empresas-aplicativo (termo cunhado por Abílio) designam - exerce o controle dos uberizados por meio do uso de algoritmos. Woodcock (2020, p. 37) afirma que “a plataforma possui um conhecimento em tempo real de cada trabalhador, mensurando o posicionamento e os horários por GPS, enquanto ao trabalhador são fornecidas apenas informações suficientes para que a próxima parte da tarefa seja concluída”. O que pode-se inferir é que os grandes vigilantes, que são empresas de aplicativo, podem ter acesso a todos os dados do uberizado, sendo que esse último não tem à disposição informações necessárias para operacionalizar a sua rotina e angariar mais entregas, mais clientes.

Nesta relação uberizada, a empresa tem total controle sobre o trabalhador, mas se posiciona como se não tivesse. É capaz de mensurar, através do GPS, os horários e posição daquele que não detém os meios de produção. Os algoritmos são os novos supervisores da era digital. Todas as estratégias de controle são feitas por meio de tecnologias digitais. Deste

modo, pode-se verificar que a empresa plataformizada age como um panóptico digital, algorítmico²⁵, exercendo, desta maneira, uma vigilância sobre o processo de trabalho, enquanto os uberizados, somente, podem ter acesso a informações que dizem respeito às tarefas que devem ser executadas.

O processo de uberização que ganhou notoriedade aqui no Brasil, além do próprio Uber, é o caso da empresa Ifood. Fundada no Brasil, em 2011, ela já é uma corporação líder na América Latina no ramo da alimentação. Com cerca de 200 mil entregadores no Brasil, a Ifood, que se autodenomina como empresa de tecnologia em delivery on-line, é dona de uma grande fatia do mercado de entregas por demanda. A Ifood realiza a conexão entre os clientes e as empresas cadastradas, conectando também os motoboys ou *bike boys* aos solicitantes de pedidos. É com esse fluxo que a empresa se mantém e arrecada e maximiza os seus lucros. Como outras uberizadoras, o entregador de aplicativos só ganha pela demanda realizada. Ou seja, é um profissional que somente obtém renda pelo trabalho cumprido, sendo que as horas em que esperam por um “chamado” não são contabilizadas. “A condição do trabalhador *just-in-time* é estar disponível para ser imediatamente utilizado, mas ser remunerado unicamente pelo que produz” (Abílio, 2020, np). Esses entregadores do Ifood, como acontece, no geral, no processo de uberização, iniciam seu itinerário de trabalho sem saber que horas este terminará nem quanto receberão por jornada. “O trabalhador uberizado inicia sua jornada sem ter qualquer garantia sobre qual será sua carga de trabalho, sua remuneração e o tempo de trabalho necessário para obtê-la” (Abílio, 2020, np).

Entretanto, há uma relação de autonomia e liberdade que esses entregadores dizem ter, o que faz com que muitos se sintam “satisfeitos” com essa morfologia de trabalho. A pesquisa atualizada e realizada pelo DataFolha, intitulada como “Futuro do trabalho por aplicativo”, que entrevistou 1000 entregadores, entre 17 de janeiro e 10 de março do ano de 2023, demonstra que a maioria dos pesquisados pertencem ao sexo masculino, 94%. Outro dado evidenciado é que 48% dos entregadores têm o

²⁵ O panóptico é um edifício que possibilita que um guarda observe toda uma área e os sujeitos de um determinado local, sendo que o agente fiscalizador não é percebido por ninguém.

trabalho por aplicativo como renda principal. Entre os motivos para ser um motoboy de uma empresa-aplicativo, os entrevistados responderam que a flexibilidade e autonomia, não ter um chefe ou um gerente, ter controle do futuro financeiro são aspectos que são favoráveis para que eles sejam uberizados. Oportunidade de definir os próprios horários e locais de trabalho, disponibilidade e acesso fácil ao trabalho, expectativas claras de ganho são outros pontos evidenciados como positivos para os entregadores. Ainda segundo os dados do DataFolha, 77% dos entregadores preferem ter a autonomia de escolherem seus próprios horários e recusarem viagens a terem seus direitos garantidos pela CLT. 83% dos motoboys uberizados querem continuar a trabalhar com esse serviço.

Diante da pesquisa do DataFolha, compreende-se que esses entregadores parecem estar satisfeitos com sua própria rotina de trabalho, mesmo que não recebam direitos previstos na CLT. É como se o fato de terem a oportunidade de trabalhar já justificasse o *modus operandi* dessas empresas-aplicativo executarem os comandos. Partindo da análise dos dados, depreende-se que eles parecem não se observar como explorados, nem controlados, ainda que o grande guardião dos dados e das rotas, o aplicativo, determine as suas rotinas de execução das tarefas e valor a ser pago. Desse modo, não é difícil compreender por quais “lentes” os sentidos são assim performatizados por esses entregadores. Entretanto, para tal análise, é necessário entender, manejar compreensões referentes às condições de produção, à formação discursiva e imaginária, categorias analíticas da Análise do Discurso (AD) que colaboram para o entendimento de como os sentidos são construídos e reconstruídos, ressoando em diferentes condições de produção.

Formação discursiva: neoliberalismo, liberdade e autonomia

Partindo dos pressupostos evidenciados anteriormente, a uberização é o processo pelo qual agentes prestam serviços sob a intermediação de plataformas digitais, sem direitos trabalhistas, sendo vistos e sendo enaltecidos como empreendedores, arcando com todos os custos e ainda recebendo fiscalização das empresas plataformizadas, podendo até mesmo serem desligados sem aviso prévio. Os novos “empreendedores” afirmam

que têm liberdade e autonomia para gerenciarem seu dia a dia, podendo ou não aceitar, por exemplo, as demandas que lhe são ofertadas.

Para compreender melhor o processo de uberização, é imprescindível inseri-lo nas relações evidenciadas no neoliberalismo, o qual defende um estado mínimo, menos direitos trabalhistas e impulsionamento da lógica do empreendedorismo. O sistema capitalista se refina em cada crise. Isso significa afirmar que este modo de produção precisa se reconfigurar, se reorganizar de tempos em tempos, para que não entre em um colapso total. Para isso, flexibilizam as relações de trabalho, tornando os empregados como uma massa de trabalhadores sem vínculos empregatícios.

Na formação discursiva (FD) neoliberal, cabe o discurso do empreendedorismo, da flexibilização do trabalho e uma suposta autonomia do trabalhador. Entretanto, a FD não é homogênea, ela pode apresentar tensões, como diz Passinato (2022). “Uma mesma FD pode abrigar saberes contraditórios e, por vezes, até antagônicos. Isso possibilita que o sujeito se movimente e ocupe diferentes posições discursivas” (Passinato, 2022, p. 4).

Chamaremos, então, de *formações discursivas* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto de uma exposição, de um programa, etc.). (Pêcheux, 1995, p. 160).

O neoliberalismo traz como uma das suas facetas a nomeação de flexibilidade e autonomia, palavras que, aos olhos desses “autoexplorados”, como define Ricardo Antunes (2020), são vistas como positivas. O cotidiano mostra que essas flexibilidades e autonomias, por vias de fato, não são assim como definem as empresas. Pois, muitas vezes, para obterem uma renda acima de um salário mínimo, esses vendedores da força de trabalho precisam trabalhar mais de oito horas por dia e necessitam se assujeitar a diversas situações de riscos, não sendo assegurados pelos benefícios concedidos a quem está atrelado à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Assim, se esta tendência destrutiva em relação ao trabalho não for fortemente confrontada, recusada e obstada, sob todas as formas possíveis, teremos, além da ampliação exponencial da informalidade no mundo digital, a expansão dos trabalhos “autônomos”, dos “empreendedorismos” etc., configurando-se

cada vez mais como uma forma oculta de assalariamento do trabalho, a qual introduz o véu ideológico para obliterar um mundo incapaz de oferecer vida digna para a humanidade. (Antunes, 2020, p. 15-16).

Segundo Pochmann (2016), o neoliberalismo, que atribui responsabilidade do sucesso ao indivíduo, iniciou sua repercussão, no Brasil, no governo de Fernando Collor de Melo, em 1990, evidenciando que o país estava passando por reapropriações de novas ideologias. Nesse aspecto, de abertura para novas empresas, o discurso do empreendedorismo ganhou notoriedade e forma, afirmando que supostamente a liberdade reinaria em indivíduos empreendedores. Entretanto, é válido ressaltar que o discurso do neoliberalismo surge como uma roupagem do liberalismo, que teve sua origem com a crise mercantilista e do absolutismo, entre o final do século XVIII e início do século XIX. Desse modo, pode-se depreender que todo discurso faz parte de uma teia discursiva, que é consolidada por uma memória discursiva (interdiscurso) e que reverbera seus sentidos em situações diferenciadas. “O interdiscurso é concebido como a memória discursiva estruturante de todo e qualquer discurso, tendo como base tudo o que já foi dito e esquecido sobre determinado tema e tendo o esquecimento como base de sua constituição” (Heine, 2010, p. 29).

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo com o sujeito significa em uma situação dada. (Orlandi, 2015, p. 29).

Como foi mencionado anteriormente, liberdade e autonomia são palavras que aparecem na pesquisa do Datafolha quando perguntaram aos profissionais do Ifood sobre o que eles objetivam nesta relação de trabalho. 77% afirmaram que preferem a liberdade e autonomia a terem acesso aos direitos trabalhistas. Neste sentido, pode-se depreender que o uberizado aparenta estar feliz com o seu modo de trabalho, invisibilizando, assim, a exploração. A liberdade e a autonomia mencionadas inexistem, já que os

entregadores de aplicativo Ifood são controlados, fiscalizados pela plataforma. Não há liberdade e autonomia onde não é possível saber e construir as regras do jogo. A única sensação de liberdade e autonomia está no fato de, por dia, aceitarem trabalhar mais ou menos, condicionando, desse modo, a ser mais ou menos explorado.

O que pode ser evidenciado também, nesse aspecto, é que os trabalhadores reproduzem a lógica de quem detém o poder da relação, mas dizem não ter, que são os empresários. Esses dizem que são apenas empresas de intermediação e que, portanto, não têm ligação direta com os uberizados da plataforma Ifood. É válido ressaltar que os sentidos das palavras liberdade e autonomia não estão nelas mesmas. “Os sentidos das palavras só são reconhecíveis na medida que se compreende a sua vinculação com uma dada formação discursiva” (Amaral, 2005, p. 46). Dito de outro modo, “o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro” (Orlandi, 2015, p. 41). Orlandi (2015) ainda complementa que palavras iguais podem ter sentidos diferentes, caso se inscrevam em formações discursivas distintas.

Pode-se também ressaltar que as palavras liberdade e autonomia mudam de sentido dependendo de quem enuncia. Por exemplo, para o dono do Ifood, essas palavras podem significar diferentemente do que para o uberizado. Isso revela, mais uma vez, que os sentidos só podem ser compreendidos intermediando sua ligação com a exterioridade. De acordo com Pêcheux (1995, p. 161), “as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Para o autor, as formações ideológicas são responsáveis por atribuir os sentidos das palavras.

As formações ideológicas (FIs) sinalizam o processo pelo qual o sentido percorre para “existir”, ou melhor, para se materializar no fio do discurso. Esse movimento pode ser verificado pelas identificações dos sujeitos a determinados conjuntos de saberes, que se manifestam por intermédio das formações discursivas (FDs). Em face disso, compreendemos formação ideológica como uma série de dizeres, rituais, práticas, representações que, de acordo com a formação social vigente, instaura posições de classe, a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos. Estes posicionamentos, por sua vez, mantêm entre si vínculos que podem ser de hegemonia, oposição ou concordância. (Pruinelli, 2020, p. 121).

O que se deve deixar bem claro é que os verdadeiros empreendedores, empresários, aqueles que, realmente, detêm o capital capaz de se reproduzir em mais capital se utilizam do discurso da liberdade e autonomia com o objetivo de continuar a manutenção das relações de poder. “Não há, pois, discurso neutro ou inocente, uma vez que, ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica e, assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa” (Florêncio et al, 2009, p. 27-28). Nessa esfera, é óbvio que os mais fracos são os sujeitos que somente possuem como máquinas de trabalho o celular, uma moto ou uma bicicleta.

Não é raro perceber que, inúmeras vezes, pessoas reproduzem discursos que não fariam sentido para elas, falando, nesse caso específico, de identificação. Assim, pensando na consciência de classe e de mundo, um explorado não tem nenhum interesse em ser explorado e não teria motivo algum para ser a favor da exploração. Entretanto, por diversos motivos, um trabalhador pode defender argumentos de patrões, mesmo que sejam desfavoráveis para quem vende a força de trabalho. Isso tem relação com a questão da formação imaginária. Dito de outro modo, tem ligação com o modo que cada sujeito se imagina, se enxerga, se vê e significa o mundo. “O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro” (Pêcheux, 2014, p. 82).

Pode-se afirmar que, no caso supracitado, o uberizado Ifood fortalece, comunga da ideia do empresariado e, deste modo, é mais fácil de o empresário manipulá-lo, pois, como há convergência de ideais, a tensão entre esses grupos materialmente distintos (uberizado e empresário) é escamoteada. Outra questão que pode ser observada é o viés colocado nesta falsa aliança, na qual o Ifood diz que o trabalhador é um parceiro. Não há relação de parceria, a parceria exige horizontalidade. Não é isso que pode ser observado neste contrato. Sendo assim, há o mito da não subordinação, que é, muitas vezes, reproduzido também pela parte mais fraca deste tipo de relação, que é o entregador. É o jogo de imagem, por isso também da ideologia, que faz com que o uberizado se sinta como um empreendedor, um empresário, que dita também as regras do jogo.

Na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições. E isto se faz de tal modo que o que funciona no discurso não é o operário visto empiricamente mas o operário enquanto posição discursiva produzida pelas formações imaginárias. Daí que, na análise, podemos encontrar, por exemplo, o operário falando do lugar do patrão. (Orlandi, 2015, p. 38).

Diante das condições de produção - que incluem, como afirma Orlandi (2015), o contexto imediato e o contexto sócio-histórico, ideológico - a uberização é um fenômeno global, a qual pode ser identificada como uma nova roupagem da informalização. Deste modo, o que pode-se depreender é que a crise estrutural do capitalismo, que traz a gama de desempregados, faz com que as pessoas procurem as plataformas digitais como meio de sobrevivência e aceitem ser subordinadas às empresas-plataformas. Segundo Julice Salvagni (2023, np), “como há uma demanda grande de pessoas precisando trabalhar, não se questiona a falta de direitos porque as pessoas têm uma necessidade básica prioritária que é se manter, se sustentar”.

O entregador Ifood - que, dentro da FD neoliberal, posiciona-se como empreendedor- pensa que o discurso que ele publiciza (trabalho livre e com autonomia) denota um posicionamento próprio, seu, que é construído da sua própria mente. Na realidade, nem o detentor dos meios de produção nem os uberizados são as origens do dizer, apesar de pensarem que são. Essa falsa percepção de que seja a origem do dizer diz respeito ao esquecimento que Pêcheux denomina de número 1, o qual é também denominado como esquecimento ideológico.

Ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. (Orlandi, 2015, p. 33).

Considerações finais

A partir do que foi explicitado, percebe-se que não há autonomia e liberdade por parte dos uberizados, já que esses são “vigilados” pelo GPS, aderem a um contrato já determinado, não podem negociar o valor por

entrega, é avaliado pelos clientes, podem ser punidos (caso não aceitem determinadas chamadas), dentre outras formas de controle. Entende-se que o que os entregadores de aplicativo chamam de autonomia e liberdade é a possibilidade de não ter um chefe físico e a possibilidade de recusar algumas entregas. Mas, como os sentidos vão além dos ditos nas palavras, os quais devem interligar-se às condições de produção, às formações discursivas e ideológicas, nota-se que há uma reprodução do discurso do empreendedorismo, o que colabora para que os detentores dos meios de produção exerçam, cada vez mais, vigilância sobre o uberizado, além de escamotear uma relação de emprego.

O que há nesse jogo de relações é um empresário que mantém o uberizado sob monitoramento, podendo “desligá-lo” da plataforma sem aviso prévio. Isso demonstra e desestabiliza, mais uma vez, as noções de autonomia e liberdade. O mito do empreendedorismo faz com que os entregadores se sintam, de certa forma, como um deles, os empresários, já que são esses últimos os verdadeiros donos da autonomia e da liberdade. Através dos pressupostos defendidos pela AD, percebe-se que os uberizados que se adequam perfeitamente à ideologia neoliberal, os “bons sujeitos”, percebem-se, veem a própria imagem como aquele que pode traçar o seu próprio destino. Entretanto, não é bem assim, ao passo que eles não detém o controle de nada, a não ser de seguir o seu rumo para uma determinada entrega.

O imaginário do entregador que se vê livre, com autonomia corrobora para que as os verdadeiros empresários continuem na manutenção da relação de poder e prossigam lucrando em demasia, enquanto que o uberizado precisa trabalhar mais de 12 horas por dia, sem direitos garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas. Não é raro observar, nas redes sociais, que, realmente, os uberizados não querem garantias e direitos previstos por lei. A pesquisa realizada pelo DataFolha, que foi mencionada anteriormente, demonstra isso e a própria circulação desses discursos comprovam essa negação à CLT. Essa recusa aos direitos trabalhistas será investigada em um momento posterior, evidenciando nossa preocupação também sobre esse fenômeno.

Esses sujeitos uberizados que são interpelados pela ideologia neoliberal acreditam veementemente que podem fazer o que desejam sobre os seus destinos. Entretanto, há um outro grupo que precisa ser pesquisado,

que é daqueles que tensionaram a lógica do capital, através do breque dos apps, movimento “grevista”, que aconteceu em 2020, dos entregadores por aplicativo. Sumariamente, pode-se afirmar que esses seriam os desidentificados, que estariam sendo afetados por uma outra FD, o que faz com que eles se posicionem de outra forma. Entretanto, para fazer inferências mais detalhadas e cientificamente comprovadas, faz-se necessário pesquisar, investigar mais sobre o grupo.

Todo esse discurso neoliberal, que traz na memória o discurso capitalista, já que os discursos estão sempre relacionados a outros, faz com que haja, por parte dos uberizados, uma visão embaçada, distorcida da realidade. Não se quer afirmar que este trabalho pretende mostrar a verdade, mas identificar que os sentidos sempre podem ser outros. Dito de outro modo, a liberdade e autonomia devem ser colocadas em questionamento, para que outras cadeias de sentido possam tensionar determinados ditos.

Pelo percurso epistemológico, percebe-se que a ciência Análise do Discurso, a partir dos seus conceitos analíticos, pode contribuir para trazer à tona novos estudos sobre o processo de uberização, possibilitando novos questionamentos e identificando também como o poder circula, se mantém, se (re)constrói nos espaços. É inquestionável que a uberização escamoteia uma flexibilização e precarização do trabalho. Entretanto, é necessário entender por quais motivos nem todos enxergam desse modo e ainda celebram, se sentem satisfeitos com tal exploração. Pelo viés da memória discursiva, podem ser traçados alguns caminhos, mas esses são estudos que devem ser realizados posteriormente, com acuidade e com maior ligação entre a prática e a teoria.

Referências

ABÍLIO, L. C. **Uberização**: a era do trabalhador just-in-time?

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv>>.

Acesso em: 23 de nov. de 2023.

AMARAL, M. V. B. A. Pressupostos Metodológicos: Do funcionamento da língua ao funcionamento do discurso. In: **Discurso e relações de trabalho**. Maceió-AL: Edufal, 2005.

ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1ªed.-São Paulo: Boitempo 2020.

FLORÊNCIO, A. M. G. et al. **Análise do Discurso: Fundamentos & Prática**. Maceió: Edufal, 2009.

HEINE, P. **Reflexões sobre o interdiscurso**, 2010. Disponível em: <<https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaIntersecoes/article/view/1035/918>>. Acesso em: 23 de julho de 2023.

INDURSKY, F. **Formação Discursiva: Ela ainda merece que lutemos por ela?**, [s.d]. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMP OSIOS/FredaIndursky.pdf>>. Acesso em: 04 de julho de 2023.

LUDMÍLIA ABÍLIO E A UBERIZAÇÃO ANTES DO UBER. Outras palavras, São Paulo, 13 de abril de 2021. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/videos/ludmila-abilio-e-a-uberizacao-antes-do-uber/>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 12ª edição, Pontes Editores, Campinas, SP. 2015.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**. In: ORLANDI, Eni P; LAGAZZI Rodrigues, Suzy (orgs.). **Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e Textualidade**. Pontes Editores, 2017: Campinas: São Paulo - 3ª edição.

PASSINATTO, R. **A condição heterogênea da formação discursiva e a fragmentação da forma-sujeito: um sujeito “dividido” entre as questões ideológicas e a ciência**, jan-abr 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.51951/ti.v12i25.p155-164>> Recebido em: 15/01/2022 *Travessias Interativas*>. Acesso em: 03 de julho de 2023.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**; tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do Discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux - 5ªed - Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2014.**

PRUINELLI, Ana Maria. Formação ideológica. In: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina OG. **Glossário de Termos do Discurso** – edição ampliada – 1.ed. – Campinas, SP: Pontes Editora, 2020.

SALVAGANI, J. **Um novo laboratório da luta de classes?** Outras mídias. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/um-novo-laboratorio-da-luta-de-classes/>>. Acesso em: 29 de nov. de 2023.

SALVAGANI, J. **O fenômeno da plataformização:** um laboratório de luta de classes. Disponível em:<[104](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/634574-o-fenomeno-da-plataformizacao-um-laboratorio-de-luta-de-classes-entrevista-especial-com-julice-salvagni#:~:text=Segundo%20Julice%20Salvagni%2C%20%22como%20h%C3%A1,se%20manter%2C%20se%20sustentar%22.>>. Acesso em 15 de jan. de 2024.</p></div><div data-bbox=)

“Berço de ouro”: ressignificação do nascimento sob os ditames do Capital

*Luciana de Amorim Barros*²⁶

*Sóstenes Ericson*²⁷

Introdução

Para Marx (2013), a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias” (p. 97), sendo a mercadoria, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer, sendo esta uma concepção fundamental para o desenvolvimento do presente artigo.

Em postagem midiática, intitulada “Berço de Ouro”, publicada no perfil da revista *Vêja* SP (Carvalho, 2022), na plataforma Instagram, no dia 08 de abril de 2022, vê-se publicizado um investimento multimilionário da Rede D’Or, no valor de 550 milhões de reais, para a construção da Maternidade São Luiz Star. Localizada na Vila Olímpia, São Paulo, inaugurada em 15 de agosto de 2022, a luxuosa maternidade dispõe, segundo a reportagem, quartos automatizados, assistente virtual, robozinho da Amazon,

²⁶ Enfermeira pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (2003). Mestre em Enfermagem - PPGENF/UFAL (2014). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Faculdade de Letras (PPGLL - UFAL). Especialização em Enfermagem Obstétrica pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e especialização em Saúde da Mulher na modalidade Residência pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). Docente efetiva da UFAL/Campus Arapiraca desde 2008. Enfermeira Obstétrica da Maternidade Escola Santa Mônica (MESM). Atuou no atendimento a partos em domicílio em Maceió com o Grupo AME, no período de 2014 a 2021. E-mail: Luciana.barros@arapiraca.ufal.br

²⁷ Graduado em Enfermagem (FENSG/UPE), Graduado em Letras/Língua Inglesa (UNEAL), Graduado em Pedagogia (UNINTA). Doutor em Linguística (UFAL). Estágio Pós-doutoral em Linguística (UNICAMP), Estágio Pós-doutoral em Promoción de la Salud (Universidad Autónoma de la Ciudad de México – UACM). Atualmente, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL/UFAL) e Líder 2 do Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GrAD/CNPq). E-mail: sericson.ufal@gmail.com

lençóis 400 fios, amenidades da grife Trousseau e suítes presidenciais com diárias de 12.000 reais, e há ainda a possibilidade de fazer um *Upgrade* para um dos 12 quartos de “luxo” intermediário, que custa 7.000 reais a noite.

A postagem acrescenta que, no momento do parto, até dez pessoas podem ocupar uma espécie de camarote (com equipe de garçons) para assistir à chegada do bebê, no chamado “*life lounge*”. Marcado pelo uso metafórico da expressão “berço de ouro”, a reportagem reitera que esse é o início da experiência de altíssimo padrão na Maternidade São Luiz Star, afirmando ser esta a maternidade que promete ser a mais luxuosa do país.

Considerando que o “próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso” (Pêcheux, 2009, p. 164), entendemos que está em funcionamento, na formulação desses dizeres, uma inscrição do parto numa perspectiva de evento social, caracterizado pelo luxo e glamourização do nascimento, com repercussão midiática.

Tendo em conta que o interdiscurso se refere à metáfora “berço de ouro”, como deslocamento pré-construído de uma região discursiva para outra, além de ambientes controlados, monitorados e passíveis de abrigar festas, celebrando partos e nascimentos, compreende-se que o interdiscurso aponta a ideologia subjacente ao tecnicismo, ao controle dos corpos femininos e à sobrevalorização do mercado que se tornou o parto. Nesse sentido, vale observar o elevado número de cesáreas praticadas no Brasil, segundo lugar no patamar de países com maior porcentagem de cesáreas no mundo, atrás apenas da República Dominicana, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2021).

Conforme Odent (2004), médico obstetra nascido na França e radicado em Londres, importante militante da humanização da assistência ao parto, autor de diversos trabalhos que defendem o parto como um evento da natureza humana, poucos hospitais levam em consideração a importância da privacidade, da escuridão, do silêncio e de um ambiente feminino no trabalho de parto.

Na atualidade, novos paradigmas assistenciais têm funcionado como estratégias de rejuvenescimento do capitalismo biomédico e de manutenção das relações de poder sobre o corpo feminino. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar processos discursivos que (re)significam o nascimento, na perspectiva do mercado capitalista. Com base na

Análise materialista do Discurso (Pêcheux, 2009; Orlandi, 2007), interessa observar o modo como as condições de produção do discurso ressignificam o parto e as relações sociais pelo efeito da ideologia.

A “espetacularização” do parto

O *website* da reportagem citada a seguir informa que, em 2019, o hospital Vila Nova Star foi inaugurado, no bairro Itaim, passando a disputar os pacientes de alta renda do país com o Hospital Albert Einstein e com o Hospital Sírio Libanês — bem como “os médicos mais badalados”²⁸. É a partir desse novo padrão de empreendimento que é lançada a Maternidade São Luiz Star, conforme seguinte ilustração:

Figura 1: Capa da Revista Veja SP



Fonte: Instagram.com/vejasp (Carvalho, 2022).

Do ponto de vista discursivo, cabe inicialmente questionar: quem parece aderir a essa espetacularização do parto? Qual camada da sociedade se filia a esse extrato social? De que modo essa espetacularização reforça a adesão de mulheres que podem pagar pelo luxo?

²⁸ Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/maternidade-sao-luiz-star-luxo>. Acesso em: 30 out. 2023.

Partindo dos estudos de Debord, consideramos que o espetáculo inverte o real e é produzido de forma a promover a invasão material da realidade vivida pela contemplação do espetáculo, refazendo em si mesmo a ordem espetacular do real e sua adesão positiva. A realidade objetiva, por sua vez, está presente nos dois lados. “O alvo é passar para o lado oposto: a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo no real. *Esta alienação recíproca é a essência e o sustento da sociedade existente*” (Debord, 2003, p. 16, grifo nosso). Ainda conforme o referido autor, trata-se de “uma visão cristalizada do mundo”, na qual “sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante” (Debord, 2003, p. 14-15).

Mobilizamos a noção de que é na língua “o lugar onde ocorrem os efeitos de sentido” (Pêcheux; Fuchs, 1997, p. 172), para considerar que em 2023, ano seguinte à inauguração da Maternidade São Luiz Star, em site da Revista *Vogue*, foi veiculada a matéria “Nove celebridades que tiveram seus filhos na Maternidade onde Bruna Biancardi está internada”²⁹. Nela, foram listados nomes de pessoas famosas e celebridades da mídia brasileira que tiveram seus partos na referida instituição.

Desse modo, definitivamente, parir e nascer no Brasil, cercado de esplendor, automação e ambientes refinados, tornou-se artigo de luxo, razão pela qual interessa compartilhar que se deu à luz onde nasceu também a primeira filha do jogador de futebol brasileiro “Neymar Jr”, como citado na reportagem midiática anteriormente citada. O apoio da mídia digital, que propaga a mensagem subliminar de nascimentos luxuosos e medicalizados, publicizados como ápice do progresso humano e médico, parece corroborar uma espécie de projeto revolucionário de parir, enquanto o país, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (Ans, 2024), registra avassaladores índices de cesarianas, com um percentual de 52,7% em 2022.

²⁹ Disponível em:

<https://vogue.globo.com/celebridades/noticia/2023/10/9-celebridades-que-deram-a-luz-em-maternidade-de-luxo-onde-bruna-biancardi-esta-internada.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Para além disso, destacam-se os elevados índices de mortes maternas, incompatíveis com os índices de desenvolvimento do país. Apesar de o parto e o nascimento serem eventos da vida da mulher e atos inerentes à sua fisiologia, no Brasil, a maioria das mulheres tem seus filhos por meio de uma cirurgia, a cesariana (Ans, 2024).

Para Debord, “o espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação”. Nessa perspectiva, as aparências contam, e contam muito, principalmente para as percepções daqueles que veem o nascimento sob a ótica da necessidade de intervenção cirúrgica, moldada pela cultura cesarista. Para esse seletor público, os caprichos também pesam. As mulheres e famílias que optam pela cesariana, sem real indicação, são aquelas que por vezes querem escolher a data de aniversário do filho baseada, por exemplo, no mapa astral. Outras têm preocupações urbanas, temem entrar em trabalho de parto e ficar presas no trânsito das grandes cidades ou tentam se antecipar às festas de fim de ano, ao passo que dados apontam para o aumento de cesarianas nas primeiras semanas de dezembro, por exemplo, assim como ocorrem nascimentos antecipados ou postergados no Brasil no período de carnaval, trazendo potenciais riscos devido a essa dinâmica de nascimentos programados (Menezes-Filho; Melo, 2024).

Nesse contexto, sobressai o status da mulher parir maquiada e com os cabelos impecáveis, evidenciando o luxo em fotos e filmagens, em compreensões que alimentam o mercado de partos e nascimentos. Essa fugacidade parece nutrir um estado no qual “esta alienação recíproca é a essência e o sustento da sociedade existente” (Debord, 2003, p.16). Nesse sentido, a mídia reforça o interesse do mercado em escriturar amenidades condizentes com o dispensável luxo dos aparatos para o parto e nascimento, conforme observado a seguir:

A chegada ao quarto é apenas o início da sofisticada jornada pela São Luiz Star. O aposento ainda poderá surpreender com uma infinidade de detalhes — basta se levantar da cama à noite, por exemplo, que um sensor acende luzes suaves no caminho para o banheiro. *Mas o ponto alto, claro, será o nascimento.* A maternidade criou uma estrutura inédita na cidade: o “life lounge”, uma espécie de camarote anexo à sala de parto, onde até dez pessoas, servidas por uma equipe de garçons, assistem ao momento esperado. A vista é

controlada por um vidro polarizado, que fica transparente assim que a criança vem ao mundo com sucesso. Um comunicador sonoro, então, conecta a mãe e os convidados. No instante da “revelação”, uma câmera bate automaticamente oito fotos da turma, como nos flagras das montanhas russas de Miami. Quem não couber no camarote pode acompanhar a experiência pela “babyweb” um link com transmissão ao vivo. O champanhe será aberto no restaurante do topo do edifício, com 500 metros quadrados, chef francês e adegas para 200 garrafas. “Posso garantir que, em termos de diferenciais de luxo, será um novo padrão de maternidade no Brasil”, afirma o médico José Jair Arruda Pinto, diretor-executivo da regional de São Paulo da Rede D’Or. (Site Rede D’or São Luiz, disponível em: <https://www.rededorsaoluiz.com.br/star/maternidade-sao-luiz-star>, acessado em 07/06/2024).

Desse modo, observamos que independentemente da via de parto, o discurso das luxuosas instalações oferecidas para esse evento reflete a sociedade de consumo e o sistema capitalista, materializando as relações mercadológicas no parto. Partindo dessa compreensão, não é equivocado afirmar que o parto se tornou uma indústria (Oliveira, 2017).

Da “Cesárea desnecessária” ao “Berço de ouro”: sentidos sob os ditames do capital

“Cesárea desnecessária” (Bacelar et al., 2023) é um termo designado para se referir ao nascimento cirúrgico sem orientação real e obstétrica, sobrepondo essa técnica ao parto normal por via vaginal. Apesar de a luxuosa maternidade oferecer instalações de acomodação para o parto normal, é sabido que no Brasil os índices de cesarianas vão muito além da taxa de 15%, recomendada pela OMS (1996).

As taxas de cesarianas são altas e ascendentes em todo território nacional, em todas as faixas etárias, incluindo-se nelas as adolescentes (Ans, 2023). A OMS declara que, em nível populacional, taxas de cesariana acima de 10% não estão relacionadas à redução de mortalidade materna e neonatal (OMS, 2015). Ainda segundo a OMS (2015), embora a cesariana possa ser uma cirurgia essencial, que salva vidas quando corretamente orientada, pode também colocar mulheres e bebês em risco desnecessário de morbimortalidade em curto e longo prazo quando realizada sem orientação médica.

A mortalidade materna é um importante indicador de saúde que reflete as condições sociais, econômicas e de qualidade de vida das pessoas que vivem em um determinado local (Chou, Walker, Kanyangarara, 2019). Reduzir a ocorrência de mortes maternas tem sido uma prioridade mundial e essa meta está incluída nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na agenda 2010 da Organização das Nações Unidas (United Nations, 2019).

As altas taxas de cesariana têm sido determinadas por fatores não clínicos, e apresentam uma distribuição desigual, prevalecendo entre as mulheres com maior escolaridade e faixa etária, primíparas e com pré-natal realizado em serviços privados, em particular nas regiões sul, sudeste e centro-oeste. A concentração de partos cesarianos entre mulheres com melhores condições socioeconômicas tem associado o parto cirúrgico à ideia de acesso a melhores condições de cuidado, contrariamente ao que aponta a literatura científica (Domingues et al., 2014).

No Brasil, foram registrados cerca de 2,7 milhões de nascimentos em 2021, 57,0% via cesariana (Brasil – SINASC³⁰, 2023). Dos nascimentos no país, cerca de 11% ocorrem no sistema de saúde suplementar. Em 2021, foram 297.800 partos realizados no setor, dos quais 81,76% ocorreram por meio de cirurgia cesariana (Brasil, 2023). Além disso, o excesso de pessoas, presença de estranhos, luzes fortes, entre outros fatores, podem ser perturbadores no processo natural de parir.

Odent (2004) afirma que

[...] as mulheres em trabalho de parto, na hora em que precisam de privacidade, são observadas por várias pessoas, e algumas vezes por máquina. É interessante observar que em culturas onde a futura mãe pode se isolar para dar à luz, o parto tem a fama de ser rápido e fácil. Temos meios sutis e poderosos de destruir o sentido de privacidade, [...] introduzindo uma máquina fotográfica ou cinematográfica... Uma máquina fotográfica é muito mais perigosa do que se pensa. [...] É essencial deter a verdadeira epidemia de vídeos e fotos, já que comumente eles contribuem para partos longos e difíceis. Mas nossa sociedade de como um todo – e as culturas humanas em geral – não podem entender facilmente a necessidade de privacidade da mulher em trabalho de parto (p. 29-30).

³⁰ SINASC – Sistema de Informação de Nascidos-Vivos.

Esse movimento em busca do lucro no parto traz como consequência a elitização da assistência ao nascimento. O parto passa a ser adaptado à dinâmica do capital, como uma forma de mercantilização da saúde e, por conseguinte, transformado em mercadoria. É perceptível o deslocamento de sentido do processo de parto e nascimento, um processo primordialmente natural e fisiológico, íntimo e não medicalizado. Para Odent (2004), poucos hospitais levam em consideração a importância da privacidade, da escuridão e do silêncio, de um ambiente feminino, da liberdade de se movimentar e de fazer barulho para as mulheres em trabalho de parto.

Nesse ambiente em que há um camarote anexo às salas de parto, com equipe de garçons, observamos que o sistema capitalista trabalha avesso à intimidade do parto uníssona à voz de tantas mulheres que desejam estar cercadas de um ambiente que lhes possa ser familiar. Compreende-se, assim, que o capitalismo opera numa projeção de não individualização, atuando não para atender às necessidades das mulheres num momento íntimo, feminino e singular, mas para atender às demandas do mercado. Ao invés de configurar-se como uma ruptura da lógica do grande capital, esses novos paradigmas assistenciais de saúde podem funcionar como estratégias de rejuvenescimento do capitalismo biomédico e manutenção das relações de poder sobre o corpo feminino (Barbosa et al., 2018; Cavalcanti, 2017).

Cabe considerar que “nessa sociedade capitalista, as coisas são produzidas por uma necessidade de troca, não importa se é uma necessidade humana, importa que tenha muito valor, então, vamos produzir, e os impactos são infinitos” (Marx, 2013, p. 97). Além disso, cabe destacar que

Marx foi um dos primeiros a apontar o caráter predador da burguesia, com reiteradas referências, por exemplo, a destruição dos recursos naturais pela agricultura capitalista. Sob esse aspecto, merece ser considerado precursor dos modernos movimentos de defesa da ecologia em benefício da vida humana. (Enderle, 2013, p. 29).

A ecologia em benefício da vida, citada por Marx, faz lembrar o conceito de “parto ecológico”, introduzido por Odent e bastante utilizado pelo movimento de humanização do parto e nascimento, conceito que não

categoriza um tipo específico de parto, mas defende o nascimento realizado de maneira mais natural e tranquila possível, em um contexto em que é concedido à mulher o máximo de autonomia e protagonismo no decorrer desse processo. De acordo com Odent (2004), “todos os mamíferos se isolam na hora do parto. Eles precisam de privacidade. É a mesma coisa com o humano e devemos estar sempre atentos a esta necessidade básica no que diz respeito ao parto” (p. 30).

Historicamente, o desenvolvimento do hospital perpassa por caminhos que vão desde instituições cuja função principal era abrigar os “indesejáveis”, até a configuração de uma das maiores indústrias do sistema capitalista. A busca por novos clientes e a fidelização dos mesmos é essencial em um sistema que visa o mercado e o lucro (Coelho, 2017). O deslocamento do lar, cenário onde outrora o parto acontecia, é intensificado com o progresso tecnológico da obstetria, introduzindo a futura mãe em um ambiente totalmente estranho e impessoal.

Em um sentido que se pretende estabilizado, o parto é definido como “o conjunto de fenômenos mecânicos e fisiológicos que levam à expulsão do feto do corpo da mãe” (Carvalho, 2015, p.11). Para além do dicionário, parto é um termo em disputa, estando no meio de uma batalha discursiva, numa luta pelo poder, na qual as mulheres estão hoje em desvantagem. Esse cenário suscita diversas questões: de quem é o parto? Quem faz as escolhas? O parto é apenas um evento fisiológico e, portanto, natural, ou é também um procedimento médico apropriado pelo capital numa luta de mercado?

Neste trabalho, problematizamos o parto como um sítio significante (Orlandi, 2007), no qual o político, o ideológico e o social são tencionados em diferentes nuances, produzindo efeitos de maternidade, que se movimentam entre a saturação e o desvio, entre estabilização e deslocamento. Nesse sentido, a análise das práticas discursivas problematiza a incorporação de princípios do capital (mercado e lucro), buscando compreender como eles são elaborados a partir das condições históricas e econômicas em que são produzidos.

Por entender que a construção de um novo modelo de assistência obstétrica versa obrigatoriamente mudanças na linguagem e na forma como representamos e apreendemos o parto, torna-se necessário construir um novo olhar para temas do universo “feminino”, relacioná-los às lutas

de classe e questionar o nascimento publicizado como mercadoria (Carvalho, 2015).

Do ponto de vista constitutivo, sob o viés biológico, o nascimento é um evento necessário para a perpetuação da espécie. Porém, do ponto de vista simbólico e histórico, torna-se um acontecimento social a partir do momento em que damos sentido a ele: nós o significamos, há nele um investimento de sentido que o constitui na relação entre o imaginário e o real. Desse modo, torna-se fundamental compreender o nascimento, o sujeito e o corpo enquanto efeitos de linguagem, constituídos em sentidos tecidos no/pelo simbólico.

Como já citado, atualmente, a assistência ao parto no Brasil é marcada pelo número elevado de cirurgias cesarianas e um excessivo uso de intervenções no parto vaginal (Leal, 2014). Se o modo como o Estado individualiza o sujeito determina sua relação com a sociedade (Orlandi, 2009), compreende-se que um parto natural possível à mulher passa pela sua relação com esta entidade. Requer-se, para tanto, a instituição de processos tecnocráticos que interditem a necessidade da mulher, enquanto sujeito sócio-histórico e simbólico, vivenciar um parto dominado pela perspectiva hospitalocêntrica.

Nos últimos anos, assistimos a uma agudização na disputa pelo modelo de assistência ao parto no país. O fato é que parir e nascer, definitivamente, não são processos meramente fisiológicos, são eventos sociais e culturais complexos, que envolvem interações entre sujeitos, grupos sociais e organizações, com poderes e legitimidades diferenciados, caracterizando distintas posições-sujeito naquilo que consideramos ser uma formação discursiva obstétrica (Maia, 2010).

Cabe ressaltar que, na contramão da perspectiva do mercado, há relatos de mulheres que atualmente lutam pelo direito de parir em domicílio, somados a movimentos de mulheres, produzindo um gesto de resistência ao universalismo do discurso científico médico, gesto que agrega, a saber, processos de desidentificação (Pêcheux, 2009) e individuação (Orlandi, 2012), fundamentais para a compreensão dos sentidos do corpo feminino na contemporaneidade.

Considerando que “é pelas condições de produção que o sujeito formula seu dizer, sua vida, seus sentidos, seus sentimentos” (Orlandi, 2001, p. 25), é preciso lembrar que se no século XIX o parto era reservado

ao sigilo do ambiente doméstico, a partir da segunda metade do século XX, esse evento passou a ser efetuado prioritariamente nos hospitais. Somado a essa mudança de cenário, há um movimento de publicização do parto através da reprodução de cenas de nascimento em vídeos que circulam pela Internet.

Em uma sociedade capitalista, na qual o setor de saúde é marcado pela alta tecnologia, procurar entender o parto e o nascimento como um produto que visa o lucro, aponta para o vazio da própria condição humana. Na linguagem, espaço de materialização do discurso hegemônico que atribui ao hospital o controle sobre o corpo, é possível identificar marcas ideológicas que desestabilizam ou reforçam o poder nas relações entre trabalhadores/as, mídia, pacientes e familiares. Observa-se, desse modo, que as desigualdades são reforçadas e reproduzidas por meio de práticas sociais mediadas pelo discurso. Da mesma maneira, o poder hegemônico é legitimado pela mídia e pelo convívio social, enquanto a naturalização coroa a ideologia dominante (Carvalho, 2015).

Considerações finais

A análise das práticas discursivas parte do problema da incorporação de princípios do capital (mercado e lucro), buscando compreender como esses são elaborados a partir do contexto histórico e econômico em que são produzidos. Neste trabalho, refletimos sobre os desdobramentos que as mudanças nas práticas sociais acarretam no campo da saúde, levando em conta o espetáculo que se tornou o parto e o nascimento.

Partindo do uso metafórico da expressão “berço de ouro”, compreendemos o nascimento como um evento biológico que se torna social porque se investe sentido nele, sendo este apropriado pelo capitalismo e transformado em mercadoria. A medicalização e a institucionalização do parto e do nascimento são uma marca da ideologia dominante. Por outro lado, a defesa da liberdade das mulheres pelo local do parto é fundamentalmente a expressão de uma luta que versa sobre o direito pelo próprio corpo e pela garantia de sua liberdade de escolha. Essa luta é aqui compreendida como um processo de subjetivação que resiste politicamente ao domínio do capital.

Referências

ANS. Agência Nacional de Saúde Suplementar. Ficha Técnica. **Indicadores do Programa de Qualificação de operadoras 2024 (ano-base 2023)**. Atualizado em abril/2024. Disponível em: https://www.gov.br/ans/pt-br/aceso-a-informacao/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor/copy_of_Ficha_Tecnica_IDSS_ab2023_atualizada_em_abr2024__retificacao_1.3.pdf. Acesso em: 23 out. 2024.

BACELAR, B. N.; OLIVEIRA, I. E. G.; GUEDES, C. C.; et al. **O impacto das cesarianas desnecessárias na saúde materna e neonatal no Brasil**. Revista Brasileira de Desenvolvimento, [S. l.], v. 8, pág. 23276–23286, 2023. DOI: 10.34117/bjdv9n8-011. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/61867>. Acesso em: 01 out. 2024.

BARBOSA, M. B. M; HERCULANO, T. B.; BRILHANTE, M. A. A. et al. **Doulas como dispositivos para humanização do parto hospitalar: do voluntariado à mercantilização**. Saúde Debate. Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, pp. 420-429, Abr-Jun 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/m4XQfFVfLC7qZqxxhTyYYDv/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informações de Nascidos Vivos – SINASC.

Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-deconteudos/paineis-de-monitoramento/natalidade/nascidos-vivos/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CARVALHO, L. **Eu não quero outra cesárea: ideologia, relações de poder e empoderamento feminino**. São Paulo: Lexema, 2015. (Coleção parto com prazer).

CARVALHO, P. **Maternidade mais luxuosa do país terá até ‘camarote’ anexo à sala de parto**. Revista Veja. [Atualizado em 27 Maio 2024, 22h11 - Publicado em 8 abr. 2022, 06h00]. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cidades/maternidade-sao-luiz-star-luxo>. Acesso em: 23 maio 2023.

CAVALCANTI, A. A. R. **¿Táctica o producción de subjetividad?:** Un análisis del cine documental activista por la humanización del parto. Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. DOI 10.11606/issn.2316-9133.v26i1p111-131. Cadernos de campo, São Paulo, n. 26, v.1, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/seric/Downloads/cadcampo,+CADERNOS+DE+CAMPO+26+1-ARTIGOS+T%C3%A1ctica+o+producci%C3%B3n+de+subjetividad%20\(14\).pdf](file:///C:/Users/seric/Downloads/cadcampo,+CADERNOS+DE+CAMPO+26+1-ARTIGOS+T%C3%A1ctica+o+producci%C3%B3n+de+subjetividad%20(14).pdf). Acesso em: 23 nov. 2023.

CHOU, V. B., WALKER, Neff, KANYANGARARA, M. Estimating the global impact of poor quality of care on maternal and neonatal outcomes in **81 low- and middle-income countries**: a modeling study. PLoS Med. 2019;16(12):e1002990. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31851685/>. Acesso em: 30 set. 2023.

COELHO, C. A. **O processo de mercantilização das cesarianas no Brasil.** 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/4381/1/Dissertacao%20Clayson%20Coelho.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Projeto Periferia. Editoração, tradução do prefácio e versão para eBook e eBooksBrasil.com, 2003. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/eLibris/socespetaculo.html>. Acesso em: 23 jun. 2023.

DOMINGUES; R. M. S. M.; DIAS, M. A. B.; NAKAMURA-PEREIRA, M. et al., 2014. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 30 Sup: S101-S116, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/BdmBs37cdNjNLzstXTQngsj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2023.

ENDERLE, R. Mercadoria e Dinheiro. In: MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

LEAL, M. C. (Coord.). **Nascer no Brasil:** sumário executivo temático da pesquisa. Rio de Janeiro: ENSP, 2014.

MAIA, M. B. **Humanização do parto**: política pública, comportamento organizacional e ethos profissional. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

MARX, K. **O Capital** - crítica da economia política. 3. ed. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENEZES-FILHO, N.; MELO, C. **O efeito da manipulação do horário de nascimento em torno do carnaval nos indicadores de natalidade no Brasil**. Health Economics, 33 9), 2024, p.2013–2058. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/hec.4858> Acesso em: 23 out. 2024.

ODENT, M. **Água e Sexualidade**: a importância do parto ecológico. Trad. Maria de Fátima de Madureira. São Paulo: Ciências Contemporâneas, 2004.

OLIVEIRA, R. A. C. M. **Parto, Mercado, Violência** – Uma análise discursiva. Tropos: Comunidade, Sociedade e Cultura. Revista Tropos, ISSN: 2358-212X, volume 6, número 1, edição de Julho de 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/1226>. Acesso em: 30 set. 2023.

ORLANDI, E. P. (org.). **Cidade Atravessada**: Os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas/SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas/SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. **Espaço da violência**: o sentido da delinquência. In: Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas/SP, v. 2, n. 51, p. 219-234, dezembro 2009.

ORLANDI, E. P. (org.). **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. Campinas/SP: Pontes, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **As taxas de cesárea continuam a aumentar, em meio a crescentes desigualdades no acesso**. Atualização departamental, 16 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/16-06-2021->

caesarean-section-rates-continue-to-rise-amid-growing-inequalities-in-access. Acessado em: 07 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Maternidade Segura**. Assistência ao Parto Normal: um guia prático. Saúde Materna e Neonatal. Saúde Reprodutiva e da Família, Genebra, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Declaração da OMS sobre Taxas de Cesáreas. 2015. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/161442/WHO_RHR_15.02_por.pdf;jsessionid=25A086A9351EC00066305392A7848697?sequence=3. Acesso em: 12 set. 2023.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas/SP: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas (1975/1997). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.

REDE D'OR. Maternidade São Luiz Star. São Paulo. Disponível em: <https://www.rededorsaoluiz.com.br/star/maternidade-sao-luiz-star>. Acesso em: 07 de jun/2024. 20:15:05.

UNITED NATIONS. **The sustainable development goals report 2019** [Internet]. New York: United Nations; 2019. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2019/The-Sustainable-Development-GoalsReport-2019.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

Autobiografias de surdos oralizados: uma análise discursiva dos sentidos de “surdo” e “surdez”

*Anesio Marreiros Queiroz*³¹
*Helson Flávio da Silva Sobrinho*³²

Introdução

Dados mais recentes fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) apontam que 18,6 milhões de pessoas (8,9%) com mais de dois anos de idade possuem algum tipo de deficiência no Brasil. Ainda de acordo com esse órgão (PNS/IBGE, 2019), 1,1% da população do país nessa faixa etária, aproximadamente 2,3 milhões de pessoas, apresenta “grande dificuldade ou não consegue ouvir de modo algum”.

Além de apontar um quantitativo sobre o número de pessoas surdas no Brasil, pela primeira vez, a PNS (2019) investigou o número de surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais, a Libras. Os dados levantados apontam que das 2,3 milhões de pessoas surdas apenas 22,4% (aproximadamente 516 mil pessoas) são usuárias dessa língua.

A partir dos números apontados pela PNS (2019), surdos defensores da oralização e do uso de tecnologias (como os aparelhos auditivos e o implante coclear) passaram a defender essas práticas como o melhor caminho para inclusão e sociabilização das pessoas surdas chamando atenção para o fato de que “a maioria dos surdos não usam Libras” (Pfeifer,

³¹ Doutorando (bolsista CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Discurso e Ontologia (GEDON-UFAL). E-mail: beckmarreiros@gmail.com

³² É professor e pesquisador da UFAL. Doutor em Linguística pela UFAL e pós-doutor em Linguística pela Unicamp. É líder do Grupo de Pesquisa Discurso e Ontologia Marxiana (Gedon). É autor do livro “Discurso, velhice e classes sociais”. Possui também publicações de capítulos de livros e artigos em diversas revistas especializadas na área de Linguística e Análise do Discurso. E-mail: helsonf@gmail.com

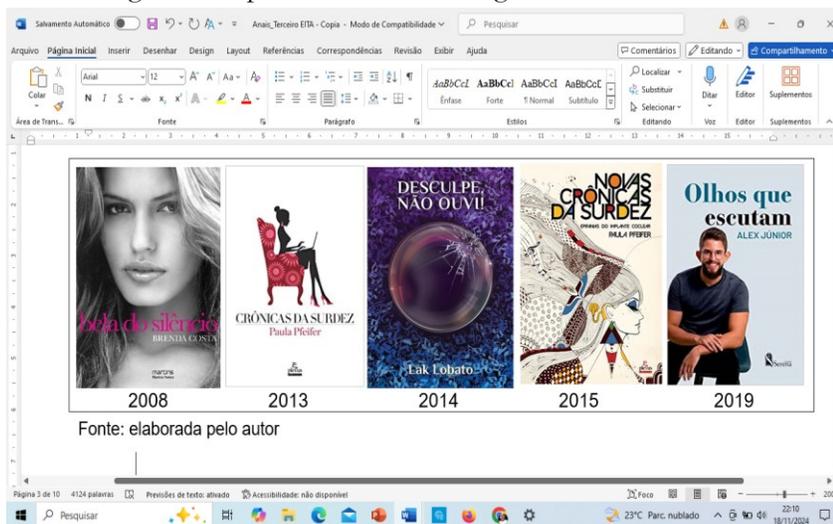
2022) e que “surdez não é sinônimo de Libras” (Lobato, 2021). Posicionamentos que diferem de autores como Gesser (2009); Rezende (2012), Perlin e Stumpf (2012), Strobel (2015), entre outros, que defendem a língua de sinais como a língua natural das pessoas surdas e que, portanto, deve ser aprendida na mais tenra idade em detrimento ao uso de tecnologias e/ou da oralização.

Ao discorrer sobre essa questão, Lima (2018) aponta que há acerca da surdez uma disputa pelo sentido do que significa ser surdo. Para ele, no discurso sobre a surdez, “o corpo surdo constitui-se como um material simbólico atravessado por discursos conflitantes” (Lima, 2018, p. 45), por diferentes redes de formulações possíveis. Como sabemos, a produção de sentidos está ligada ao lugar a partir do qual se enuncia e que é esse lugar que autoriza a dizer de uma forma e não de outra.

Como vimos, muitos pesquisadores já têm se debruçado acerca das questões da surdez e da pessoa surda. Entretanto, ainda são poucos os pesquisadores que o fazem a partir da perspectiva da análise do discurso, especialmente a análise do discurso materialista a qual nos filiamos. E mesmo esses trabalhos (como Costa (2010) e Barbosa (2020)) têm se debruçado sobre a questão da surdez tomando enquanto um pré-construído, o entendimento de que os surdos são ‘naturalmente’ usuários de língua de sinais. Nesse sentido, acreditamos que há uma lacuna a ser explorada no que concerne às pesquisas que não tomam o uso da Libras pelas pessoas surdas enquanto um ‘já dado’.

Deste modo, e entendendo que o material de análise para o analista do discurso não é dado a priori, mas na construção realizada a partir dos gestos de leitura, de interpretação e compreensão do seu próprio objeto de investigação, para esse trabalho, estabelecemos como *corpus* de análise sequências discursivas obtidas a partir da introdução/apresentação/prólogo de cinco livros autobiográficos (impressos e/ou digitais) de surdos oralizados, organizados em ordem crescente dos anos de publicação, a saber:

Imagem 1: Capa dos livros autobiográficos



Fonte: elaborada pelo autor

A partir desse breve exercício de análise, que, como sabemos, ocorre num batimento teoria/prática, pretendemos compreender que sentidos de “surdo” e “surdez” circulam na introdução dessas autobiografias e o modo como estas questões são atravessadas pela ideologia inerente ao modo de produção capitalista.

Autobiografias: uma descrição

Como dissemos acima, nosso *corpus* discursivo é composto por cinco autobiografias de surdos oralizados. Essa regularidade, entretanto, não é um indicativo de que o percurso destes no “mundo” da surdez se deu de forma homogênea. Ao contrário, a constituição desses autores enquanto sujeitos surdos se deu de diferentes maneiras.

Brenda Costa, autora do livro “Bela do silêncio”, lançado em 2008, já nasceu surda. Paula Pfeifer, autora dos livros “Crônicas da surdez” e “Novas crônicas da surdez: epifanias do implante coclear”, por outro lado, nasceu ouvinte e ficou surda somente depois de adulta. Lak Lobato Austregesilo, por sua vez, autora do livro “Desculpe, não ouvi”, também nasceu ouvinte, mas, diferente de Pfeifer, ficou surda ainda criança, quando

tinha 10 anos de idade. Alex Júnior, por outro lado, autor do livro “Olhos que escutam”, assim como Brenda Costa, também nasceu surdo.

A nosso ver, o modo como estes autores adquiriram a surdez funciona enquanto condições de produção na maneira como estes enunciam e significam a surdez e os próprios surdos, pois, como afirma Orlandi (2015, p. 191) a forma como o sujeito é individuado e se identifica ou é identificado “resulta de um longo e complexo processo de significação, de identificação, em que ele é falado, significado, pela ideologia que o interpela e pelas instituições e discursos que o dizem”.

A partir da leitura das introduções das autobiografias supracitadas, recortamos algumas sequências discursivas:

Quadro 2: Sequências Discursivas do Livro “Bela do Silêncio” / 2008 de Brenda Costa

SD1 - “Eu sempre tive sorte.” (p. 9)

SD2 - “[...][tive] uma boa saúde, apesar de minha surdez.” (p. 10.)

SD3 - “Mas Deus me fez surda – não muda [...]” (p. 11)

SD4 - “[...] uma estrela respingou sua luz em mim bem antes de eu aparecer para as objetivas das máquinas fotográficas. Recompensei essa estrela à minha maneira, brilhando por ela, não desistindo nunca, mesmo nos momentos dolorosos, nessas lacunas em que eu perdia ou ainda perco o pé porque sou ‘diferente’, portanto, muitas vezes rejeitada.” (p. 11)

SD5 - “Quando cheguei à França [...]” (p. 11)

SD6 - “[...] minha mãe tinha me matriculado numa escola especial que ministra aulas à noite para permitir que jovens artistas se dediquem à sua arte e também ganhem algum dinheiro durante o dia – [...] podia enfim conjugar duas atividades ao mesmo tempo, a que suporto e a que é minha verdadeira razão de viver: a profissão de modelo.” (p. 12)

SD7 - “Meu trabalho retém toda a minha atenção.” (p. 13)

SD8 - “[...] porque tenho uma grande capacidade de trabalho.” (p. 14)

SD9 - “[...] presa na armadilha da minha ‘enfermidade’.” (p. 17)

As SDs acima foram retiradas do livro “Bela do silêncio”, da autora Brenda Costa, modelo, e como já dissemos, surda desde o nascimento. A partir dessas SDs é possível apreender um breve resumo da história de vida da autora, frente à surdez. Antes, no entanto, de nos debruçarmos sobre os efeitos de sentidos que essas SDs fazem circular, observemos outras SDs recortadas do nosso *corpus*.

Quadro 2: Sequências Discursivas do Livro “Crônicas da surdez” /
2013 de Paula Pfeifer

SD10 - “[...] alguns carimbos no passaporte, várias histórias para contar.” (p. 10)

SD11 - “[...] com a criação do blogue que me dei conta da quantidade de pessoas que têm vivenciado a surdez presas numa bolha de solidão e de falta de conhecimento.” (p. 10)

SD12 - “Como se não bastasse a surdez ser um monstrinho de sete cabeças [...]” (p. 10)

SD13 - “Convivo com a surdez, mas não vivo em função dela. Longe disso.” (p. 13)

SD14 - “Se você é pai ou mãe de uma criança surda, saiba que terá um longo caminho pela frente e não deve jamais desistir de dar ao seu filho as ferramentas necessárias para que ele seja independente e consiga se comunicar com o mundo e seguir seus sonhos sem impedimentos.” (p. 13)

SD15 - “Este livro vai ajudá-lo a perceber que existe, sim, luz no fim do túnel.” (p. 14)

Essas SDs foram recortadas do primeiro livro lançado por Paula Pfeifer, em 2013, “Crônicas da surdez”. Pfeifer, que é funcionária pública, recebeu o diagnóstico de deficiência auditiva bilateral neurossensorial progressiva aos 16 anos. Segundo a autora, esse primeiro livro foi escrito com o propósito de ajudar a outros surdos e/ou familiares de surdos que assim como ela não fazem uso da Língua Brasileira de Sinais. Passemos, então, para a próxima obra, “Desculpe, não ouvi”.

Quadro 3: Sequência Discursiva do Livro “Desculpe, não ouvi!” / 2014 de
Lak Lobato Austregesilo

SD16 - “Estudei até a faculdade, me formei. Apreendi francês e fiz um rápido intercâmbio de espanhol em Madrid. Comecei a trabalhar. Namorei, casei. Viajei pelo mundo. Tive uma vida bem tranquila, apesar de não conseguir ouvir nada.” (p. 18)

Desta obra de Lak Lobato Austregesilo, escritora, palestrante e blogueira, que perdeu a audição, “subitamente, durante à noite, pouco antes de completar 10 anos”, extraímos uma única SD, mas, como mostraremos pelas análises, produz uma regularidade com outras SDs elencadas. A seguir, destacamos as SDs da segunda obra da autora Paula Pfeifer que compõe nosso material de análise bem como a SD do livro “Olhos que escutam” de Alex Alves Júnior:

Quadro 4: Sequências Discursivas do Livro “Novas crônicas da surdez: epifanias do implante coclear” / 2015 de Paula Pfeifer

SD17 - “Sala de espera do Aeroporto Internacional Galeão, Rio de Janeiro. Lá estava eu, voltando para casa após mais um final de semana na cidade maravilhosa [...]” (p. 11)

SD18 - “não fazia sentido me conformar com a prisão silenciosa que me sufocava [...]” (p. 13)

Quadro 5: Sequência Discursiva do Livro “Olhos que escutam” / 2019 de
Alex Alves Junior

SD19 - “Ao descortinar o universo da deficiência auditiva severa [...]” (p. 15)

O livro “Olhos que escutam” foi lançado por Alex Alves Júnior, em 2019. Segundo consta nessa obra, Alex é administrador de empresas, consultor empresarial, terapeuta social e palestrante.

Considerando a proposta deste trabalho, isto é, a de propor um breve exercício de análise sobre o modo como a surdez e o surdos são apresentados nas introduções dessas autobiografias, bem como o modo como um discurso capitalista atravessa essas discussões, consideramos mais produtivo, por uma questão didática, apresentar as sequências discursivas recortadas de cada uma das obras que compõem nosso material para, a partir de então, enveredar pela análise. Nesse sentido, passemos às análises.

Os sentidos de “surdo” e “surdez” nas autobiografias

Este trabalho foi elaborado sob a perspectiva teórico-metodológica da análise do discurso materialista desenvolvida por Michel Pêcheux, na França, e Eni Orlandi e outros pesquisadores, no Brasil, entre outros. A fim de buscar responder ao objetivo traçado, nesse primeiro gesto de análise procuramos observar se há nessas introduções/apresentação/prólogo alguma referência à questão da surdez e, se sim, de que modo ela é formulada.

Ante ao exposto, observamos que, na apresentação do livro “Crônicas da Surdez”, ao justificar o porquê de está escrevendo um livro, a autora Paula Pfeifer, que já tinha um blogue na internet, afirma: “[...] com a criação do blogue que me dei conta da quantidade de pessoas que têm vivenciado a surdez presas numa bolha de solidão e de falta de conhecimento” (SD11). No outro livro de sua autoria que compõe nosso material (“Crônicas da Surdez: epifanias do implante coclear”) a autora esclarece que decidiu fazer a cirurgia de implante coclear porque “não fazia sentido me conformar com a prisão silenciosa que me sufocava” (SD18). Num outro momento, agora no livro “Bela do Silêncio”, Brenda Costa, sobre a surdez, enuncia: “[...] presa na armadilha da minha ‘enfermidade’³³” (SD9).

Como se observa nessas SDs, a surdez é significada como uma prisão, uma armadilha, um impeditivo para aqueles acometidos por essa condição de interagir e socializar com outras pessoas. Além disso, isto é, além de impedir que uma pessoa surda interaja com outras pessoas, a surdez também impediria a aquisição de conhecimentos (SD11).

³³ A autora usa a SD entre aspas, falando de um modo como outros dizem sobre ela, mas ao dizer, mesmo usando as aspas, ela acaba reproduzindo esse discurso que existe ‘sobre’.

Segundo Pêcheux (2014), enquanto sujeitos, produzimos nossos dizeres afetados pelo esquecimento e, por conta disso, temos a ilusão de sermos a origem daquilo que dizemos quando, em verdade, todo enunciado, toda fala, é atravessada por um já dito, por algo que fala “antes, em outro lugar, independentemente” (Pêcheux, 2014, p. 142).

Isso posto, é possível apreender no modo como Pfeifer significa a surdez (na SD11 e na SD18) o atravessamento de um já-dito sobre essa questão. Historicamente, as pessoas surdas e/ou pessoas com deficiência, em geral, eram excluídas da sociedade ou mesmo exterminadas por serem consideradas “fardos sociais”, uma vez que em nada contribuíam com a sociedade. As pessoas surdas, especificamente, eram proibidas, entre outras coisas, de casar, ter filhos e herdar bens. Quando começaram a “surgir”, dentro da nobreza, casos de crianças surdas, portanto, herdeiras de suas famílias, um novo entendimento sobre a surdez começou a ser concebido e começou-se a pensar numa educação voltada a esses sujeitos, visto que, esses herdeiros surdos precisavam receber uma educação que os “capacitasse” para administrar essa riqueza, para que esta fosse mantida dentro da respectiva família nobre (Souza, 1995, p. 72). Segundo Souza (1995, p. 72), essa instrução era dada através da exposição do surdo à escrita e à oralização.

Em outras palavras, para que os surdos da nobreza pudessem herdar a herança de sua família, bem como casar e ter filhos, para perpetuar sua descendência, era necessário que estes desenvolvessem a capacidade de oralizar. Os educadores defensores do método oral salientavam que só pela fala oral uma pessoa poderia verdadeiramente aprender e interagir com seus pares e só ela permitiria a mais perfeita aquisição de conhecimento” (Atas, 1880 / 2011, p. 4). Como se observa, Pfeifer pelos enunciados formulados nas SDs 11 e 18, e Costa pelo enunciado 09, identificam-se e reproduzem um discurso “Já-lá” sobre a surdez.

Em “Desculpe, não ouvi!”, de Lak Lobato Austregesilo, não encontramos uma referência direta à questão da surdez, todavia, em a “Bela do silêncio”, de Brenda Costa encontramos uma construção sintática que nos permite depreender alguns sentidos acerca da surdez, vejamos: “tive uma vida bem tranquila, apesar de não conseguir ouvir nada” (SD16), e “[tive] uma boa saúde, apesar da minha surdez” (SD2). A locução prepositiva

“apesar de” explicita um entendimento de que não se espera que pessoas surdas vivam “uma vida bem tranquila” e/ou tenham “uma boa saúde”.

Acreditamos, ainda, ser possível dizer que isso ocorre porque, nesses dizeres, a surdez é significada a partir de um lugar que a compreende enquanto uma deficiência, uma ‘enfermidade’ (SD 9). Nesse sentido, ser surdo é ser/estar destituído da capacidade de ouvir e a ausência dessa capacidade torna o sujeito surdo uma pessoa com deficiência/doente e os discursos que circulam, enquanto um pré-construído, isto é, aquilo que ‘todo mundo sabe’, acerca das pessoas com deficiência é o de que eles não têm uma boa saúde e, tampouco, vivem uma vida tranquila. Como se observa, a surdez é significada como uma incapacidade e/ou um impeditivo para que o indivíduo viva uma vida plena. Um modo de compreensão da surdez que se inscreve na mesma rede de formulação que as SDs 9, 11 e 18 já analisadas.

Um outro ponto que nos chama atenção nessas apresentações dos livros, e que parecem funcionar enquanto um oposto aos sentidos de surdez que explicitamos acima, é a necessidade de se mostrar enquanto um indivíduo (ou enquanto um surdo oralizado?) bem-sucedido. Vejamos alguns recortes: “Quando cheguei à França [...]” (SD5); “[...] alguns carimbos no passaporte, várias histórias para contar.” (SD10); “Estudei até a faculdade, me formei. Aprendi francês e fiz um rápido intercâmbio de espanhol em Madrid. Comecei a trabalhar. Namorei, casei. Viajei pelo mundo.” (SD16); “Sala de espera do Aeroporto Internacional Galeão, Rio de Janeiro. Lá estava eu, voltando para casa após mais um final de semana na cidade maravilhosa [...]” (SD17).

É interessante observar a maneira como os autores, na apresentação de suas autobiografias, procuram evidenciar o fato de que são bem-sucedidos, “apesar de”, serem surdos. Cria-se, no leitor, o efeito de que esse sucesso se deve ao fato deles serem oralizados. Dito de outro modo: surdos não-oralizados seriam pessoas com deficiência que vivem numa bolha/prisão que os privam do convívio social enquanto os surdos oralizados seriam pessoas bem-sucedidas que viajam pelo mundo.

Esses dizeres produzem, enquanto efeito, o entendimento de que, para ser uma pessoa surda bem-sucedida é preciso ser oralizada e que basta ser oralizada para conseguir, entre outras coisas, viajar pelo mundo. Entretanto, apaga-se ao leitor as condições materiais (financeiras) destes autores

surdos oralizados (e de suas famílias). Têm-se, assim, pela descrição dos autores, de quem eles são, do que fizeram e/ou fazem, uma (re)produção de um discurso capitalista que afirma que “todos podem conseguir, basta se esforçar” ou “se você se esforçar, você consegue” ou, ainda, “o sucesso é medido pelo seu esforço”, sem considerar, todavia, o fato de que, do ponto de vista material, nem todos partem do mesmo lugar, questão inclusive que funciona como combustível para a luta de classes.

E como sabemos, nessa luta de classes (burguesia x proletariado), a ideologia da classe burguesa tem dominado. Como afirmam Lessa e Tonet (2011, p. 69), há um “[...] desprezo absoluto das necessidades humanas. O resultado é o individualismo burguês: a redução da coletividade a mero instrumento para o enriquecimento privado dos indivíduos”, ou seja, faz isso transformando o trabalho em mercadoria ao mesmo tempo em que a desvaloriza, para comprá-la por um valor ínfimo.

Essa questão do trabalho, ademais, comparece em algumas SDs de nosso material. Temos, por exemplo, as SDs: “Meu trabalho retém toda a minha atenção.” (SD7), e “[...] porque tenho uma grande capacidade de trabalho.” (SD8). Observemos que parece haver pela formulação da SD8 uma preocupação da autora em mostrar-se útil, apta, capaz. Uma preocupação, diríamos, em se deslocar da posição de “fardo social”, de incapaz que se tem sobre a pessoa com deficiência, para uma posição de apta e capaz, a de alguém com “grande capacidade de trabalho”. Nas duas SDs citadas percebemos não apenas “o valor da produção da força de trabalho como uma mercadoria” (Lessa; Tonet, 2011, p. 98), como uma preocupação em não se dissociar dela.

Assim, esse trabalhador, é atravessado ideologicamente por um discurso de que “apesar de” surdo, precisa e pode oferecer essa mercadoria (o trabalho) para que assim possa ser um cidadão de direitos. Como resalta Magalhães (2019, p. 153) “a função que o estado tem em todas as sociedades de classes: a manutenção do sistema de exploração do trabalho”, e isso evidencia o lugar do explorado, o trabalhador. Foi, então, para conquistar essa ilusória autonomia que temos “[...] minha mãe tinha me matriculado numa escola especial que ministra aulas à noite para permitir que jovens artistas se dediquem à sua arte e, também ganhem algum dinheiro durante o dia – [...] podia enfim conjugar duas atividades ao mesmo

tempo, a que suporto e a que é minha verdadeira razão de viver: a profissão de modelo.” (SD6).

Por um efeito de fecho

No início desse trabalho dissemos que nosso principal objetivo era compreender que sentidos de “surdo” e “surdez” circulam na introdução dessas autobiografias bem como o modo como estas questões são atravessadas pela ideologia inerente ao modo de produção capitalista.

A partir da análise do material pudemos explicitar o modo como os autores surdos oralizados significam a surdez como uma deficiência, como algo prejudicial à socialização e a aquisição de conhecimentos. Explicitamos, ademais, que esse modo de significar o surdo e a surdez não é novo, ao contrário, ele é resultado de uma memória discursiva acerca da surdez que, historicamente, foi significada como algo prejudicial e que deveria ser combatido.

As análises das SDs nos permitiram, outrossim, compreender a maneira como um discurso capitalista de ostentação atravessa a significação desses autores de tal modo que para desvencilhar-se de uma significação pejorativa sobre a surdez eles enunciam sobre as viagens e conquistas que obtiveram produzindo o efeito de que tais conquistas foram obtidas por eles serem oralizados.

Referências

ALVES JÚNIOR, A. **Olhos que escutem**. Rio de Janeiro: Ruja, 2019.

ATAS. Congresso de Milão [de] 1880. In. KINSEY, A. **Série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos**, volume 2. Rio de Janeiro: INES, 2011.

AUSTREGESILO, L. E. L. **Desculpe, não ouvi!** São Paulo: Atitude Terra, 2014.

BARBOSA, P. C. L. **Análise de discurso sobre educação de surdos no século XIX: um gesto de leitura**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

COSTA, B. **Bela do silêncio**. São Paulo: Martins, 2008.

COSTA, J. P. B. **A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

GESSER, A. **Libras?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 2022**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20com%20defici%C3%Aancia%20no,defici%C3%Aancia%2C%20da%20Pnad%20Cont%C3%ADnua%202022>. Acesso em: 19 nov. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia#:~:text=Em%202019%2C%20segundo%20a%20Pesquisa,de%20idosos%20estavam%20nessa%20condi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 19 nov. 2024.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, C. P. **TV Globo e a surdez: compreensões acerca do discurso sobre o implante coclear**. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

LOBATO, L. **IBGE confirma: surdez não é sinônimo de Libras**. 2021. Disponível em: <https://desculpenaoouvi.com.br/ibge-confirma-surdez-nao-e-sinonimo-de-libras/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ORLANDI, E. **Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa**. Rua, v. 2, n. 21, p. 187-198, nov. 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi [et al.] 2ed Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne (Org.). **Um olhara sobre nós surdos**: leituras contemporâneas. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.

PFEIFER, P. **Crônicas da surdez**. São Paulo: Plexus Editora, 2013.

PFEIFER, P. **Novas crônicas da surdez**: epifanias do implante coclear. São Paulo: Plexus Editora, 2015.

PFEIFER, P. **Surdos que ouvem**: a maioria dos surdos NÃO usa Libras. 2022. Disponível em:<https://cronicasdasurdez.com/surdos-que-ouvem/#:~:text=Na%20verdade%2C%20a%20maioria%20dos,a%20Pesquisa%20Nacional%20de%20Sa%C3%BAde!> Acesso em: 10 jun. 2023.

REZENDE, P. L. F. **Implante coclear**: normalização e resistência surda. 1. Ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.

SOUZA, R. M. **Educação especial, psicologia do surdo e bilinguismo**: bases históricas e perspectivas atuais. Temas psicol. [online]. 1995, v. 3, n. 2, p. 71-87. ISSN 1413-389X. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v3n2/v3n2a09.pdf> . Acesso em 19 nov. 2024.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

Programa previne Brasil: implícitos e silenciamento no discurso governamental

*Maria da Glória Freitas*³⁴

*Sóstenes Ericson*³⁵

Introdução

O objeto de estudo deste texto é o discurso governamental do Programa Previne Brasil, instituído pela Portaria do MS, nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, que estabelece um novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Este trabalho tem como objetivo contribuir para um posicionamento crítico acerca do Programa Previne Brasil, mediante o desvelamento dos objetivos (não ditos) e da formação ideológica que lhe dão sustentação.

Nosso *corpus* é constituído de recortes das seguintes portarias e instrumentos instituídos pelo Ministério da Saúde: a ferramenta – Autoavaliação para a melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (AMAQ), lançado em 2006; a portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica; portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB); e o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável - PAB Variável. Pretende-se, aqui, analisar os sentidos estabilizados na materialidade

³⁴ Mestra em Ciências da Educação, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura/PPGLL/UFAL. Enfermeira Sanitarista e Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Cesmac.

E-mail: mgfgloriaf@gmail.com

³⁵ Graduado em Enfermagem (FENSG/UPE), Graduado em Letras/Língua Inglesa (UNEAL), Graduado em Pedagogia (UNINTA). Doutor em Linguística (UFAL). Estágio Pós-doutoral em Linguística (UNICAMP), Estágio Pós-doutoral em Promoción de la Salud (Universidad Autónoma de la Ciudad de México – UACM). Atualmente, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL/UFAL) e Líder 2 do Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GrAD/CNPq). E-mail: sericson.ufal@gmail.com

discursiva da Portaria Nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, que institui o Programa Previnde Brasil.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1988 elaborou a Lei orgânica da Saúde, leis 8080/1990 e 8142/1990, que aprova a unificação do sistema de saúde, o conceito ampliado de saúde, o direito à cidadania e o dever do Estado, criando o Sistema Único de Saúde (SUS) a partir dos princípios de Universalidade, Equidade e Integralidade. O MS elege como porta de entrada prioritária para o SUS a Atenção Básica.

O emprego do termo Atenção Básica relaciona-se à Atenção Primária em Saúde, em seu sentido amplo e integral, proposto pelo Movimento Sanitário, que apresenta um novo modelo assistencial. Foi a partir de 1991, com a criação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família (1994), que a Atenção Básica passou a ter mais visibilidade, sendo regulamentada pela Política Nacional da Atenção Básica (PNAB) (BATISTA,2020).

Percorso teórico metodológico

Com o intuito de desvelar o que está silenciado no discurso, bem como a posição assumida pelos sujeitos do discurso em seu fazer histórico, optamos por seguir o referencial teórico e metodológico da Análise do Discurso pecheutiana, filiada ao Materialismo histórico-dialético. É a partir dessa perspectiva que nos debruçamos sobre a materialidade discursiva do programa Previnde Brasil.

A Análise do Discurso de perspectiva pecheutiana teve seu início na França, nos anos 1960. Seu fundador (Michel Pêcheux) tomou o discurso como objeto de estudo e incluiu em sua reflexão, acerca de língua, o sujeito, a história, a ideologia e o inconsciente (Florêncio et al., 2016). Entre as diversas áreas da linguagem, há várias vertentes teóricas e muitas posições divergentes acerca da concepção de discurso. Pêcheux entende que o discurso “não é transmissão de informações, não surge do psiquismo individual de um falante não se confunde com a língua, nem com a fala, nem com o texto” (Florêncio et al., 2016, p.26). O discurso “é acontecimento que articula uma atualidade a uma rede de memória” (Pêcheux, 2002, p.17).

As formações discursivas se correlacionam com as formações ideológicas, que são definidas como: “a expressão da conjuntura ideológica de uma formação social que põe em jogo práticas associadas às relações de classe”. (Cavalcante,1999, p.151). Sustentamos então o entendimento de que o sentido da palavra não é literal: depende da posição assumida por aqueles que a empregam. Seu sentido e formação ideológica variam de acordo com os diferentes momentos e contextos sócio-históricos em que é empregada (Pêcheux, 2014, p. 146, 147).

Além dessas considerações, vale afirmar que “na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. (Orlandi, 2015, p.13). Ou seja, o discurso é produção social, “em um determinado momento histórico, para responder às necessidades postas nas relações entre os homens, para a produção e reprodução de sua existência, carrega histórico e o ideológico dessas relações”. (Florêncio et. al., 2016, p.27)

Nesse entendimento, o discurso é analisado a partir das condições de produção, em um primeiro momento, ponderando-se que os efeitos de sentido das palavras se inscrevem, se produzem e reproduzem em tais condições. Para Pêcheux,

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição não existe em si mesmo, mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidos. (Pêcheux, 2014, p. 146).

Logo, as formações discursivas se correlacionam com as formações ideológicas, que são definidas como: “a expressão da conjuntura ideológica de uma formação social que põe em jogo práticas associadas às relações de classe”. (Cavalcante,1999, p.151). Sustentamos então o entendimento de que o sentido da palavra não é literal, mas depende da posição assumida por aqueles que a empregam. Seu sentido e formação ideológica variam de acordo com os diferentes momentos e contextos sócio-históricos em que é empregada (Pêcheux, 2014, p. 146, 147).

Outra categoria considerada como um elemento constitutivo na produção do discurso é a memória. Possuindo caráter ativador, a memória

tem suas características em relação ao discurso, como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (Orlandi, 2015, p. 29).

Ao analisarmos uma materialidade discursiva, submetemos o texto também a outros dispositivos da AD, tais como o silêncio que, por seu turno “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (Orlandi, 2007, p.73). Segundo Orlandi,

A reflexão sobre o silêncio nos mostra a complexidade da análise de discurso, já que por ela podemos nos debruçar sobre os efeitos contraditórios da produção de sentidos na relação entre o dizer e o não-dizer, essa reflexão nos ensina também que, embora seja preciso que já haja sentido para produzir sentidos (falamos com palavras que já têm sentidos), estes não estão nunca completamente já lá. Eles podem chegar de qualquer lugar e eles se movem e se desdobram em outros sentidos. (Orlandi 2007, p. 27).

Análise

Em agosto de 2016, a presidenta Dilma sofreu um golpe que resultou em Impeachment. Substituindo-a, assumiu Temer. Em dezembro desse mesmo ano, foi aprovada uma emenda constitucional que congelou os gastos federais por 20 anos, comprometendo drasticamente o orçamento de políticas sociais. Em 2018, Bolsonaro assumiu o governo assumindo um posicionamento ideológico de extrema direita. Em 2019, o governo anunciou uma política de corte de gastos, afetando seriamente a saúde pública e provocando impactos perversos e surpreendentes.

Nesse contexto, o Ministério da Saúde escolheu o Programa Previner Brasil como uma nova forma de transferência de recursos federais à Atenção Primária à Saúde (APS) dos municípios por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). “No lugar de transferências federais baseadas em valor per capita e número de equipes Estratégia Saúde da Família (eESF), elas passaram a ser calculadas a partir do número de pessoas cadastradas em serviços de APS e de resultados alcançados sobre um grupo selecionado de indicadores de desempenho”. (Massuda, 2022)

Lançado em 2019, o *Previne Brasil* entrou em vigor em 2020. No não dito deste discurso, abria-se portas para a privatização da saúde pública, contribuindo-se para a ideologia da mercantilização nessa área. Orlandi (p. 28, 2015), infere que

os dizeres não são [...] apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz. [...] Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer do texto, também fazem parte dele.

A alteração no modelo de financiamento da APS “trará impactos sobre o SUS e sobre a saúde da população, que precisam ser identificados e monitorados, principalmente diante da manutenção por longo prazo das medidas de austeridade fiscal que deverá agravar o sub-financiamento público da saúde no país” (Massuda, 2020, p. 2)

Uma sociedade constituída de classes antagônicas “sedimenta-se pela via das relações conflituosas de exploração/dominação, como relações de força que se manifestam, de forma especial, no discurso. Em seus efeitos de sentido sobre a realidade” (Florencio et. al., 2016, p. 65).

Blomqvist (2011), em um estudo da Universidade de Oxford, realizado em 2018, faz uma comparação entre países por meio de seus grupos econômicos. De acordo com o autor, entre os países de alta renda, o financiamento da saúde é predominantemente público e a atenção primária à saúde assume uma função significativa na organização sistemática desse setor. Por outro lado, os países de baixa e média renda apresentam um financiamento de saúde predominantemente privado, gerando desigualdades no acesso aos serviços de saúde.

O Brasil é um país desigual não apenas na oferta de serviços de saúde, mas também do ponto de vista econômico, social, cultural e racial: as escolhas de políticas estruturais são feitas para atender às pessoas mais ricas e poderosas.

Considerações finais

Desde a sua instituição, o Sistema Único de Saúde (SUS) vem sendo acompanhado pelo crescimento do setor privado dessa mesma área de serviço. Esse fator impõe limites à universalização do direito à saúde e ao conceito ampliado de saúde, convertendo esse serviço em uma mercadoria ajustável aos interesses do capital. O Programa Previne Brasil pode limitar a universalidade à saúde e aumentar as distorções do financiamento voltado a esse setor em um país marcado pelas desigualdades na oferta desse serviço.

Essas considerações não terminam aqui. Para uma maior análise do discurso desse programa governamental, faz-se necessário um maior aprofundamento dessa formação discursiva para dar respostas às questões: O Previne Brasil previne o que? Está a serviço de quem? Atende a quais interesses? Toda produção científica aqui desenvolvida é resultado da busca de respostas para essas questões. A luta em defesa do SUS é uma luta permanente entre as diferentes classes sociais do país.

Referências

BATISTA, M. H. J. **Mudanças e implicações da Política Nacional da Atenção Básica na saúde pública**. [recurso eletrônico]. Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 87p.

BLOMQUIST A. Public-Sector Health Care Financing In: **The Oxford handbook of health economics**. Oxford: Oxford University Press; 2011. p. 257-284.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria no 2.979, de 12 de novembro de 2019**. Institui o Programa Previne Brasil. Diário Oficial da União 2019; 13 nov

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde**. Relatório Final. Brasília: 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria no 2.979, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil.** Diário Oficial da União 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde.** Departamento de Atenção Básica. Autoavaliação para melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica – AMAQ1ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CAVALCANTE. **Análise do Discurso:** fundamentos e práticas. Maceió: Edufal, 1999.

FLORÊNCIO. A. M. G. et al. **Análise do Discurso:** fundamentos e práticas. Maceió: Edufal, 2016.

MASSUDA, A. **Mudanças no financiamento da Atenção Primária à Saúde no Sistema de Saúde Brasileiro:** avanço ou retrocesso? Ciênc. Saúde coletiva 25 (4).

ORLANDI, E. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2015

ORLANDI, E. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos.** UNICAMP, 1995, ed. Campinas/SP.

PÊCHEUX, M. **O Discurso:** estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

Silêncio, crise econômica e crise pandêmica: o movimento de sentidos no portal digital de notícias g1 (Globo)

*Érika da Silva Santos*³⁶

*Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires*³⁷

Introdução

Este trabalho é resultado de estudos a respeito de discursos sobre a crise econômica e a crise pandêmica no Brasil. A pesquisa teve início durante a minha graduação em Letras, na Faculdade de Letras (FALE-UFAL), e foi desenvolvida inicialmente durante a minha passagem pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Durante esse período, desenvolvi análises sobre a crise econômica e, posteriormente, sobre a crise econômica e pandêmica, com foco em plataformas jornalísticas digitais como a *CartaCapital* e o *g1* (Globo). Feito esse estudo, pensei em elaborar o presente artigo, com o objetivo de retornar aos meus antigos textos e transformá-los em percursos analíticos mais objetivos.

O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar o movimento de sentidos sobre a crise econômica e a crise pandêmica no Brasil, a partir das

³⁶ É graduada em Letras Português pela Faculdade de Letras - FALE (UFAL), mestranda em Estudos Discursivos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura - PPGLL (UFAL). Durante sua graduação desenvolveu pesquisas acerca do discurso sobre a crise econômica e pandêmica com coleta de material nas plataformas digitais Carta Capital, G1 e Folha de São Paulo, o que lhe rendeu a premiação de excelência acadêmica, reconhecimento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Sua pesquisa de mestrado, também em torno dos discursos sobre a crise econômica e a pandemia, é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Email: erika.santos@fale.ufal.br

³⁷ Docente do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas, é mestra e doutora em Linguística pelo PPGLL/Ufal, onde também é professora. Tem estágio pós-doutoral na Université de Toulouse (França), com pesquisa em gênero, mídia e discurso. Coordenou a Comunicação Social da Universidade Federal de Alagoas (2016) e dirigiu a Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal), entre 2018 e 2019. E-mail: lidia.ramires@ichca.ufal.br

categorias de análise discursiva que investigam o silêncio no discurso. Para isso, filiamo-nos à Análise de Discurso materialista.

A Análise de Discurso é uma área científica da Linguística que entende a língua como percurso: o discurso enquanto palavra em movimento, prática social (Orlandi, 2020). Dentre as categorias analíticas disponíveis na teoria do discurso, destaca-se, neste trabalho, especialmente, a categoria *Silêncio* — desenvolvida pela linguista Eni Orlandi, na obra *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (2007). Também nos filiamos ao método do materialismo histórico-dialético, desenvolvido por Marx e Engels, a fim de mediar as relações entre as condições sócio-históricas e o discurso na sociedade capitalista. Para tal, trazemos à discussão nomes como o da professora Dra. Maria Cristina Paniago, estudiosa da obra do filósofo István Mészáros, e o professor Dr. Ricardo Antunes, conhecido por sua vasta obra na área da sociologia do trabalho.

O *corpus* da pesquisa foi produzido a partir de três títulos de matérias jornalísticas relacionadas à crise econômica e à crise pandêmica no Brasil, publicadas no site do jornal *g1* (Globo) durante o ano de 2020. A coleta e a seleção do *corpus* foram realizadas através de um trabalho de busca de dados pelas seguintes palavras/expressões: “crise”; “crise econômica”; “crise e pandemia”; “economia e pandemia”; “economia e covid-19”. Após essa fase inicial da pesquisa, iniciou-se a seleção das sequências discursivas, momento em que optou-se por alguns dizeres e não por outros, cogitando-se os caminhos da análise. Entendemos que “a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: logo, decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas” (Orlandi, 2020, p. 61, grifo nosso). Pontuamos ainda que a análise começou pelos títulos, mas devido à necessidade e à relevância do material, utilizamos também textos das matérias jornalísticas.

Sobre o *g1* (Globo)

No dia 18 de setembro de 2006, entra no ar o *g1*, site de notícias da Globo. Para operacionalizar o projeto, foi criada uma estrutura híbrida que contava com profissionais, conhecimento e infraestrutura tanto do jornalismo da TV Globo quanto da *globo.com* – empresa criada em 2000 pelas Organizações Globo [hoje Grupo Globo] para o provimento de serviços e conteúdo na internet. O *g1* foi a primeira iniciativa de conteúdo jornalístico da

Globo criada e pensada para o digital. Embora os telejornais e programas da Globo possuísem, em sua maioria, endereços na internet, suas equipes não eram dedicadas à produção de informação exclusiva. A Globo.com, por outro lado, já tinha investido na criação de alguns sites jornalísticos, mas nenhum deles estruturado com uma redação própria inteiramente dedicada à cobertura noticiosa em tempo integral. Com o g1, a Globo entra de cabeça no jornalismo digital. Logo em 2008, o g1 assume a liderança na audiência dos portais de notícias do Brasil. Hoje em dia, atinge em média mais de 55 milhões de usuários por mês, segundo a Comscore. O g1 conta com redações em todos os estados do Brasil, está presente nas principais redes sociais e tem versões para aplicativos IOS e Android.³⁸

Inscrito em uma posição discursiva e, portanto, ideológica, o *g1* é uma extensão digital do grupo multinacional Globo, o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil³⁹. Os portais informativos digitais funcionam como ferramenta aliada à agilidade na distribuição de acontecimentos nacionais e mundiais, tal uma rede global de notícias baseada na ideia dos aplicativos e sites.

Para melhor compreensão teórica desta análise, na seção seguinte será possível acompanhar alguns pontos sobre o silêncio e seu lugar na significação, isto é, seu lugar no discurso. Nas páginas seguintes, apresentamos as análises e, por fim, as conclusões.

O discurso social e a resistência

Na obra *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (2007), a linguista Eni Orlandi propõe um percurso teórico complexo e desafiador no que diz respeito aos estudos do discurso. Em sua concepção, do ponto de vista da língua, o silêncio possui um caráter múltiplo, uma dimensão política, por isso não pode ser associado ao binarismo silêncio/fala. “Então, ao invés de pensar o silêncio como *falta*, podemos, ao contrário, pensar a linguagem como *excesso*” (Orlandi, 2007, p. 31). Significa dizer que, antes mesmo da palavra tomar posição no discurso, o silêncio já está lá: a palavra é o movimento em torno, o silêncio o estado primeiro. Daí o seu traço fundante.

³⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/institucional/sobre-o-g1.ghtml>.

³⁹ Disponível em: <https://grupoglobo.globo.com/#quem-somos>.

Destacamos que nos interessa pensar os discursos do jornal a partir do conceito de *discurso social*, que nos auxilia a

mostrar como a injunção à unidade, o desejo de unicidade pode ter igualmente um aspecto dinâmico, de deslocamento de sentidos, no fio das contradições que trabalham sua produção. [Não] trata-se da oposição entre sentido verdadeiro e sentido falso, mas do sentido imposto e do sentido recusado, sejam quais forem. É pela relação de forças (marcando os sentidos pela posição dos que os produzem) que se instala o confronto e não pela sinceridade, ou falsidade dos que os produzem. (Orlandi, 2007, p. 108-109, grifo nosso).

A noção de discurso social refere-se a tudo o que é dizível, ao que se escreve, imprime-se; tudo o que se fala na mídia, narra-se, argumenta-se. (Orlandi, 2007 apud Angenot, 1984). É o conjunto não necessariamente sistêmico, mas discursos relacionados a temas providos de aceitabilidade em uma sociedade dada que nos faz perceber que se “de um lado a censura trabalha sobre o conjunto do dizível, do outro, em retórica de resistência, há uma política do silêncio que se instala (consensualmente) e que significa justamente o que, do dizível, não se pode dizer.” (Orlandi, 2007, p. 111).

Em suma, os dizeres se fazem sobre um conjunto de já-ditos imposto ao sujeito, que é interpelado em sujeito histórico, ou seja, que não controla o processo discursivo sob o qual se identifica, mas é controlado, em alguma medida, por ele. No caso específico da nossa proposta, podemos destacar o conjunto do que é possível se dizer sobre a crise, no momento histórico da pandemia da covid-19 no Brasil, a partir da posição midiática do sujeito, representado pelo jornal digital *g1*, um jornal de aspecto global e mercadológico. Pontuamos também que os dizeres, em formato de títulos de matérias, fazem-se pelo silenciamento de outros: os recusados pelo *g1*. Assim, quando evocamos a historicidade à língua o que temos é a multiplicidade de sentidos em funcionamento, o que nos coloca diante da compreensão das contradições ideológicas que compõem os sujeitos e suas formações discursivas reguladas pela relação de forças sempre presente na sociedade capitalista.

Por ser social, o discurso, assim como o silêncio, permite-nos caminhar entre a relação de classes, caráter primordial da sociedade capitalista, que funciona como um gerador plural de sentidos materializados na língua. Diante desta perspectiva, é possível destacar movimentos através dos quais

os sujeitos significam uma mesma palavra. Trazendo esse olhar para a palavra *crise*, é possível pensar que

enquanto a classe trabalhadora, fundamentalmente, sofre [as crises], a classe capitalista se preocupa em agir imediatamente e intervir no curso da crise, pois, de outro modo, não conseguiria manter a reprodução ampliada do capital social global e preservar sua condição de proprietária privada dos meios de produção. (Paniago, 2012, p. 59-60, grifo nosso).

No fio da significação os sujeitos estão submetidos a sentidos historicamente determinados. Assim, quando pensamos a crise, estamos pensando na sua relação com o real, em sentidos pré-construídos. A sociedade capitalista e seu caráter de exploração colocam em jogo a instabilidade dos sentidos, pois os sujeitos combinam seus dizeres a partir de seus interesses sociais. Dessa maneira, a crise econômica e a crise pandêmica se unem e se separam numa hibridez discursiva, pois seus sentidos estão o tempo todo diante das formações imaginárias dos sujeitos e das classes sociais. Destas circunstâncias, elaboramos a hipótese de que o *g1*, enquanto um sujeito jornalístico ligado à rede Globo de informação, uma mídia de caráter empresarial, também elabora seus dizeres direcionando sentidos que defendem a sobrevivência do mercado financeiro, o que implica num jogo discursivo que se dá entre a imposição da crise econômica pela recusa da crise pandêmica, da crise estrutural, da crise sanitária etc.

O silêncio sobre a crise econômica em títulos de matérias do *g1*

O primeiro caso de contaminação pelo vírus da covid-19 ou SARS-CoV-2 foi registrado publicamente no Brasil no início do ano de 2020, no Hospital Israelita Albert Einstein, localizado em São Paulo. Conforme afirma a maioria dos jornais brasileiros, a pessoa contaminada apresentou sintomas da doença após voltar de uma viagem à Itália. Em março do mesmo ano, no Rio de Janeiro, foi publicada a confirmação do primeiro óbito pela contaminação do vírus, neste caso, uma mulher idosa, empregada doméstica.

Através da leitura destes casos iniciais da doença no Brasil, é possível notar que não há uma homogeneidade no processo de contaminação pelo vírus da covid-19. O que está em questão, numa esfera maior, é a

sociedade sob a qual este panorama se insere. Ricardo Antunes, no livro *Capitalismo pandêmico* (2022), descreve como este momento do capitalismo é tomado cada vez mais por um caráter explicitamente discriminatório. Em outras palavras, o coronavírus é mais um agravante da pobreza, miserabilidade e morte, ou seja, um agravante de uma crise permanentemente real na vida da classe trabalhadora.

Pensando sobre esse imaginário, diremos que a primeira morte causada pelo vírus no Brasil foi uma morte causada pelas condições sociais sob as quais trabalhadoras e trabalhadores se encontram desde os seus nascimentos.

Análise das sequências discursivas

A primeira sequência discursiva selecionada para análise foi publicada no site do jornal *g1*, no dia 23 de abril de 2020, e formula o seguinte título: Coronavírus gera crise econômica de proporções inéditas. Em vídeo da matéria, o apresentador comenta que

A queda na economia americana foi apenas um dos males trazidos pela pandemia, que a economia global também sofre uma série de choques como a queda do PIB, preço negativo do petróleo e uma destruição de empregos jamais vista. Pela primeira vez na história, a principal matéria prima da economia mundial entrou em colapso, o barril do petróleo foi negociado a valores negativos, o que significa uma crise generalizada, onde o Brasil não fica de fora, tendo uma previsão específica de pior desempenho em mais de um século.⁴⁰

O ineditismo que aparece na SD1 está ligado ao modo como o mercado financeiro foi abalado com a chegada do vírus. Com o agravamento da contaminação pelo coronavírus, medidas de isolamento social foram adotadas no mundo inteiro. Com a paralisação da força de trabalho, o sistema capitalista sofreu um enfraquecimento, uma queda, o que é lido pelo jornal como “uma crise generalizada”.

⁴⁰ Disponível em:

<https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/coronavirus-gera-crise-economica-de-proporcoes-ineditas-8505818.ghtml>.

De acordo com Marques et al. (2021),

foi a população de renda mais baixa, que mora nas favelas, nos cortiços e na periferia das cidades, cujas condições de moradia são precárias, tanto em termos de espaço como de acesso à água corrente e ao saneamento básico, a que foi mais suscetível à contaminação do vírus e a que mais veio a óbito. (p. 46).

Em vista disso, é possível constatar que a posição-sujeito do jornal se inscreve ideologicamente em discursos que defendem a atividade do mercado financeiro em dia. Esse movimento discursivo divide os significados sobre a crise através da relação de forças que direciona quais discursos serão privilegiados em contextos comunicativos.

Há na formulação da SD1 uma domesticação dos sentidos, diz-se *crise econômica* para não se dizer *crise humanitária*, *crise do capitalismo*. O silêncio não é diretamente observável, porque ele escorre por entre a trama das falas (Orlandi, 2007), por isso é recorrente que as palavras apareçam sob um efeito de verdade. Conforme Orlandi (idem), “o homem está ‘condenado’ a significar. Com ou sem palavras.” (p. 29).

O trecho da fala do jornal “uma destruição de empregos jamais vista” é o momento em que se evoca simbolicamente os trabalhadores, ainda que não intencionalmente, porque “emprego” faz parte do imaginário do “empregado”. O silenciamento das crises sempre enfrentadas pela classe trabalhadora permite que o abalo da economia tome lugar de prestígio no discurso do jornal.

No entanto, conforme Antunes (2022),

dados preliminares apresentados pela OIT [Organização Internacional do Trabalho] projetavam a perda de 195 milhões de empregos em tempo integral já no segundo trimestre de 2020, sendo que 1,6 bilhão de pessoas, que viviam na informalidade, já estavam sofrendo com a destruição de suas próprias condições de sobrevivência ultraprecárias. (p. 21, grifo nosso).

“O quadro da censura faz aparecer de forma saliente os traços, sempre presentes, da relação com o outro (e o Outro) no discurso.” (Orlandi, 2007, p. 114). O lugar de sentido de onde compreendemos o silenciamento da classe trabalhadora, na SD1, faz-se pelo que o discurso em suas condições coloca em jogo. Isto é, diz-se x para silenciar y.

A sequência discursiva 2 elabora o seguinte dizer: Empresários se adaptam para enfrentar crise econômica provocada pelo coronavírus. Esse enunciado comporta uma sequência discursiva bastante lógica, do ponto de vista gramatical, no qual é possível notar elementos como sujeito, suas ações e finalidades. Pensando na perspectiva discursiva sobre a língua, diremos que há um sujeito discursivo, uma posição-sujeito e um desdobramento ideológico.

A matéria da SD2 é iniciada com a fala “reinventar, essa é a solução para salvar muitos negócios neste momento”. Se antes (na SD1) o surgimento do vírus da covid-19 gerou uma crise de proporções inéditas para o mercado financeiro, agora é a vez de o mercado agir, a vez dos empresários se reinventarem, utilizarem a tecnologia como ferramenta para que os negócios não sejam paralisados. Neste momento da pandemia (março de 2020), o Brasil já contabilizava mais de 370 mil casos de contaminação por covid-19. Éramos um Brasil com tendência natural a um futuro colado “[a] ampliação do desemprego, do subemprego, da superexploração, da precarização [e] da informalidade.” (Antunes, 2022, p. 34, grifo nosso).

O movimento parafrástico que interliga os significados sobre a crise nas sequências discursivas 1 e 2 funciona como um suporte do silenciamento que não permite que outros discursos se sobressaiam às matérias do jornal. Essa característica demonstra como o silêncio é constitutivo de múltiplas instâncias. Paniago (2012) reitera esse confronto ao pontuar que

[e]nquanto a classe trabalhadora, fundamentalmente, sofre a crise, a classe capitalista se preocupa em agir imediatamente e intervir no curso da crise, pois, de outro modo, não conseguiria manter a reprodução ampliada do capital social global e preservar sua condição de proprietária privada dos meios de produção. (p. 59-60).

A língua, em seu caráter discursivo, é resultado dessas relações sustentadas no poder de diferentes lugares que se fazem valer na comunicação (Orlandi, 2020). Nesse caso, diz-se empresários para não se dizer atendentes, professores, diaristas, etc. É o endereçamento ideológico que faz com que outros dizeres permaneçam em silêncio.

As crises metabólicas do sistema capitalista possuem um caráter múltiplo justamente por estarem condicionadas ao jogo material da sociedade de classes e, nesse balanço, “[o] silêncio é o que pode transtornar a unicidade” (Orlandi, 2007, p. 35, grifo nosso).

Partimos para a terceira e última sequência discursiva, que diz o seguinte: Coronavírus: moradores de BH têm mais medo da doença do que da crise econômica, diz pesquisa. O enunciado apresenta os resultados de uma

pesquisa feita pela empresa de consultoria Quaest, encomendada e divulgada pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), nesta terça-feira (7), mostra que a população de Belo Horizonte tem mais medo de ser vítima do coronavírus e não conseguir tratamento adequado do que das consequências econômicas que a crise de saúde pode provocar. Foram ouvidas 600 pessoas entre os dias 28 e 31 de março. (G1, 2020).

O jornal noticia a pesquisa contrastando a gravidade do coronavírus com a gravidade da crise econômica, buscando, talvez, evidenciar as perguntas encomendadas pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte que questiona o que pode ser pior (nas condições de pandemia da covid-19): ser vítima do coronavírus ou das consequências econômicas que a crise pode provocar? Ao detalhar a pesquisa, o jornal afirma que entre as categorias de gênero e idade, as mulheres e os mais velhos estão mais preocupados com a doença do que com a economia, já entre as diferentes classes sociais não há divergência significativa de percepção.

O fato da diferença de percepção entre as classes não ser significativa para o resultado da pesquisa e, por isso, silenciada, faz com que a crise apareça como uma unidade e que sua compreensão funcione de igual maneira entre as diferentes classes sociais.

A publicação dos resultados da pesquisa encomendada pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte coloca o jornal em posição discursiva favorável aos empresários que estavam preocupados com a opinião da população a respeito da dialética entre salvar a economia ou se expor à morte. Além disso, expressa as intenções sempre maléficas do capitalismo em relação à classe trabalhadora.

Considerações finais

O percurso de análise deste artigo, realizado através de três sequências discursivas acerca da crise, mostrou brevemente como os discursos, por meio das formas do silêncio, podem ter um “aspecto dinâmico, de deslocamento de sentidos, no fio das contradições que trabalham na sua produção.” (Orlandi, 2007, p. 108). As SDs destacadas demonstram como o jornal digital *g1* (Globo), através do movimento parafrástico em torno dos sentidos de crise, direciona-se discursivamente à classe dominante, mantendo nos títulos das matérias um forte atravessamento simbólico da figura dos empresários, dos lojistas e do mercado financeiro. A partir de uma posição-sujeito imbricada aos interesses capitalistas, o *g1* elabora significados em torno da crise que resultam em combinações como “a crise econômica causada pela pandemia”, “crise das lojas”, “crise das empresas” e “crise do mercado”.

Destacamos que há neste movimento um forte apagamento de crises que existem antes mesmo do vírus SARS-CoV-2, crises que persistem entre a classe trabalhadora porque são o resultado do caráter de exploração do trabalho e da acumulação do capital.

Entendemos essa forma de significar do jornal como uma tomada de posição frente ao acontecimento pandêmico no Brasil. Por este motivo, optamos por um trabalho de análise focado em fazer transparecer o óbvio, o que, por vezes, significa desautomatizar os dizeres e investigar suas raízes. Diante disso e pensando junto à Eni Orlandi (2007), compreendemos, então, que o antecedente do discurso não é o nada, ao contrário, é um movimento já existente, fundante do processo discursivo. Ao acessarmos a historicidade das palavras e do silêncio, entendemos que a crise está inclinada às contradições sociais, isto é, ao movimento, ao confronto e à ruptura. Desse ponto de vista, compreendemos que o silêncio também está presente no modo de comunicação do jornal, fazendo valer o jogo entre sujeito, memória, ideologia e discurso.

Referências

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

g1. **Coronavírus gera crise econômica de proporções inéditas**. g1 [s. l.], 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/coronavirus-gera-crise-economica-de-proporcoes-ineditas-8505818.ghtml>. Acesso em: 03 abr. 2024.

g1. **Empresários se adaptam para enfrentar crise econômica provocada pelo coronavírus**. g1 [s. l.], 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8461252/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

g1. **Coronavírus: moradores de BH têm mais medo da doença do que da crise econômica, diz pesquisa**. g1 [s. l.], 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/04/07/coronavirus-moradores-de-bh-tem-mais-medo-da-doenca-do-que-da-crise-economica-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 03 abr. 2024.

MARQUES, R. et al. **Pandemias, crise e capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

PANIAGO, C. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

O caráter interseccional do desalento numa abordagem discursiva

*Josineide Soares da Silva*⁴¹

*Sóstenes Ericson*⁴²

Introdução

A partir da segunda metade do século XX, as condições de aprofundamento da crise estrutural do sistema do capital explicitaram que os problemas do Estado se tornaram, inevitavelmente, cada vez maiores, uma vez que “na forma há muito estabelecida do processo de tomada de decisão da política global, o Estado deveria proporcionar a solução para os vários problemas que obscurecem nosso horizonte, mas não consegue fazê-lo” (Mészáros, 2008, p. 14).

No limiar daquela conjuntura histórica, em 1953, Clarice Long identificou o desalento, no contexto norte-americano, ao observar que em “um momento de recessão, quando o salário esperado e a probabilidade de conseguir uma vaga eram mais baixos, trabalhadores desempregados optavam por deixar de procurar emprego, o que provoca uma queda na taxa de participação na força de trabalho” (Gonzaga; Corteis Reis, 2011, p.127).

Em estudos iniciados em 2019, Ericson tratou o desalento enquanto efeito de sentido da ofensiva neoliberal sobre o trabalho, momento em que demonstrou que o deslocamento do desalento para a esfera do debate político silencia que sua gênese está “voltada para a esfera econômica e

⁴¹ Mestre em Educação para a Saúde (ESSV/UFAL). Professora Assistente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) /UFAL). Membro do Grupo de Estudo em Análise do Discurso (GrAD)/CNPq. ORCID: 000-0002-5023-6877. E-mail: josy_soares1974@hotmail.com

⁴² Graduado em Enfermagem (FENSG/UPE), Graduado em Letras/Língua Inglesa (UNEAL), Graduado em Pedagogia (UNINTA). Doutor em Linguística (UFAL). Estágio Pós-doutoral em Linguística (UNICAMP), Estágio Pós-doutoral em Promoción de la Salud (Universidad Autónoma de la Ciudad de México – UACM). Atualmente, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL/UFAL) e Líder 2 do Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GrAD/CNPq). E-mail: sericson.ufal@gmail.com

pelo funcionamento ideológico é possível apontar alguns elementos que sustentam a sua filiação com o ideário neoliberal” (p. 54).

O autor Ericson (2019) segue citando que é nesse espaço que alguns dizeres vão sendo constituídos ou retomados, tendo por ancoragem a subutilização da força de trabalho, ou que ela escapa:

A identificação de trabalhadores/as como sub/des/empregados/as, considerando a distinção geral entre os/as desempregados/as (que não tem trabalho algum, procuram trabalho nos últimos 30 dias ou irão iniciar um trabalho imediatamente) e os/as subocupados/as (que tem vontade de trabalhar, mas trabalham menos de 40 horas semanais), mostra-se insuficiente para dar conta das transformações atuais. Como tentativa de designar as pessoas que escapam dessa condição (sub/des/empregados/as), retoma-se a expressão desalento, sob o ideário neoliberal. (p. 708).

Considerando os processos de subjetivação que se materializam em dizeres sobre mulheres designadas como desalentadas, Ericson (2020) demonstrou que a “designação ‘desalentadas’ é constitutiva no discurso *sobre*, compreendendo como efeito de conclusão, sendo a subjetivação constitutiva enquanto contraidentificação na formação discursiva do desemprego” (p. 716).

Em 2021, Ericson tratou dos processos de subjetivação de homens face ao desalento, apontando que “face à suposta homogeneidade na categorização das pessoas desempregadas, outros sentidos são produzidos a partir das condições que marcam no discurso, enquanto práxis sociais, suas distinções e particularidades” (p. 466).

No momento recente, o desalento nos permite considerar não só a sua complexidade, enquanto fenômeno contemporâneo do mercado de trabalho no Brasil, como também o caráter heterogêneo. Desse modo, observa-se “uma imbricação interseccional de gênero, classe social, região e geração” (Ericson, 2019, p. 55) Conforme o referido autor, para estes/as, “a busca por trabalho consistiria um gesto último de resistência dos sujeitos face ao rebaixamento do salário esperado e da probabilidade de conseguir uma vaga no mercado e, ao mesmo tempo, um momento que antecede o seu desalento”.

Consideramos, portanto, que o desalento comparece no debate sociológico contemporâneo como expressão da negação do direito ao trabalho, encerrando uma tentativa de, pela via do discurso, homogeneizar o

caráter heterogêneo que o constitui pelo efeito da formação ideológica do capital. Faz-se oportuno, então, ter em conta que “no corpo teórico da Análise do Discurso é indispensável o conhecimento da ideologia como função social representada pelo discurso. Nessa percepção do materialismo histórico, a ideologia é uma forma específica de resposta às necessidades e às situações conflituosas postas pelo desenvolvimento da sociabilidade” (Amaral, 2019, p.148).

Dessa maneira, a referida autora explana que a ideologia pode ser compreendida enquanto “um conjunto de ideias e valores acerca do mundo e da vida, voltado à configuração de uma lógica que direcione os atos humanos, que respondam às suas necessidades dirimindo os conflitos gerados no processo de sociabilidade” (Amaral, 2019, p. 148). Numa perspectiva de gênero, cabe considerar que

os homens gostam de ideologias machistas, sem sequer ter noção do que seja uma ideologia. Mas eles não estão sozinhos. Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. (Saffioti, 2015, p. 36-37).

Tendo em conta que a ideologia se materializa no discurso e este, por sua vez, tem sua materialidade objetivada no texto (verbal e/ou não-verbal), observamos que em uma abordagem oficializada pela via do Estado, o número de desalentados/as passou de 3,6 milhões, no quarto trimestre de 2022 (menor número desde o início da série em 2022), para 3,3 milhões, no segundo trimestre de 2024.

Assim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra que o desalento teve uma queda significativa no segundo trimestre de 2024, tratando esse declínio como uma “melhoria das condições do mercado de trabalho como um todo, possibilitando que esse contingente retorne para a força de trabalho”, pondo em funcionamento os efeitos da relação indissociável entre as esferas econômica e política, apreendidas pelo/no funcionamento do Estado.

Todavia, para além do caráter numérico das cifras apresentadas, interessa alcançar os aspectos de classe social, gênero e raça, dada a necessidade de uma abordagem que tenha por pressuposto o enfrentamento à

inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado (Akotirene, 2019).

Interseccionalidade

Nos primeiros anos do século XXI, o termo “interseccionalidade” passou a ser amplamente adotado por acadêmicas e acadêmicos, militantes de políticas públicas, profissionais e ativistas em diversos locais, transformando a interseccionalidade em parte das atuais discussões sobre políticas públicas globais (Collis; Bilge, 2021, p.15).

As autoras Collin e Bilge (2021) propõem a seguinte descrição genérica para a interseccionalidade:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são interrelacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collis; Belgi, 2021, p. 15).

Nessa definição prática em que Collis e Belgi (2021) esclarecem o entendimento fundamental da interseccionalidade, reconhece-se que em uma determinada sociedade e período as relações de poder envolvendo raça, classe e gênero não se manifestam como entidades separadas e mutuamente excludentes.

Na verdade, essas categorias se intercalam e operam de maneira conjunta. Além disso, embora frequentemente invisíveis, essas relações interseccionais de poder impactam todos os aspectos da convivência social. Nesse contexto Collis e Belgi (2021) explanam que “as pessoas usam a interseccionalidade como ferramenta analítica para resolver problemas que elas próprias ou gente próxima a elas têm de enfrentar” (p. 17).

Nos anos 1960 e 1970, as ativistas negras dos Estados Unidos enfrentavam um dilema: suas demandas por trabalho, educação, emprego e acesso à saúde falhavam nos movimentos sociais antirracistas, no feminismo e nos sindicatos em que lutavam pelos direitos da classe trabalhadora.

A interseccionalidade como instrumento analítico ultrapassa as fronteiras da América do Norte e da Europa e isso não é uma novidade. Ela também pode ser utilizada como uma ferramenta heurística ou de solução de problemas: estudantes universitários têm demonstrado interesse crescente pela diversidade; afro-americanas a aplicaram para abordar seu papel em movimentos sociais; Savitribal Phule promove avanços no que se refere aos direitos das mulheres.

Nesse sentido, Hirata (2018, p.15) afirma que “as mulheres no capital não têm existência enquanto sexo social, mas fazem parte, com outras categorias, do exército industrial de reserva sendo expulsas para a periferia do mundo capitalista patriarcal”. Enquanto Davis afirma que

uma questão especialmente preocupante para as mulheres afro-americanas é o desemprego. [...] Do alto da sua audácia, o governo Reagan⁴³ se gabou de ter estabilizado o desemprego, deixando apenas (!) 7,5 milhões de pessoas sem trabalho. Essas alegações foram feitas em um período em que a população negra em geral tinha duas vezes mais chance de estar desempregada do que a população branca, e a probabilidade de a população adolescente negra estar nessa condição era quase três vezes maior do que a branca. (2017, p. 19).

Assim, enquanto mulheres (negras, em sua maioria) da periferia estão passando por um momento de intensa produtividade, acarretando um aumento de seus respectivos papéis como provedoras de família, no “exército industrial de reserva”⁴⁴, milhares estão engrossando as fileiras do desalento (IBGE, 2023). De modo especial, enfatizamos que “as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes”

⁴³ O republicano Ronald Reagan governou os Estados Unidos da América por dois mandatos consecutivos (1980-1984; 1985-1988) e seu governo foi caracterizado pelo conservadorismo, medidas neoliberais e anticomunismo.

⁴⁴ Conceito desenvolvido por Marx, em referência ao desemprego estrutural, correspondendo à força de trabalho que excede as necessidades da produção. Na perspectiva do capital para o bom funcionamento do sistema de produção capitalista e garantir o processo de acumulação, é necessário que parte da população ativa esteja permanentemente desempregada. Esse contingente de desempregados atua, segundo a teoria marxista, como um inibidor das reivindicações dos trabalhadores e contribui para o rebaixamento dos salários (Marx, 2010).

(Saffioti, 2015, p. 122). Todavia, como a autora adverte: “[...] não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compulsória que resulta desta fusão” (idem, ibidem).

Considerando a realidade brasileira contemporânea, observamos que a falta de empregos formais, a crise política e a austeridade fiscal, bem como a recessão política nos últimos anos, têm mantido e aumentado, ainda que em condições precárias, a participação das mulheres no mercado de trabalho (Hirata, 2018, p. 17). Observa-se também que

a fraca participação da mulher nos sindicatos das economias capitalistas encontra explicação, de um lado, nas próprias características fundamentais dessa mão de obra dividida entre o lar e o trabalho, e de outro, na maneira pela qual é encarado o trabalho feminino quer pela sociedade, quer pela própria mulher. (Saffioti, 2013, p. 101).

Frente a tal condição e diante do (ou em resposta pontual ao) desalento, o empreendedorismo surge como um viés através dos MEI's (microempreendedor individual), como mais uma forma de geração de renda, com forte apelo à participação de mulheres, negras e periféricas, conforme demonstra o estudo do “Sebrae Delas” (Sebrae, 2022).

Desse modo, o crescimento na área econômica com abertura de novas vagas de emprego e o aumento nas taxas de atividades femininas também apontam a tenacidade das desigualdades entre as categorias de gênero, raça e classe social, elementos interdependentes e indissociáveis (Akotirene, 2019).

Do ponto de vista discursivo, até o momento, o processo de construção de um *corpus* de análise não possibilitou a identificação de dizeres enunciados pelas trabalhadoras, nos quais elas mesmas se designem como desalentadas, sendo recorrente, conforme os estudos de Ericson (2019, 2020; 2022), a designação ocorrer no processo de circulação na mídia e em documentos de instituições governamentais, a exemplo do IBGE. Trata-se, no limite do que nesse momento é possível afirmar, de um dizer sobre o/a outro/a, o que estamos considerando como discurso *sobre*⁴⁵, nos termos apresentados por Mariani (1996).

⁴⁵ Para a referida autora, o discurso sobre se refere a “um efeito imediato do falar sobre é tomar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciator

Os discursos sobre são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre um discurso de* (“discurso’ origem”), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor. (p. 64).

Cabe considerar também que a expressão desalento e suas variações de gênero inauguram uma nova posição-sujeito no discurso do desemprego, sem romper com suas filiações discursivas e ideológicas, configurando-se como um *acontecimento enunciativo*, situando-se em um limite no qual “ainda que instaure uma reorganização de saberes, não chega a estabelecer uma ruptura no discurso a ponto de instaurar um acontecimento discursivo” (Cazarin, 2014, p. 195).

Considerações de percurso

O presente trabalho é um gesto primeiro de mobilização de dispositivos teóricos em atendimento às exigências postas por nosso objeto de estudo. Estabelecendo relação entre os estudos de discurso e gênero, especialmente numa perspectiva interseccional, buscamos estabelecer uma fundamentação que nos possibilite avançar na construção de dispositivos de análise, próxima etapa da nossa investigação.

Por ora, tais pressupostos possibilitam considerar o desalento enquanto um discurso *sobre*, uma vez que tem sido recorrente a sua inscrição em formações discursivas para além do universo do trabalho, a exemplo dos discursos midiático, jurídico, político-governamental. Para fazer avançar o nosso gesto de investigação, consideramos o desalento enquanto um

produz um efeito de distanciamento - o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial - e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se 'envolveu' com a questão” (Mariani, 1996, p. 63-64).

efeito de sentido produzido na fratura do emprego-des/subemprego, configurado como um acontecimento enunciativo que instaura uma nova posição-sujeito (desalentado/a) no discurso do desemprego, enquanto efeito da ofensiva capitalista frente à negação do direito ao trabalho face à crise estrutural do capital.

Referências

AKOTIRENE, C. RIBEIRO, D. **Feminismos Plurais**. São Paulo: Polém, 2019.

AMARAL, M. V. B. **Trabalho**: conceito, categoria e discurso. In.: AMARAL, M. V. B.; ERICSON, S. Do discurso: Maceió: Edufal, 2019.

CAZARIN, E. A. **As noções de acontecimento enunciativo e acontecimento: um olhar sobre o discurso político**. Letras, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 193-210, jan-jun. 2014. Disponível em: *As_Nocoas_De_Acontecimento_Enunciativo_e.pdf*. Acesso em: 26 ago. 2023.

COLLINS, P. BILGER. **Interseccionalidade**. 1. Ed.- São Paulo: Boitempo, 2021.

DAVIS, A. **Women, race and class**. Nova York, Vintage Books, 1981.

GONZAGA, G.; CORTEZ REIS, M. **Oferta de Trabalho e Ciclo Econômico**: Os efeitos trabalhadores adicional e desalento no Brasil. *Rev. Bras. Econ.* Rio de Janeiro, v. 65 n. 2, p. 127–148, abr-jun, 2011.

ERICSON, S. **Desalento**: efeito de sentido da ofensiva neoliberal sobre o trabalho. *Revista Entremeios: Revistas de Estudos do Discurso*, v. 20, especial, dez. 2019.

ERICSON, S. **“Desalentadas”**: subjetivação em dizeres sobre as mulheres que desistiram de procurar trabalho. *Revista Katalysis, Florianópolis*, v. 23, n. 3, p. 707-719, set./dez. 2020.

HIRATA, H. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. *Revista Trabalho Necessário*, 16(29), 2018, p. 14-27.

IBGE. **NP-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/2044-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

IBGE. **Taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

LONG, C. D. Impact of effective demand on the labor supply. **The American Economic Review**, p. 458-467. Disponível em: www.jstor.org/stable/1831509. Acesso em: 30 set. 2022.

MARIANI, B. S. C. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Tese de Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem - IEL/Unicamp. Campinas/SP: 1996. Disponível em: [Mariani_BethaniaSampaioCorrea_D.pdf](#). Acesso em: 26 ago. 2023.

MARX, K. **O Capital**: crítica à economia política. 23. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010. Livro 1, Tomo I.

MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. Tradução Maria Izabel Lagoa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes** – mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

O discurso do Museu Muquém em torno da Coleção Perseverança: uma análise de postagem no Instagram

*Amaurício de Jesus*⁴⁶

*Ana Luíza da Silva Oliveira*⁴⁷

*Débora Raquel Hettwer Massmann*⁴⁸

Considerações iniciais

O presente artigo objetiva analisar, a partir da rede social de compartilhamento de fotos e vídeos, *Instagram*, uma postagem realizada pelo perfil do Museu Muquém – Espaço de Memória Irinéa Rosa Nunes da Silva, em seu *feed*. Este museu universitário da UNEAL (Universidade de Alagoas), fornece conteúdo relacionado ao Quilombo Muquém – Alagoas, com foco em artes populares deste mesmo quilombo. No entanto, uma de suas postagens é referente ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e à Coleção Perseverança. Esta coleção se constitui num conjunto de 216 objetos sagrados e sacralizados, pertencentes a comunidades de terreiros

⁴⁶ Graduado em arte educação; Pós-graduado em Gestão Cultural; Mestrando em Linguística em Análise de Discurso/ UFAL; Coordenador de Políticas Culturais do município de Maceió de 2013 a 2019; Diretor de Políticas Culturais da Cidade de Maceió em 2020; conselheiro de cultura municipal e estadual; Produtor cultural; Fotógrafo. E-mail: amauricio35@hotmail.com

⁴⁷ Formada em Psicologia pela UFAL. Ma. em Psicologia Social pela UFAL. Membro do comitê de solicitação de tombamento pelo IPHAN da Coleção Perseverança. Membro do Comitê Técnico de Saúde da Pop. Negra - AL. Doutoranda em Linguística - Análise do Discurso pelo PPGLL. E-mail: analuizasmcz@gmail.com

⁴⁸ É Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), atuando como Docente Permanente no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) e como Docente do curso de Letras (Francês), na Faculdade de Letras. É Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) (2009), Mestre e Graduada em Letras (português e francês) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2005 e 2002). Realizou estágio Pós-doutoral em Semântica no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2014). É Coordenadora Adjunta do GT Semântica e Estudos Enunciativos, da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Biênio 2023-2025). E-mail: debora.massmann@fale.ufal.br.

alagoanos, furtados em ataques que culminaram num violento e brutal episódio em 1912, conhecido como O Quebra de Xangô⁴⁹.

Diante do exposto, compreende-se que a postagem realizada pelo Museu Muquém oferece um instigante material para estudos sedimentados em pressupostos adotados pela Análise do Discurso Digital, desenvolvidos por autoras como Cristiane Dias, uma vez que

[...] é pela circulação (compartilhamento, viralização, comentários, postagens, hashtags, memes, links...) que o digital se formula e se constitui. De outro modo, diríamos que o discurso digital se formula ao circular. E isso faz diferença na produção dos sentidos. Essa mudança na ordem não quer estabelecer uma relação de anterioridade de um momento em relação ao outro, mas de perspectiva. Olhar o processo de produção dos discursos pela via da circulação tem a ver com um sentido que se produz no efêmero, no agora. É esse modo de existência dos discursos que se impõe ao pensarmos sua constituição. (Dias, 2018, p. 29).

Dias (2012) explana que o ciberespaço se configura como um espaço discursivo, em sua forma material, sendo, portanto, um espaço de significação que se estabelece como espaço de linguagem. Assim, a questão norteadora deste artigo gira em torno da compreensão das funcionalidades técnicas das ferramentas do modo digital para a discursivização da Coleção Perseverança, materializada no perfil de *Instagram* do Museu Muquém, observando-se o modo como este discurso se relaciona (ou não) com as questões sociais, culturais e com a religiosidade de matriz africana, a partir da qual são configuradas as peças dessa coleção.

Metodologicamente, este artigo será desenvolvido numa conjuntura entre teoria, objeto e análise, movimento próprio das pesquisas que se inscrevem na teoria discursiva materialista.

⁴⁹ O Quebra de Xangô, de 1912, ocorreu durante a madrugada do dia 02 de fevereiro. Momento em que Terreiros de Candomblé foram invadidos e destruídos, na intenção de aniquilamento da religiosidade de matriz africana em solo alagoano.

O discurso e a mídia digital

Para desenvolver este trabalho, partimos da perspectiva teórica da Análise do Discurso, proposta por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi, direcionando-nos pela análise do discurso digital apresentada por Cristiane Dias. Especialista nos estudos do discurso digital, Dias compreende que a materialidade discursiva digital “tem se configurado como um campo de questões imprescindível às ciências e ao fazer científico” (Dias, 2018, p. 20).

Segundo Pêcheux (1975, 2009), não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia. Para o autor, a linguagem concebe a materialização do discurso a partir de uma exterioridade social, onde cada sujeito ocupa posições (não fixas) determinadas pela sua respectiva inscrição ideológica no processo de produção do discurso. Nessa perspectiva teórica, compreendemos o discurso como um “efeito de sentidos entre locutores” (Pêcheux, 1997, p.82), no qual o sujeito e o sentido se constituem de maneira mútua (Orlandi, 2012). Assim “a Análise de Discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos e como ele está investido de significância para e por sujeitos” (Orlandi, 1999, p. 26). Para a autora,

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (Orlandi, 2012, p. 15).

Dentro desse mesmo paradigma, Dias (2011) afirma que

A discursividade do eletrônico [...] é um processo histórico e ideológico de significação da nossa sociedade contemporânea, do modo como estamos nela, como praticamos os espaços, do modo como somos interpelados em sujeito pela ideologia, através das determinações histórica. (Dias, 2011, p. 58).

Dessa forma, para Dias (2004), o digital produziu uma mudança na discursividade do mundo, da mesma forma que provocou mudanças nas

relações históricas, sociais, ideológicas, como também na constituição de sujeitos e sentidos, configurando novas práticas no exercício do discurso. Segundo Dias e Couto (2011), as redes sociais assumem um papel preponderante na divulgação do conhecimento, bem como dos modos de subjetivação e individuação do sujeito. De acordo com as autoras, “o fato é que, de um modo ou de outro, somos todos afetados por uma transformação social” (Dias; Couto, 2011, p. 633).

Da mesma maneira, Paveau (2021) afirma que as tecnologias digitais, a internet e seus objetos conectados “estão sendo progressivamente conectados a nossas existências” (Paveau, 2021, p. 27) e têm impactado a forma de circulação de discursos na sociedade. Segundo Seixas (2021), esse novo espaço digital também impacta na forma de construção e interpretação discursiva.

Ações e interações coletivas numa rede aberta trazem, implicitamente, um processo cognitivo e comunicacional de representações partilhadas e incorporadas. Isso acontece em relações de socialização que possibilitam o entrelaçamento de fluxos informacionais e o design colaborativo de ideias em tempo real, modificando e acelerando os processos globais da mente coletiva. Essas ações cognitivas são intensificadas pelas tecnologias de informação na medida em que possibilitam o surgimento de comunicações estratégicas de conhecimento que, antes eram individuais, agora são partilhados coletivamente por meio de experiências interacionistas. (Brennand; Brennand, 2007).

Do mesmo modo, Dias (2016) aponta que

Em cada um desses campos, afetos, trabalho, mobilidade, ciência, relações sociais, há derivas para outros lugares de significação, que produzem novos sentidos no jogo entre o mesmo e o diferente. Ao Analista de Discurso cabe observar essas derivas, compreender como elas se dão, compreender a historicidade do sentido para chegar ao processo da significação. Nesse percurso analítico, levamos em conta a memória no que se refere a relação da língua com a história: memória discursiva, e seus efeitos na constituição do sujeito. (Dias, 2016, p. 9).

Compreende-se, assim, o ambiente digital e a rede social *Instagram* como um arcabouço de temas e assuntos que produzem sentidos relacionados não apenas à esfera pessoal, mas com significações sociais, como

um espaço de interação em que há discursos relacionados a questões subjetivas e construções de representações coletivas.

O paralelo Museu Muquém, “Coleção Perseverança”

Análise

A “Coleção Perseverança” foi constituída a partir de peças roubadas, em 1912, durante as invasões aos terreiros de Candomblé em Alagoas. De acordo com a história, o episódio foi desencadeado por uma disputa política, em uma ocasião que os terreiros foram invadidos pela milícia conhecida como Liga dos Republicanos Combatentes, integrante da Sociedade Perseverança e Auxílio do Caixeiros de Maceió, grupo político rival do governador Euclides Malta. Segundo Rafael (2010), Malta era acusado pela milícia de praticar feitiçaria para se manter no poder. No entanto, a invasão estava para além da questão política: também fazia parte de um processo de higienização social da cidade, interessada em exterminar questões relacionadas ao universo afro (Almeida, 2021, p. 27). Entre os escritos da imprensa local, que apoiou os ataques na época, encontra-se inúmeros termos racistas e pejorativos, como um “alluvião de bugingangas” em sua “fealdade de obra mal acabada” (Marcante, 2022, p. 160). O fato ocorreu na madrugada do dia 2 de fevereiro. Na ocasião, terreiros foram destruídos; sujeitos religiosos perseguidos e espancados em via pública; objetos sagrados foram saqueados dos terreiros, levados inicialmente para a delegacia e, em seguida, para a sede da Liga.

Almeida (2021) afirma que os objetos ficaram alguns dias expostos na sede da Liga, contudo os milicianos não tinham espaço para abrigar os objetos e fazer com que a exposição, em zombaria, passasse a ser permanente naquele local. Perante a situação, as peças foram encaminhadas para uma instituição que pudesse resguardar aqueles objetos para que as futuras gerações tivessem conhecimento sobre tal feito: “muitas daquelas peças tinham valor inestimável e seus significados desconhecidos por aqueles homens” (Almeida, 2021, p. 103). Assim, dias após o ocorrido, os objetos foram levados para a sede da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió e, em 1950, com a falência da sociedade, as peças foram doadas ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), que deu

à coleção o nome de “Perseverança” e mantém a posse das peças até os dias atuais. Almeida (2021) ressalta que “o Quebra do Xangô passou a ser mais um índice das peças, a gênese do que viria ser a coleção, mas não a história dos objetos, das premissas e das marcas do sagrado afro-alagoano” (Almeida, 2021, p. 36).

No dia 4 de fevereiro de 1912, o Jornal de Alagoas publicou uma matéria afirmando que o evento Quebra do Xangô produziu uma limpeza na cidade, livrando o estado dos covis dos negros e dos barulhos infernais, ratificando com isso as ações de invasão. Segundo Almeida (2021), estima-se que líderes religiosos de cerca de 30 terreiros, foram espancados durante dois dias de zombaria. De acordo com o autor, outros líderes religiosos conseguiram fugir ainda durante a madrugada para cidades do interior e estados vizinhos, como Pernambuco e Bahia. Muitos desses religiosos partiram para nunca mais voltar, levando consigo dor e desespero. A fuga parecia ser a única forma de resistir e preservar o que se tinha de mais importante: a vida e os ensinamentos religiosos que nenhuma ação truculenta poderia apagar. A religiosidade de matriz africana em Alagoas vivia um momento de silêncio.

De acordo com Marcante (2022), o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) foi fundado em 1869 e está entre os mais antigos do país. Nessa época, havia sido constituído apenas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGPP), em 1862. Nesse paradigma, a atuação do IHGAL se dava a partir dos mesmos funcionamentos dos institutos históricos. Schwarcz (1993) aponta “um modelo dos institutos”, em que havia a elaboração de uma agenda com personagens e fatos notáveis, além de um projeto enciclopédico voltado à construção de uma história oficial. A convocação de seus associados se dava por indicação, distante de padrões científicos ou acadêmicos e, neste particular, os institutos reproduziam as sociedades de corte.

O Museu Muquém – Espaço de Memória Artesã Irinéia Rosa Nunes da Silva, segundo o *site* da Universidade Estadual de Alagoas, configura-se como um museu de arte popular, mantido pela UNEAL, e conta com um acervo de artefatos de artistas da Comunidade Remanescente de Quilombo Muquém, localizada no município da União dos Palmares, em Alagoas. Este espaço museológico possui cadastro no IBRAM – Instituto

Brasileiro de Museus e tem por objetivo, ainda de acordo com a UNEAL, fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão através da cultura popular alagoana produzida na Comunidade Muquém. Este museu possui uma página de acesso público na plataforma *Instagram*, espaço digital em que, por meio de uma fala autorizada pela Universidade de Alagoas, realiza postagens sobre artefatos produzidos no Quilombo Muquém; exibe visitas recebidas pela entidade; e discute temas referentes a museus. Atualmente, esse perfil de rede social possui 4.890 seguidores e utiliza estratégias discursivas compostas por som, imagem e texto para desenvolver suas interações online.

Segundo o Relatório Digital de 2024, publicado em parceria entre *We Are e Meltwaver*⁵⁰, a média de tempo utilizado em redes sociais pelos usuários brasileiros é de 9 horas, a segunda maior média do mundo. Dessa forma, como destaca Dias (2016), compreender o funcionamento das mídias sociais na constituição do sujeito contemporâneo, bem como na produção e circulação do conhecimento, significa compreender o funcionamento político. Diante do exposto, analisamos uma postagem divulgada no perfil do Museu Muquém, vinculado à UNEAL, e seu discurso sobre a “Coleção Perseverança”.

O material de análise abrange o conteúdo disponibilizado no dia 28 de agosto de 2019, significativo aos princípios substanciais da Análise de Discurso Digital. É preciso destacar que o Museu Muquém não é o nosso *corpus*, mas sim a postagem que seu perfil na plataforma *Instagram* apresenta em uma fotografia do lado externo do prédio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, acompanhada pela legenda que faz menção à Coleção Perseverança.

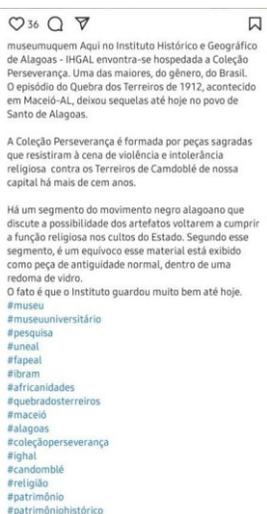
⁵⁰ <https://www.metropoles.com/colunas/m-buzz/brasil-e-o-2-pais-em-que-usuarios-passam-mais-tempo-on-line>. Acesso em: 29 set. 2024.

Figura 1 – Postagem do Museu Muquém em 28 de agosto de 2019.



Fonte: Museu Muquém no Instagram⁵¹

Figura 2 – Legenda de postagem do Museu Muquém em 28 de agosto de 2019.



Fonte: Museu Muquém no Instagram⁵²

⁵¹ Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/B1ttRPUhv9J/?igsh=MXM3dTd5NTVsZHI1NA=>
= . Acesso em 28 set 2024.

⁵² Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/B1ttRPUhv9J/?igsh=MXM3dTd5NTVsZHI1NA=>
= . Acesso em 28 set 2024.

A postagem não segue o padrão⁵³ de *posts* da página. Ela surge numa sequência de *posts* individuais de fotografias de prédios e monumentos de Maceió e União dos Palmares. A página, em nenhum de seus *posts*, faz alusões referentes à religiosidade de matriz africana. Dessa maneira, a postagem em questão é a única que menciona os termos “candomblé” e “terreiro”. Até o momento da análise, essa publicação no *Instagram* contava com 36 curtidas e nenhum comentário. Como afirma Orlandi (2013), trabalhamos na perspectiva da AD “com a materialidade dos sentidos, e a dos gestos de interpretação. Gestos estes que intervêm no real dos sentidos, enquanto atos simbólicos com sua materialidade” (Orlandi, 2013, p. 2). Entre esses gestos, identificamos uma página, gerenciada por uma instituição estadual, composta pela apresentação, sem recorte religioso, de produções de uma comunidade quilombola.

A página, ao fazer um apontamento à religião de matriz africana, realiza-o em texto escrito, a partir da menção a uma coleção de artefatos religiosos que foram roubados das Casas de Axé. O texto é acompanhado pela imagem do prédio que expõe a coleção museal, sem qualquer figura que possa ser identificada como um elemento associado ao Candomblé, expressando, assim, relações de sentidos polêmicas.

A legenda do *post* apresenta o seguinte texto:

Aqui no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL, encontra-se hospedada a Coleção Perseverança. Uma das maiores, do gênero, do Brasil. O episódio do Quebra dos Terreiros de 1912, acontecido em Maceió-AL, deixou sequelas até hoje no povo de Santo de Alagoas. A Coleção Perseverança é formada por peças sagradas que resistiram à cena de violência e intolerância religiosa contra os Terreiros de Candomblé de nossa capital há mais de cem anos. Há um segmento do movimento negro alagoano que discute a possibilidade dos artefatos voltarem a cumprir a função religiosa nos cultos do Estado. Segundo esse segmento, é um equívoco esse material está exibido como peça de antiguidade normal, dentro de uma redoma de vidro. O fato é que o Instituto guardou muito bem até hoje (Museu Muquém, Maceió. 28 ago. 2019. Instagram: @museumuquem. Disponível em:

⁵³ O uso da palavra padrão aqui está relacionado às sequências de postagens da página, que segue uma linha de exposições dos artefatos produzidos pelo Quilombo Muquém, como também as visitas realizadas ao Museu Muquém.

<https://www.instagram.com/p/B1ttRPUhv9J/?igsh=MXM3dTd5NTVsZHI1NA==>).

A partir do exposto, identifica-se que o único *post* no *feed* do Museu Muquém/UNEAL sobre religiosidade de matriz africana apresenta essa religião pelo viés das invasões, das agressões, do silenciamento e do apagamento. Na postagem em análise, a imagem publicada e a legenda, apresenta-se o lugar de domínio do Estado. E, mais adiante, apresenta-se a informação de que as peças, em exposição, resistiram à intolerância religiosa de 1912. O enunciado “resistiram” não faz menção alguma ao fato de as peças terem sido furtadas das casas de religião africana, como também não informa como essas peças chegaram à Sociedade Perseverança⁵⁴ que, por sua vez, cedeu o conjunto de artefatos religiosos ao IGHAL. No decorrer do texto, a página cita “um segmento do movimento negro”, silenciando a Rede de Religião de Matriz Africana de Alagoas, conjunto de autores das discussões sobre a importância dos cuidados e da proteção das peças. Ao encerrar com “o fato é que o Instituto guardou muito bem até hoje”, o texto pontua seu lugar ideológico no que diz respeito à posse das peças.

A postagem também é composta pelas *hashtags*: #museu; #museuuniversitário; #pesquisa; #uneal; #fapeal; #ibram; #africanidades; #quebradosterreiros; #maceió; #alagoas; #coleçãoperseverança; #ighal; #candomblé; #religião; #patrimônio; e #patrimôniohistórico. As *hashtags*, ferramenta disponibilizada de maneira *online* pelo *Instagram*, tornam o conteúdo clicável e pesquisável, potencializando a circulação do *post*. Nesse caso, as *hashtags* utilizadas pelo perfil do Museu Muquém reafirmam o lugar da instituição universitária, seu funcionamento de pesquisa e aproximam outras instituições à questão publicada. As *hashtags* são muito utilizadas no *Instagram* e têm a função de agrupar imagens e textos relacionados a um determinado assunto, permitindo a ampliação do público alcançado com

⁵⁴ De acordo com Almeida (2019), a Sociedade Perseverança funcionava como uma espécie de associação dos funcionários do comércio da capital, e possuía uma sala expositiva. Foi fundada em 1879 e funcionou até a década de 1950, quando entrou em decadência.

a postagem. Paveau (2013) define as *hashtags* como um segmento linguageiro que possibilita a criação de um fio e a “filiação difusa dos usuários” (Paveau, 2017, p. 57).

Nesse sentido, Orlandi (2013) apresenta a seguinte proposição:

se pensarmos o digital como “instrumento” – não no sentido pragmático, mas histórico discursivo – meu objetivo é compreender essa memória que ele está carregando na materialidade do gesto de interpretação que se atualiza nas condições que se apresentam. E aqui, então, não falo da memória do discurso digital, eletrônico, mas da memória que o constitui enquanto digital nas diferentes conjunturas sócio-históricas, ideológicas. (Orlandi, 2013, p. 5).

Compreende-se, assim, que as redes sociais funcionam como um espaço de circulação de conjunturas ideológicas que atravessam os sujeitos contemporâneos. E “nesse sentido, apontamos um segundo aspecto que faz parte daquilo que consideramos as condições de produção históricas da noção de sujeito do conhecimento contemporâneo” (Dias; Couto, 2011, p. 633).

Considerações finais

Através da análise, buscamos compreender o objeto discursivo no que diz respeito ao seu modo de significação, “assim a análise não é sobre um objeto propriamente, mas sobre o processo discursivo de que ele é parte” (Orlandi, 2013, p. 4). Dessa forma, o discurso analisado, isto é, uma postagem publicada pelo perfil de *Instagram* do Museu Muquém/UNEAL, demonstra que a instituição atua no sentido de reproduzir sentidos de silenciamento das comunidades religiosas de matriz africana em Alagoas. No movimento analítico aqui apresentado, foi possível identificar os modos de funcionamento da formação ideológica na materialidade discursiva do conteúdo estudado: tal discurso provoca um efeito de sentido que expressa o Candomblé como uma memória sem vida exposta numa cabine de vidro.

É válido observar a relevância científica e social dessa análise, que dá visibilidade aos modos de funcionamento do discurso digital sobre o Candomblé e a religiosidade de matriz africana em Alagoas.

Referências

- ALMEIDA, A. D. S. et al. **Nas cinzas da Coleção Perseverança, a memória arde:** a mão afro-alagoana além da quebra do Xangô. 2021.
- BRENNAND, E. G. G.; BRENNAND, E. J. G. **Cognição e redes.** Ciência e cognição, v.10, 2007. p.54-64.
- DIAS, C. **Análise do discurso digital:** sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- DIAS, C. **A análise do discurso digital:** um campo de questões. REDISCO–**Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo**, v. 10, n. 2, 2016.
- DIAS, C. P. Espaço, tecnologia e informação: uma leitura da cidade. In: RODRIGUES, Eduardo. DIAS, Cristiane; COUTO, Olivia Ferreira do. **As redes sociais na divulgação e formação do sujeito do conhecimento:** compartilhamento e produção através da circulação de ideias. Linguagem em (Dis) curso, v. 11, p. 631-648, 2011.
- DIAS, C. **Sujeito, Sociedade e Tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos).** São Paulo: Hucitec, 2012.
- MARCANTE, M. F. **O outro em narrativas sobre a Coleção Perseverança.** Revista Mundaú, n. 12. 2022.
- Museu Muquém, Maceió. 28 ago. 2019. **Instagram:** @museumuquem. Disponível em <https://www.instagram.com/p/B1ttRPUhv9J/?igsh=MXM3dTd5NTVsZHI1NA==>)
- ORLANDI, E. P. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano:** sentido e materialidade digital [online]. Série e-urbano, v. 2, p. 83, 2013.
- ORLANDI, E. P. Educação em Direitos Humanos: um discurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org). **Discurso em análise:** sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 1999.

PAVEAU, M.A. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Campinas/SP: Pontes Editores, 2021.

PAVEAU, M. **“Hashtag”**. Technologies discursives. 2013. [Carnet de recherche]. Disponível em: [<http://technodiscours.hypotheses.org/488>].

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, [1975];1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

RAFAEL, U. N. **Muito barulho por nada ou o “xangô rezado baixo”**: uma etnografia do “Quebra de 1912” em Alagoas, Brasil. Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 14, n. 2, p. 289-310, 2010.

SANTOS, G. L.; BRANCO, L. K. C. (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre: uma homenagem a Eni Orlandi**. Campinas: RG, 2011a. p. 259-272.

SEIXAS, R. **A ecologia digital argumentativa**: possibilidades e perspectivas para uma análise retórica da argumentação multimodal. Revista da ABRALIN, p. 918-937, 2021.

O discurso capacitista e a pessoa com deficiência: religião e ideologia

*Dayane Deyse Gonçalo dos Santos*⁵⁵

*Helson Flávio da Silva Sobrinho*⁵⁶

Introdução

A trajetória das pessoas com deficiência vem sendo demarcada por exclusões nos mais diversos aspectos: políticos, sociais, econômicos, dentre outros. Essas exclusões têm como principal causador o capacitismo, que se efetiva através do discurso de discriminação para com a pessoa com deficiência em um contexto em que são consideradas incapazes ou anormais a partir de um padrão dominante estabelecido socialmente. Esse histórico negativo de significados foi atribuído socialmente ao longo da história da humanidade, disseminando a ideia de inferioridade dos sujeitos por terem como marcador principal a deficiência.

Desde os tempos mais remotos, já em seu nascimento a pessoa com deficiência era estigmatizada, abandonada e excluída pela sociedade. A esse respeito, Garcia (2011) revela que “[...] na Roma Antiga, tanto os nobres como os plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência” (p.10). Outra possibilidade para esses pais era abandonar essas crianças em locais considerados sagrados, deixando os sujeitos à mercê da própria sorte, o que conseqüentemente acarretaria na eliminação e morte (Negreiros, 2014).

⁵⁵ Doutoranda em Linguística e Literatura (Análise do Discurso) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestra em Educação pela mesma instituição. Especialista em Educação Física Escolar, Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia. Licenciada em Educação Física e Pedagogia. Integra os grupos de pesquisa PAII (Práticas de Aprendizagem Integradora e Inovadora) e GEDON (Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia), ambos vinculados à UFAL. E-mail: daydeysan@gmail.com

⁵⁶ É professor e pesquisador da UFAL. Doutor em Linguística pela UFAL e pós-doutor em Linguística pela Unicamp. É líder do Grupo de Pesquisa Discurso e Ontologia Marxiana (Gedon). É autor do livro “Discurso, velhice e classes sociais”. Possui também publicações de capítulos de livros e artigos em diversas revistas especializadas na área de Linguística e Análise do Discurso. E-mail: helsonf@gmail.com

O capacitismo gera diversos desafios causados pelas formas mais cruéis de discriminação e preconceito, as pessoas com deficiência vivenciam essas questões, especialmente, através do seu corpo. O corpo com deficiência significa socialmente como um corpo disfuncional e por consequência, inválido, dessa forma, tem se negado seus direitos sociais (Negreiros, 2014).

Questões como essa vêm ganhando espaço nos debates e discussões, ainda que morosamente, pois, vivemos em uma sociedade demarcada por preconceitos enraizados e fortalecidos através dos discursos de discriminação e desrespeito em relação às diferenças, ao diferente, ao que desvia do padrão estabelecido.

Em sua maioria, a pessoa com deficiência tem como principal marcador o corpo e, por ele, discursivamente, também se constitui sua identidade, marcando a presença da diferença em uma sociedade que gerou ao longo do tempo padrões corporais a serem seguidos. Ou seja, corpos belos e eficientes. A respeito do corpo e sua relação com o sujeito, Orlandi (2012) destaca que esse enquanto materialidade do sujeito significa, ao mesmo tempo em que o sujeito não pode ser pensado fora dessa relação corpo e sujeito. Dizendo de outro modo, esse corpo é efeito das condições materiais que lhe são dadas, assim como os discursos que são produzidos e reproduzidos nas condições ideológicas e materiais de vida que lhe são concedidas.

Ainda sobre o corpo, a autora ressalta que esse só pode ser pensado como discurso quando passa a ser *corpodiscurso*, ou seja, quando é interpelado pela ideologia que vai realizar o processo de significação desse corpo se materializando através do discurso.

Quando pensamos o corpo com deficiência, é preciso ressaltar que ele foi problematizado, coisificado e manipulado por diferentes discursos e vertentes, dentre estes os mais predominantes, os discursos religiosos, onde a deficiência era vista como castigo divino ou motivo para pena e caridade; e o discurso médico que invalidava esse sujeito o tornando dependente e incapaz de estar no convívio social.

Para o presente estudo, buscamos compreender os efeitos de sentido nos discursos capacitistas, particularmente, atravessados pelo discurso religioso em que a deficiência passa a ser associada a uma forma de castigo divino.

Percurso temporal dos sentidos sobre a pessoa com deficiência

Na sociedade romana, a pessoa com deficiência tinha seu destino traçado já ao nascer, restando-lhe apenas a morte por abandono ou a exclusão total. Largadas em lugares extremamente perigosos, essas pessoas viviam com animais selvagens e famintos, pronto para devorá-las vivas. Quando se livravam da morte acabavam sendo destinadas a trabalhos humilhantes (Corrent, 2016). A esse respeito, Silva (1987) nos revela que:

[...] cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidos com má formação eram também, de quando em quando, ligados a casas comerciais, tavernas e bordéis; bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes (p. 130).

Os sujeitos com deficiência que sobreviviam eram destinados a interesses estritamente comerciais, eram usados como atração de circo, sendo menosprezados e humilhados, alimentando uma sociedade preconceituosa. Nesse período, as pessoas com deficiência eram privadas de seus direitos básicos, de suas próprias escolhas, e quando não aceitavam as condições que lhes eram dadas eram eliminadas.

A respeito dessas apresentações, no século XXI, o corpo com deficiência sofreu os mais diversos tipos de preconceitos, esses eram expostos em apresentações em palcos construídos na via pública ou em estabelecimentos de exibições diversas, como circos. Os corpos vistos como forma de diversão, expostos por ser diferente, por desviarem do padrão “dito normal”, ridicularizados em prol da diversão popular, ficando evidente, dessa forma, a desumanização do humano, como afirmam, Berselli e Isaacsson (2018, p. 372):

A exposição do exótico, sob o olhar julgador dos espectadores, aponta limites definidos entre os normais que observam as monstruosidades no palco das festas de feiras. Nos Entre-sort nas ruas parisienses, nos parques de diversões de Londres e nos freak shows nas cidades norte-americanas, transformam-se em espetáculo as diferenças de sujeitos colocados em um limiar entre

o que não é animal, mas também não pode ser aceito como humano.

Essas mesmas autoras, ancoradas em Courtine (2011), afirmam que no final do século XXI, há uma pequena mudança nesse cenário, onde a polícia passa a restringir e proibir a exibição das curiosidades referentes aos corpos das pessoas com deficiência, de forma que os corpos considerados anormais são afastados das apresentações populares.

Outro acontecimento nesse período é o despertar do olhar médico assistencialista a esses corpos, visando sua reinserção ao mercado de trabalho. Berselli e Isaacsson (2018) destacam que essa abordagem assistencialista, frequentemente adotada pela sociedade ao lidar com a deficiência, foi a principal barreira na integração das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. De forma que, essa perspectiva assistencialista tende a tratar a deficiência como um problema médico individual a ser resolvido, em vez de reconhecer e enfrentar as barreiras sociais e estruturais que impedem a plena participação dessas pessoas na vida social e profissional. Consequentemente, essa abordagem produz até os dias atuais estigmas e preconceitos, limitando as oportunidades de emprego e a aceitação social das pessoas com deficiência.

Como resquícios do contexto descrito anteriormente, atualmente a pessoa com deficiência ainda é afetada por essas práticas discursivas construídas historicamente e socialmente de que seu corpo é disfuncional e, por consequência, inválido (ineficiente, improdutivo). Ou seja, o corpo com deficiência foi estigmatizado pela falta daquilo que a sociedade classificou como requisitos básicos que um corpo padrão e produtivo deveria ter (Berselli e Isaacsson, 2018).

Ideologia, religião e a pessoa com deficiência

Os discursos capacitistas vêm sendo associados a diversos contextos, sendo um deles o religioso, o qual constitui uma das formas mais cruéis de discriminação, pois associa a condição da deficiência à vontade, a poderes divinos, em que a deficiência está relacionada ao castigo de um determinado deus. Historicamente, essa associação tem início na Idade Média e tem se estendido até os dias atuais.

Com base nesse pressuposto, identificamos o entrelaçamento desses discursos religiosos e do capacitismo, no pronunciamento da vereadora Zirleide Monteiro (PTB), em uma sessão na Câmara Municipal de Arcoverde, em 30 de outubro de 2023.

Antes de iniciarmos a análise é preciso ressaltar que vivemos em uma sociedade que ainda carrega os resquícios do período histórico onde a deficiência era associada ao castigo divino, à maldição dos deuses, sendo-lhes atribuídos os mais diversos significados negativos. Este contexto histórico evidencia a existência de uma memória discursiva que sustenta tais práticas discursivas. Conforme Pêcheux (1969), a memória discursiva é constituída pelo conjunto de formações discursivas que precedem e condicionam a produção dos enunciados atuais. Esta memória estabelece uma ligação entre enunciados passados e discursos presentes, influenciando e orientando as práticas discursivas em nossa sociedade.

Portanto, se faz necessário compreender que no discurso existe a relação do que está sendo dito no momento atual ao que já foi dito. Para a Análise do Discurso, memória e atualidade se conjugam em toda discursividade. Há o funcionamento do interdiscurso (de já-ditos), pois algo fala anteriormente em um dado momento histórico e vem sustentar a produção de sentidos no momento presente, no fio do discurso (intradiscurso), mais especificamente, no dito aqui e agora. Esse movimento do discurso reproduz e ressignifica sentidos (Florêncio et al., 2009).

A partir de agora passaremos a analisar a sequência discursiva que anunciamos no início deste artigo:



Fonte: Autora, 2023. (<https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2023/10/31/vereadora-de-arcoverde-diz-em-sessao-que-mulher-foi-castigada-por-deus-por-ter-filho-com-deficiencia-veja-video.ghtml>.)

SD1: "Não preciso citar o nome da cidadã, que o castigo de Deus, Ele dá aqui em vida. Quando ela veio com um filho deficiente, é porque ela tinha alguma conta a pagar com aquele lá de cima. [...]".

A referida sequência associa o nascimento de uma pessoa com deficiência ao castigo divino, sendo ainda mais cruel ao fazer referência desse nascimento ao castigo que a mulher, enquanto mulher-mãe-cidadã deveria pagar em vida. Na sequência discursiva em questão, observamos a presença daquilo que já foi dito em tantos momentos históricos em que a deficiência foi associada ao castigo divino, ao pecado, a poderes sobrenaturais, a ira divina, situações que eram comuns na Idade Média.

A sociedade daquela época acreditava que quando uma criança nascia com algum tipo de deformação ou deficiência intelectual, era indício de que essa criança era fruto de algum pecado ou impureza ou dos pais ou da própria criança. Segundo Strelhow (2018), a tradição cristã medieval interpretava a deficiência como uma manifestação de impureza ou pecado, associando-a a um castigo divino imposto devido a transgressões morais ou espirituais. Essa visão que amplamente foi difundida durante esse período histórico vem se repetindo e colaborando com a propagação do capacitismo na sociedade atual.

A presença do já dito na retomada da memória no discurso evidencia o não controle dos sentidos que atravessam o sujeito do discurso, de forma que ao proferir que: *“Quando ela veio com um filho deficiente, é porque ela tinha alguma conta a pagar com aquele lá de cima”*. Há uma leitura do corpo com deficiência como a materialização de uma “conta” a ser paga, sanada, cobrada, por um ser superior (divino). Tal discurso se inscreve na ideologia da vida cotidiana e de ideologias mais elaboradas como algumas religiões.

A forma de pensar é baseada na “lógica” (ideológica): filho com deficiência = mãe com pecado que precisa expurgar. O recorte da atualidade trazido nessa sequência evidencia que o discurso capacitista que se

cruza com o discurso religioso continua forte e reproduz sentidos de que a deficiência é uma forma de penitência, de pagamento de pecados.

Os efeitos de sentido produzidos nesse discurso reforçam a ideia capacitista da deficiência associada à tragédia, à maldição, um castigo enviado por “*Deus*” como forma de punição para mãe devido a algum “pecado”. A presença do discurso religioso é evidenciada ao ser retomada a ideia da relação entre o castigo e a deficiência, fato que aparece nos textos bíblicos desde o antigo testamento.

Nesse sentido, Rosa (2007, p. 10) destaca que:

No Antigo Testamento, as relações entre doença ou deficiência e vontade divina podem ser observadas em Êxodo 4, 11. Aí Deus se declara autor da deficiência, quando fala a Moisés: “Quem fez a boca do homem? Ou quem faz o mudo, ou o surdo, ou o que vê, ou o cego? Não sou Eu, o Senhor?” Em Êxodo 23, 25, a proteção divina contra a doença é vinculada ao cumprimento da vontade de Deus, deixando implícito que o desrespeito à lei ocasionaria enfermidade (punição): “Servirei ao Senhor vosso Deus e ele abençoará o vosso pão e a vossa água; e tirará do vosso meio as enfermidades.

Sabendo que não existe sujeito sem discurso e discurso sem ideologia e que os sentidos não são transparentes (Florêncio et al., 2009), podemos compreender que existe o funcionamento da ideologia nos discursos analisados, dessa forma, ao associar deficiência ao “*castigo de Deus*”, podemos identificar o sentido a partir da posição de onde foi dito, ou seja, a posição-sujeito sustentada pela religião, enquanto Aparelho Ideológico do Estado.

Essa percepção da pessoa, do ser humano, associado ao castigo, àquilo que não é bem-vindo, que não é de bom grado, ao indesejado, ou mesmo que para a sociedade capitalista não valoriza na produção de mercadorias e que, por isso, é discriminado e/ou descartado. Pêcheux (1997) nos ensina que todo discurso é ideológico e se inscreve em uma posição sujeito. Em nossa análise este discurso está inscrito em formações discursivas e ideológicas que se imbricam com os interesses do capital de produtividade, mas encobertos pelo discurso religioso que produz “culpa”, e seleciona sujeitos para discriminar e excluir.

Mulher, religião e o corpo da pessoa com deficiência: "A castigada por Deus"

Seguindo com a análise, outro ponto que necessita ser analisado é a referência de que o castigo por ter um filho com deficiência foi direcionado apenas para a mulher. Dessa forma, passamos a nos questionar a ausência do homem nesse contexto, sendo referida apenas para a mulher uma penalidade, o castigo, por ter gerado um filho com deficiência.

Levando em consideração os questionamentos apresentados acima, damos seguimento a nosso gesto de análise a partir de mais um recorte discursivo:

SD2: [...] quando ela veio com um filho
deficiente [...] ela já veio para sofrer.

Neste recorte discursivo, percebemos a força do discurso constituído em uma sociedade machista patriarcal de que, ao ter um filho com deficiência, a mulher passa a ser condenada ao sofrimento. Esse dizer dialoga com os discursos propagados ao longo da história, visto que ao nascer com deficiência entendia-se que não só a pessoa, mas também a sua família estava condenada ao sofrimento.

Essa associação também revela um fato que se faz presente nos mais diferentes contextos da realidade da mulher que tem filhos com deficiência na atualidade, essa passa a ser abandonada por toda rede de apoio, assumindo a total responsabilidade pelos cuidados com o filho, sofrendo gigantesca imposição social, nesse sentido Guerra et al. (2015, p. 02) afirma que:

O papel da mãe no contexto familiar é o de detentora do cuidado integral, ou seja, aquela que não mede esforços para proporcionar o melhor aos filhos, especialmente quando este apresenta alguma deficiência. Diante desse contexto, ela passa a sofrer uma imposição social para exercer esse papel de forma imperiosa, muitas vezes, tendo que abdicar de sua própria vida pessoal, social e profissional, a fim de contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento saudável dos filhos.

Nesse contexto e por imposição da sociedade patriarcal, a mulher que não se enquadra nessa posição de abdicar de sua vida e cuidado total da criança, assumindo para si toda a responsabilidade, passa a ser

discriminada. Tal discriminação inicia desde o nascimento da criança com deficiência, uma vez que essa foge do padrão estabelecido pela sociedade, que passa a julgar os pais associando à incompetência por ter gerado um filho com deficiência (Guerra et al., 2015).

Corpo e pessoa com deficiência

Nesse contexto da inclusão, o corpo dessa pessoa é um elemento importante, uma vez que é através desse que a pessoa vivencia todas as questões de exclusão, discriminação e preconceito. O corpo, que ao ser interpelado pela ideologia passa a ser corpodiscurso de forma que o sujeito, não pode mais ser visto e pensado fora dessa relação.

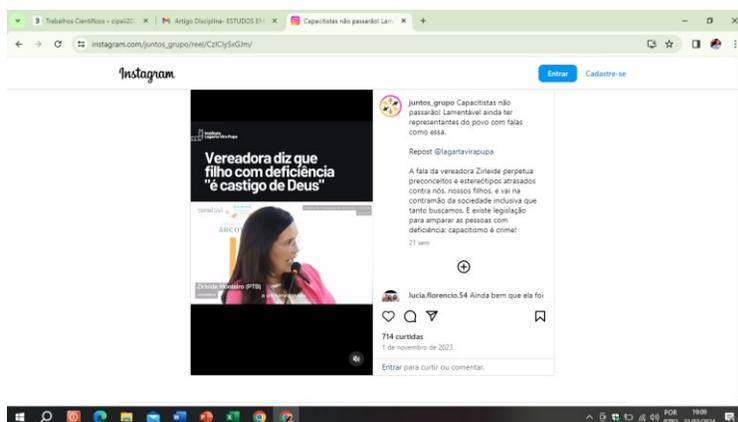
Assim, para a Análise de Discurso, o corpo precisa ser compreendido como uma articulação entre o sujeito e a linguagem, onde sua historicidade significa e produz significação (Salles, 2018). O capacitismo classifica os corpos de acordo com o nível das capacidades apresentadas, excluindo todos os outros que não se encaixam nos padrões estabelecidos (Luiz, 2020).

Ao corpo com deficiência foi atribuída uma diversidade de concepções que vão desde a associação da deficiência a questões demoníacas e sobrenaturais, isso acontece no período da idade média e se concretiza no pensamento de que a pessoa com deficiência era um sujeito incapaz e, por isso, deveria permanecer excluído e afastado da sociedade, representando uma ameaça às demais pessoas (Luiz, 2020). Esse histórico de exclusão social e preconceito reflete nos dias atuais e na produção e reprodução de discursos capacitistas, esse corpo “[...] foi objetivado e manipulado pelo poder médico; censurado, confiscado e fortemente vigiado pelo poder religioso” (Witzel, 2014 p. 530).

Nessa percepção, compreendemos que o corpo vem sendo transformado em objeto, testando suas capacidades e, ao mesmo tempo, transformado em meio de consumo pela sociedade capitalista. Dessa forma, o corpo passa a ser objetificado e oprimido, assumindo a posição de meio para a obtenção de lucros, através de sua capacidade de produção de força de trabalho em nome do capital. Como resultado desse processo, Andrade (2020, p.39) acrescenta que:

[...] a sociedade capitalista a que pertencemos preconizam a massificação e a opressão do humano em prol do lucro. Com isso, em nome do capital, coisificam-se pessoas, padronizam-nas, pirateiam-nas, mercantilizam-nas, destituindo-as de sua humanidade [...].

É na sociedade capitalista que discursos capacitistas ganham força, propagando de forma ideológica a concepção de que um corpo só é válido se for produtivo, e isso passa a ser verificado através da avaliação relacionada ao quão eficiente o mesmo pode ser. Uma das formas de propagação desses discursos são as redes sociais. Nesse sentido, a matéria que destaca o discurso capacitista no pronunciamento da vereadora em questão, foi propagada em diversos meios de comunicação, inclusive nas redes sociais como *Instagram* e *Facebook*, rendendo um número significativo de circulação e compartilhamento de informação.



Fonte: https://www.instagram.com/juntos_grupo/reel/CzIClySxGJm/, 2023.

Esses veículos de mídia e informação também atuam na propagação das ideias de corpo com padrão que devem ser seguidos, os modelos de corpos validados pela ideologia capitalista criadora de padrões normativos e produtivos que tem por finalidade o alcance do corpo ideal.

Nesse sentido, foi visto que, as redes sociais passaram a ser espaço de exibição de corpos colaborando para produção e propagação de padrões corporais, essa realidade não pode ser vista como um fenômeno isolado, pois os comportamentos desenvolvidos pelos sujeitos são reflexos do todo processo de transformação social no qual estão inseridos (Rossini, 2017).

Pegando o exemplo da rede social *Instagram*, que é um aplicativo gratuito que possibilita a publicação de fotos e vídeos onde cerca de 69 milhões de usuários utilizam esse aplicativo (Blog do *instagram*). No que diz respeito às exigências de padrões corporais produzidos nessa rede, Rossini (2017, p. 16) explicita que:

[...] o indivíduo que expõe a imagem do corpo nas redes sociais “deve” estar sempre atento às dinâmicas sociais estabelecidas dentro da própria rede. Ou seja, não basta querer participar da rede postando imagens e compartilhar a opinião sobre um determinado assunto. Para ser aceito e reconhecido perante a rede é necessário se adequar às normas e padrões de exibição daquele espaço, geralmente, definidos pelos modelos estéticos pautados pela mídia e pelo mercado.

Dessa forma, entendemos que os conceitos constituídos socialmente a respeito da pessoa com deficiência e do capacitismo podem se estender e se propagar através desse para esse espaço, colaborando para uma sociedade que discrimina pessoas com deficiência, levando em consideração a diferença apresentada em seus corpos.

Esses discursos são propagados e enraizados culturalmente e é nessa propagação cultural que a ideologia cria suas raízes, a esse respeito, Florêncio et al. (2009, p. 39) acrescenta que:

O funcionamento da ideologia se dá, pois, nas relações sociais de produção e abrange as determinações de classe (na sociedade capitalista) e os horizontes culturais dos integrantes de uma formação social, uma vez que a cultura é a condição dada para consolidação e desenvolvimento da ideologia.

Para além das ideias reducionistas de corpo, enquanto meio para produção, sabemos que o corpo carrega todas as nossas vivências, de forma que esse “[...] é um pergaminho onde é e está sendo inscrita toda nossa história. Essa história deixa marcas indelévels. Somos a um só tempo biológico, psíquico, cultural, social, histórico, físico, formando uma unidade” (Oliveira, 2018, p. 01).

Dessa forma, percebemos a importância do corpo como meio para construção da nossa história, esse vivencia e carrega as memórias vivenci-

adas, dialogando com os sentidos e significados, além dos valores adquiridos nesse espaço e tempo. Nesse contexto, fundamentado nos discursos de corpo ideal, corpos com algum tipo de deficiência passam a ser desprezados, ao mesmo tempo em que são destinados à exclusão nos mais diversos campos da sociedade.

Esta análise evidenciou que o capacitismo vem sendo perpetuado ao longo dos séculos, se materializando através dos discursos. Isso fica evidente quando na sociedade presente, no século XXI, ainda encontramos nos discursos capacitistas, mais especificamente associando a deficiência ao castigo divino, trazendo a memória retomada pelo discurso da condenação.

Foi evidenciado que o discurso capacitista aqui estudado é atravessado pelo discurso religioso, onde a religião enquanto aparelho ideológico do Estado que interfere nas práticas sociais, na relação homem e sociedade, valida o capacitismo, usando a autoridade divina para ditar quem pode ser reprovado, castigado ou mesmo descartado pela sociedade, quais os corpos são autorizados a ter dignidade humana e não sofrer nenhum tipo de discriminação.

Considerações finais

Como foi visto, historicamente, a pessoa com deficiência vem sendo vítima de discriminação e preconceito, isso reflete na produção e reprodução de discursos capacitistas que são propagados nos mais deferentes contextos da sociedade. A história relata que pessoas com corpos desviantes do padrão esperado, sobretudo, as que apresentavam alguma deficiência, eram e continuam sendo vítimas de rejeição e preconceito.

Pensar na pessoa com deficiência e compreender o funcionamento da ideologia sobre ela é indispensável para que possamos compreender a importância de se combater o capacitismo na sociedade atual, entendendo que não basta não ser capacitista é necessário ser anticapacitista, para que assim possamos analisar criticamente um discurso em que o nascimento de uma criança com deficiência não seja associado a um tipo de maldição ou punição, castigo divino. Pois, o funcionamento desse tipo de discurso silencia a falta do Estado e de políticas públicas necessárias e verdadeiramente adequadas à inclusão dos sujeitos com deficiência.

A presença de pessoas com deficiência no contexto histórico atual promove a realização de diferentes leituras, de forma que se faz necessário ultrapassar a ideia da deficiência como algo pejorativo. É preciso mostrar as riquezas na diferença, ler os corpos com outras discursividades que garantam a presença de corpos diferentes nos mais diversos espaços da sociedade que por muito tempo foram considerados destoantes do padrão social dominante e opressor. Lutar por isso a partir da linguagem (discurso) é um ato de resistência.

Referências

- ALMEIDA, W. G. Gênero e Deficiência: a exclusão social de mulheres deficientes. In: **Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: culturas, leituras e representações**, 2., 2009, João Pessoa. Anais do II Seminário Nacional Gênero e Práticas culturais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p. 1-13.
- ANDRADE, C. B. **O meu corpo sou eu?** – narrativas de cadeirantes sobre a construção da imagem corporal. Tese de Doutorado. 2021. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, 2021.
- BERSELLI, M.; ISAACSSON, M. **A presença de pessoas com deficiência na cena contemporânea desestabilizando construções sociais a respeito do corpo**. Repertório, Salvador, ano 21, n. 30, p. 365-387, 2018.
- CORRENT, N. **Da Antiguidade a Contemporaneidade: a deficiência e suas concepções**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza. 2016 Disponível em <https://semanaacademica.com.br/artigo/da-antiguidade-contemporaneidade-deficiencia-e-suas-concepcoes>. Acesso em: 05 nov. 2023.
- FLORENCIO, A. M. G. et al. **Análise do discurso: fundamentos & práticas**. Macció: EDUFAL, 2009.
- GUERRA, C. S. et al. **Do sonho a realidade: vivência de mães de filhos com deficiência**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2015 Abr-Jun; 24(2): 459-66.

GARCIA, Vinícios Gaspar. **As pessoas com Deficiência na história do mundo**. São Paulo: Editora Atual, 2013.

JÚNIOR, S. R. **Análise de imagens e conteúdos sobre o corpo na rede social instaram**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

LUIZ, K. G. “Deficiência pela perspectiva dos direitos humanos”. In: Autores. **Mulheres com deficiência: garantia de direitos para exercício de cidadania**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2020.

NEGREIROS, D. A. **Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem?** Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas/SP: Pontes, 2020.

ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso (AAD-69)**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1997.

ROSA, S. M. **A justiça divina e o mito da deficiência física**. Estudos, v. 34,n. 1/2, p. 9-19, jan.-fev./2007.

NASCIMENTO, J. **Vereadora de Arcoverde diz em sessão que mulher foi 'castigada por Deus' por ter filho com deficiência**. G1, 31 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2023/10/31/vereadora-de-arcoverde-diz-em-sessao-que-mulher-foi-castigada-por-deus-por-ter-filho-com-deficiencia-veja-video.ghtml>. Acesso em: 01 dez. 2024.

SILVA, O. M. **“A Epopéia Ignorada”, “Uma Questão de Competência”, “A Integração das Pessoas com Deficiência no Trabalho”**. São Paulo: Cedas, 1987.

SILVA, O. M. **A Epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Cedas, 1987.

SALLES, A. C. **Corpo-em-arte: performance.** Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v. 60, n. 3, p. 743-757, set./dez. 2018.
Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/download/8650355/18551/43361>. Acesso em: 10 out. 2023.

SALLES, A. C. **Discurso, corpo, olhar e(m) performance.** * univás-linguas e instrumentos linguísticos- n° 41, jan-jun, 2018

STRELHOW, T. M. P. B. **As influências conceituais do cristianismo sobre a deficiência:** o papel do Ensino Religioso na construção de sujeitos de direitos. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 31, n. 61, p. 275-284, 2018. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/3131/313158866006/html/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

WITZEL, D. G. **Discurso, história e corpo feminino em antigos anúncios publicitários.** ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, v. 58, n. 3, 2014.

Condições de produção: a literatura de cordel e seus efeitos de sentido

*Fabricio de Lima Goes*⁵⁷

*Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires*⁵⁸

Introdução

Importa conhecer alguns dados desse complexo, pois foram ricos de consequências econômicas e culturais que transcenderam os limites cronológicos da fase colonial. Alfredo Bosi (2017, p. 11)

Na intenção de realizarmos um estudo em torno da categoria teórica e das condições de produção, compreendemos a necessidade de trazer à baila outros diálogos. Partindo dessa perspectiva, levantamos reflexões que buscam aproximar categorias teóricas da Análise do Discurso (AD) ao nosso objeto de estudo: faz-se necessário nos envolvermos nessa teia.

Percebemos que, em um primeiro momento, é preciso retomar brevemente a história e a memória. Isso implica percorrer caminhos que deram suporte à formação de discursos sobre mulheres na literatura de cordel. Como não há clareza na linguagem, a apreensão e a articulação dessa materialidade são viabilizadas por elementos admitidos pela história e pela língua. Por isso, é necessário compreender os processos sócio-históricos e ideológicos que permitem a literatura cordelista, desde o seu surgimento, entrelaçar-se nesse assunto. É importante refletirmos, também, sobre o processo de chegada da coroa portuguesa ao Brasil, ocorrido no século XIX.

⁵⁷ Graduado em Letras Português pelo Instituto Federal de Alagoas, mestrando em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas e integra o Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia (GEDON). E-mail: fabriciolgf@gmail.com

⁵⁸ Docente do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas, é mestra e doutora em Linguística pelo PPGLL/Ufal, onde também é professora. Tem estágio pós-doutoral na Université de Toulouse (França), com pesquisa em gênero, mídia e discurso. Coordenou a Comunicação Social da Universidade Federal de Alagoas (2016) e dirigiu a Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal), entre 2018 e 2019. E-mail: lidia.ramires@ichca.ufal.br

Para desenvolvermos este estudo, partimos da seguinte proposição de Eni Puccinelli Orlandi: “é aliás pelo discurso que a história não é só evolução mas sentido, ou melhor, é pelo discurso que não se está só na evolução mas na história” (Orlandi, 1990, p. 14). É importante lembrar, além disso, da seguinte contribuição de Jaques Rancière: “não se trata pois de dizer que a “História” é feita apenas das histórias que nós nos contamos, mas simplesmente que a “razão das histórias” e as capacidades de agir como agentes históricos andam juntas” (Rancière, 2005, p. 59).

Efeitos de sentido

Partindo desses pressupostos, compreendemos a importância de tecer, preliminarmente, uma alusão a uma noção muito trabalhada em estudos em torno de condições de produções discursivas: os “efeitos de sentido”. Ao pensar nos procedimentos teóricos metodológicos da AD, Orlandi faz a seguinte afirmação:

Assim, a primeira coisa a se observar é que a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas (Orlandi, 2015, p. 13-14).

No excerto citado, Orlandi reflete sobre a “produção de sentidos”, reverberando os pressupostos teóricos de Michel Pêcheux, autor que estuda a linguística e as ciências sociais a partir da linguagem articulada a elementos históricos e sociais, inicialmente desprezados nessa área de conhecimento (Orlandi, 2006). Esses aspectos, segundo a autora, são essenciais e interferem nas “produções de sentidos” de discursos.

Para Orlandi, “dizer que o discurso é efeito de sentidos entre locutores significa deslocar a análise de discurso do terreno da linguagem como instrumento de comunicação” (Orlandi, 2006, p. 14). Esta explicação parte da reflexão feita por Pêcheux a respeito do “esquema elementar da comunicação”. De acordo com o autor, a noção de discurso vai além da transmissão de informação: desenvolve-se “efeito de sentidos entre locutores”. Segundo o mesmo, esses “efeitos resultam da relação de sujeitos simbóli-

cos que participam do discurso, dentro de circunstâncias dadas”. Os efeitos acontecem porque os sujeitos são afetados por suas memórias discursivas em certas circunstâncias (Orlandi, 2006, p. 15).

Portanto, o sujeito e a situação que tinham sido postos para fora da análise linguística, contam fundamentalmente para a análise de discurso. Mas este sujeito e esta situação contam na medida em que são redefinidos discursivamente como partes das condições de produção do discurso. Daí dizermos que na análise de discurso não podemos deixar de relacionar o discurso com suas condições de produção, sua exterioridade. (Orlandi, 2006, p. 15).

Conforme explana Orlandi (1990), o discurso e a história são partes fundantes da produção de sentidos. Nessa perspectiva, a linguagem produz significado/sentido mediante à conexão com sua exterioridade. A AD trabalha conceitos de modo interligado e, seguindo este caminho, desenvolvemos nosso estudo a partir desta categoria teórica. Embasamo-nos também em outro argumento da estudiosa:

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. (Orlandi, 2015, p. 28).

As condições de produção, conforme explana Orlandi (2015), podem ser analisadas a partir de duas categorias: ampla, levando-se em conta elementos sociais, históricos e ideológicos na configuração do discurso; estrita, quando leva-se em conta o contexto imediato. Em ambas as situações, é preciso incluir o sujeito.

Mas este sujeito e esta situação contam na medida em que são redefinidos discursivamente como partes das condições de produção do discurso. Daí dizermos que na (AD) não podemos deixar de relacionar o discurso com suas condições de produção, sua exterioridade. (Orlandi, 2006, p. 15).

Para Michel Pêcheux, faz-se necessário pensar em possíveis diálogos entre os efeitos de sentido de um discurso: “é impossível analisar um

discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, pois é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção (Pêcheux, 1997, p. 79). Compreende-se, assim, que é preciso considerar no discurso as “questões sociais que o envolvem e quais as posições tomadas pelos sujeitos” (Ramires, 2017, p. 54).

Quando tratamos dos sentidos amplo e estrito no discurso, o momento histórico-social, bem como o sujeito e suas tomadas de posição devem ser observados, inclusive quando refletimos acerca do patriarcalismo e da própria formação social brasileira. De acordo com Orlandi, para compreender o sentido estrito é preciso observar a “circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato” (Orlandi, 2006, p. 15). Pensando nisso, desenvolvemos nosso estudo a partir da análise de sujeitos de discursos e suas relações com seus dizeres, na região Nordeste do Brasil, em um determinado período cronológico.

Para apresentá-lo, vale observar, inicialmente, as informações contidas no Dossiê de Registro, documento elaborado por pesquisadores do Instituto Histórico e Artístico Nacional (Iphan), relacionadas ao registro da literatura de cordel como um patrimônio cultural imaterial:

É necessário situar que as práticas culturais estão atravessadas pelas tensões e conflitos de uma sociedade que se constituiu a partir do colonialismo europeu no Novo Mundo. Assim, nenhuma prática cultural está alienada das condições históricas e sociais relacionadas. (Brasil, 2018, p. 55).

Notemos, ainda, que “os poemas revelam, sobremaneira, os estereótipos e preconceitos vigentes na sociedade patriarcal que se constituiu a partir da colonização portuguesa, cujos valores morais se reproduziram desde então” (Brasil, 2018, p. 161).

A literatura de cordel é uma das muitas heranças artísticas do processo de “colonização” ou, como afirma alguns livros de história, do “descobrimento” das terras brasileiras pela coroa brasileira. Esse processo culminou em um encontro único entre as culturas tradicionais e oralizadas dos povos africanos, indígenas e europeus, materializadas em música, poesia e prosa. Deste modo, “é necessário inventariar como as diversas experiências sociais e referências culturais historicamente situadas foram se

amalgamando ao longo do tempo e resultaram no cordel como prática cultural, como forma de expressão” (Brasil, 2018, p. 55).

O Brasil colônia e a formação patriarcal

Consideramos pertinente mencionar esses aspectos que, de modo amplo, constituem os alicerces da nossa sociedade. Conforme lembra Bosi, “a Colônia é, de início, o objeto de uma cultura, o “outro” em relação à metrópole: em nosso caso, foi a terra a ser ocupada, o pau-brasil a ser explorado, a cana-de-açúcar a ser cultivada, o ouro a ser extraído” (Bosi, 2017, p. 11). Pensando nessa mesma questão, Fraklin Maxado acrescenta que:

Tratando-se do Brasil, os portugueses colonizadores aqui encontraram o indígena na era do arco e flecha. Estes tinham suas lendas e respeito da criação do mundo, (...). Logo, os portugueses trouxeram o negro africano (...). Esses três elementos deram origem à formação do brasileiro e, conseqüentemente, às suas manifestações culturais. (Maxado, 1980, p. 11).

Esta “condição colonial” também é materializada na exploração social das mulheres, condicionadas a seguir determinados padrões patriarcais que permanecem na contemporaneidade, configurados a partir de uma estrutura social que abrange grande parte das sociedades atuais (Barreto, 2004).

Na tese de doutorado de Érika Cheim, desenvolvida na área de História, a autora problematiza essa questão:

No Brasil, desde o período colonial, uma série de elementos passou a definir o comportamento das mulheres e a determinar a condição que ocupariam na sociedade. A honra constituiu-se como um de seus atributos e era parte fundamental dos compêndios de comportamento feminino os quais estabeleciam regras de posturas das mulheres e relacionamentos entre os sexos. Essas espécies de manuais de comportamento da mulher eram majoritariamente redigidas por homens (Cheim, 2019, p. 153).

Esses manuais de “bons costumes” destinados às mulheres davam aos homens o “direito” de ditar normas para impedir possíveis infidelidades conjugais. Essas normas mantinham as mulheres presas às funções de reprodução e cuidado da família, reproduzindo valores que consideramos

patriarcais. Conforme explana Maria Barreto, o patriarcado “é caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura” (Barreto, 2004, p. 64).

De acordo com Orlandi (1990, p. 14), “a ideologia tem, pois, uma materialidade e o discurso é o lugar em que se pode ter acesso a essa materialidade. Conhecer seu funcionamento é saber que o discurso colonial continua produzindo os seus sentidos, desde que se apresentem as condições”. Partindo dessa compreensão, observamos que não nos interessa o discurso do colonizador, mas sim seu desdobramento em nossas práticas sociais e culturais.

A relação com o/no Nordeste do Brasil

Tomemos como contexto imediato desse estudo o Nordeste que, segundo o Dossiê de Registro (2018), é uma das regiões em que a literatura de cordel circula com intensidade. É possível perceber que muitas heranças da formação social brasileira ganharam força nesta região, isto é, diversos reflexos do processo de “colonização” se difundiram nesse cenário.

O Nordeste, segundo Albuquerque Jr., “não é recortado só como unidade econômica, política ou geográfica, mas, primordialmente, como um campo de estudos e produção cultural, baseado numa pseudo-unidade-cultural, geográfica e étnica” (2011, p. 33). Entretanto, “partindo da abrangência nacional, foi identificada uma territorialidade de referência histórica da literatura de cordel, cujos registros documentais testemunham a presença de produção, consumo e circulação regular dessa arte numa determinada espacialidade” (Brasil, 2018, p. 10). Essa singularidade resulta na possível (des)identificação com outras partes do país, sobretudo quando pensamos em manifestações artísticas e culturais predominantemente compostas pela presença masculina.

Na perspectiva de Orlandi, isso pode ser compreendido quando

O homem na sua relação com a realidade natural e social não pode não significar; condenado a significar, essa interpretação não é qualquer uma, pois é sempre regida por condições de produção de

sentidos específicos e determinados na história da sociedade. (Orlandi, 1990, p. 36).

A presença da mulher no cordel, seja como poetisa, seja como representação, é um elemento que, segundo Maxado, expressa reflexos desse desenvolvimento sociocultural: “o Brasil, especialmente o Nordeste, é um país de estrutura patriarcal” (1980, p. 97).

Nesse processo de (re)significação e produção de sentidos, é necessário refletir sobre as possíveis projeções sociais realizadas pela/na literatura de cordel. É preciso considerar que o sujeito diante das condições de produção, isto é, em suas práticas culturais, espelha na linguagem suas contradições políticas e sociais. Magalhães (2001, p. 21) aponta que “as condições de produção artística são partes das condições de produção na sociedade e estão relacionadas a elas; o fazer estético é parte do fazer social”.

Considerações finais

Apresentamos aqui o desenvolvimento de uma pesquisa de caráter materialista que tem como objetivo compreender as condições de produção do discurso sobre a mulher na literatura de cordel a partir de elementos extralinguísticos que consideramos corroborar com a produção e a compreensão do(s) sentido(s).

Este empreendimento não é um gesto de antecipação da análise do *corpus*. Procuramos compreender como as condições de produção refletem a complexidade que constitui determinados dizeres, em um dado momento.

Ao tomarmos como objeto de pesquisa um discurso oriundo do universo artístico e de sua relação com o mundo, aproximamo-nos de um espaço no qual a mídia se faz presente na sociedade e compreendemos como determinados dizeres (re)produzem efeitos de violência sobre as mulheres.

Nessa perspectiva, a construção de uma análise discursiva em torno da literatura de cordel demonstra que há uma relação de interseccionalidade estabelecida na desigualdade entre os espaços ocupados por homens e mulheres.

Referências

ALBUQUERQUE JR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARRETO, M. P. S. L. **Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica**. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2363/2095>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. Gabinete do Ministro. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Dossiê de registro: Literatura de cordel. Brasília, 2018. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Descriptivo\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Descriptivo(1).pdf). Acesso em: 2 abr. 2024.

CHEIM, E. O. A. T. **Mulher e patriarcado: Violência de gênero contra a mulher em Carangola – MG (2006-2018)**. Orientadora: Maria Beatriz Nader. 203 f. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo.

GADINI, S. L. **O cordel é uma mídia alternativa, popular e contra-hegemônica, defende Alberto Perdigão**. Revista Internacional de Folkcomunicação, [S. l.], v. 19, n. 42, p. 299–310, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/19305>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MAXADO, F. **O que é literatura de cordel?** Rio de Janeiro: Codreci, 1980.

MAGALHÃES, B. **Vidas Secas: os desejos de sinha Vitória**. Curitiba: Hd Livros, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista**: discurso de confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: LAGAZZI, S.; ORLANDI, E. P. (Orgs.) **Introdução às Ciências da Linguagem**. Discurso e textualidade. Campinas: Pontes. 2006.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: Princípios e procedimentos. Campinas, Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso** (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas. Ed. da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccineli Orlandi et al. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005.

RAMIRES, L. **Eles conseguiram**: os sentidos de sucesso no jornalismo de televisão. Maceió, Edufal; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

PARTE III
ESTUDOS TEXTUAIS E ENUNCIATIVOS

Fundamentos teóricos e metodológicos dos livros didáticos de alfabetização: uma perspectiva cognitiva

*Maria Inez Matoso Silveira*⁵⁹

*Maria Silma Lima de Brito*⁶⁰

Introdução

A aprendizagem da leitura no Brasil tem apresentado, há anos, índices preocupantes nas avaliações nacionais e internacionais de leitura. Esses resultados mostram que, em sua maioria, os estudantes brasileiros estão terminando o ciclo de alfabetização apresentando grandes dificuldades em desenvolver uma leitura minimamente fluente nos anos subsequentes. Diante desse problema, não podemos restringir as causas desse panorama de fracasso na educação básica apenas à instituição escolar.

Vários fatores intervenientes estão imbricados neste processo, dentre os quais, podemos considerar: as condições sociais desiguais no nosso país e em específico em nosso estado; as deficiências na formação do professor; as dificuldades nas definições metodológicas do ensino por parte

⁵⁹ Linguista, Professora Aposentada e Pesquisadora Voluntária da UFAL, atuando no PPGLL- Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (Linha de pesquisa de Estudos Textuais e Enunciativos – Oralidade, Leitura e Escrita) e no Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da FALE-UFAL. Orienta estudos e pesquisas nas áreas de Linguística Textual, Leitura e Cognição, com ênfase nos componentes psicolinguísticos e sociocognitivos da compreensão de textos, atuando principalmente nos seguintes campos: Formação de Professores, Ensino de Línguas, Leitura Instrumental, Teoria e Análise de Gênero Textual e de Letramentos. E-mail: mimatoso@oul.com.br

⁶⁰ Linguista, professora de Língua Portuguesa e Redação em escolas públicas e particulares. Professora de Atendimento Educacional Especializado na rede pública. Atua no atendimento clínico psicopedagógico com crianças com dificuldades de aprendizagens, transtornos de aprendizagem e do transtorno do espectro autista-TEA. Graduada em Letras (UNEAL), especialista em Programação do Ensino de Língua Portuguesa-(UPE). É especialista Psicopedagogia Clínica e Institucional. I(UNINTER). Especialista em neurociência e leitura – UFRN. Atualmente é doutoranda em Linguística (PPGLL/UFAL). E-mail: mariasilma95@gmail.com

da escola e do professor; a pandemia, durante a qual muitos estudantes ficaram sem acesso à escola; e por fim, porém não menos importante, a forte resistência de boa parte da elite intelectual da educação brasileira em fundamentar os estudos teóricos da lectoescritura nas ciências cognitivas e nas referências sobre a alfabetização nas recentes descobertas da neurociência da leitura.

Com efeito, essas ciências, por meio de seus pesquisadores, vêm demonstrando empiricamente a importância de se compreender a neurobiologia da aprendizagem humana para, assim, repensar não só as práticas em sala de aula, como também entender as dificuldades enfrentadas pelos estudantes quando se deparam com a aprendizagem da língua escrita durante a alfabetização e nos primeiros passos para se tornarem leitores. A compreensão dos processos neurobiológicos envolvidos na aprendizagem da leitura é essencial para o desenvolvimento de práticas educacionais relacionadas à leitura. Importa também o entendimento sobre os modelos cognitivos de leitura, pois o conhecimento desses modelos constitui-se num dos passos para se ter uma abordagem mais científica dessa habilidade e, assim, tentarmos compreender o que se passa na mente do sujeito leitor quando este está efetivamente lendo um texto. O conhecimento desses modelos também é importante para a elaboração de materiais didáticos que possam contribuir para um ensino de leitura fundamentado nas evidências científicas de como aprendemos a ler.

Neste trabalho, abordamos os fundamentos teóricos para o ensino da leitura com base nos estudos recentes da neurociência da leitura e dos modelos cognitivos de leitura. Como se sabe, essa habilidade, enquanto processo cognitivo, envolve múltiplos níveis de processamento cerebral e a compreensão disso pode contribuir para a prática pedagógica. Assim sendo, o texto está dividido em dois tópicos: os modelos cognitivos e o ensino da leitura; e a neurociência da leitura. Esses tópicos foram elaborados numa visão integrada aos processamentos da leitura.

Modelos cognitivos e o ensino da leitura

Os modelos de leitura são idealizações, ou seja, são tentativas de explicação dos processos mentais, cognitivos e linguísticos que ocorrem

quando um indivíduo está engajado no ato de ler; são propostas que podem contribuir para um razoável conhecimento sobre o desenvolvimento da leitura, subsidiando os aspectos teóricos e metodológicos que envolvem essa habilidade. Ao ensinar a leitura, o professor lança mão de um modelo, seja ele consciente ou inconsciente, e adota uma visão de língua e uma teoria de aprendizagem com o propósito de tornar sua intervenção pedagógica eficaz.

É ponto pacífico, entre educadores e pesquisadores em Educação e em Linguística, que a leitura é um problema crítico na educação escolar. Por conseguinte, quanto mais soubermos sobre esse complexo processo, melhor poderemos enfrentá-lo no dia a dia da escola; como também poderemos desenvolver materiais didáticos que possam contribuir para o ensino da leitura numa prática pedagógica que contemple as evidências científicas e o desenvolvimento de uma aprendizagem com equidade e qualidade. A propósito disso, Goodman (1976, p. 497) já afirmava que

À medida que mais se sabe sobre o processamento da leitura e de sua aprendizagem, mas clara se torna a complexidade de seus processos. Não existe uma substância que possa ser injetada em não leitores para torná-los leitores. Mas o progresso virá quando os conceitos errôneos desaparecerem em favor de um sólido entendimento sobre o ato de ler. Materiais e currículos baseados em descobertas científicas subsidiarão aquele baseado na tradição, no ensaio -e- erro e na conveniência. Aí, os programas de leitura serão elaborados a partir de uma teoria eficaz.

Diante do exposto, há de se reconhecer que o conhecimento sobre os modelos de leitura significa um dos primeiros passos para uma abordagem científica sobre o ensino da leitura. Esse tema tem evoluído significativamente, refletindo avanços nas áreas da psicologia cognitiva, da linguística e, mais recentemente, da neurociência. Os trabalhos de pesquisa sobre a leitura e sua aprendizagem realizados nos últimos 20 anos, em laboratórios e em escolas, postulam a necessidade de buscar na ciência novos caminhos para o ensino da leitura, com evidências que comprovam qual o melhor percurso a trilhar. Todavia, esses resultados têm apenas um valor estatístico e são dispensados de uma análise apurada das diversas variáveis

em jogo. Efetivamente, a convicção dos cientistas não é muito compartilhada entre a maioria dos educadores, formadores de docentes e responsáveis governamentais pelas instituições de ensino.

Silveira (2005) destaca que a pesquisa sobre a leitura tem pouco mais de 100 anos, mas as tentativas de construir modelos que descrevem o processo inteiro, ou seja, desde que o olho encontra a página impressa até quando se dá o “estalo da compreensão”, têm uma história muito curta de cerca de pouco mais de 40 anos. Sendo assim, até meados da década de 60 não havia ainda uma tradição em busca de modelos teóricos sobre os processos internos da leitura (Samuels e Kamil, 1984, p. 185).

Nessa perspectiva, consideramos que a pesquisa em tela pode contribuir de alguma forma para um conhecimento sobre os modelos sobre como os indivíduos processam e compreendem o texto escrito, oferecendo contribuições que podem ser aplicadas no contexto educacional, especialmente na análise e desenvolvimento de materiais didáticos, tema central da tese em andamento.

Na década de 1950, os estudos de leitura começaram a ser influenciados pela psicologia comportamental, que se concentrava principalmente em aspectos observáveis do comportamento leitor. Nesse período, os modelos de leitura tentavam descrever a leitura ainda de maneira parcial em termos de estímulos-respostas, com o intuito de revalidar a antiga concepção associacionista da psicologia, reduzindo o ato de ler a uma simples passagem de estímulos auditivos aos estímulos visuais. Nessa perspectiva, o input visual estimula, por sua vez, a vocalização.

Mesmo diante das pesquisas e evidências científicas atuais, ainda hoje existe uma forte crença entre os alfabetizadores de que a leitura da língua escrita é apenas uma mera transcrição da fala. A partir de meados da década de 60, até meados da década de 80, foi crescendo a insatisfação com esse modelo behaviorista, ou seja, com os modelos de ensino vigentes na época, especialmente com modelos de alfabetização. Um grande debate formou-se entre especialistas em alfabetização e ensino da leitura, conforme apresenta a obra *Learnig to read - The Great Debate* (Chall, 1967). A pesquisa ocorreu em 1961, enquanto o debate sobre como ensinar a ler continuava a acontecer. Chall passou três anos visitando centenas de salas de aula, analisando estudos de pesquisa e examinando livros didáticos. A autora entrevistou autores de livros didáticos, especialistas em leitura e

professores. Chall descobriu que estudos de leitores iniciantes, ao longo das décadas, apoiaram claramente a decodificação. Nesse percurso, a estudiosa descobriu que a decodificação precoce não apenas produz melhor reconhecimento de palavras e ortografia, mas também torna mais fácil para a criança eventualmente ler com compreensão.

A obra é notável por seu rigor acadêmico e pelas suas conclusões. Nessa perspectiva, o método fônico, que enfatiza a decodificação sistemática das palavras, a partir do ensino explícito das correspondências entre letras e sons, tende a ser mais eficaz especialmente para alunos iniciantes e para aqueles que apresentam dificuldades na leitura. A análise de Chall teve um impacto significativo nas políticas educacionais e nos métodos de ensino da leitura, contribuindo para debates contínuos sobre a melhor maneira de alfabetizar crianças. Seu trabalho destacou a importância de uma abordagem estruturada e baseada em evidências para o ensino da leitura, em contraste com métodos que priorizam a exposição ao texto e a dedução implícita das regras fonéticas. A obra continua sendo uma referência importante no campo da educação, especialmente nas discussões sobre a eficácia dos diferentes métodos de alfabetização.

Em 1960, com a aparição da psicologia cognitiva, os modelos começaram a mostrar como os processos, tais como a memória e a atenção, poderiam contribuir para o ensino da leitura e desempenho, um papel crucial para o desenvolvimento do ato de ler. Ademais, a produção científica nessa área foi acelerada com a consolidação da psicolinguística e a tônica dos trabalhos nessa perspectiva voltou-se para os processos mentais subjacentes ao ato de ler. Neste ínterim, a psicologia cognitiva influencia os modelos de leitura, destacando alguns princípios norteadores.

Modelos iniciais, privilegiando o processamento *bottom-up*⁶¹, postulavam que a leitura era um processo linear de decodificação, começando com a percepção de letras, sílabas e palavras e progredindo para a com-

⁶¹ No processamento bottom up, o leitor vai das unidades menores (letras, sílabas, palavras, sinais) para as unidades maiores (frases, textos). No processamento top down, o leitor parte das unidades maiores (textos, frases) para as unidades menores (letras, sílabas, palavras).

preensão de frases e textos. Este enfoque destacava a importância da precisão na identificação de palavras e era frequentemente aplicado na criação de materiais didáticos que enfatizavam a fonética e a repetição.

Como já foi mencionado, com o advento da psicologia cognitiva nos anos 1960 e 1970, surgiu uma compreensão mais complexa da leitura. O modelo *top-down*, por exemplo, enfatiza mais a influência do conhecimento prévio e das expectativas do leitor na compreensão do texto, preconizando o uso efetivo de estratégias cognitivas e metacognitivas de leitura. Esse período viu também o desenvolvimento de modelos interativos, que reconhecendo que a leitura envolve tanto processos ascendentes (decodificação de palavras) quanto descendentes (uso do contexto e do conhecimento prévio). Este entendimento mais amplo da leitura começou a influenciar a produção de livros didáticos, promovendo a integração de estratégias que combinavam fonética com compreensão de texto.

Nos anos 1980 e 1990, os avanços na neurociência e a aplicação de tecnologias como a neuroimagem, permitiram uma compreensão mais detalhada dos processos cerebrais envolvidos na leitura. Modelos conexionistas e distribucionistas⁶² sugeriram que a leitura é um processo paralelo e distribuído, em que as múltiplas áreas do cérebro trabalham simultaneamente para processar a informação visual, fonológica e semântica. Esses modelos sublinham a importância da fluência na leitura e da capacidade de integrar rapidamente diversas fontes de informação.

Atualmente, os estudos de leitura continuam a evoluir, incorporando contribuições da psicologia cognitiva, da linguística e da neurociência. Ao considerar esses modelos cognitivos de leitura na avaliação de livros didáticos, podemos identificar a eficácia das abordagens pedagógicas utilizadas. Materiais que integrem práticas baseadas em evidências, como a combinação de instrução fonética explícita com atividades de compreensão de leitura contextualizada, são mais propensos a promover o desenvolvimento das habilidades de leitura nas crianças. Além disso, a inclusão

⁶² Os modelos conexionistas, também conhecidos como redes neurais artificiais, são sistemas computacionais inspirados no funcionamento do cérebro humano (James McClelland, Geoffrey Hinton). Os modelos distribucionistas são uma abordagem teórica para a compreensão da linguagem e do significado, baseados na ideia de que o significado de uma palavra pode ser entendido a partir de seu contexto de uso.

de estratégias metacognitivas⁶³ pode ajudar os alunos a se tornarem leitores mais autônomos e proficientes.

Portanto, ao analisar livros didáticos para o 1º ano do ensino fundamental, é essencial considerar como esses materiais incorporam e refletem as contribuições dos modelos teóricos de leitura desenvolvidos ao longo das últimas décadas. Essa análise não apenas assegura que os alunos recebam uma educação de qualidade, mas também garante que as práticas de ensino estejam alinhadas com os avanços mais recentes das pesquisas em leitura. Como destacado, os modelos de leitura têm uma ligação clássica com a psicologia cognitiva. Recentemente, a linguística tem buscado nos modelos de leitura escopo para fundamentar e desvelar aspectos relacionados à leitura. Entretanto, apesar das pesquisas sobre leitura já existirem há aproximadamente um século, as primeiras tentativas de formular modelos explicativos desse processo merecem destaque e podem ser relevantes para as práticas de ensino de leitura. Como destaca Cruz (2007, p. 81),

embora já existindo conhecimento susceptível de fundamentar a elaboração de modelos de leitura, até aos finais dos anos 50 do século XX não surgiu nenhum modelo explicativo, tanto do funcionamento como do desenvolvimento do processo de leitura, verificando-se que só a partir de meados da década de 60 (século XX) estes começaram a proliferar, chegando-se ao ponto de actualmente ser difícil classificá-los e avaliá-los.

Nessa perspectiva, um modelo de leitura pode ser conceituado como uma tentativa de explicação para os processos mentais, cognitivos e linguísticos. Diante do exposto, há de se considerar que o conhecimento

⁶³ As habilidades metacognitivas referem-se à capacidade de uma pessoa de pensar sobre seu próprio pensamento e sua aprendizagem. Envolvem o planejamento, monitoramento e avaliação dos processos cognitivos durante a execução de tarefas. Noutras palavras, a metacognição é a "cognição sobre a cognição" ou "pensar sobre o pensamento". Essas habilidades são fundamentais para o aprendizado eficaz, pois permitem que os indivíduos compreendam e controlem seus próprios processos de aprendizado (John H. Flavell *Metacognition and Cognitive Monitoring: A New Area of Cognitive-Developmental Inquiry*, 1979).

dos modelos de leitura constitui um dos primeiros passos para uma abordagem mais científica desse fenômeno. Partindo desse conhecimento, buscamos compreender o que se passa na mente do sujeito leitor quando este está efetivamente lendo um texto escrito. Esses conhecimentos oriundos da Ciência da Leitura poderão contribuir para o ensino dessa importante habilidade. Muitos estudos do processamento cognitivo da leitura identificam três modelos principais:

Começamos pelo modelo *descendente*, preconizado por Goodman (1976), que parte de um entendimento prévio do leitor para compreender as ideias do texto sem se ater a detalhes menores. O modelo *ascendente*, por sua vez, proposto por Gough (1972), envolve a análise de elementos linguísticos menores no texto antes de se concentrar na compreensão global. O modelo interativo, por fim, defendido por David Rummelhart (1977), compreende que o leitor utiliza ambos os processos de forma interativa, dependendo da natureza do texto e de seus objetivos de leitura (Silveira, 2005). Os modelos cognitivos de leitura podem oferecer diferentes perspectivas sobre como os leitores processam e compreendem textos, e cada um deles apresenta implicações significativas para a elaboração e o uso de livros didáticos de alfabetização.

A neurociência da leitura

Desde a década de 1970, o aumento de pesquisas sobre a aprendizagem da leitura e da escrita contribuiu para o que hoje chamamos de Ciência da Leitura. Esta área se refere a um conjunto sólido de evidências científicas que esclarecem não só como as pessoas aprendem a ler e a escrever, mas também quais abordagens pedagógicas são mais eficazes para o ensino dessas habilidades. A Ciência da Leitura fundamenta-se em métodos e teorias que derivam de áreas como a Psicologia Cognitiva e a Neurociência Cognitiva. A Psicologia Cognitiva investiga processos psicológicos relacionados à aquisição de conhecimentos, como atenção, memória e linguagem (Maluf, 2015; Maluf & Cardoso-Martins, 2013; Rayner et al., 2001). Já a Neurociência Cognitiva focaliza os substratos neurais que sustentam esses processos cognitivos, a partir de uma abordagem interdisciplinar (Dehaene, 2012; Maluf & Sargiani, 2013).

No Brasil, como já foi comentado, os dados das avaliações educacionais nacionais e internacionais indicam uma situação preocupante, na qual muitos estudantes completam o ciclo de alfabetização sem alcançar a fluência leitora necessária. Esse cenário não pode ser atribuído apenas à atuação das escolas e dos professores, pois fatores como desigualdades sociais, fragilidades na formação docente e falhas na definição metodológica do ensino também influenciam os resultados. Além disso, destaca-se a resistência de parte da elite intelectual em integrar os avanços das ciências cognitivas e da neurociência no campo da alfabetização, o que limita o impacto de práticas pedagógicas baseadas em evidências.

Há de se considerar, portanto, que a neurociência, especialmente a neurociência da leitura, tem oferecido contribuições sobre os processos neurobiológicos envolvidos na aprendizagem da leitura, desde a alfabetização até o desenvolvimento de leitores proficientes. O cérebro humano, ao se deparar com a leitura, precisa adaptar-se a essa função relativamente nova na história evolutiva da humanidade, e que exige uma coordenação complexa entre áreas cerebrais responsáveis pela decodificação de símbolos visuais (grafemas) e sua transformação em sons (fonemas) e significados.

Entre as principais contribuições da neurociência da leitura está a compreensão de que a alfabetização não é um processo natural, como a aquisição da linguagem oral, mas sim uma habilidade que precisa ser cuidadosa e explicitamente ensinada. Para essa aprendizagem, é necessário ativar e integrar áreas específicas do cérebro, como o giro fusiforme (reconhecimento de palavras), o lobo temporal (processamento auditivo) e o córtex pré-frontal (processos cognitivos superiores). Essa integração é fundamental para a fluência e a compreensão leitora.

Assim sendo, a neurociência da leitura tem identificado que crianças em fase de alfabetização se beneficiam de práticas pedagógicas que envolvem tanto a consciência fonológica quanto o reconhecimento visual de palavras. As evidências sugerem que uma abordagem equilibrada, que combine a instrução com o método fonético e a exposição frequente à prática de leitura significativa, podem ser mais eficientes do que metodologias unilaterais, e essa orientação deve ser dada aos professores.

Como afirmam Silveira e Oliveira (2015, p. 31), todos nós, “profissionais da palavra”, professores, educadores e estudiosos comprometidos

com o ensino, deveríamos ter o conhecimento necessário para entender os vários aspectos envolvidos na aprendizagem da lectoescritura. A bem da verdade, o processamento da leitura deve ser considerado uma atividade cognitiva complexa, individual, e social, pois a interação se dá entre o leitor, autor e o texto, o que lhe exige uma realização simultânea de muitas tarefas e processos cognitivos, sejam eles conscientes ou inconscientes.

Conforme Gabriel e Scherer (2007, p. 3), foi nos anos 1990 que eclodiu a “década do cérebro” e esse momento foi marcado por uma crescente preocupação em relação aos estudos sobre a cognição humana e sua relação com a linguagem. As autoras acrescentam ainda que essas pesquisas se amparam, sobretudo, nas técnicas de neuroimagem, que começaram a se solidificar e a se especializar nesse período.

A ressonância magnética funcional (FMRI, como é conhecida em inglês), a tomografia por emissão de pósitron (PET, sigla em inglês), a magnetoencefalografia (MEG), a eletroencefalografia (EEG) com seus potenciais relacionados a eventos (ERP, em inglês), a espectrografia de infra-vermelho próximo (FNIRS), dentre outras técnicas. O potencial dessas técnicas para decifrar a localização e a função de cada área cerebral envolvida na compreensão e na produção de linguagem começou a ser investigado. (Scherer; Gabriel, 2007, p. 3).

Assim, as pesquisas utilizando a neuroimagem possibilitaram uma melhor compreensão de como o cérebro humano funciona no momento da leitura. Convém sempre sublinhar que a aprendizagem da leitura e da escrita não é algo que acontece naturalmente no cérebro humano, ou seja, essa habilidade é um produto cultural. Como destacam Silveira e Oliveira, “para aprender a ler, não basta que o aluno seja inserido num contexto que faz uso da leitura e da escrita, pois essa habilidade não se aprende apenas por imersão” (2015, p. 46).

As implicações pedagógicas dessas descobertas são profundas. Primeiro, elas reforçam a importância de se levar em conta a diversidade cognitiva dos alunos, oferecendo práticas que respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem. Nesse sentido, a formação docente deve incluir conhecimentos básicos sobre neurociência da leitura para que os professores

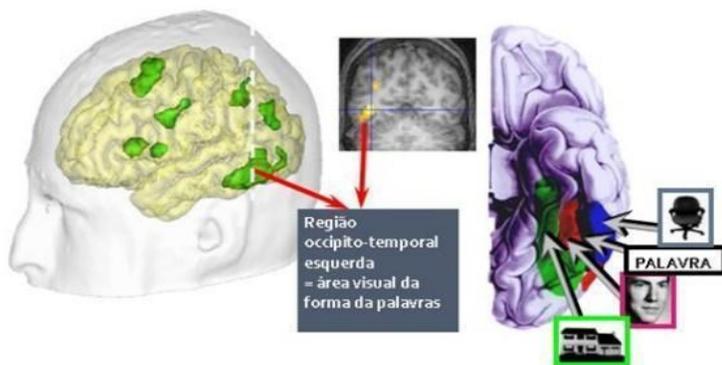
possam entender melhor as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, especialmente aqueles com transtornos de aprendizagem, como a dislexia, entre outros.

Por fim, as políticas públicas devem se alinhar às evidências científicas, promovendo propostas de alfabetização que incorporem os princípios da neurociência da leitura. Portanto, um olhar mais atento e fundamentado nas ciências cognitivas e nas recentes descobertas da neurociência é imprescindível para renovar a pedagogia da leitura, possivelmente ajudar a reverter os índices alarmantes de analfabetismo fora e dentro da escola e assegurar que todos os estudantes brasileiros tenham acesso a uma educação de qualidade.

Sendo assim, o ensino de leitura deve se basear numa compreensão razoável dos processos neurobiológicos, pois dessa forma, possivelmente, serão desenvolvidas estratégias educacionais mais eficazes e equitativas. A resistência à referida abordagem apenas perpetua os desafios já enfrentados pela educação básica no Brasil.

De fato, esses campos de estudos representam e fornecem um aparato teórico de fundamental importância para o conhecimento dos elementos envolvidos no ensino da leitura e, alinhados com esses construtos teóricos, estão as recentes descobertas científicas da neurociência nos últimos anos, que apontam para um entendimento dos processos envolvidos na alfabetização, pretendendo explicar como acontece a reciclagem dos neurônios numa região chamada occipital-temporal ventral esquerda (Dehaene, 2012, p. 77), responsável pelo reconhecimento dos “traços invariáveis que diferenciam as letras entre si, e para o uso das letras e dos grafemas associados aos fonemas, com a função de distinguir significados” (Scliar-abral, 2013, p. 41). A propósito, veja-se a imagem.

Figura 2-



Fonte: (Dehaene 2012, p. 88)

Nesta região, a occipital-temporal ventral esquerda, aponta Dehaene (2012, p. 88), há detectores especializados para objetos, palavras escritas e rostos. Essa ordenação é igual em todas as pessoas. O autor constata, entretanto, que, nas pessoas que não sabem ler, a parte do reconhecimento visual das palavras não é ativada durante a aplicação da neuroimagem funcional por ressonância magnética. O neurocientista destaca ainda que, independentemente do sistema de escrita, todos acionam a mesma região para ler.

Como já expusemos, essas descobertas do processamento cerebral no momento da leitura só são possíveis graças à contribuição da imagem por ressonância magnética (IRM), à eletroencefalografia (EEG) e à magneto-encefalografia (MEG), que possibilitaram rastrear como o cérebro trabalha durante o ato de ler.

O estudo do neurocientista Stanislas Dehaene, em *Os Neurônios da Leitura*, foi traduzido no Brasil pela psicolinguista Leonor Scliar-Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina. Na referida obra (Dehaene, 2012), o neurocientista esmiúça o processamento cerebral da leitura que ocorre numa região exata, a já citada região occipital-temporal ventral esquerda, descrevendo detalhadamente o processo aparentemente mágico que ocorre desde a captação de manchas no papel até a busca do significado das palavras e, finalmente, o sentido do texto.

No que concerne ao funcionamento do cérebro no processo de aquisição da leitura, o neurocientista Dehaene esclarece:

Tudo começa na retina. Ao entrar nela, a palavra desfaz-se em mil fragmentos: cada porção de imagem da página é reconhecida por um fotorreceptor distinto. Toda dificuldade consiste, em seguida, em reunir os fragmentos a fim de decodificar as letras sob processo, a ordem na qual são apresentadas, e a palavra em questão. (Dehaene, 2012, p. 26).

Conforme verificado, a leitura é um processo cognitivo bem complexo que envolve vários mecanismos, sendo o sentido da visão de suma importância, pois “promove a percepção e a discriminação da informação visual; essa informação é processada muito rapidamente através da discriminação de traços, levando ao reconhecimento instantâneo de letras e de palavras, além de outros símbolos e convenções da língua escrita” (Silveira; Oliveira, 2015, p. 35).

Nesse sentido, perceber a importância e o papel da visão é indispensável aos estudiosos da aprendizagem da leitura. Como salienta Scliar-Cabral (2013, p. 79), “o sistema visual das letras é diferente de outros sistemas por configuração, ou seja, o reconhecimento de rostos, de casas e de artefatos”. A autora afirma também que “a linguagem verbal apresenta uma arquitetura, pela qual suas unidades são articuladas em diferentes níveis, que correspondem a circuitos cerebrais, nos quais os neurônios se especializam para determinadas funções” (Scliar-Cabral, 2013, p. 62-3).

A psicolinguista brasileira, Leonor Scliar-Cabral desenvolveu uma proposta de ensino que é fundamentada nos estudos da neurociência da leitura e das evidências científicas relacionadas a como o cérebro humano aprende a ler, com o objetivo de melhorar os resultados do processo de alfabetização e a formação dos professores alfabetizadores. O Sistema Scliar de Alfabetização já foi aplicado em vários estados no Brasil e vem contribuindo para melhoria da alfabetização conforme as experiências realizadas em Sergipe (Lagarto) e em Alagoas (São José da Laje).

Diante do exposto, percebe-se que os procedimentos pedagógicos para uma alfabetização possível e eficaz dependem de um embasamento teórico que vislumbre possíveis soluções para os problemas de ensino-aprendizagem, envolvendo explicitamente a relação entre os processos de alfabetização.

Considerações Finais Parciais

Esta pesquisa em nível de doutorado encontra-se em andamento. Contudo já é possível, mesmo de maneira parcial, contribuir para o debate sobre a qualidade dos livros didáticos de alfabetização, destacando a importância de alinhá-los com os avanços nos campos da neurociência e dos modelos cognitivos de leitura. Acredita-se que uma abordagem fundamentada nas evidências científicas possa melhorar a prática pedagógica e, conseqüentemente, os índices de leitura e escrita no Brasil. Pesquisas futuras podem explorar a percepção dos professores sobre a utilização desses materiais e sua relação com o desempenho dos alunos.

Nesse contexto, os livros didáticos analisados até aqui geralmente refletem uma mescla de abordagens, contemplam uma grande diversidade de gêneros textuais e uma certa abundância de recursos visuais multissemióticos. Em sua maioria, os livros não consideram os aspectos cognitivos e as evidências científicas de como aprendemos a ler. Entretanto, é essencial aos materiais didáticos a incorporação de atividades que explorem a relação grafema-fonema e o desenvolvimento da consciência fonológica e fonêmica. Verificamos também que a maioria dos livros tende a seguir uma tendência descendente de leitura provavelmente por influência do método global, adotado oficialmente no Brasil a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências

CHALL, J. **Learning to read: the great debate**. McGraw-Hill, 1967.

CRUZ, V. **Uma abordagem cognitiva da leitura**. Lisboa-Porto: Lidel Edições Técnicas Ltda, 2007.

DEHAENE, S. **Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GABRIEL, R.; SCHERER, L. C. **Neurociência e ensino da leitura**. Caderno de Educação Especial, n. 29, 2007, p. 12-25.

GOUGH, P. B. **One second of reading**. In: KAVANAGH, J.F. & MATTINGLY, I.G. (orgs). *Language by ear and by eye*. Cambridge: MIT Press, 1972.

GOODMAN, K. **Behind the eye: what happens in reading**. In: H. Singer and R. Ruddell (Eds.) *Theoretical models and processes in reading*. Newark: International Reading Association, 1976; p. 470-496.

GOODMAN, K. **Reading: A psycholinguistic guessing game**. In: *Making sense of learners making sense of written language*. Routledge, 2014. p. 103-112. (The Selected Works of Kenneth S. Goodman and Yetta M. Goodman).

RUBY, G.; GOSWAMI, U.; FREDERIKSEN, C., & PERFETTI, C. (2011). **Estudos de neurociência aplicada à leitura**. *Neuroscience Research*, 34 (2), p. 1-19.

LABERGE, D.; SAMUELS, S. J. **Toward a theory of automatic information processing in reading**. *Cognitive psychology*, v. 6, n. 2, p. 293-323, 1974.

MALUF, M. R., & SARGIANI, R. **Interfaces entre neurociência e práticas pedagógicas para a leitura**. *Revista Brasileira de Educação*, 18(53), p. 35-52, 2013.

MALUF, M. R., & CARDOSO-MARTINS, C. **Alfabetização e leitura: fundamentos psicológicos e neuropsicológicos**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

RAYNER, K., FOORMAN, B. R., PERFETTI, C. A., PESETSKY, D., & SEIDENBERG, M. S. **How Psychological Science Informs the Teaching of Reading**. *Psychological Science in the Public Interest*. 2001.

RUMELHART, D. E. **Understanding and summarizing brief stories**. *Basic processes in reading: Perception and comprehension*, v. 265, p. 303, 1977.

SAMUELS, S. J. **Models of the reading process**. *Handbook of Reading Research/Longman*, 1984.

SILVEIRA, M. I. M.; OLIVEIRA, F. J. D. **Leitura: Abordagem cognitiva**. Maceió: EDUFAL, 2015.

SILVEIRA, M. I. M. **Modelos teóricos e estratégias de leitura –** Implicações no ensino. Maceió: Edufal, 2005.

SCLIAR-CABRAL, L. **Os Processos Cognitivos da Leitura: Aplicações da Psicolinguística na Educação**. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.

A importância dos aspectos retórico-conversacionais e sua aplicação em trabalhos já concluídos⁶⁴

Maria Francisca Oliveira Santos⁶⁵

Romildo Barros da Silva⁶⁶

Introdução

Este trabalho tem por objetivo mostrar como os estudos retóricos e conversacionais acontecem na linha de pesquisa Estudos Textuais e Enunciativos: Oralidade, Leitura e Escrita, do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), da Universidade Federal de Alagoas. Aponta-se, aqui, para postulados teóricos e práticos da Análise da

⁶⁴ Este trabalho foi apresentado no III Encontro Integrado de Trabalhos Acadêmicos em Andamento (2024), no PPGLL/UFAL, no painel de linhas do programa, pela Professora Doutora Maria Francisca Oliveira Santos, o qual visualiza as linhas da Análise da Conversação e da Retórica, com base em uma tese de doutoramento de 2023, que reuniu essas duas áreas de pesquisa; há, no entanto, trabalhos em que há uma inter-relação entre Retórica/ Análise Crítica do Discurso/ Linguística Textual/ Análise da Conversação.

⁶⁵ Possui Mestrado e Doutorado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (1998) e Pós-Doutorado, na mesma área, pela Universidade Federal da Bahia (2009). Atualmente, é professora titular da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal/Arapiraca) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL). Tem experiência na área de Letras e Linguística, com ênfase em Análise da Conversação, Linguística do Texto e Retórica, atuando principalmente nos seguintes temas: interação, língua falada e escrita, discurso, sala de aula, gêneros textuais, texto, relações de poder, estudos argumentativos e persuasivos da linguagem. E-mail: mfoal@gmail.com

⁶⁶ Pós-doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação Profissional em Letras da Universidade de Pernambuco - UPE. Doutorado em Linguística pelo PPGLL, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Mestrado em Linguística pela mesma universidade, com ênfase nos estudos retóricos, do texto e da oralidade. Possui graduação em Letras Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. É professor de Língua Portuguesa no Instituto Federal de Alagoas. E-mail: romildo.silva@ifal.edu.br

Conversação e da Introdução aos Estudos Linguísticos em uma tese de doutoramento em que há a junção de elementos da oralidade e da retórica. Entre outros trabalhos produzidos nas referidas áreas, entre 2023-2024, foi escolhida a tese de doutoramento intitulada *Análise retórico-conversacional dos atos verbais e não verbais no acordo retórico no gênero debate político*, que tem o gênero debate político oral televisionado como foco de análise.

O gênero debate oral televisionado representa bem o contexto social em que é produzido. Em 2017, período de eleições presidenciais para escolha de representantes da nação brasileira, os candidatos (oradores) tinham que apresentar, explicar, analisar e defender os princípios éticos e morais de suas plataformas de trabalho, com refutação ou não da contrapalavra de seus adversários, para convencer e persuadir seus auditórios das exposições feitas em um tempo cronometrado por um moderador, responsável por mediar as tomadas de turno, os turnos de fala e assentimentos à ordem estabelecida.

O gênero debate oral de linha televisionada é desenvolvido em meio às comunidades públicas. Os políticos assumem o plano da escrita quando planejam suas ideias. Em seguida, assumem a performance (caráter visual) e a própria fala para sua execução (desenvolvimento). Tais elementos caracterizam esse discurso como um gênero intermodal e multimídia.

Para a escrita deste artigo, conforme o trabalho consultado, duas perguntas aparecem como norteadoras: uma relacionada à forma como as imagens retóricas se projetam nos modos de argumentação do debate político; e outra conectada à articulação de elementos não verbais para a obtenção da persuasão no gênero discursivo em questão. As respostas a essas perguntas constituem a principal meta a ser alcançada. Por referenciar-se à realidade de maneira processual, em caráter fenomenológico, elegeu-se a linha da análise qualitativa para percorrer esse caminho. *A priori*, não houve dados fornecidos, estes foram construídos no decorrer do processo.

Para maior evidência das inter-relações entre estudos conversacionais e retóricos, são apontados alguns postulados teórico-práticos. O trabalho apresenta as seguintes seções: a) “confluência de caminhos: comunicação e persuasão”, passagem em que se apresentam algumas considerações retóricas e conversacionais; b) “aspectos metodológico-analíticos”. Em seguida, apresenta-se as considerações finais e a bibliografia do estudo aqui desenvolvido.

Confluência de caminhos: comunicação e persuasão

Os estudos conversacionais (Análise da Conversação) datam das décadas de 60 e 70, originários da Etnometodologia e da Antropologia Cognitiva, estudos centrados essencialmente na estrutura da conversação (Marcuschi, 2004). Atualmente, Kerbrat-Orecchioni (2006) aponta que esses estudos se centram em descrições das interações verbais, de caráter transdisciplinar, uma vez que envolvem as linhas psicológica, psiquiátrica, étnica, sociológica, linguística e filosófica.

O objeto de estudo dessa linha é a conversação natural, cujo foco de análise abrange aspectos concernentes à compreensão da linguagem (elementos verbais e não verbais) e às relações de estruturas linguísticas, sempre negociadas diante das formas de interação, o que cria e possibilita um contexto próprio para que as relações sociais sejam estabelecidas. Os estudos conversacionais têm relações com disciplinas afins, uma vez que seu objeto circula pelas áreas da psicologia, comunicação, antropologia, entre outras.

Nesse trabalho, voltado a um debate oral televisivo, observa-se que a conversação é desenvolvida em um clima de disputa em que um orador se expressa oralmente, em uma situação na qual acontecem a comunicação verbal e não verbal. A primeira é realizada na plataforma política de trabalho, quando são expressos projetos, ideias, promessas e devaneios. A segunda é revelada por gestos que ratificam o que é expresso; pela distância em relação ao auditório virtual que marca a posição do orador; pelas pausas e pelos alongamentos que representam especificamente a modalidade falada; entre outros elementos.

Vale observar que os elementos não verbais exercem grande importância na produção textual e apresentam funções específicas: repetição (repetir o que foi dito verbalmente); contradição (contradizer o comportamento verbal); substituição (substituir mensagens verbais por comportamentos não verbais); complementação (modificar ou aprimorar mensagens verbais); acentuação (o não verbal pode acentuar partes da mensagem); e regulação (regular o fluxo verbal).

Na análise apresentada neste artigo, o político expressa um gesto que complementa sua elocução verbal (Knapp; Hall, 1999). Dionísio (2001,

p. 75) subsidia esses estudos ao afirmar: “AC analisa materiais empíricos, orais, contextuais, considerando também as realizações entoacionais e o uso de gestos ocorridos durante o processamento da conversação”.

Pontuações de Fávero (1993, 1998, 2010, 2015), Kerbrat-Orecchioni (2006), Koch (1997), Marcuschi (2004, 2008), Santos (2004, 2007), entre outros, norteiam este trabalho que aborda estudos conversacionais, com foco textual-discursivo, e tem como *corpus* “um objeto que se oferece ao estudo do comportamento linguístico dos falantes da interação e do funcionamento da língua...” (Leite, Gil, 2014, p. 129).

A retórica é compreendida como “a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de próprio para criar a persuasão” (Aristóteles, 2011, p. 20). Os oradores (debatedores políticos) somam esforços para convencer seu auditório (eleitores) não apenas por meio de suas ideias, mas também por meio de sentimentos, a fim de alcançar nas urnas a legitimação de suas ideias e propostas anunciadas durante a campanha.

Recentemente a retórica aparece definida como “a arte de persuadir através do discurso, seja ele verbal ou não verbal, como, por exemplo, o discurso visual” (Mateus, 2018, p. 20). Essa definição articula comportamentos verbais e não verbais, o que facilita a explicação e a justificava em torno do estudo do debate político oral televisionado. São mencionados neste trabalho teóricos como Aristóteles (2011); Fiorin (2015); Meyer (2007); Reboul (2004); Silva (2019, 2022, 2023), entre outros.

A retórica é importante por ser uma arte, isto é, uma habilidade de sobrevivência desenvolvida pelo sujeito com formação escolar. Ser líder em qualquer sociedade humana requer competências retóricas expressas pela capacidade de resolver conflitos, negociar mudanças, iniciar política, lidar com a mídia, fazer justiça, celebrar conquistas etc. Essas ações retóricas relacionadas à cidadania são observadas em oradores que se colocam como representantes e líderes de um governo, com todos os poderes legados pelo posto pretendido.

Como uma arte, a retórica nasceu na Sicília grega e está presente nos diversos gêneros textuais, sobretudo nos que apresentam questões polêmicas e/ou contraditórias. Assim, quando oradores discutem teses contrárias, estão a fazer um discurso retórico. Neste trabalho, foram enfatizados os modos de argumentação, por esses localizarem o orador (*ethos*) que procura despertar sentimentos e emoções (*pathos*) em seu auditório

virtual. Para despertar a possibilidade de voto de seu auditório, o orador (candidato) procura lugares fictícios onde pode buscar sua argumentação (lugares argumentativos).

É importante observar a tríade argumentativa mencionada por Aristóteles (2011), em “Arte retórica”. O estudioso define três meios de argumentação, também denominados argumentos retóricos: Ethos e Pathos (de ordem afetiva) e Logos (de ordem racional). Esses três elementos têm igual relevância em um discurso: o ethos diz respeito à credibilidade do orador; o pathos é configurado como a parte emocional do discurso; e o logos constitui a parte lógica do discurso.

Aristóteles dedica especial atenção ao *ethos*, procura relacioná-lo às qualidades morais do orador e o define como um componente importante da argumentação. Reside nele a força de autoridade que se impõe ou não sobre o auditório. O logos, por sua vez, segundo Santos (2022, p. 6), corresponde “à parte argumentativa de maneira formal de um discurso retórico; é, pois, uma argumentação que se inspira no rigor lógico”. O pathos, corresponde às emoções e paixões despertadas no auditório, decorre diretamente do discurso (logos) e do caráter do orador (ethos). Essa tríade aristotélica acontece de maneira conjunta durante a construção discursiva: se cada elemento dessa tríade for colocado em evidência, os outros também serão acionados para atuar no processo comunicativo.

Nesse campo retórico, outro ponto importante diz respeito aos lugares retóricos, considerados conceitos fundamentais na retórica de Aristóteles: são categorias ou pontos de partida para a construção de argumentos. Esses lugares apresentam ideias, princípios ou mesmo temas que podem ser utilizados em diferentes situações discursivas. Os lugares retóricos são caracterizados, principalmente, por serem derivados da retórica e da dialética clássica; por facilitarem a criação de argumentos; e por serem adaptados em diferentes temas e contextos.

Em suma, os lugares retóricos ou argumentativos são relacionados a elementos aplicáveis em qualquer tema (lugar comum ou universal, como justiça, bem/mal, verdade/mentira), disciplina (medicina, direito, política) e relação lógica (causa e efeito, opostos, entre outras). Neste trabalho, especificamente, os lugares são relacionados à área política, isto é, são compreendidos como uma categoria que auxilia o político a conectar ideias e estruturar sua respectiva mensagem de forma convincente.

As especificidades das linhas teóricas AC e Retórica estão em seus respectivos arcaouços que permitem o desenvolvimento de estudos aguçados e convincentes acerca da linguagem – nas modalidades de língua falada e escrita – em qualquer tema e/ou aspectos conversacionais/retóricos.

Os objetos de estudo apresentam afinidades, pois a conversação natural é considerada um processo comunicativo entre duas ou mais pessoas, desenvolvida com o intuito de realizar uma troca de ideias, informações, sentimentos ou opiniões. A persuasão, por sua vez, constitui-se como uma habilidade de convencer alguém a mudar de opinião, atitude ou comportamento por meio da argumentação lógica, do apelo emocional ou por outras formas de influência. No debate político oral televisionado há um núcleo conversacional entre dois oradores opositores, conduzidos por um mediador, que expõem suas respectivas plataformas ao auditório (opositor, auditório virtual) para persuadi-lo com suas convicções e, assim, conseguir sua adesão no dia da escolha eleitoral.

Aspectos metodológico-analíticos

O trabalho *Análise retórico-conversacional dos atos verbais e não verbais no acordo retórico no gênero debate político* se desenvolve em uma linha qualitativa⁶⁷, tal como todos os outros desenvolvidos nos estudos retóricos e conversacionais. Nesse estudo, os elementos analisados foram interpretados de maneira processual, centrados nas “percepções de atitude e aspectos subjetivos dos objetos de pesquisa interagindo em seu grupo.” (Cajueiro, 2013, p. 23).

A descrição e a análise dos dados da pesquisa, advindos dos debates políticos televisivos, dão ênfase à interação do sujeito com o grupo/partido, articulada em defesa de suas propostas políticas. As análises foram realizadas a partir dos debates políticos televisivos ocorridos durante as eleições presidenciais brasileiras no ano de 2017.

Retirou-se um fragmento da tese em tela que analisa os efeitos dos elementos não verbais e retóricos, em um debate político oral televisivo, articulados com o objetivo de persuadir o auditório e alcançar seu voto

⁶⁷ Remissão ao trabalho referenciado durante o III Encontro Integrado de Trabalhos Acadêmicos em Andamento do PPGLL/UFAL (2024).

nas eleições presidenciais. O fragmento é citado a seguir para ser analisado em dois eixos: o conversacional e o retórico.

E1 - NÓS beneficiamos... mais de quatrocentos e cinquenta MIL micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais... e... acabamos... num processo... de compromisso... com o FIM do abismo tributário... ((mexe as mãos do centro para fora com as mãos na horizontal)) de tal forma que:: o microempreendedor e o MEI não podem... mais ter medo de crescer... agora EU ((aponta para si mesma com as duas mãos)) tenho um prazer imenso... de ter feito... o... Pronatec aprendiz /.../



Tese de doutoramento (Silva, 2023)

Segundo Marcuschi (2004) e Preti (2000), observou-se os critérios de transcrição do material analisado, configurado como um gênero em que há perguntas e respostas. O turno em análise é iniciado com ênfase nas palavras nós, fim (importante para o conteúdo) e agora eu. Além disso, aparecem pausas, alongamentos e outras especificidades.

Registram-se, ainda, o gesto emblemático e a marca da oralidade, materializada com a utilização do dêitico temporal agora. Para enfatizar o contorno da modalidade oral, sinaliza-se a repetição na passagem microempreendedores ... microempreendedor, palavras que expressam o mesmo enunciado, porém configuradas em enunciações diferentes, reforçando uma ideia. Trata-se de um caso de repetição não apenas de uma realidade reelaborada por quem a enuncia, mas de um processo sociocognitivo e negociativo envolvido em um contexto político, social e negociável (Cavalcante; Custódio Filho; Brito, 2014).

De acordo com o estudo desenvolvido em *Análise retórico-conversacional dos atos verbais e não verbais no acordo retórico no gênero debate político*, a análise retórica, no discurso político televisionado, exhibe características da oralidade nos discursos dos três oradores (dois debatedores políticos e um mediador).

A tríade aristotélica aparece explicitamente representada em um ethos político que expõe sua plataforma de trabalho para despertar sentimentos, emoções e afetos (pathos) em seu auditório virtual ao abordar temáticas como transporte, educação, esporte, lazer, infraestrutura e ou-

tras questões administrativas relacionadas a um contexto social e econômico. O moderador surge com a função de cronometrar o tempo, evitar a violação de turnos, entre outras funções.

O ethos político, que se projeta como um sujeito responsável, dinâmico e atento aos problemas da população brasileira, comprova seu discurso com a utilização do lugar da quantidade “mais de quatrocentos e cinquenta MIL micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais”, uma vez que é possível não haver contestação contra dados numéricos. Observa-se, ainda, que o ethos político em tela procura se enaltecer ao revelar o que fez, a exemplo da criação do Pronatec individual, enfatizando seu discurso com a expressão de gestos performáticos. Em todo caminhar retórico, a tríade aristotélica acontece em um contexto político-social.

Considerações finais

O trabalho *Análise retórico-conversacional dos atos verbais e não verbais no acordo retórico no gênero debate político*, escolhido aleatoriamente para apresentar os estudos conversacionais e retóricos, configura-se como um panorama sobre como percorrer as áreas citadas e propicia alternativas relacionadas ao uso da linguagem verbal/não verbal/retórica que podem indicar possíveis horizontes na produção científica.

Há estudos conversacionais que atuam na interpretação textual e discursiva do gênero oral (debate televisionado). Além disso, há estudos que se valem da persuasão como principal categoria de análise. Há outros, ainda, que amalgamam elementos não verbais (estudos conversacionais) e retórico-argumentativos. Compreende-se, assim, que a proposta evidencia saberes acerca da política em diálogo com a educação, o direito e outros domínios discursivos.

As duas perguntas norteadoras foram realmente respondidas ao longo do trabalho, tais como a questão relacionada às imagens retóricas que se projetam nos modos de argumentação do debate político; e a pergunta em torno da articulação de elementos não verbais para o alcance da persuasão no gênero em questão.

Infere-se que a conversação facilita a construção de relacionamentos e promove a troca de ideias, pensamentos e emoções e, tal como a

retórica, é interdisciplinar, pois ambas refletem as transformações culturais e tecnológicas de cada época, abrangendo aspectos comunicativos e constitutivos do discursivo.

Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

CAJUEIRO, Roberta Liana. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P.; CUSTÓDIO FILHO, V. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014

DIONÍSIO, A. P. Análise da Conversação. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. vol. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

FÁVERO, L. L. O tópico discursivo. In: PRETI, Dino (organizador). **Análise de textos orais**. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1993.

FÁVERO, L. L.; AQUINO, Z. G. O. **As perguntas na organização das entrevistas**. Revista da ANPOLL – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística. São Paulo, n. 4, p. 121-135, 1998.

FÁVERO, L. L. et al. Interação em diferentes contextos. In: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros (Orgs.). **Linguística de texto e Análise da Conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. O par dialógico pergunta-resposta. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (organizadora). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação: princípios e métodos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KNAPP, M. L.; HALL, J. A. **Comunicação não-verbal na interação humana**. Trad. Mary Amazona Leite de Barros. São Paulo: JNS Editora, 1999, p. 192-209.

KOCH, I. V. **Inter-ação pela linguagem**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

LEITE, M. Q.; NEGREIROS, G. A Análise da Conversação no Brasil: rumos e perspectivas. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S. (Orgs.). **Ciências da linguagem: o fazer científico**. v. 2. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. 5. ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2004.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MATEUS, S. **Introdução à Retórica no Séc. XXI**. Covilhã: Editora LabCom.IFP. Universidade da Beira Interior. 2018.

MEYER, M. **A Retórica**. Revisão técnica Lineide Salvador Mosca; Tradução Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

PRETI, D. (org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas, 2000.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, M. F. O. Os elementos não verbais e verbais no discurso de sala de aula. In: SANTOS, M. F. O. (org.). **Os elementos verbais e não verbais no discurso de sala de aula**. Maceió: Edufal, 2007.

SANTOS, M. F. O. **Discurso mediado pela retórica em instâncias acadêmicas: uma leitura do ethos**. Revista Rhêtorikê N.08. 2022.

SILVA, R. B.; SANTOS, M. F. O. **Argumentos persuasivos do debate político televisivo brasileiro**. Maceió: Edufal, 2019.

SILVA, R. B. **Análise dos argumentos persuasivos no gênero debate político televisionado**. 2018. 176 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística: Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-

Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018. Disponível em:<
<http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3859>>. Acesso em 08 de fev. 2022.

SILVA, R. B. **Análise retórico-conversacional dos atos verbais e não verbais no acordo retórico no gênero debate político televisivo.** 2023. 272 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Análise retórico-argumentativa do gênero discursivo jurídico habeas corpus

*Elba Renata Vitor da Silva*⁶⁸
*Maria Francisca Oliveira Santos*⁶⁹

Introdução

O presente trabalho tem como ponto de partida o pressuposto de ser a linguagem humana um instrumento fundamental por meio do qual se dão as interações sociocomunicativas do dia a dia, sendo, portanto, a linguagem inerente à vida do ser humano em sociedade. Partindo dessa compreensão, foram abordados os estudos retórico-argumentativos numa perspectiva persuasivo-discursiva, com o objetivo de analisar o gênero discursivo do meio jurídico *habeas corpus*. Dessa forma, os construtos de Aristóteles defendem o desenvolvimento desse trabalho, com o preceito de a retórica ser a “arte de encontrar tudo o que um caso contém de persuasivo” (Reboul, 2004, p.23), o

⁶⁸ Graduada em Letras Português pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Possui especialização em Linguística aplicada à Educação, pela Faculdade Venda Nova Imigrante (FAVENI); em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Inglesa e em Docência do Ensino Superior e Tutoria de Educação à Distância, pela Faculdade IBRA de Minas Gerais (FIBMG). Mestranda em Linguística pelo programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, na área dos “Estudos textuais e enunciativos: Oralidade, leitura e escritura”. Professora da rede municipal de Educação de Caruaru, em Pernambuco. E-mail: eujamah@gmail.com

⁶⁹ Maria Francisca Oliveira Santos possui Mestrado e Doutorado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (1998) e Pós-Doutorado, na mesma área, pela Universidade Federal da Bahia (2009). Atualmente, é professora titular da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal/Arapiraca) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL). Tem experiência na área de Letras e Linguística, com ênfase em Análise da Conversação, Linguística do Texto e Retórica, atuando principalmente nos seguintes temas: interação, língua falada e escrita, discurso, sala de aula, gêneros textuais, texto, relações de poder, estudos argumentativos e persuasivos da linguagem. E-mail: mfosal@gmail.com

que permitiu a compreensão de que os elementos retóricos podem ser percebidos nas especificidades do gênero jurídico em foco.

A escolha pela retórica justificou-se também pela compreensão de que garante estudos dos mais variados gêneros discursivos, por meio das suas funções que apresentam muito mais que o caráter argumentativo de um gênero. Para tanto, o gênero *habeas corpus* foi elencado por ser entendido como parte integrante de uma prática comunicativa específica do meio jurídico, em que por meio daquele se busca fazer com que alguém seja convencido de algo, para executar ou aceitar o que é pretendido por outrem, em um processo no qual é fundamental a construção de uma argumentação coerente e eficaz que venha a confirmar o fato, segundo o qual “argumentar é, em primeiro lugar, saber integrar-se ao universo do outro” (Abreu, 2001, p.10).

Desse modo, este trabalho tem por foco proceder à análise dos elementos retórico-argumentativos no gênero discursivo *habeas corpus* para apresentar os mais recorrentes tipos de argumento retóricos, bem como os mecanismos linguísticos de caráter retórico selecionados pelos autores como estratégia na produção de sentido do texto e no processo de convencimento e de persuasão dos leitores.

Outrossim, tomando por base o apreço à ciência, à pesquisa cuidadosa e às análises efetuadas, o trabalho foi direcionado com o foco de responder às seguintes perguntas norteadoras: como os oradores constroem seus argumentos retóricos no gênero *habeas corpus*? quais os argumentos retóricos mais recorrentes no referido gênero? como os argumentos retóricos constroem o sentido retórico no gênero *habeas corpus*? O percurso do trabalho circula em torno de respostas a essas questões.

Partindo desses questionamentos, vislumbra-se que este estudo possa contribuir para que estudiosos da linguagem e quaisquer outros leitores do gênero em foco possam reconhecer e avaliar e, até mesmo, reproduzir as estratégias linguísticas utilizadas pelo orador (impetrante), como os argumentos e seu encadeamento, para fundamentar seu discurso retórico no processo de persuasão de seu auditório.

Características metodológicas

Este trabalho adotou uma pesquisa de caráter qualitativo de viés descritivo e interpretativista, em que a análise do gênero *habeas corpus*, por sua vez, assumiu uma visão retórico-argumentativa ao discorrer sobre como o profissional de Direito deve ter o domínio das diversas facetas técnicas e também afetivas para que seja possível explorar os efeitos persuasivos da argumentação mediante à elaboração de um discurso (*habeas corpus*) bem articulado, tecnicamente consistente, confiável e atraente, de modo a propiciar a persuasão e o convencimento de seu auditório pretendido.

As etapas da pesquisa foram distribuídas, tomando-se como ponto de partida o levantamento de sua bibliografia e de seu *corpus*, sempre tendo em vista o *habeas corpus* como pertencente ao domínio argumentativo com viés persuasivo. Houve, também, a definição dos referenciais teóricos que subsidiaram o trabalho.

O acervo bibliográfico, considerado para embasar o trabalho, trouxe conhecimentos retórico-argumentativos da área jurídica, visando a uma caracterização e compreensão do gênero abordado. Têm-se as conceituações sobre gênero discursivo e tipologias textuais fundamentadas em Marcuschi (2005 e 2008); os postulados argumentativos de Defassi (2016) e Melo (2013) subsidiaram toda a discussão relacionada ao caráter argumentativo da linguagem presente no *habeas corpus*; bem como bibliografias relacionadas à história e à evolução da Retórica, incluindo seus primórdios e também as contribuições decisivas de Aristóteles a partir de Abreu (2001), Aristóteles (2002 e 2005), Meyer (2007), Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002 e 2005), Reboul (2004) e Santos (2011). Assim, este trabalho situa-se na área dos estudos já mencionados.

O *corpus* da pesquisa é de caráter documental, sendo constituído por um mínimo de dez petições de *habeas corpus* de domínio público, obtidas a partir de sites de tribunais judiciários, nas quais as partes e os fatos constantes são reais e sobre os quais não se emitiu nenhum juízo de valor. Destaca-se, contudo, que devido à densidade do estudo proposto, este artigo aborda a análise de apenas uma petição de *habeas corpus*.

Aspectos retórico-argumentativos

O presente estudo concebe a Retórica como “arte de persuadir pelo discurso” (Reboul, 2004, p.XIV). De acordo com Abreu (2001), a Retórica, enquanto arte da persuasão pelo discurso, aparece durante o século V a. c. na Grécia Antiga, como mecanismo de defesa utilizado pelos cidadãos (litigantes) para defenderem suas causas. Com o surgimento da pólis grega, a Retórica encontrou terreno fértil para seu desenvolvimento, mediante aos debates coletivos que tinham como objetivo tomar decisões políticas.

Cabe, contudo, destacar que, embora constem divergências entre estudiosos ao se tratar da origem da retórica, há um caminho comum apontando para uma mesma origem: a judiciária.

A retórica não nasceu em Atenas, mas na Sicília grega por volta de 465, após a expulsão dos tiranos. E sua origem não é literária, mas judiciária. Os cidadãos despojados pelos tiranos reclamaram seus bens, e à guerra civil seguiram-se inúmeros conflitos judiciários. Numa época em que não existiam advogados, era preciso dar aos litigantes um meio de defender sua causa. (Reboul, 2004, p.2)

Conforme Melo (2013), é possível perceber que houve um contexto político e social que favoreceu o surgimento da Retórica associado a uma certa noção de democracia em que os cidadãos necessitavam dominar a arte de bem falar e de argumentar com as pessoas para que pudessem alcançar sucesso nas assembleias populares e nos tribunais.

Para Reboul (2004), a partir de seu surgimento, a Retórica mostrou-se cada vez mais “útil” e “eficiente”, adquirindo assim prestígio, de modo que todo aquele que consegue produzir um discurso eficaz na defesa de seus interesses, dominando as técnicas persuasivas inerentes ao discurso, seria capaz de convencer qualquer pessoa. Dentro desse contexto, o discurso é visto com uma dimensão argumentativa que subjaz uma ideologia, dotado de intencionalidade. Assim, há alguns discursos que se apresentam explicitamente argumentativos (por exemplo, o discurso político), enquanto outros não se apresentam como tal.

Nessa perspectiva, faz-se necessário destacar os elementos que compõem a tríade argumentativa descrita por Aristóteles (2002) que define três tipos de argumentos: *Ethos* e *Pathos* (que são de ordem afetiva) e *Logos* (de ordem racional).

[...] O orador é simbolizado pelo *ethos*: na sua ‘virtude’, em suma, na confiança que nele se deposita. O auditório é representado pelo *pathos*: para o convencer é preciso impressioná-lo, seduzi-lo, e mesmo os argumentos fundamentados na razão devem apoiar-se nas paixões do auditório para poderem passar e suscitar adesão. Resta, enfim, o terceiro componente, sem dúvida o mais objetivo: o *logos*, o discurso, que pode ser ornamental, literário, ou então diretamente literal e argumentativo. (Meyer, 2007, p.43).

Para Aristóteles (2002), esses três elementos têm igual relevância em um discurso, e devem ser vistos em conjunto, de modo a reforçar o convencimento e a persuasão do auditório. O *ethos* diz respeito à credibilidade do orador; o *pathos* é a parte emocional do discurso, isto é, é necessário ao orador conhecer o auditório para conseguir persuadi-lo; e, por fim, o *logos* constitui a parte lógica do discurso, ou seja, sua estrutura e os argumentos que o orador deve escolher e encadear para que seu discurso tenha sentido.

Tendo-se em vista a construção do discurso sob a ótica dos estudos retóricos, os argumentos constituem mecanismos essenciais na construção de um discurso, pois são eles que direcionam o auditório a aderir uma determinada opinião. Desse modo, os argumentos devem ser construídos de modo coerente e coeso para que tenham força argumentativa eficaz. Em outras palavras, os argumentos são os pilares sobre os quais a argumentação é construída. Assim, para Melo (2013), os argumentos se constituem na relação estabelecida entre o orador e o auditório, de modo que o valor do argumento será dado pelo auditório, conforme sua perspectiva e seu contexto, sendo, para tanto, necessário atentar para o que significa argumentar.

Rocha e Santos (2019) aduzem, em referência à Nova Retórica, os quatro tipos de argumento, a saber: os quase lógicos; os argumentos fundados na estrutura do real; os argumentos que fundamentam a estrutura do real; e os argumentos por dissociação das noções, cada um desses tipos divide-se em muitos outros, apenas destacados os de maior relevância para este estudo.

Os argumentos quase lógicos recorrem a uma argumentação inconteste perante o auditório social. Eles “são assim chamados por força de seu caráter não formal, necessitando do esforço mental para serem reduzidos ao formal” (Santos, 2011. p.86). São os que lembram a estrutura de um raciocínio

lógico, mas suas conclusões não são logicamente necessárias. Entre esses argumentos, destacam-se a contradição e a incompatibilidade; a regra de justiça; a identidade e a definição; e os argumentos de comparação.

A regra de justiça, conforme Reboul (2004), requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou a situações que são integrados numa mesma categoria, o que significa que à medida que um ato é admitido, autoriza-se que atos semelhantes sejam cometidos. No argumento por comparação, o argumentador pretende levar o auditório a aderir a uma tese ou conclusão com base em fatores de semelhança ou analogia evidenciados pelos dados apresentados.

Já os argumentos fundados na estrutura do real são aqueles que não se apoiam na lógica, mas na experiência e nos elos reconhecidos entre as coisas (Reboul, 2004), isto é, são argumentos baseados em relações que o sistema de significação considera existentes no mundo objetivo. Para Melo (2013), entre esses argumentos, destacam-se sucessão; causalidade; argumento pragmático; finalidade: argumento de desperdício; superação; coexistência: argumento de autoridade; “*ad hominem*”; e duplas hierarquias e argumento “*a fortiori*”.

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real, por sua vez, são aqueles que estabelecem uma relação entre as coisas ainda não percebidas (Melo, 2013), em outras palavras, são considerados modos de organização da realidade, ou seja, são empíricos, mas não se apoiam na estrutura do real, visto que a criam ou a completam, permitem que entre as coisas apareçam nexos não vistos (Reboul, 2004). Classificam-se em ilustração; exemplo; modelo; comparação; analogia; e metáfora.

Por fim, os argumentos que dissociam noções consistem na separação de ideias que aparecem em pares hierarquizados como aparência/realidade, meio/fim, letra/espírito. Esses argumentos mostram que não há ligação entre os conceitos. Ressalta-se, contudo, que não há argumentos incontestáveis, de acordo com Reboul (2004), isto é, um determinado argumento pode sempre ser refutado por outro, de modo que o que se espera desses argumentos é que sejam suficientes para promover a persuasão de seu auditório.

Gênero discursivo jurídico *Habeas Corpus*

Ao longo do curso da história, a linguagem humana tem assumido diferentes concepções, seja como representação do mundo e do pensamento ou ainda como instrumento de comunicação. Para além dessas concepções, este trabalho pondera a linguagem como “lugar” de ação ou interação finalisticamente orientada que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de ato, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes (Koch 1997, p.10-11). Nessa perspectiva, compreende-se que na contemporaneidade a linguagem humana é pesquisada e estudada não exclusivamente por sua finalidade comunicativa, mas também por seu caráter argumentativo.

Neste ponto, faz-se necessário estabelecer uma relação entre linguagem e texto. Para tanto, recorre-se a Bange (1985, p.3), ao afirmar “falamos através de textos”, ou seja, o texto (escrito ou oral) constitui uma forma de atividade interacional da qual os sujeitos participam e alcançam seu significado na articulação dos elementos e das características que o formam, uma vez que este é resultado das condições em que foi produzido, de modo que um mesmo texto pode produzir sentidos diferentes, conforme diferentes situações de interação linguística.

Compreendida a relação proposta entre linguagem e texto, faz-se também necessário pontuar a tênue diferença de conceitos existentes entre tipos textuais e gêneros textuais. Os gêneros textuais podem, nesse sentido, ser descritos como um modo de classificar os textos. Assim, cada gênero textual possui o seu próprio estilo de escrita e de estrutura, de modo que se se levar em consideração a diversidade de natureza, torna-se impossível definir a quantidade de gêneros textuais existentes na língua portuguesa.

Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. (Marcuschi, 2005, p. 22-23).

Para Marcuschi (2008, p.154), é graças a essa maleabilidade que a definição de gênero possui uma difícil conceituação, visto que não se distingue por especialidades linguísticas e sim cognitivas e institucionais. Diante dessas considerações, fica claro que toda manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero.

Referente aos gêneros discursivos, optamos pelas palavras de Bakhtin (1992) para a melhor compreensão acerca do que é gênero discursivo, bem como também para esclarecer a qual domínio da linguagem a noção de gênero discursivo se refere. Dessa forma, “a noção de gênero discursivo reporta ao funcionamento da língua em práticas comunicativas, reais e concretas construídas por sujeitos que interagem nas esferas das relações humanas e da comunicação”.

Os gêneros discursivos são, portanto, estruturas linguísticas amplamente utilizadas dentro do cenário social por abordarem o discurso enquanto unidade fundamental de interação. Por causa da empregabilidade dos gêneros discursivos, este estudo trouxe este elemento linguístico para a área jurídica, com a finalidade de elaborar uma exposição do *habeas corpus*, uma peça processual inserida em um processo jurídico, como gênero discursivo, com abordagem sobre a sua estruturação sob a luz dos estudos retórico-argumentativos para uma melhor compreensão da finalidade a que se dirige.

Evidencia-se, assim, conforme o estudo dos gêneros discursivos, que os diversos textos produzidos e utilizados por profissionais do Direito não são apenas textos jurídicos, mas inserem-se em gêneros discursivos específicos de sua área de atuação, cada qual com suas particularidades em sua produção e linguagem.

No campo linguístico, por sua vez, o interesse em identificar o *habeas corpus* como gênero discursivo requer um ancoramento em postulados teóricos, tais como os propostos por Melo (2013), segundo o qual, para compreender as características de um gênero jurídico, como o *habeas corpus*, é necessário voltar à origem dos gêneros retóricos

sistematizados por Aristóteles (2005), bem como também se faz necessário remontar ao surgimento da retórica.

A retórica tem origem judiciária, pois nesse cenário propicia o seu uso já que se trabalha com o verossímil e não com a verdade absoluta, porque no âmbito jurídico se conhecesse já a verdade, não mais existiria a instância, e os tribunais logo seriam simples câmaras de registro. (Melo, 2013, p. 99).

Dentro desse cenário ideológico, o *habeas corpus* classifica-se como gênero discursivo utilizado por retores do Direito em suas práticas forenses, o qual adquire expressão na modalidade escrita, visto que, por meio da escrita, é possível explorar melhor todo o conteúdo dos autos de cada processo, não apenas refletindo, mas também constituindo práticas sociais dentro da esfera jurídica.

Leitura da realidade: Análise de uma petição de *Habeas corpus*

Esta seção do trabalho concentrou-se na análise de uma petição de *habeas corpus*, aqui referenciado como HC1, em que foram abordados os tipos de argumentos retóricos presentes, objetivando-se aferir seus eventuais e respectivos efeitos persuasivos.

O HC1 foi impetrado junto ao Tribunal (auditório) por intermédio de uma advogada/ impetrante (oradora), que representou o paciente, parte interessada, contra um ato praticado pelo juiz de primeira instância/ autoridade coatora, tendo como causa atribuída a suposta comercialização de 50 (cinquenta) papérolas de cocaína em uma festa local ocorrida em sua cidade, conforme artigo 33 da Lei 11.343/2006. Destaca-se o agravante de não ser o paciente réu primário.

Desse modo, em HC1, é possível evidenciar a presença inicial do argumento legitimador que, consoante Defassi (2016), é fundamental para a construção e validação do discurso jurídico, posto que esse argumento é acionado com ancoramento no arcabouço constitucional máximo, a saber, as leis que regem o país. Este é, portanto, um argumento apto para requerer e sustentar a revisão da medida judicial.

Por ter sua força e consistência amparadas na própria letra da lei, o argumento legitimador tem, em tese, assegurada uma maior adesão do auditório em favor da tese defendida de modo que quaisquer eventuais divergências venham a ser sanadas pelo instrumento da lei e não pela força ou por meios ilegais. Assim, os fragmentos 01 e 02, apresentados a seguir, evidenciam-no com clareza:

FRAGMENTO 01:

ADVOGADO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SC sob o nº 0000, com endereço profissional na Avenida Y, nº 000, Centro, na Cidade de Juazeiro do Norte/CE, CEP: 00.000-000, telefones (00) 0000-5423, 6587-0000, vem “mui” respeitosamente perante V. Exa., com fundamento do artigo 5º, da Constituição Federal de 1988; incisos LXV e LXVIII da CF/88; artigo 647 e 648, inciso IV, do Código de Processo Penal, impetrar **HABEAS CORPUS COM PEDIDO LIMINAR**, contra ato praticado por **M. M. Juízo da VARA CRIMINAL DA COMARCA DE C DO ESTADO D**(autos nº XXXXXXXXXXXXX), em favor de XXXXX.

O fragmento 01 apresenta o argumento que legitima a ação do impetrante perante o tribunal ao evocar artigos constantes no Código do Processo penal da Constituição da república e remonta, assim, à base legal do ordenamento jurídico que permite a todo cidadão, ferido em seu direito de liberdade de locomoção, requerer em seu próprio favor o *habeas corpus* coerentemente denominado remédio constitucional.

FRAGMENTO 02:

Os artigos 649 e 660, § 2º, do Código de Processo Penal preconizam que o juiz ou Tribunal “fará passar imediatamente a ordem impetrada” ou “ordenará que cesse imediatamente o constrangimento”.

Por meio do fragmento 02, após recorrer a citações que referenciam o texto legal que justifica e ampara a concessão do remédio constitucional ao paciente, o orador fundamenta seus argumentos que requerem a revogação da medida judicial que culminará na concessão do *habeas corpus* ao paciente e, por conseguinte, irá assegurar sua soltura, fazendo, para tanto,

por várias vezes, o enquadramento do paciente nos termos legais que lhe asseguram a concessão do *habeas corpus*, de modo que, assim, a retora consolida seu discurso alcançando êxito no convencimento do auditório quanto ao fato de dever ter o paciente seu constrangimento legal cessado, conforme atestado pelo próprio texto legal.

É possível apontar a presença do argumento pela ordem da justiça já no início da construção da argumentação pelo retor/impetrante, ao requerer, para sua melhor compreensão, o princípio de identidade descrito por Reboul (2004), segundo o qual, o argumento pela regra da justiça baseia-se na identidade quando atribui tratamento idêntico a seres e a situações ao mesmo tempo em que diferencia tal tratamento quando as diferenças entre esses seres e essas situações são relevantes em determinadas situações. Em outras palavras, a regra da justiça trata seres da mesma categoria de maneira igual através do precedente e da reciprocidade visando à aplicação da justiça.

Desse modo, destaca-se o fragmento 03, a seguir, que possibilitou a elaboração do argumento pela regra de justiça:

FRAGMENTO 03:

Por essas razões, conceder liberdade ao Paciente encarcerado se demonstra a medida mais justa, eis que o mesmo tem bons antecedentes, não havendo a necessidade da manutenção da prisão preventiva.

O argumento pela regra da justiça é construído à medida que o orador/ advogado recorre aos bons antecedentes do paciente para reforçar sua argumentação, com o objetivo de persuadir o seu auditório/ autoridade julgadora, de modo a apoiar neste argumento a possibilidade de o *habeas corpus* ser concedido, o que resultará na restauração da liberdade de locomoção do réu/paciente.

Outro argumento possível de ser identificado na análise do HC1 corresponde ao argumento por analogia, o qual fundamenta a estrutura do real e “procura a integração de um tema a outro, fazendo um confronto dos pontos particulares de dois ou mais casos, apresentando a similitude entre as teses” (Defassi, 2016, p. 54). O fragmento 04 a seguir apresenta esse argumento:

FRAGMENTO 04:

Ementa: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PACIENTE PRIMÁRIO. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA NO CASO CONCRETO. ALÉM DISSO, HÁ EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. COAÇÃO ILEGAL EVIDENCIADA. PRISÃO RELAXADA. Ordem concedida, ratificando a liminar. (Habeas-Corpus Nº 70061524393, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Batista Marques Tovo, Julgado em 02/10/2014).

O fragmento 04, acima destacado, traz decisões análogas ao caso do paciente, que foram proferidas por Tribunais de outros estados, e evidencia a forma pela qual o retor recorre à jurisprudência, objetivando fundamentar seu argumento pela técnica da analogia ao fazer uso da similaridade no entendimento defendido pela Corte, que é adaptável ao direito do paciente que pretende a revogação do decreto de sua prisão preventiva mediante à suposta prática de tráfico de entorpecentes e fundamentação inidônea do decreto de prisão.

Considerações finais

O presente estudo ocupou-se de promover uma investigação sobre questões referentes ao gênero discursivo *habeas corpus* ao evidenciar o seu relevante papel enquanto mecanismo de comunicação necessário às diversas práticas sociocomunicativas em âmbito jurídico, mediante à inquietação de propor, neste gênero e por meio deste, reflexões acerca dos estudos retórico-argumentativos, enfatizando conceitos e características pertinentes a esta área.

Acredita-se que, ao longo do trabalho, foram respondidas as indagações feitas para nortear a pesquisa, que foram: como os oradores constroem seus argumentos retóricos no gênero *habeas corpus*? Quais os argumentos retóricos mais recorrentes no referido gênero? Como os argumentos retóricos constroem o sentido retórico no gênero *habeas corpus*? Os argumentos no gênero *habeas corpus* são constituídos pelo orador/advogado, conforme demonstrem maior pertinência e poder persuasivo para a construção da argumentação, que materializa a tese de defesa, o que implica

que estes argumentos, uma vez constituídos, são selecionados de modo que possam provocar maior sensibilização do auditório para a tomada de medidas em benefício do réu.

Ao longo da análise do *corpus*, infere-se que a tipologia dos argumentos se efetiva no gênero *habeas corpus*. Nesse sentido, verifica-se que os argumentos mais recorrentes na petição analisada são os argumentos quase-lógicos do tipo legitimadores e pela regra da justiça; e os argumentos que fundam a estrutura do real do tipo argumentos por analogia.

Conforme o *corpus* selecionado, destaca-se a preponderância do *logos* em todo o discurso jurídico no qual a narrativa fática na peça analisada cumpriu um importante papel persuasivo, favorecendo a adesão do auditório, de modo que tais narrativas exibem nítido caráter argumentativo que vai além de atingir apenas o julgador, repercutindo também na sociedade, dadas as relações que perpassam as figuras do advogado e do Tribunal no *habeas corpus*.

A meta alçada por este trabalho sinaliza para a compreensão de que a argumentação jurídica, considerada como discurso, desempenha o importante papel de não apenas modelar, mas de também delimitar as relações sociais, à medida que essa argumentação medeia o processo do debate democrático em distintas esferas de interação social, e inclusive, guia o Direito ao longo do desafio de conceber uma percepção possível de justiça.

Desse modo, evidencia-se o caráter persuasivo do gênero *habeas corpus* construído por meio de argumentos encadeados por mecanismos argumentativos que contribuem para o seu fortalecimento e, conseqüentemente, para o processo de convencimento e persuasão do auditório.

Concebe-se que, a partir desta pesquisa, é possível compreender a funcionalidade do gênero *habeas corpus*. Além disso, admite-se que este estudo pode contribuir para que estudiosos da linguagem e estudiosos do Direito, enquanto usuários do gênero em pauta, possam reconhecer, avaliar e até mesmo empregar estratégias retórico-argumentativas como os argumentos retóricos para fundamentar seus discursos, alcançando êxito no processo de persuasão e convencimento de seus respectivos auditórios.

Referências

ABREU, A. S. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 4 ed. Cotia: Ateliê editorial, 2001.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Trad. Antonio P. de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel A. Júnior, Paulo F. Alberto e Abel N. Pena. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

BANGE, P. Pointes de vue sur l'analyse conversationnelle. Paris. DRLAV 29 – Communiversation, 1985; 1-28. In: KOCH, I. V. **A inter-ação pela linguagem/** Ingedore Koch – 3ª ed. – São Paulo: Contexto. 1997.

CAJUEIRO, R. L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

DEFASSI, A. D. T. L. **Argumentação no discurso jurídico: técnicas argumentativas no habeas corpus**. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras). Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016.

KOCH, I. V. **Inter-ação pela linguagem**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO,

A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA M. A. (ORGS) **Gêneros textuais & ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008

MELO, D. W. **Análise retórico-textual dos gêneros discursivos orais do judiciário: acusação e defesa**. Maceió: EDUFAL, 2013.

MEYER, M. A. **Retórica**. Revisão técnica Lineide Salvador Mosca; Tradução Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

PERELMAN, C. OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de Argumentação**: A Nova Retórica. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PERELMAN, C. **Tratado de Argumentação** – A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, M. S.; SANTOS, Maria Francisca Oliveira. Os estudos conversacionais e retóricos no gênero propaganda oral radiofônica. In: MORAIS, Eduardo Pantaleão de; MELO JUNIOR, José Nildo Barbosa de SANTOS, Maria Francisca Oliveira. (Orgs.). **Nas ondas do texto e do discurso**. Campinas/SP: Pontes, 2019.

SANTOS, M. F. O. **As marcas retórico-críticas no gênero editorial**. Maceió: Edufal, 2011.

PARTE IV
LINGÜÍSTICA APLICADA

Inclusão e diversidade: gêneros e sexualidades na educação de jovens e adultos

*Lucas Santos de Assis*⁷⁰

*Flávia Colen Meniconi*⁷¹

Introdução

De acordo com Oliveira e Candau (2010), a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, relaciona-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as intersubjetividades se articulam entre si, por meio do mercado capitalista mundial e da ideia de raça.

Partindo desse entendimento, a Rede Modernidade/Colonialidade, que conta com a participação de estudiosos como Quijano e Dussel, elenca três tipos de colonialidades: do poder, do saber e do ser, as quais ocorrem de forma simultânea nas relações entre os sujeitos e nas cadeias de poder. Por meio das conceitualizações apresentadas por esses pesquisadores, entendemos que essas colonialidades podem reverberar em outras esferas mais específicas da vida que, por sua vez, não foram discutidas pela Rede. É nesse sentido que Lugones (2010) realiza uma crítica a essa teoria, pois, segundo a autora - e nós concordamos -, esses estudiosos deixaram de lado um aspecto fundamental que foi atingido pelo modelo colonial: o

⁷⁰ Doutorando e Mestre em Linguística, na linha de Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Atualmente, é pesquisador voluntário do Grupo de Estudos em Letramentos, Educação e Transculturalidade (LET), do PPGLL/UFAL. E-mail: lucas.assis@fale.ufal.br

⁷¹ Professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas, do Curso de Letras/Espanhol (FALE/UFAL) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL/FALE/UFAL). É membro dos grupos de pesquisa: 1- Letramento, Educação e Transculturalidade (LET); 2- Grupo de estudo do texto e da Leitura (GETEL). Possui mestrado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003) e doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2015). E-mail: flavia.meniconi@fale.ufal.br

gênero. Assim, Lugones (2010) propõe a teoria da *colonialidade de gênero*, a fim de comportar tanto discussões sobre gêneros como de sexualidades.

Os europeus apoiados em fundamentalismos religiosos, racistas e sexistas demonizaram as práticas sexuais dos colonizados, adquirindo o controle sobre os seus corpos e sexualidades. Essa busca pela ocidentalização do mundo (Venn, 2000) faz prosperar discursos de ódio, misóginos, LGBTQIA+fóbicos, racistas etc. Partindo desse entendimento, compreendemos que a linguagem, enquanto manifestação social, é um dos principais mecanismos de inclusão ou exclusão, uma vez que é pela e na linguagem que conseguimos materializar nossas crenças e visões de mundo. Portanto, é necessário observar e refletir sobre os discursos que circulam socialmente e a quem eles privilegiam ou silenciam.

Para tanto, desenvolvemos esta pesquisa em uma turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola da rede pública do estado de Alagoas, nas aulas de Língua Portuguesa. O objetivo geral foi analisar a percepção de estudantes participantes frente a discursos que propagam a ideia de que as manifestações sexuais que destoam da heteronormativa são doenças e/ou pecado.

Com base nisso, buscamos responder às seguintes perguntas: a) como os alunos da EJA compreendem as questões de gêneros e de sexualidades?, b) quais fatores sociais os participantes da pesquisa utilizaram para justificar seus posicionamentos? e c) em que medida a pesquisa contribuiu para o desenvolvimento crítico e reflexivo dos participantes frente ao tema estudado?

Colonialidade de gênero e Linguística Aplicada

Mesmo antes do nosso nascimento, os nossos corpos são classificados. A partir do momento em que a imagem de um ultrassom é espelhada em uma tela, há um movimento de determinação acerca daquela pessoa que está sendo gestada. Uma determinação que a coloca em um lugar pré-estabelecido na e pela sociedade, a fim de que siga os papéis naturalizados para o seu sexo e gênero.

Essa classificação dos corpos segue uma base hegemônica na sociedade, a matriz cisheterossexual (Silva, 2019), que estabelece a binaridade Homem X Mulher como reguladora do sexo e do gênero. Tais preceitos

justificam-se por meio de um senso ontológico que toma a reprodução como fundamento e propósito divino da humanidade (Santos Filho, 2012). Todavia, baseamo-nos nas ponderações de Butler (2022) e Lugones (2014; 2020) para afirmar que essa classificação opera a favor de dispositivos de naturalização e hegemonização da cisheterossexualidade, estigmatizando e marginalizando corpos que rompem com essa regulação binária.

Butler (2022) se apropria do conceito de *enunciados performativos* (Austin, 1962) para dizer que o sexo e o gênero são performativos, ou seja, constroem-se por meio da linguagem. Seria pelo discurso que, ao descrever uma menina e/ou um menino no momento do ultrassom, estaríamos lhe conferindo o *status* de ser masculino ou feminino, indo além da mera descrição do seu corpo, mas concretizando um ato que o classifica. Logo, se “as diferenças sexuais e de gênero são performativamente instauradas pelo discurso e no discurso, poderia ser possível designar ou conferir a identidade com base num conjunto alternativo de atributos discursivamente constituídos” (Salih, 2015, p. 124). Assim, esse corpo passa a performar os comportamentos e as práticas pré-estabelecidas discursivamente para a sua fisionomia biológica, tendo como base a matriz da cisheterossexualidade.

Vivenciamos, hoje em dia, as consequências dos longos e terríveis séculos de colonização que estão ramificados em nossa sociedade nos casos de racismo, xenofobia, LGBTQIA+fobia, misoginia e intolerância religiosa. Crimes de atentado aos direitos humanos básicos que se configuram como colonialidade, entendida como

o lastro que permanece no processo de ocidentalização do mundo após o advento do colonialismo e a permanência de suas lógicas nas estruturas, instituições e sujeito, em dinâmicas atreladas às macro-estruturas (poder), às subjetividades (ser) e às epistemologias (saber). (Borges, 2021, p. 828).

Nessa perspectiva, Lugones (2014; 2021) chama atenção para a *colonialidade de gênero* que está intrinsecamente atrelada à *colonialidade do ser*⁷².

⁷² A colonialidade do ser se manifesta, portanto, na internalização de padrões de beleza, comportamentos e culturas pelos povos colonizados, resulta na negação de suas próprias identidades e na busca pela assimilação dos padrões dominantes (Silva, 2023, p. 57).

Em outras palavras, a colonialidade de gênero refere-se à imposição do sistema binário de gênero e sexo que dita papéis sociais específicos a serem seguidos ao dualismo Homem X Mulher. Por meio dessa hegemonização do sistema binário de sexo e gênero, sexualidades que divergiam dessa naturalização foram estigmatizadas, demonizadas e marginalizadas.

Este trabalho, inserido no viés da Linguística Aplicada Indisciplinar (Moita Lopes, 1998; Moita Lopes; Fabricio, 2021), parte da compreensão de que podemos trabalhar com temáticas de grupos marginalizados e subalternizados socialmente por meio da linguagem, a exemplo das sexualidades e dos gêneros distintos da matriz cisheterossexual. Pois, é por meio da linguagem e de seus usos na sociedade que podemos legitimar e/ou deslegitimar determinadas culturas, saberes e subjetividades humanas. Nesse sentido, “a ‘masculinidade’ e a ‘feminidade’ não se referem ao que somos nem às características que nos são inerentes. São efeitos discursivos produzidos pelas coisas que fazemos, dizemos e vestimos em nossas performances cotidianas” (Guimarães; Moita Lopes, 2022, p. 75, grifos dos autores).

Metodologia

Adotamos uma metodologia de cunho bibliográfico e qualitativo para as discussões aqui apresentadas, baseando-nos na leitura de artigos, livros, dissertações e teses que discorrem sobre as referidas temáticas: decolonialidade, colonialidade, sexualidades, gêneros e a EJA. Nas palavras de Prodanov e Freitas (2013, p. 34), a pesquisa qualitativa “é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político, econômico etc.”.

Partimos de uma pesquisa-ação interventiva, vista como um meio que possibilita uma construção coletiva, considerando e induzindo a participação ativa dos envolvidos na pesquisa. Diante disso, Thiollent (1986, p. 15) pondera que a pesquisa-ação tem uma “estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 1986, p. 15).

A pesquisa-ação volta-se para questões de cunho social, isto é, para problemáticas que atingem determinado grupo e pedem atenção para uma possível resolução e/ou meios que suscitem debates em prol dessa causa.

A instituição participante foi a Escola Estadual Professora Elza Soares Cavalcante, situada no município de Quebrangulo, no agreste do estado de Alagoas. Os alunos participantes estudavam no 4º Período da EJA/Ensino Médio, no turno noturno. Atualmente, a EJA abrange tanto aqueles jovens e adultos que estiveram ausentes da escola por vários anos e retornaram, quanto os jovens que passam a frequentar essa modalidade de ensino ao atingirem a idade permitida, sem terem interrompido seus estudos na faixa etária regular. Em grande parte das situações, esse público enfrenta o desafio de conciliar estudo e trabalho. Portanto, consideramos que “esta modalidade de ensino ainda não representa um processo de emancipação e de transformação social e as contradições entre trabalho, educação e o modo de produção capitalista ainda persistem” (Freire; Carneiro, 2015, p. 9).

Para a realização deste trabalho, ministramos 8 aulas temáticas, nas quais debatemos questões de sexualidades e de gêneros. Nas duas primeiras aulas, apresentamos a pesquisa à turma, entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a assinatura dos discentes e aplicamos um questionário com perguntas acerca de alguns dados pessoais e questões sobre sexualidades e gêneros.

Na aula *Debatendo sobre o tabu da sexualidade* (3ª aula), foram entregues as cópias de 2 artigos de opinião. Um discorria sobre a homoafetividade e o outro sobre a sexualidade na adolescência⁷³. Propomos uma leitura silenciosa dos textos e, em seguida, uma leitura em voz alta. Posteriormente, discutimos sobre os textos, centrando-nos nas seguintes questões: I - quais assuntos foram tratados nos textos? e II – O que você conhece e/ou pensa a respeito desse tema? Por quê?

⁷³ Artigo de opinião – Homossexualidade é doença?. Disponível em: <https://almanaqueplural.wordpress.com/2018/02/07/artigo-de-opinioao-homossexualidade-e-doenca/>. Acesso em 23 de out. de 2023.

Artigo de opinião – Sexualidade na adolescência: um tabu na sociedade. Disponível em: <https://almanaqueplural.wordpress.com/2018/02/08/artigo-de-opinioao-sexualidade-na-adolescencia-um-tabu-na-sociedade/>. Acesso em 23 de out. de 2023.

A aula *Argumentação em línguas* (4ª aula) foi destinada à familiarização dos discentes com as características do gênero artigo de opinião (O que é? Para que serve? Onde circula? Como elaborar?), direcionando-os para uma futura produção. Na 5ª aula, intitulada *Preconceito, violência e morte: estigmatização da comunidade LGBTQIA+*, exibimos três falas de figuras públicas (um pastor, um deputado federal e um deputado estadual) que associavam uma sexualidade dissidente da cisheterossexualidade à patologia, anormalidade e desvio da natureza humana; em seguida, discutimos os vídeos⁷⁴.

Na 6ª aula, *Preciso falar sobre sexualidade! O que penso?*, os alunos produziram seus artigos de opinião, baseando-se nas seguintes indagações: I - O que vocês acham dessas falas? II - Qual mais te chamou atenção? Por quê?, e II - Como você enxerga essa questão de sexualidades na sociedade?. As aulas 7 e 8 foram destinadas à reescrita, após uma revisão dos pesquisadores. Por fim, houve a socialização dos textos entre os discentes. Nesse contexto, analisaremos dois artigos escritos por três discentes.

Sexualidades outras em sala de aula

Após apresentarmos aos discentes o gênero artigo de opinião, para que eles se familiarizassem com esse tipo de texto, exibimos três falas de pessoas públicas que associavam uma sexualidade divergente da cisheterossexualidade à patologia e ao desvio da natureza humana. Em seguida, solicitamos a produção de um artigo de opinião, dos quais escolhemos dois que são analisados a seguir.

⁷⁴ Justiça determina retirada de vídeos com discurso homofóbico de André Valadão. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/justica-determina-retirada-de-videos-com-discurso-homofobico-de-andre-valadao/>. Acesso em 17 de Out. de 2023.

Deputado é transfóbico com Érika Hilton e causa tumulto em sessão que discute casamento homoafetivo. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=WSSSAYvAmHM>. Acesso em 17 de Out. de 2023.

Vídeo: vereadora é alvo de ofensas transfóbicas de deputado bolsonarista em sessão da Alerj. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/05/6404021-video-vereadora-e-alvo-de-ofensas-transfobicas-de-deputado-bolsonarista-em-sessao-na-alerj.html>. Acesso em 02 de out. de 2023.

Brasil, sexualidade e senso comum

Desde a antiguidade, existem relatos históricos de relações humanas que diferem do senso comum, como o caso do imperador Alexandre, o Grande, que tinha relações homoafetivas constantemente. Mas na atualidade existe um imenso tabu que cerca o tema sexualidade.

Brasil, país colonizado pelos europeus recebeu muito da cultura cristã católica europeia que influenciou diretamente o modo em que a população desenvolveu-se em sua maneira de pensar e principalmente de relacionar-se. Seguiu-se o “correto” ensinado pelos europeus, de por exemplo as relações de um casal hetero única aceita na sociedade por muito tempo na história.

As pessoas que expressavam uma sexualidade diferente eram vistas com estranheza e na maioria das vezes excluídas do âmbito social, até por seus próprios familiares. Com novelas, músicas, filmes e teatros cada vez mais tratando aos poucos as múltiplas sexualidades, foi-se criando uma certa empatia e uma maior aceitação, porém ainda muito longe do ideal.

Para melhor conscientização da população e diminuir a falta de entendimento sobre o tema, caberia aos líderes de direitos humanos colocarem-se a frente para debater e explicar o tema e diminuir os falsos entendimentos.

No primeiro parágrafo, Vandson discorre sobre as relações que divergem da cisheterossexualidade, alegando que elas existem desde a Antiguidade. Para demonstrar essa ocorrência de forma concreta, ele faz uma alusão às relações homoafetivas mantidas pelo Imperador Alexandre. No entanto, segundo o estudante, apesar de ser uma prática comum das vivências humanas, atualmente a sexualidade ainda está submetida a determinados paradigmas que caracterizam essa discussão enquanto tabu. Entrementes, Vandson afirma que essa compreensão de múltiplas sexualidades destoa do senso comum que, de acordo com Marques e Fraguas (2021, p. 6),

costuma ser subjetivo, exprime sentimentos e opiniões individuais ou de grupos, variando de uma pessoa para outra ou de um grupo para outro, dependendo das condições em que vivemos. Por isso, torna-se heterogêneo e individualizador, em que cada coisa ou cada fato nos aparece como um indivíduo ou como um ser autônomo. (Marques; Fraguas, 2021, p. 6).

Nessa perspectiva, compreendemos que, ao falar sobre sexualidades que diferem do senso comum, o discente reconhece que a cisheterossexualidade é a relação que se encontra hegemonizada e naturalizada na sociedade como um todo. Ou seja, que toma por base os sentimentos e opiniões de grupos que se estabeleceram no topo da sociedade e que ditam as normas a serem seguidas, perpassando a ideia de uma sexualidade única e comum a todos, segundo a concepção da reprodução e da binaridade de gênero.

No segundo parágrafo, o aluno discute acerca da colonização no Brasil, argumentando sobre como os preceitos da fé católica influenciaram e ainda influenciam em nossa forma de pensar e de agir, principalmente no que tange a questão da sexualidade, permeada pela colonialidade do ser (Quijano, 1999). Desse modo, Vandson compreende que muitas situações de intolerância que vivemos hoje são frutos desse período histórico, configurando-se como resquícios difíceis de serem ressignificados.

Quando ele destaca que a “cultura cristã católica europeia influenciou diretamente o modo em que a população desenvolveu-se em sua maneira de pensar e principalmente de relacionar-se”, chamamos atenção para a ideologia e o poder presentes nas relações entre colonizadores e colonizado. Inicialmente, houve uma mudança de pensamento (“maneira de pensar”), que também pode ser entendido como algo que envolve a identidade do indivíduo, o caráter, a memória, a cultura etc. atingindo, posteriormente, as relações e vivências concretas (“relacionar-se”). Em seguida, Vandson escreve que os costumes dos europeus foram disseminados como os corretos, utilizando esse termo entre aspas para demarcar um posicionamento contrário a essa crença. Isso nos remete à inferiorização e à aniquilação dos costumes dos povos originários, visto que “a lógica colonial destruiu para conquistar” (Teixeira, 2021, p. 53).

No terceiro parágrafo, o aluno comenta sobre o preconceito que rodeia a comunidade LGBTQIA+, que é privada de muitos direitos em razão do preconceito, sendo, muitas vezes, renegadas pelos próprios familiares. Essa discussão apresentada pelo estudante, faz-nos remeter a uma pesquisa realizada por Campos, Cardoso e Moretti-Pires (2019) que entrevistaram algumas pessoas da comunidade LGBTQIA+ em situação de rua, com o intuito de averiguar quais eram os principais motivos que levaram este público até ali. Segundo os pesquisadores, as mulheres entrevistadas

relataram que ser LGBT[QIA+] foi a motivação principal dos conflitos familiares, relacionados com o conservadorismo e crenças religiosas da família que não aceitavam nada fora do padrão heteronormativo. Nessas desvinculações forçadas, situações como discriminação racial, dificuldade financeira, institucionalização forçada, violências por serem LGBT[QIA+] e por portar o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) foram determinantes na ida para as ruas (Campos; Cardoso; Moretti-Pires, 2019, p. 82).

Nesse contexto, a reflexão do estudante é de suma importância, uma vez que ele reconhece que há essas desigualdades de gêneros e de sexualidades em nossa sociedade. Ao tempo em que tece essa crítica, destaca como os filmes, séries, músicas e o teatro têm se tornado veículos de comunicação necessários para essas discussões – reforçamos o papel da linguagem nesse processo de resistência. Contudo, ainda há muito a ser feito para que essa comunidade seja incluída efetivamente nas políticas públicas e tenha os seus direitos garantidos.

Já no último parágrafo, o discente argumenta como os líderes políticos podem mudar a realidade da comunidade LGBTQIA+, colocando-se à frente e gerando debates sobre a temática da sexualidade, para que propaguem informações verídicas e promovam o respeito à diversidade sexual e de gênero. Com base nesse entendimento, cabe também frisar que não são apenas os “líderes dos direitos” humanos que devem agir de modo a mudar essa mentalidade social, mas todos nós podemos ter uma parcela de contribuição, por meio das nossas práticas cotidianas.

O segundo artigo de opinião analisado foi escrito pelo aluno José, intitulado *A homossexualidade*.

A homossexualidade

Falar em homossexualidade causa grande conflito, pelo motivo do que existem duas maneiras de opiniões, políticas e religiosas.

Existe uma possentagem maior que defende a homossexualide, sobre políticos e população, uma quantidade menor de religiosos, e a população se possessiona contra, tem certeza que a opinião religiosa é menor? Não apenas uma visão minha.

Na minha opinião eu estou no grupo dos religiosos mim posiciono contra, posissionamento sobre a minha, mas na verdade existe uma adversidade causada por esses dois grupos, mais são somente posissionamentos diferentes.

Em contrapartida a produção textual de Vandson, José argumenta que os conflitos causados ao se falar sobre homossexualidade é decorrente de oposições ideológicas provocadas pelas divergências entre política e religião. No segundo parágrafo, o aluno discorre sobre a existência de uma porcentagem de pessoas que defendem a homossexualidade, associando-a à vertente política. Mais adiante, afirma que a porcentagem dos religiosos que se posicionam contra a homossexualidade é menor. No entanto, apesar de fazer essas alegações, em nenhum momento, o estudante apresenta dados comprobatórios e nem fontes de informação para argumentar acerca da veracidade dessa informação.

Para finalizar este parágrafo, ele apresenta a seguinte indagação: “*Tem certeza que a opinião religiosa é menor?*”. Possivelmente, com o intuito de levar o leitor a refletir sobre o alto número de pessoas religiosas no Brasil⁷⁵ e que agem ideologicamente, conforme seus preceitos. Além da compreensão do termo “menor” no sentido de quantidade, podemos também compreendê-lo em um sentido de *inferioridade*, no qual o estudante pode

⁷⁵ 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em 10 de jan. de 2023.

estar perguntando se a opinião dos religiosos é inferior, de modo provocativo e irônico, ao iniciar a oração como a expressão “tem certeza”.

No terceiro e último parágrafo, José diz que está do lado dos religiosos e que se posiciona contra a homossexualidade, mostrando uma concepção estanque acerca das questões de gêneros e de sexualidades, não demonstrando estar aberto a conhecer outras perspectivas, apenas àquela na qual está filiado – a religiosa.

Através das palavras de José, nós, pesquisadores empenhados em uma pesquisa-ação no âmbito educacional, podemos tecer a consideração de que não foi possível reformular a opinião de José sobre as sexualidades distintas da cisheteronormatividade. Por mais que a pesquisa-ação tenha como um dos seus objetivos a resolução, parcial ou total, de uma problemática social (Thiollent, 1986), o estudo aqui apresentado atuou como um mecanismo de reconhecimento, por parte do discente, da existência de sexualidades outras.

Ao longo de todo o texto, José utiliza a palavra “opinião”, bem como alguns termos correspondentes como “visão” e “posicionamento”, para se referir às concepções de sexualidade. Diante disso, em primeiro momento, cabe destacar que falar sobre sexualidade não se trata apenas de uma opinião, é uma escolha política e ideológica permeada por situações binárias de inclusão X exclusão.

Por que precisaríamos *opinar* sobre a sexualidade de outra pessoa, alegando que não aceitamos? O que isso influencia em nossas vidas e nas nossas relações? Se dissermos que somos contra a homoafetividade de alguém, a pessoa deixará de ser homoafetiva? São algumas reflexões cabíveis para que possamos pensar que uma *mera visão*, não é apenas uma *mera visão*, ela não mudará os desejos do outro, mas pode corroborar para o extermínio deste.

Diante disso, o que o estudante diz ser “somente posicionamentos (sic) diferentes”, parece-nos uma tentativa de atenuar toda uma complexidade que gira em torno das sexualidades e dos gêneros na sociedade brasileira. Isso colabora para um falso discurso de respeito à diversidade sexual, quando observamos, diariamente, pessoas sendo mortas, torturadas, abandonadas, suicidando-se, falta de acesso à saúde especializada, falta de oportunidade de emprego, dificuldade em ingressar em universidades, dentre outras questões que um “posicionamento diferente” pode causar.

José toma como base sua religião para se posicionar e falar sobre a sua moralidade “definida como o arranjo representativo e concreto do que deve ser feito e como deve ser feito, do que deve ser pensado e como deve ser, do que ser reverberado e como deve ser reverberado” (Teixeira, 2021, p. 75).

Nessa perspectiva, concluímos a nossa análise, mas esta pesquisa continua em andamento, pois acreditamos que ainda há um longo caminho a ser percorrido em relação às questões de gêneros e sexualidades. Sentimo-nos contentes por termos plantado uma semente significativa em Vandson, que se mostrou receptivo e crítico em relação ao tema. Sobre José, esperamos que as aulas façam com que ele reflita, pesquise e aprenda mais sobre essa temática, que ele abra espaço para o caminho da dúvida. Afinal, não acreditamos em verdades absolutas e nem queremos que os alunos pensem da mesma forma que cada um de nós pensa, mas sim que não fiquem presos a informações repassadas por terceiros e possam construir as suas próprias concepções não alienadas seja em política, religião, família, senso comum etc.

Considerações finais

As análises das opiniões dos discentes participantes indicam que os estudantes possuem consciência acerca da diversidade de sexualidades presentes na nossa sociedade. Contudo, tomam como base a binaridade de gênero para discorrerem sobre um senso de naturalidade que estabelece a cisheterossexualidade como a única relação legitimada e naturalizada na sociedade.

Nesse panorama, tomamos a colonialidade do ser como fator central que configura a sexualidade, regendo o sistema binário de gênero alicerçado em fatores ontológicos e biológicos para classificar os corpos em femininos ou masculinos. Por conseguinte, somos transportados para a colonialidade de gênero (Lugones, 2014; 2020), em que o “sexo é uma categoria social construída por meio de representações sociais e culturais, saberes, significações, poderes e tecnologias hegemônicas” (Vieira, 2019, p. 94).

Nosso caminhar ainda é (in)concluso porque reconhecemos que temos grandes desafios pela frente em nossa luta por um ensino mais crítico e transformador, principalmente, em relação às concepções de sexualidades que defendemos em nosso estudo. Apostamos nas teorias decoloniais

como um trajeto rumo às perspectivas mais críticas e discursivas no processo de ensino-aprendizagem de línguas porque acreditamos que, as discussões em torno das colonialidades presentes em nossa forma de pensar, sentir e ser no mundo podem nos tornar mais conscientes, ajudando-nos a perceber *possibilidades outras* de amor, de conexões, de trocas e de afetos.

Abraçamos a pesquisa-ação em nossa proposta de ensino de língua porque pretendemos transformar e/ou plantar sementes que indiquem a possibilidades de pequenas mudanças sociais em nossas ações formativas, evidenciando algo silenciado/apagado: as discussões em torno das sexualidades em suas múltiplas formas de ser e existir. Acreditamos que, ao trazer tal temática para o interior das nossas salas de aula, trabalhamos a língua de forma mais discursiva, aproximando-nos de problemáticas sociais reais que necessitam ser exploradas, diante do nosso ideal formativo que é o de contribuir para a conquista de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Referências

BORGES, T. R. S. **Branquitude e epistemologia antirracista:** por uma linguística aplicada efetivamente crítica. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 60, p. 826-840, 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

CAMPOS, D. A.; CARDOSO, H. M.; MORETTI-PIRES, R. O. **Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC.** *Saúde debate*, v. 43, n. 8, 2019.

DUSSEL, E. **El Encubrimiento del Otro. Hacia el Origen del Mito de la Modernidad.** Madri. Nueva Utopía, 1992.

FREIRE, P. C. M.; CARNEIRO, M. E. F. **Reflexões sobre a educação de jovens e adultos:** contradições e possibilidades. *Revista brasileira da educação profissional tecnológica*. v. 1, n. 10, 2016.

LUGONES, M. **Toward a Decolonial Feminism**. *Hypatia*, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 51 – 81.

LUGONES, M. **Rumo a um feminismo descolonial**. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, p. 935-952, 2014.

MARQUES, R.; FRAGUAS, T. **A formação do senso crítico no processo de ensino e aprendizagem como forma de superação do senso comum**. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 7, p. e31010716655-e31010716655, 2021.

MOITA LOPES, L. P. Introdução: Linguística aplicada indisciplinar com base em uma ideologia linguística responsiva às teorizações queer. In: MOITA LOPES et al. **Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar: gênero, sexualidade, raça e classe**. São Paulo: Parábola, 2022, 272 p.

MOITA LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, p. 13-44, 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina**. *Dispositio*, v. 24, n. 51, p. 137-148, 1999.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SANTOS FILHO, I. I. **A construção discursiva de masculinidades bissexuais: um estudo em linguística Queer**. Recife, 2012. 248 f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Letras, 2012.

SILVA, D. C. P. **O dispositivo da colonialidade de gênero no discurso transfóbico online.** Raído-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD, v. 13, n. 33, p. 10-27, 2019.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização:** as muitas facetas. Trabalho apresentado na 26º Reunião Anual da ANPED, Minas Gerais, 2003.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1986.

TEIXEIRA, T. **Decolonizar valores :** ética e diferença. Salvador, BA : Devires, 2021.

VENN, C. **Occidentalism, modernity and subjectivity.** Londres: Sage Publications, 2000.

VIEIRA, V. C. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. In: RESENDE, Viviane de Melo (Org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 83 – 116.

A palavra *viado* analisada pelo viés dos estudos dialógicos do discurso: tema, significação e heterodiscurso

*Carlos Alberto Matias de Oliveira*⁷⁶

*Paulo Rogério Stella*⁷⁷

Introdução

O foco deste trabalho volta-se para a produção e possíveis deslocamentos semânticos da palavra *viado* ao longo do tempo. Nesse contexto, trabalhos recentes (Mendes; Ribeiro, 2011; Moreira; Machado, 2022) têm apontado deslocamentos semânticos quanto ao uso do termo *viado*, afirmando que ele tem sido utilizado por homens héteros como forma de gíria e que, em tais contextos, a referida palavra tem perdido o teor de ofensa, não sendo considerada como um xingamento, mas, como mencionado, uma gíria e/ou um vocativo. Outros autores (Nogueira, 2024; Silva, 2023), alinhados a esse direcionamento, sustentam que quando a palavra *viado* é utilizada entre pessoas gays, também há um apagamento do traço ofensivo,

⁷⁶ É doutorando em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Alagoas, mestre em Linguística Aplicada também pela mesma universidade. Especialista em Libras e em Tradução e Interpretação. Possui graduação em Letras-Libras: licenciatura e em Letras Português. Tem experiência no ensino de Libras e em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Ademais, é membro do grupo de pesquisa Observatório da Linguagem em Uso (doravante ObservU), desenvolvendo pesquisas sobre Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, estudos discursivos em Libras, estudos dialógicos, decoloniais, questões de gênero e ensino de Libras. E-mail: carlos.oliveira@fale.ufal.br

⁷⁷ Graduado em Linguística com especialização em tradução inglês-português pela USP, mestre, doutor e pós-doutor em LAEL pela PUCSP. Professor Associado, inculado ao curso de Letras (UFAL) em Maceió. É editor executivo para língua estrangeira da Bakhtiniana - Revista de Estudos do Discurso. É líder do grupo de pesquisa ObservU - Observatório da Linguagem em Uso, membro do grupo de pesquisa Literatura e Utopia, (UFAL/CNPq) e membro do grupo Identidade e Memória (PUCSP/CNPq). Pesquisa na linha de linguística aplicada com ênfase em análise dialógica do discurso, formação de professores, ensino e aprendizagem de línguas, estudos da cultura e verbo-visualidade. E-mail paulo.stella@fale.ufal.br

possuindo apenas camadas valorativas positivas que estabelecem certo grau de amizade e intimidade.

Diante desse cenário, tencionamos neste trabalho realizar um rastreamento acerca do percurso da palavra *viado* ao longo do tempo, levando em consideração os aspectos linguísticos e sócio-históricos, de modo a verificar se os rastros encontrados apontam para essa perda de carga negativa, quando utilizada em outros contextos que não aqueles difundidos como xingamentos.

De modo a atingir o objetivo aventado, seccionamos este estudo em quatro seções, além desta introdução. Na primeira seção apresentamos a ancoragem epistemológica desta pesquisa. Em seguida, discorremos acerca dos conceitos de Tema, Significação e Heterodiscurso, provenientes de Bakhtin e o Círculo. Na terceira seção, perscrutamos os processos de produção e circulação da palavra *viado*. Na quarta seção, fazemos uma análise acerca do termo *viado* à luz de lentes provenientes dos estudos dialógicos. Por fim, realizamos algumas considerações não-finais e apresentamos as referências bibliográficas utilizadas.

Ancoragem Epistemológica

Esta pesquisa se inscreve no campo da Linguística Aplicada (LA) (Moita Lopes; Fabricio, 2020; Stella, 2018) por compreender como inescapável as relações entre língua e vida. As pesquisas no âmbito da LA têm privilegiado questões que tomem por mote o uso da linguagem como fio condutor que (re)modela as relações entre e por sujeitos nas mais diversas esferas de atividades humanas. A LA tem se consolidado enquanto um campo epistemológico que busca se distanciar dos gabinetes de pesquisa, comprometendo-se com uma agenda ético-política, ao passo que se distancia de teorias que prestigiam formulações padronizadoras que se esquivam de tudo aquilo que foge às regularidades (Moita Lopes; Fabricio, 2020). As pesquisas no contexto aplicado têm procurado considerar a circularidade entre teorias e dados, analisando as *verdades* situadas em seus eixos de espaço-tempo, ou *Lugar-Tempo* (Moita Lopes, 2021).

Ademais, esta pesquisa também se filia aos estudos da Análise Dialógica do Discurso (ADD), que possui como tropo os trabalhos de Bakhtin e o Círculo (Bakhtin, 2010; 2016; 2018; 2019; Volóchinov, 2017; 2019).

Neste trabalho, mobilizamos, sobretudo, os conceitos de Tema, Significação (Volóchinov, 2017) e Heterodiscurso (Bakhtin, 2010; 2018). Consideramos que tais noções são vitais para a compreensão das oscilações semânticas da palavra *viado* nos eixos de tempo, espaço e pessoa, compreendendo que esse termo atua como um signo ideológico que aponta para as realidades que circundam os espaços em que ela se inscreve. Situado no campo da ADD, Sobral (2009) observa que o sentido não habita na palavra de modo absolutamente estabilizado, acabado e morto, mas que a palavra só passa a produzir sentidos nos eixos de produção, circulação e recepção das dimensões de espaço-tempo-pessoa, isto é, numa triangulação cronotópica (Bakhtin, 2018). Outrossim, Volóchinov (2017) observa que o estudo da palavra, enquanto um signo ideológico, permite-nos ter acesso às realidades multifacetadas dos sujeitos, assim como seus horizontes de valores e seus processos de interação no e com o mundo. O autor ainda ressalta o valor da palavra como sendo ela o indicador mais sensível das mudanças sociais, apontando que o estudo dela contribui fortemente para possibilidades de transformações sociais.

Volóchinov (2019) defende que a palavra não se *transforma* em signo ideológico, assim como ocorre com os objetos materiais presentes no mundo por meio dos processos de valoração e significação na dimensão dos eixos de tempo-espaço-pessoa. Segundo ele, a palavra é, desde o início, o mais puro fenômeno ideológico; toda a realidade da palavra dissolve-se por inteiro em sua finalidade de ser signo. Algumas dessas palavras podem ser utilizadas como forma de xingamentos e, conseqüentemente, de ataque às existências daqueles que transgridem os padrões normatizantes e opressores. Palavras e expressões que possuem caráter de xingamento, atuam como poderosas armas de controle social, fiscalizando e punindo por e através de práticas discursivas, aqueles que ousam ocupar lugares sociais chancelados como não validados. Este tem sido o caso da palavra *viado*, termo amplamente utilizado para se referir a homens gays, como forma de insulto e de degradação moral. Tal palavra tem construído um modelo de masculinidade que expurga e deslegitima quaisquer formas de vivências de sexualidades que não a heteronormativa.

Sobral argumenta (2009) que as palavras são materialidades que não pertencem a nenhum campo específico da criatividade ideológica, apresentando-se, portanto, a funções ideológicas de qualquer tipo (Sobral, 2009).

Uma das funções assumidas pelo signo ideológico é potencialidade em servir a interesses opressores, ao serem materializados em palavras com teor pejorativo e preconceituosas que subalterniza e deslegitima as existências daqueles que não correspondem aos perniciosos padrões colonialistas do homem cis, hétero, branco, eurocentrado, cristão, de classe média-alta e tido como não patológico.

Ao longo do tempo, muitas palavras vêm sendo utilizadas como dispositivos de controle social, (in)validando modos de ser e estar no mundo, como pode ser observado em termos ofensivos utilizados para designar (e construir) as identidades dos sujeitos, sobretudo nos recortes de gênero, classe e etnia. Longe de ser apenas um item lexical, as palavras carregam traços de discursos opressores (algumas mais, outras menos) que contribuem para posicionar os sujeitos em estruturas assimétricas de poder, preservando e dando continuidade à modos de vida desiguais e cruéis. O signo ideológico participa ativamente do comportamento comunicativo humano, direcionando e constituindo a forma como enxergamos a nós e o(s) outro(s) nas mais diversas esferas do tecido social.

Compreendendo alguns conceitos de Bakhtin e o Círculo

Compreendemos que alguns conceitos abordados por Bakhtin e o Círculo podem contribuir para entendermos o que tem ocorrido com a palavra *viado* e seus diferentes usos nos eixos de tempo espaço e pessoa. Assim como já discutido na seção anterior, também nos apoiamos nos conceitos de Tema e Significação, principiaados por Volóchinov (2017), além do Heterodiscurso abordado por Bakhtin (2010; 2018).

Para Volóchinov (2017), a palavra é composta por duas dimensões que são instauradas no ato enunciativo em um dado contexto: o tema e a significação. O autor conceitua o tema como “a totalidade do sentido, a situação concreta histórica que gerou o enunciado” (p. 227). Ele caracteriza o tema como sendo único, irrepetível, não reiterável, renovando-se em cada novo ato enunciativo e, conseqüentemente, produzindo novos sentidos, haja vista que as interações e os espaços serão sempre outros. Podemos compreender o tema, portanto, como um todo indivisível. Isto é, ele é “definido não apenas pelas formas linguísticas que o constituem - pala-

vras, estruturas morfológicas, sintáticas e fonológicas, além das tonalidades entoativas, mas também pelos aspectos extraverbaís da situação” (p. 227). Brait define esses elementos citados como integrando “a situação de produção, circulação e recepção dos enunciados” (Brait, 2016, p. 202).

Todavia, é necessário destacar que o tema não existe isoladamente, pois precisa apoiar-se em “alguma significação estável, caso contrário ele perderá sua conexão com aquilo que veio antes e que veio depois, ou seja, perderá totalmente o seu sentido” (Volóchinov, 2017, p. 229). Volóchinov define esse outro componente da palavra como Significação, e, diferentemente das particularidades apresentadas pelo tema, a dimensão da significação é percebida como repetível, reiterada, “idênticas a si mesmos em todas as ocorrências” (p. 229). O autor concebe a significação como um estágio inferior da capacidade de significar, remete aos níveis sintáticos, morfológicos e fonológicos. São os significados convencionados e relativamente estabilizados nas palavras no transcorrer do tempo e do espaço. Segundo o autor, podemos compreender a significação como as palavras que estão no dicionário. Cabe observar que esse estágio inferior não implica numa relação de hierarquia, mas de precedência, “a significação vem antes do tema, mas este depende dela para existir” (Sobral, 2009, p. 75). Queremos aqui frisar o caráter da palavra de que, embora possa ser usada em diferentes contextos com a intenção de produzir sentidos sempre outros, os sujeitos não podem, por um ato individual de fala, alterar os valores relativamente estabilizados sócio-historicamente no nível da significação. Outro conceito basilar para as discussões aqui empreendidas, é o que Bakhtin (2018) vai chamar de heterodiscurso. Esse conceito pode ser compreendido como a coexistência de múltiplas vozes em um único enunciado (uma sentença ou uma palavra). Para o autor, um enunciado nunca pode ser entendido de forma isolada, pois se conecta a múltiplas vozes, estas sempre em diálogo, seja refutando, concordando, rebatendo e/ou polemizando com elas. Tais vozes sempre carregaram seus contextos e ideologias. Esse conceito é fundante, pois nos permite compreender que a linguagem é essencialmente dialógica, respondendo continuamente a discursos anteriores, e nesse movimento existe a potencialidade de reafirmar, contestar ou adaptar discursos antecedentes, ao mesmo tempo que aponta discursos porvir.

Bakhtin (2018) observa que um dos funcionamentos do heterodiscurso pode ser percebido no discurso paródico-humorístico. O discurso

humorístico possui como base da linguagem o *modus* absolutamente específico do emprego da língua comum. De acordo com o autor, essa língua comum é tomada como uma opinião comum, possuindo um caráter de normalidade para um dado círculo da sociedade. Esse traço de normalidade implica dizer que uma dada opinião comum incide em um “ponto de vista e avaliação correntes” para um dado grupo no eixo do espaço e tempo (2018, p. 80). Segundo Bakhtin, o sujeito se separa dessa língua comum em diferentes graus, desviando-se dela e a objetivando-a, fazendo com que suas intenções se refratem através da opinião comum.

Bakhtin (2018) também destaca que a atitude do sujeito diante da linguagem como opinião comum não é fixa, nem estanque, encontrando-se sempre em estado de movimento vivo e oscilação. Ele afirma que essa oscilação, às vezes, pode ser rítmica, “uma paródia ora com maior, ora com menor intensidade esses e aqueles elementos da língua comum”, e às “vezes põe a nu sua inadequação ao objeto, às vezes, ao contrário, quase se solidariza com ela, conservando apenas ínfima distância e às vezes faz sua própria ‘verdade’ soar nela de modo direto, isto é, funde-se integralmente com ela a sua voz” (p. 80).

Segundo Bakhtin (2018, p. 81), para produção do discurso humorístico, é requerido um movimento de aproximação e distanciamento do enunciador em relação à linguagem. É uma dinâmica que requer uma mudança constante da distância e aproximação, uma espécie de passagem coerente da luz para a sombra ora de uns, ora de outros elementos da linguagem; essa sombra refere-se a uma não compreensão clara sobre o que está sendo dito. Caso assim não fosse, ou haveria uma uniformização ou uma individualização daquele que fala. Há uma espécie de “plano basilar da língua comum” (Bakhtin, 2018, p. 81), uma opinião impessoal que é corrente em dado círculo, mas que é separado no humor. A passagem da língua comum à parodização pode ocorrer de forma gradual ou de forma brusca. Chama-nos a atenção para “estilização paródica” (Bakhtin, 2018, p. 81). Essa característica vem a ser “o discurso do outro” - “a linguagem do autor é inserida no discurso do outro em forma dissimulada”. Mas cabe destacar que não se trata apenas de um discurso do outro na mesma linguagem, mas implica em um enunciado do outro numa “linguagem estranha ao autor”. Essa inserção do discurso do outro pode ser feita “de maneira

aberta, por meio de aspas” (no caso do texto escrito). Contudo, essa inserção também pode ser feita por meio de elementos supralinguísticos, como a entonação, por exemplo. Bakhtin (2018, p 82) nos diz que esse tipo de discurso “está cercado pela forma dissimulada do discurso difuso do outro, que prepara a inserção da forma aberta e a faz repercutir”.

Outra característica do heterodiscurso em forma de paródia-humorística é o desmascaramento, um tipo de acentuação irônico-indignada, mencionada como uma típica *construção híbrida* de dupla dicção e duplo estilo. Bakhtin a define a construção híbrida como:

um enunciado que, por seus traços gramaticais (sintáticos) e composicionais, pertence a um falante, mas no qual estão de fato mesclados dois enunciados, duas maneiras discursivas, dois estilos, duas ‘linguagens’, dois universos semânticos e axiológicos. Entre esses enunciados, estilos linguagens e horizontes, repetimos, não há nenhum limite formal - composicional e sintático: a divisão das vozes e linguagem ocorre no âmbito de um conjunto sintático, amiúde no âmbito de uma oração simples, frequentemente a mesma palavra pertencente ao mesmo tempo, a duas linguagens, a dois horizontes que se cruzam numa construção híbrida e, por conseguinte, tem dois sentidos heterodiscursivos, dois acentos”. (Bakhtin, 2018, p. 84).

O discurso paródico-humorístico pode ser também compreendido como uma das manifestações do Riso, conceito amplamente analisado por Bakhtin em *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. Ao analisar o riso nas obras rabelaisianas, ele aponta seu uso como uma forma de tornar palatável aquilo que de um ponto de vista sociocultural considera como repulsivo e/ou indigno. No riso, “uma mesma palavra entra simultaneamente nos discursos do outro e do autor” (Bakhtin, 2018, p. 89). Os conceitos até o momento mencionado são utilizados como base para analisar os usos da palavra *viado*.

Funcionamento dos xingamentos e a palavra *viado*

Como apresentado no título desta seção, fazemos aqui breve considerações acerca dos processos que levam determinadas palavras serem selecionadas e utilizadas como xingamentos e outras não. É nodal compre-

endermos que essa espécie de seleção não ocorre de forma aleatória e arbitrária, mas é necessário que determinada palavra atenda a certos critérios para adentrar ao léxico utilizado para xingar e ofender alguém. É necessário também ressaltar que esses critérios não estão baseados em normas gramaticais e sistêmicas, mas estão fundados em valores ideológicos que estruturam e organizam a vida em sociedade.

Valeska Zanello (2008), ao discorrer acerca dos xingamentos, afirma que o xingar é um modo de repetir e reafirmar os valores que circulam numa dada sociedade. A autora observa que independentemente da consciência do falante, os xingamentos veiculam uma prática baseada nos valores atribuídos aos sujeitos. Valeska Zanello e Tatiana Gomes (2010), ressaltam que os xingamentos, geralmente, são termos que apontam para valores e exercem uma função de controle social, é uma forma de manutenção de certos comportamentos em determinadas sociedades. Possuindo, portanto, esse caráter sócio-ideológico, os xingamentos e as atitudes que eles provocam mudam com o passar do tempo e com os acontecimentos históricos (Zanello; Gomes, 2010). Ao xingar, estamos constituindo, repetindo e reafirmando os valores, “exercendo uma espécie de microfísica do poder, na qual se situam e se (re)constituem (dinamicamente) os lugares sociais (in)desejáveis para os sujeitos” (Zanello; Gomes, 2010, p. 264). O xingar implica em um jogo discursivo que presentifica, reproduz e reforça os valores dos grupos dominantes. Zanello (2008) atenta que os xingamentos são uma forma de dizer ao outro que ele ocupa um lugar social que deve ser evitado, exercendo, assim, uma microfísica de poder sobre os sujeitos.

Mapear o surgimento da palavra *viado* enquanto termo pejorativo para se referir a homens-cis homossexuais nos leva a diversos lugares. Um deles, segundo Lau e Ferreira (2015) é que o termo *viado* surge associado ao personagem Bambi, personagem representado por um animal veado desenvolvido pela Walt Disney em 1942. No filme, o personagem é representado com características consideradas delicadas e frágeis. Outro lugar próximo a este, é o que Cittadin e Lino (2018) observam ao apontar que o comportamento natural dos veados os caracteriza como seres “delicados”, “suaves” e “tímidos” e, diante disso, convencionou-se associar tais

características ao homem homossexual visto que, supostamente, ele as teria. Ainda nessa linha de mapeamento, Aranha (2002, p. 352) no Dicionário de Insultos localiza a palavra *viado* como

Mamífero da família dos cervídeos quase sempre tímido e veloz. Vive em bandos. Usa-se no Brasil, com muita frequência para insultar a vítima, identificando-a como homossexual masculino. Dizem que nos tempos do Império, em praças, provavelmente cariocas, rapazes reuniam-se alegremente, formando bando de afinidades, para, entre outros objetivos, dar atendimento a clientes ricos em busca de aventuras sexuais. Quando a polícia, que nunca foi amiga dos veados, aproximava-se para coibir a caça, eles saíam correndo, aos saltos, como fazem os cervídeos. Disso resultou a criação do alcunha [sic] que se fixou como um dos mais populares do Brasil.

Um terceiro lugar para o termo *viado* é encontrado em Ladeira (2018), ao levantar outra discussão, desta vez, não se debruçando acerca de possível origem da palavra como dispositivo de xingamento, mas à distinção entre os significados das palavras *gay* e *viado*. O autor aponta que as duas expressões nomeiam um homem que se relaciona com pessoas do mesmo sexo, contudo, ele descreve que existe uma diferença de sentidos presente nas duas palavras. Isto porque, apesar de ambas representarem um homem não heterossexual, existe uma distinção entre elas, tal diferença é atribuída à forma como o homem homossexual se comporta diante da sociedade. De acordo com o escritor, “o gay é aquele indivíduo que embora tenha a sua orientação sexual categorizada como homossexual, procura ser discreto e goza de um certo respeito por parte da sociedade, pautado na sua ‘discrição’ em relação a sua orientação sexual” (Ladeira, 2018, p. 2). Já a palavra *viado* caracteriza “aquele que dá certos indícios de sua orientação sexual e por essa razão recebe da sociedade uma certa hostilização. Ele geralmente não é bem-visto socialmente, por expor sua orientação sexual, que aliás, segundo o senso comum é entendido como opção sexual. É aquele que, segundo a própria sociedade, não detém o respeito social por não se comportar conforme o esperado pelas regras patriarcais impostas por ela. É aquele que desafia as normas, que recusa a docilizar o seu corpo e sua conduta, troca beijos e carinhos em público, anda de mãos dadas, em linhas gerais, é aquele que “saiu do armário” (Ladeira, 2018, p. 2).

Nascimento (2020) utiliza a contribuição de Zamboni (2016) quando o autor discute a homossexualidade dentro dos presídios para dizer que a palavra *viado* foi um dos termos utilizados pelos detentos, em

outro momento, para caracterizar um indivíduo que apresentasse um comportamento destoante ao padrão heteronormativo, mas que, ao longo do tempo, foi ressignificado pelos próprios detentos homossexuais que atribuíram a essa expressão um outro significado, desta vez, com a finalidade deles se reconhecerem enquanto grupo identitário.

O termo *viado* visto por uma perspectiva bakhtiniana

Primeiramente, assim como abordado em seção anterior, as palavras utilizadas como xingamentos são instrumentos de controle e (re)modelação social. Nesse sentido, como observa Volóchinov (2017; 2019), os sentidos não estão colados nas palavras, embora delas façam parte. Cabe entender que o problema não se encontra na palavra em si, mas no modo como os lugares sociais são valorados e nomeados. Toda palavra possui potencialidade em ser utilizada como um xingamento, desde que haja um reconhecimento social e ela seja atribuída a lugares construídos como inválidos e/ou subalternos. Desse modo, iniciamos com fato de que a palavra *viado* vem sendo historicamente usada para nomear o lugar social do que o modelo, o ideal de homem-cis, não deve ser. Partindo do modelo heterocentrado, a orientação sexual do homem correto deve ser pautada na heterossexualidade (considerando aqui a relação com mulheres-cis). Assim, ser chamado de *viado*, em geral, produz-se o sentimento de ofensa, pois não se deseja habitar o lugar que socialmente é considerado degradante.

Tomando os conceitos de Tema e Significação postulados por Volóchinov (2017), compreendemos que o deslocamento do uso do termo *viado* como forma de ofensa, de dizer ao outro que ele não é heterossexual, para uma forma de gíria e/ou vocativo, seja entre heterossexuais, seja entre homossexuais, apresenta a produção de novos temas, contudo, em tais contextos, ainda são recuperados os traços de valorações consideradas e construídas e relativamente estabilizadas no nível da significação. Isso pode ser mais bem compreendido sob a ótica do conceito de heterodiscurso.

Bakhtin (2018) nos explica que no discurso paródico-humorístico, umas formas discursivas em que pode ser percebido o heterodiscurso, as linguagens e os “horizontes socioideológicos introduzidos, embora sejam empregados, é claro, para a realização refratada das intenções do autor, são des-

mascarados e destruídos como falsos, hipócritas e interessados, limitados, estritamente racionais e inadequados a realidade” (p. 96). Ou seja, há sempre a marca do desmascaramento. Fica óbvio que não é verdade. Quando pessoas héteras utilizam o termo *viado* uns com os outros, existe a marcação da não verdade, de que aqueles nomeados não são de fato homossexuais. Cabe ressaltar, que esse jogo discursivo precisa atender a certas exigências. Uma delas é que, embora essa negação não seja explicitamente verbalizada, ela precisa ser compreendida entre os dois (ou mais) interlocutores, o que vai requerer um certo grau de proximidade de contextos e de valores compartilhados entre eles. Eis o motivo pelo qual se afirma que o uso da palavra *viado* entre héteros marca um certo grau de intimidade.

A cada novo contexto em que a palavra em tela transita, é como se “derramasse uma nova luz sobre o horizonte” de seu uso *convencional*, contudo, em um segundo plano ainda se percebe as camadas decantadas na significação (Bakhtin, 2018, p. 97). Isso pode ser observado nos casos em que as marcações da não verdade não são compreendidas pelos interlocutores. Em tais situações, o sujeito nomeado, provavelmente, se sentirá ofendido, recepcionando a palavra como um xingamento, e não como uma gíria e/ou vocativo. Caso desconsideremos o plano da significação da palavra *viado*, restringindo-se apenas ao nível do tema e da intencionalidade, não haveria possibilidade da palavra *viado* ser considerada como xingamento, pois a responsabilidade ficaria sob a responsabilidade apenas da intensão. Queremos dizer com isso que, embora no nível do tema sejam produzidos sentidos de gíria do termo *viado*, o plano da significação sempre o acompanhará, pois ele é indivisível com o tema. É a significação que abre a possibilidade de seleção da palavra para ser usada em diferentes contextos.

Nos contextos defendidos como não ofensivos, constata-se a presença de, no mínimo, dois acentos valorativos. Um acento diz respeito aos valores de xingamentos circulantes com o intuito de ofender. O segundo acento diz respeito às intenções do enunciador, que ao usar o vocativo pode implicar num grau de intimidade. Essa intimidade, que na verdade implica no encontro de posições e pontos de vista, é também composta de alguns aspectos extralinguísticos. Bakhtin (2018, p.107), pondera que “por suas peculiaridades sintáticas, os traços estilísticos basilares (lexicológicos e outros) permitem combinar de maneira orgânica e coerente o dis-

curso interior do outro com o contexto do autor”. Assim, o outro compreende que não foi ofendido, em razão também dos elementos verbais e extraverbais, que pode ser a entonação expressiva.

De acordo com Volóchinov (2019, p. 127), a entonação se orienta para duas direções, “para o ouvinte, como cúmplice ou testemunha, e para o objeto do enunciado, como um terceiro participante vivo, o qual a entonação xinga, acaricia aniquila ou eleva”. Essa orientação dupla da entonação também constitui o fluxo do todo da comunicação, “as palavras ditas são repletas de subentendido e do não dito” (p. 129). O autor contribui para a ampliação da compreensão da linguagem ao delinear acerca da entonação como constituinte da comunicação humana. O uso da palavra *viado* nos diferentes contextos é, geral, acompanhada por essa característica extraverbal que está inserida não na significação, mas no tema. Assim, ela também orienta para os sentidos produzidos pelo termo, sem apagar as valorações da significação, mas acrescentando novas camadas valorativas às já existentes. Ressaltamos que essa adição de camadas não ocorre numa relação hierárquica, mas de coexistência.

O que tem ocorrido com a palavra *viado* é uma elasticidade de possibilidades de sentidos, mas que ainda no presente contexto histórico, carrega e perpetua valores ofensivos presentes no plano da significação. Embora seu uso possa aparentar uma certa distância com o nível da significação, não deixa de com ela dialogar. Embora emoldurada por intenções pretensamente afetuosas e corriqueiras, é nodal ainda considerar os traços que ainda contribuem para a satirização daqueles que não seguem o modelo heteronormativo. Ademais, embora os falantes não percebam a dinâmica do plano da significação, “essa relativização da consciência linguística tampouco exige relativização das próprias intenções semânticas” (Bakhtin, 2018, p. 112). O falante não necessariamente percebe em absoluto os jogos linguísticos, contudo isso não o impede de participar deles.

Por fim, importa recuperar que a questão reside, sobretudo, nos lugares sociais e os modos de nomeação. Como afirma Sáez e Carrascosa (2016, p. 28), é um jogo discursivo que é exercido pela repetindo-se “continuamente expressões cotidianas em múltiplos lugares e momentos, criando realidade (e ferindo) a partir dessa mera repetição; aprende-se esse valor negativo que cria o objeto, e não contrário”.

Considerações Não Finais

Todo produto ideológico possui significado e aponta para algo que lhe é exterior, possuindo uma materialidade passível de ser estudada cientificamente, uma proposta envidada neste trabalho, que teve por escopo a análise da palavra *viado*. Em alguns contextos em que é utilizada e pode, aparentemente, demonstrar a ausência carga negativa, ainda carrega e (re)produz, em certa medida, valores perniciosos que estão a serviço de interesses homofóbicos e heteronormativos. Cabe considerar, ainda, que o problema não está na palavra em si, enquanto forma, mas nos valores tematizados, que lentamente vão sendo cristalizados e instalados no plano da significação de tais materialidades (Oliveira, 2020; Oliveira; Stella, 2022). Para se tornar palavra, essas formas passaram por processos de avaliação e reconhecimento social criados a partir de posicionamentos axiológicos. É o reconhecimento social de um dado espaço e tempo que atribui valor ao signo, e este valor, por sua vez, pode ganhar certa estabilidade na dimensão da significação, à medida que em diferentes temas há recorrência de traços de um mesmo valor.

Não foi nossa pretensão exaurir as discussões substanciadas neste texto, mas de contribuir com outros olhares teóricos acerca do uso da palavra *viado*, recorrendo aos contributos de Bakhtin e o Círculo para compreender o seu uso no contexto contemporâneo. Tencionamos que as questões aventadas neste estudo possam fomentar outras pesquisas pautadas numa agenda ética e compromissada com movimentos anti-heteronormativos. Que tenhamos por horizonte a transformação das práticas opressoras homofóbicas (e de tantas outras) que ocorrem, sobretudo na e por meio da linguagem, é nodal um movimento de enfrentamento não restrito ao ostracismo da forma linguística, mas, sobretudo, dos valores que circulam e operam na capilarização social. Nenhum significado é fixado de uma vez por todas, porque novos contextos criam novos temas que, por sua vez, podem criar novos significados, num ciclo ininterrupto que se retroalimenta. É na especificidade do intercâmbio social, da interação discursiva, que são criadas as possibilidades de criação de formas repetíveis, estas que serão utilizadas como forma de acesso à produção de novos temas. Assim, é apenas na totalidade do duo significação e tema, que se pode gerar os sentidos e as forças necessárias de combate ao racismo nas

mais diversas camadas de relações e interações humanas, que com o tempo poderão disputar e fixar novos valores no nível da significação.

Referências

ARANHA, A. J. **Dicionário brasileiro de insultos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BAKHTIN, M. M. **A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, M. M. **Teoria do romance II: as formas do tempo e do cronotopo**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2018.

CITADDIN, L.; LINO, Z. J. **Análise etimológica de palavras com sentido pejorativo em relação a membros da comunidade LGBTQI+**. Revista Linguagem, Ensino e Educação, Criciúma, v. 2, n. 1, jan. – jul, p. 1-7, 2018.

LADEIRA, T. A. **O gay, o “viado” e a “bicha” pão com ovo: desconstruindo estereótipos de gênero e sexualidade**. V CEDUCE. Campina Grande -PB. v. 2, 2018. p. 2-9. 2018.

LAU, H. D.; FERREIRA, W.J. Estereótipos da comunidade gay enquanto ser virtual. In: VII ENPECOM - **Encontro de Pesquisa em Comunicação: Comunicação & Gênero**, 2015, Curitiba. Anais do VII ENPECOM - Encontro de Pesquisa em Comunicação: Comunicação & Gênero. Curitiba: UFPR, 2015. v. 7. p. 503-522

MENDES, A. C. C.; RIBEIRO, L. P. **Nomeações e significações da homossexualidade masculina: um ensaio sobre homofobia pela ótica da Teoria das Representações Sociais**. Memorare, Tubarão, v. 8, n. 1, jan./jun. 2021.

MOITA LOPES, L. P. da.; FABRICIO, B. F. **Por uma ideologia linguística responsiva às teorizações Queer**. Cadernos de Linguagem e Sociedade, v. 21, n. 2, p. 370–387, 2020. Disponível em:<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/35701>. Acesso em 19 de dez. de 2024.

MOITA LOPES, L. P. **Os espaço-tempos da narrativa como construto teórico-metodológico na investigação em linguística aplicada.** Caderno de Letras, n. 40, p. 11-33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/article/view/21413>. Acesso em 20 de dez. de 2024.

MOREIRA, M. A. A.; KOLINSKI MACHADO, F. V. **Que beijo foi esse, viado?** Sentidos sobre gênero e sexualidade em disputa a partir de beijos gays veiculados em telenovelas da Rede Globo. Lumina, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 79–95, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/33349>. Acesso em: 19 dez. 2024.

NASCIMENTO, F. E. M. **Agrupamentos de travestis e transexuais encarceradas no Ceará, Brasil.** Rev. Estud. Fem. vol. 28 n.1 Florianópolis 2020, Epub, Maio 15, 2020.

Nogueira, Jamilly Maiara da Silva. **O uso dos vocativos bicha e viado por homens gays sertanejos: rede social e identidade.** *Revista Falange Miúda*, 9(2), 1–19, 2024 Disponível em: <https://periodicos.upe.br/index.php/refami/article/view/766>. Acesso em 19 de dez. de 2024.

OLIVEIRA, C. A. M. **O eu no enunciado do outro: a voz do intérprete durante o ato interpretativo do par linguístico Libras/Português.** 154 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6751> Acesso em 02 de dez. de 2023.

OLIVEIRA, C. A. M.; STELLA, P. R. **Questões de Alteridade: reflexões acerca do lugar discursivo do tradutor e intérprete de libras e língua portuguesa.** Curitiba: Appris, 121 p., 2022.

SÁEZ, J.; CARRASCOSA, S. **Pelo Cu: políticas anais.** Belo Horizonte: Letramento, 2016.

SOBRAL, A. **Do Dialogismo ao Gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin.** Campinas: São Paulo, Mercado das Letras, 2009.

STELLA, P. R. Transgressivo para quem? Linguística Aplicada e Práticas Localizadas. In: MACIEL, R. F.; TÍLIO, R.; JESUS, D. M.; BARROS, A.

L. E. C. (Org.). **Linguística Aplicada para Além das Fronteiras**. 1ed. Campinas: Pontes, 2018, v. 1, p. 217-236.

VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem** – Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. Tradução, notas e Glossário: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio Introdutório: Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, [1929] 2017.

ZAMBONI, M. **Travestis e Transexuais privadas de liberdade**: a (des)construção de um sujeito de direitos. Revista Euroamericana de Antropologia (REA), Nº2, 2016.

ZANELLO, V. **Xingamentos**: entre a ofensa e a erótica. Fazendo Gênero 8: corpo, violência e poder. Florianópolis: UFSC. Disponível: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST33/Valeska_Zanello_33.pdf. Acesso em 10 de dez. de 2024.

ZANELLO, V.; GOMES, T. **Xingamentos masculinos**: a falência da virilidade e da produtividade. Caderno Espaço Feminino, v. 23, n. 2, p. 263-277, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/7615>. Acesso em 15 de dez. De 2024.

PARTE V
LINGÜÍSTICA TEXTUAL

Uso de termos (meta)linguísticos por alunos recém-alfabetizados: a relação entre os objetos didáticos e a construção de narrativas ficcionais no Brasil e Portugal

*Maria Auxiliadora da Silva*⁷⁸

*Cristina Felipeto*⁷⁹

Introdução

Neste estudo, buscamos mostrar como o *uso* ou a *menção* de *termos linguísticos* - palavras ou expressões específicas usadas que permitem que professores expliquem conceitos de forma precisa e clara - verbalizados por professores no Brasil e em Portugal pode influenciar as produções textuais dos alunos. Argumentamos que, mesmo sem uma reflexão explícita dos alunos sobre a linguagem, o uso desses termos evidencia um certo nível de compreensão da língua em diferentes níveis de reflexão metalinguística. Isso destaca a importância dos professores em clarificar esses termos.

Nossa pesquisa explora como a metalinguagem é percebida tanto do ponto de vista da Linguística, quanto da Psicologia, uma vez que se refere à função cognitiva que dá suporte à linguagem. Assim, apontaremos as abordagens metodológicas do Brasil e de Portugal, considerando aspectos como as técnicas pedagógicas utilizadas e os resultados alcançados no desenvolvimento dos alunos. Isso nos permitirá entender melhor como

⁷⁸ Doutoranda em Linguística e Literatura pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Pernambuco (UPE). Professora de Língua Portuguesa, membro do grupo de pesquisa Ensino, Texto e Criação (ETC). Integrante do Laboratório do Manuscrito Escolar (LAME). E-mail: sily.cj@gmail.com. ORCID:0000-0002-7343-2192. E-mail: sily.cj@gmail.com

⁷⁹ Professora associada da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL). Laboratório do Manuscrito Escolar (LAME). Maceió -AL -Brasil. Integrante do grupo de pesquisa Ensino, Texto e Criação (ETC) e do Laboratório do Manuscrito Escolar -LAME. E-mail: cristinafeli-peto@fale.ufal.br. ORCID:0000-0003-3729-0796. E-mail: cristinafelipeto@fale.ufal.br

cada país aborda esse importante momento educacional e quais práticas são equivalentes para a construção da consciência metalinguística dos alunos. O método de captura do processo varia de acordo com os pressupostos de cada pesquisa e as ferramentas disponíveis. Em nosso caso, utilizamos o Sistema Ramos⁸⁰. Mecanismo de coleta para a realização de pesquisas do Laboratório do Manuscrito Escolar (LAME) da Universidade Federal de Alagoas, ao qual nosso *corpus* pertence.

O *corpus* do nosso estudo contemplará a observação de 08 processos de produção textual de 2 díades de alunos do 2º ano do ensino fundamental, sendo uma díade brasileira e uma díade portuguesa. Este estudo seguirá o seguinte roteiro: primeiramente, abordaremos as principais teorias sobre o papel que a Genética Textual e a escrita colaborativa desempenham no processo de verbalização de termos linguísticos em sala de aula. É importante destacar que essas verbalizações são essenciais para o desenvolvimento do processo cognitivo envolvido na produção da linguagem escrita. A análise dos dados será realizada em seguida, por meio de um estudo qualiquantitativo que investigará as verbalizações de termos linguísticos e sua relação com a produção textual. Por último, durante a discussão, serão expostos os resultados provenientes da avaliação dos dados fornecidos pelo LAME.

Uso-menção de termos linguísticos nas produções escolares colaborativas

O interesse por entender como as verbalizações dos termos linguísticos dos professores interferem nas produções dos alunos surgiu com os estudos sobre Genética Textual (doravante GT), uma vez que este campo teórico ocupa um lugar revelador a respeito do processo de criação de manuscritos escolares (Grésillon, 1991; Fabre, 1993; Willemart, 1999), também por meio de estudos voltados ao desenvolvimento da escrita colaborativa por escreventes experientes e novatos (Calil, 2001; 2020; Felipeto, 2008; 2020; Santos, 2017). O recente estudo de Costa (2022) promove uma significativa abertura à reflexão de como as verbalizações dos

⁸⁰ Calil (2020).

professores estão diretamente ligadas aos níveis de desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Segundo Grésillon (1991), a GT visa descrever e explorar os mecanismos da escrita, comparando o texto com o que ele poderia ter sido. O desenvolvimento desses estudos contribui para a relativização e dessacralização do conceito de texto fechado e conclusivo (Grésillon, 1991, p. 7-8), sendo necessário enfrentá-lo de todas as formas possíveis em seu processo de escrita, ou seja, o que acontece antes e depois do texto ser escrito. Nesse sentido, as palavras de Willemart (1999, p. 137), “o manuscrito é naturalmente um sistema aberto que provoca o intercâmbio com seu meio: a tradição literária, a história da língua, os encontros habituais ou ocasionais, as leituras, etc.”, corroboram com o entendimento de que o manuscrito é uma porta aberta para múltiplos caminhos interpretativos.

O estudo de manuscritos e rascunhos possibilita uma compreensão melhor acerca do processo de criação literária, das mudanças feitas durante a escrita e das decisões tomadas pelo autor. A GT busca entender como o texto é construído e, para tanto, utiliza métodos próprios de análise com algumas regras e parâmetros que se desenvolvem por todo o processo, qualquer que seja o gênero e o tipo de texto: a constituição de um “dossiê genético”, ou seja, um acervo que requer mais do que uma breve apreciação, de modo que deixa claro que observando apenas os manuscritos têm-se acesso tão somente aos sinais deixados sobre o suporte, havendo necessidade de conhecimento de outros rastros dessa produção.

Calil (2009) conduz uma investigação sobre as interações entre a criança e o texto que ela produz, com ênfase na narrativa ficcional e na criança que está dando os primeiros passos na escrita alfabética de suas próprias histórias. O autor enfatiza que questões metodológicas produzem efeitos que exigem novas interpretações. Isso porque quando dois alunos são gravados dialogando enquanto escrevem uma história, os dados resultantes oferecem uma ampla gama de caminhos possíveis pelos quais o texto poderia ter ido, o que é evidenciado pela análise das rasuras orais. Nosso *corpus* destaca que, especialmente nos momentos de tensão nas verbalizações de termos linguísticos, essas interações evidenciam as reflexões metalinguísticas dos alunos. Nas palavras do autor,

A análise da discussão entre duas crianças durante o momento em que estão produzindo uma mesma “história inventada” coloca a necessidade de refletir sobre o que está tratando por rasura [...] As rasuras não poderão ser tomadas como meras marcas deixadas no texto que devem ser apagadas no produto final [...] as rasuras apontariam para a presença do equívoco constitutivo da língua, ou seja, como a marca do imprevisível. (Calil, 2009, p. 63-64).

Queremos deixar claro que há atividade metalinguística em atividades de escrita individual, muitas vezes proporcionada pela menção de termos linguísticos. No entanto, para o nosso estudo, a análise da situação de escrita colaborativa é mais adequada, posto que evidencia que o aluno precisa combinar com o parceiro, depois escrever e/ou acompanhar o enredo proposto, requer-se que ele argumente, conteste, exponha dúvidas e entre em acordo. É nesse contexto que grande parte das reflexões por meio da verbalização entre as díades acontece, proporcionando o surgimento de comentários metalinguísticos.

Quando os alunos e professores fazem uso dos termos linguísticos, mesmo que não estejam mencionando-os com um comentário reflexivo, há presença de metalinguagem nesses usos. De acordo com Camps et al. (2020), essa atividade metalinguística envolve a consideração de aspectos gramaticais, vocabulário e estrutura textual, ainda que não sejam fornecidos detalhes precisos do porquê estarem usando determinados termos.

Um dos estudos mais recentes de Calil et al. (2022) analisa a produção textual de duas alunas francesas de 6 anos de idade e identifica as ocorrências de vírgulas e verbalizações espontâneas durante a escrita. O objetivo era analisar a gênese textual de manuscritos escolares, com foco em atividades metalinguísticas. Os resultados mostram que a vírgula é a pontuação mais usada, porém sua inscrição só ocorre em três manuscritos. Quase todas as ocorrências foram lembradas após o término da história, acompanhadas por comentários indicando um entendimento gráfico-espacial para seu uso.

Para a identificar se quando as díades *usam* e *mencionam* uma determinada palavra ou expressão da língua estão levando em conta seu significado, o nosso estudo busca respaldo na semântica e na pragmática, posto que esses dois componentes se mostram interligados ao oferecerem mecanismos de interpretação de enunciados no contexto conversacional. Levamos em conta que os falantes nativos de uma língua possuem algumas

intuições sobre as propriedades de sentenças e de palavras e as maneiras como essas sentenças e palavras se relacionam. O reconhecimento do que é uso e do que é menção nem sempre é fácil. Vejamos o que Marques e Carpintero (2012) falam a esse respeito:

O essencial da distinção entre uso e menção, assim, é o seguinte: para mencionar coisas, usamos expressões. Às vezes as coisas que mencionamos são elas mesmas expressões. Um dos recursos de que dispomos para mencionar expressões é a citação, que permite mencionar a expressão entre aspas. *Em outras situações a palavra tem o uso com seu sentido convencional primário.* (Marques, Carpintero, 2012, p. 286, grifo nosso).

Assim, levamos em consideração as seguintes frases:

- (1) Maceió é uma cidade.
- (2) Floriano Peixoto viveu em Maceió.
- (3) Nem todos os habitantes de Maceió nasceram nessa cidade.
- (4) A cidade em que nasceu Zagallo tem mais de 900.000 habitantes.

Nestas orações, mencionamos ou referimos a cidade de Maceió de diferentes modos: usamos um nome próprio em (1) e (2), um demonstrativo em (3), em (4) temos uma descrição definida. Mas também podemos mencionar as palavras por elas mesmas:

- (5) “Maceió” é uma palavra com acento.
- (6) Em “Maceió” há um éme, mas não há nenhum éfe nessa palavra.
- (7) A última letra em (5) tem “acento”.

Como é possível observar nos exemplos, tanto podemos *mencionar* um termo linguístico como *usá-lo* em seu sentido literal. Os conceitos de uso, menção e metalinguagem estão interligados e contribuem para a compreensão da linguagem e sua função comunicativa. A utilização de termos linguísticos por alunos e professores, mesmo que esses não sejam mencionados em comentários reflexivos, articula a presença de metalinguagem em seus respectivos discursos. De acordo com Camps et al. (2020), essa atividade metalinguística envolve a consideração de aspectos gramaticais, vocabulário e estrutura textual, ainda que não sejam fornecidos detalhes precisos do porquê estarem usando determinados termos.

Deste modo, a distinção entre uso e menção desempenha um papel importante para se entender as regras gramaticais, o uso apropriado das palavras e as convenções sociais relacionadas à linguagem. Essa distinção fornece uma base para a compreensão e produção de uma linguagem mais sofisticada. Sobre a aquisição da linguagem, é instigante o que Myhill e Jones (2015) propõem em seu estudo sobre as percepções dos professores a respeito do desempenho das crianças, vejamos:

Uma diferença fundamental entre o desenvolvimento da escrita e o da oralidade é que a escrita é aprendida quase que exclusivamente por meio de instrução direta - enquanto aprendemos a falar por meio de interações sociais significativas com as pessoas ao nosso redor, em geral, aprendemos a escrever em contextos escolares formais com ensino explícito. (Myhill, Jones, 2015, p. 845).

De acordo com Camps et. al (2020), a ativação das operações metalinguísticas e metacognitivas surge da interação entre o processo de ensino e aprendizagem e o processo de escrita, permitindo que os indivíduos se tornem conscientes da comunicação e da aprendizagem. Dessa forma, este estudo busca explorar a relação entre a didática e a atividade metalinguística dos estudantes.

Tanto no Brasil, quanto em Portugal, aconteceram diversas mudanças nos processos educacionais. No contexto brasileiro, o socioconstrutivismo tem sido adotado como concepção de ensino que busca valorizar o papel do aluno como protagonista de sua aprendizagem, incentivando a investigação, a experimentação e a resolução de problemas. Além disso, o socioconstrutivismo é uma abordagem pedagógica que se baseia na ideia de que o conhecimento não é transmitido passivamente aos alunos, mas construído ativamente por eles por meio de interações com o ambiente e com outras pessoas.

Em Portugal, preferencialmente, adota-se o método fônico, pelo qual começa-se ensinando a forma e o som das vogais. Depois ensinam-se as consoantes, estabelecendo-se entre elas relações cada vez mais complexas. Cada letra (grafema) é aprendida como um fonema (som) que, junto a outro fonema, pode formar sílabas e palavras. Ao aproximar fonemas e grafemas, o método estabelece relação direta entre a escrita e a fala e, por isso, é considerado um protocolo psicopedagógico eficaz.

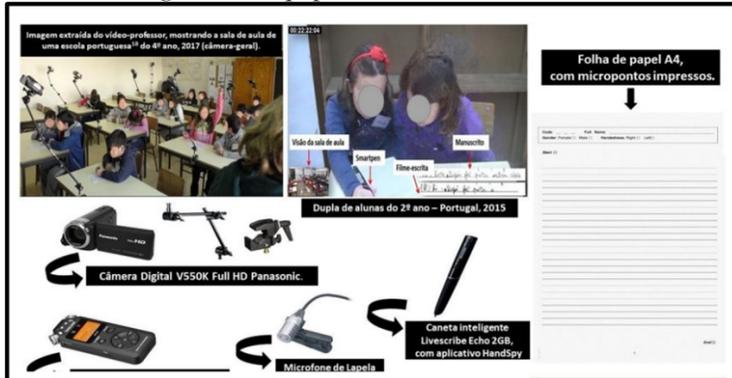
As didáticas aqui apresentadas pressupõem não apenas experiências na prática de escrever em determinado gênero, mas também envolvem as habilidades de simbolizar experiências transcritas no papel por meio da interação e da troca criativa entre as díades. Por isso, a atividade de escrita não pode ser reduzida a atividades relativas ao ensino da língua. Vale observar a inadequação de uma compreensão que venha a eleger a metodologia “A” como melhor que a metodologia “B”: ambas são positivas em conformidade com as adequações e especificidades em que são empregadas.

Metodologia

A coleta de dados se deu por meio do Sistema Ramos, que permite conhecer as etapas de produção do manuscrito, capturadas por diversos equipamentos tecnológicos capazes de registrar com precisão os momentos reflexivos das duplas, suas manifestações metalinguísticas e o registro da prática de escrita. Ao final do processo, toda a mídia é sincronizada, de modo que é possível o acesso ao processo integral do exercício de escrita. Permite-se, assim, uma análise microgenética do que se passa em sala de aula e na díade durante a prática de escrita dos alunos. Interessa-nos, para esse estudo, os momentos de verbalização das díades no uso-menção de termos linguísticos; o manuscrito em desenvolvimento, capturado pela caneta inteligente; e as interações entre os alunos e o professor, gravadas pelo gravador digital (Calil, 2020).

A seguir, temos uma imagem ilustrativa dos equipamentos do Sistema Ramos e de como esses são alocados na sala de aula para a captura dos processos de produção nos projetos.

Figura 1: Equipamentos do Sistema Ramos.



Fonte: Laboratório do Manuscrito Escolar 2021.

Nosso estudo é composto por 08 produções textuais: quatro processos de alunos brasileiros, estudantes de uma escola da rede privada de ensino de Maceió-AL, integrantes do Projeto de Contos do Como e do Porquê; e por quatro processos de alunos portugueses, estudantes de uma escola do Agrupamento de Escolas de Vagos, que integra o Projeto Inter-writing. Um aspecto relevante sobre a metodologia de coleta se refere à saída da equipe do ambiente, após serem instalados todos os aparelhos. Como aponta Calil (2020, p. 09), trata-se de um procedimento simples, mas que “evita que os alunos façam contato visual com os pesquisadores, passando a interagir com eles, fazendo perguntas sobre o que estão escrevendo ou pedindo ajuda para resolver problemas ou dúvidas diversas”.

Os manuscritos brasileiros que fazem parte do nosso *corpus* foram produzidos por C e I, gravados entre os dias 20/04/2012 e 13/06/2012.

Tabela 1: Relação dos manuscritos brasileiros.

DATA	PROCESSO	MANUSCRITO	ESCREVENTE	ESCOLHA DO TEMA
20/04/2012	003	<i>Como surgiu o ambiente e os animais</i>	C	Livre
23/04/2012	004	<i>Por que o cachorro faz “au-au” e o gato faz “miau”</i>	I	Sugerido
11/06/2012	011	<i>Como surgiram as palavras</i>	C	Sugerido
13/06/2012	012	<i>Por que os peixes moram no mar, no rio e nos lagos</i>	I	Livre

Fonte: Laboratório do Manuscrito Escolar 2012.

Já os textos que analisamos da dupla portuguesa foram produzidos pela díade B e L, capturados entre os dias 12/02/2015 e 06/03/2015, conforme a sequência apresentada na tabela a seguir:

Tabela 2: Relação dos manuscritos portugueses.

DATA	PROCESSO	MANUSCRITO	ESCREVENTE	ESCOLHA DO TEMA
12/02/2015	002	<i>O palhacinho</i>	L	Livre
23/02/2015	004	<i>O rei e os criados</i>	B	Sugerido
27/02/2015	005	<i>O ovo especial</i>	L	Livre
06/03/2015	006	<i>A Capuchinho e o Homem-Aranha com o Lobo</i>	B	Sugerido

Fonte: Laboratório do Manuscrito Escolar 2015.

A nossa escolha por organizar desta forma a sequência de processos das díades se deu porque no caso da dupla brasileira esse modelo de separação dos textos, alternando o aluno escrevente entre os processos, possibilita a observação e a comparação da evolução dos termos verbalizados entre os meninos. Perceba que o primeiro e o último processos da díade brasileira são produções de tema livre, gerando uma alternância entre C e I, deixando cada aluno com um tema livre e um tema sugerido para cada narrativa, possibilitando-se, assim, uma análise intra díade.

Na díade portuguesa essa alternância ocorre na sequência da produção, contudo as duas narrativas escritas por B são desenvolvidas a partir de um tema sugerido e as duas narrativas escritas por L são propostas a partir do tema livre. Nossa observação e análise centram-se na evolução do primeiro para o último processo de cada integrante das díades e no uso-menção de termos linguísticos. Dessa forma, podemos analisar dois aspectos principais:

1. Quais *termos linguísticos* são mais verbalizados pelos alunos durante o texto em curso;

2. De que modo as professoras abordam os *termos linguísticos* durante a realização destas propostas de produção de texto.

Assim sendo, apresentamos trechos das transcrições das orientações das professoras nos momentos em que apresentam as propostas das atividades de produção de texto para todos os seus alunos e os momentos em que as díades refletem sobre as produções.

Análise e discussão

Para nossa análise levamos em consideração a ocorrência de momentos com a verbalização de *termos linguísticos* contextualizados no uso ou na menção em que as professoras orientam a construção do manuscrito e aqueles em que os alunos discutem, refletem, reformulam ou anulam pontos de sua produção, seja com base nas orientações recebidas da professora, seja porque perceberam alguma inconsistência na produção.

Nos 8 manuscritos analisados são verbalizados 65 termos linguísticos, contando-se as repetições do mesmo termo linguístico nas duas díades. Há uma média de 8 intervenções da professora brasileira por sessão e 33,7 intervenções da professora portuguesa em cada produção. Tomando-se como objeto de análise apenas o produto textual não seria possível a identificação dos termos linguísticos verbalizados em cada processo: essa percepção só é possível devido ao mecanismo de captura do Sistema Ramos que nos permite analisar todo o processo de criação das narrativas.

Dos 65 termos linguísticos identificados, acontecem 214 verbalizações referentes a eles, contando-se as verbalizações em que os termos são repetidos. Esses termos são os principais elementos dos eventos de reflexão das díades e das intervenções das professoras, sendo, em alguns casos, excluídos dos manuscritos. A palavra “história” aparece como o termo linguístico de maior incidência nas duas duplas, sendo verbalizada 30 vezes nos 8 processos. O termo é repetido 26 vezes na díade portuguesa e 4 vezes na díade brasileira. No quadro a seguir, a palavra é sinalizada em caixa alta.

Quadro 1: Termos Linguísticos identificados nos processos

ECR_BRASIL - TERMOS LINGUÍSTICOS VERBALIZADOS				
acento grave	conflito	data	dois pontos	estrofe
frase	HISTÓRIA	letra maiúscula	maiúsculo	minúsculo
nome	autor	palavra	palavrinha	parágrafo
personagem	personagens	pontinho	Ponto final	ponto de interrogação
sinais de pontuação	tema	textinho	Texto	vírgula
EV_PORTUGAL - TERMOS LINGUÍSTICOS VERBALIZADOS				
acento agudo	“c” cedilha	caligrafia	conclusão	conteúdo
data	desenvolvimento	dita (escreve)	Escrita	fala

fim	frase	frases	Hífen	HISTÓRIA
ideias	início	introdução	Letra	maiusculo
margem	meio	minúsculo	Palavra	parágrafo
parênteses	personagens	pontinho	Ponto	ponto de interrogação
princípio	sentido	sequência	sinal de pontuação	sinais de pontuação
tema	textinho	título	travessão	vírgula

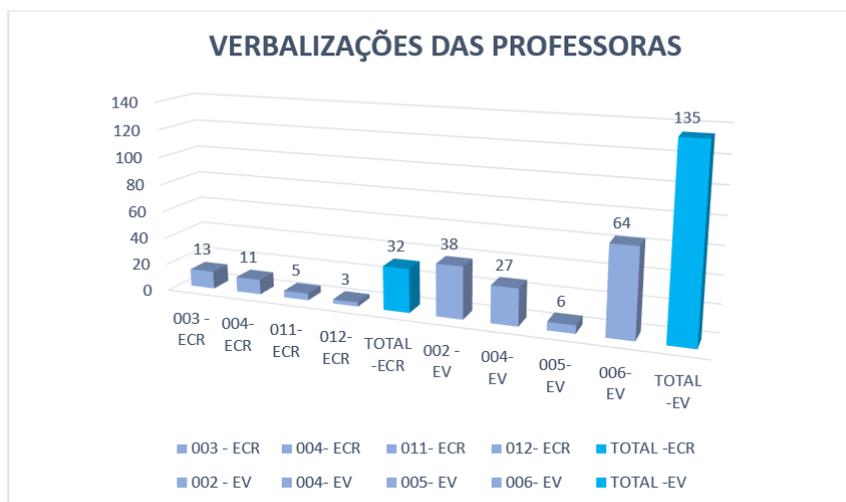
Fonte: A autora.

Embora cada sessão da atividade escrita tenha acontecido durante um tempo de execução semelhante nas duas escolas, a supremacia de verbalizações de termos linguísticos da escola portuguesa materializa o fato de que o método fônico adotado pela escola potencializa a atividade reflexiva dos alunos no decorrer da produção dos textos, revelando-se, desse modo, que houve mais preocupação da professora e dos alunos com a escrita correta das palavras o que gerou mais negociação entre a díade ao longo dessas produções para atender o exercício proposto.

Vale ressaltar que esse processo reflexivo negociado pela díade só é possível de análise mediante à captura realizada pelo Sistema Ramos. Uma análise realizada a partir do manuscrito acabado não seria capaz de revelar a negociação e as alterações das operações metalinguísticas que acontecem no decorrer da produção de texto. Desse modo, a relação método-aprendizagem ganha significação a partir da busca de soluções para situações-problema realizada pelos alunos enquanto escrevem colaborativamente.

As orientações da professora brasileira evidenciam um trabalho de estímulo e apoio para que os alunos criem suas próprias histórias com independência, compartilhem suas ideias e interajam a ponto de se autocorrigirem, alcançando-se consensos, elemento característico da abordagem socioconstrutivista. Em contraste, a professora portuguesa, em várias ocasiões, conduz a fala durante a produção textual dos alunos, muitas vezes apenas pedindo para que completem palavras ou frases iniciadas por ela. Em outros momentos, por exemplo, durante a leitura das meninas após a produção textual, a professora aponta o que está fora das normas e sugere a correção. Outro aspecto relevante dessa análise é que a professora brasileira instrui os alunos a pensarem primeiramente no título de suas histórias, enquanto a professora portuguesa as orientava a deixar o título do texto para o final da produção.

Quantitativo de ocorrências de verbalizações de Termos Linguísticos por processo analisado



Fonte: A autora.

Portanto, a diferença percentual entre as 32 verbalizações de termos linguísticos da professora brasileira e as 135 verbalizações de termos linguísticos da professora portuguesa é aproximadamente 321.88%. Trata-se de um número bastante considerável em relação à quantidade de intervenções durante a escrita dos alunos. Como resultado dessa “coparticipação” da professora portuguesa na construção dos manuscritos, um traço relevante constatado é a superioridade das produções portuguesas em relação às brasileiras nos aspectos estruturais e gramaticais. Os textos das díades portuguesas, embora menores, são mais bem organizados, com marcas de pontuação, acentuação gráfica e distribuição dos parágrafos, enquanto os manuscritos da díade brasileira apresentam parágrafo único, pontuação limitada e várias rasuras, porém são maiores e com enredos bastante criativos.

Dentro desse contexto, é preciso destacar que os alunos conseguem desempenhar as tarefas a partir da orientação dada pelas professoras. Portanto, o resultado por eles apresentado depende muito dessa orientação. Entendemos a metalinguagem como um elemento essencial em toda escrita, pois indicia uma reflexão que incide sobre diferentes aspectos e momentos da construção do texto, como foi apresentado nesta tese. Sua uti-

lização, tanto como ferramenta de escrita, quanto como elemento de orientação durante a apresentação da tarefa pelas professoras é um instrumento revelador do processo de aprendizagem.

Considerações finais

Nossas observações apontam que os alunos refletem sobre sua escrita para reformular o texto devido a problemas relacionados à grafia, à ortografia, à pontuação, à acentuação, à sintaxe e à discursividade, mas também para atender às orientações recebidas das professoras durante o curso de produção textual. Dessa forma, pudemos entender que os alunos encarregados de ditar a história pré-acordada desempenham o papel de um revisor *online* do texto. Além disso, como Apóthelóz (2005) afirma, eles também iniciam ou relembram as proposições previamente combinadas. Por outro lado, os alunos que seguram as canetas atuam controlando e oficializando o que será registrado no papel e nem sempre cumprem o que fora previamente acordado, mudando o curso da narrativa.

Percebemos também que a professora brasileira deixa os alunos mais livres, sem muita cobrança quanto aos aspectos ortográficos da escrita. Contudo, ao apresentar a consigna, a docente reforça os aspectos criativos da produção e fornece pistas para o desenvolvimento de uma narrativa com enredo mais inventivo, valendo-se assim de aspectos da abordagem socioconstrutivista adotada pela escola. Talvez, por isso, as produções brasileiras sejam maiores que as portuguesas, embora os alunos brasileiros apresentem menor conhecimento acerca de aspectos sintáticos, gramaticais e metalinguísticos. Já a professora portuguesa procura apresentar os conceitos gramaticais pela constante verbalização de termos linguísticos, além de trabalhar as marcas de pontuação e elementos estruturais do texto ao longo da produção. Dessa forma, o texto produzido pelos alunos portugueses se apresenta mais bem caracterizado a esse respeito, com paragrafação, iniciais maiúsculas e com índice maior de rasuras.

Esse estudo pode servir como contribuição aos demais projetos que visam à análise de verbalizações realizadas durante processos de escrita colaborativa, bem como aos que pesquisam caminhos que levam os alunos a produzirem uma narrativa de forma cooperativa, lúdica, prazerosa e atraente. A pesquisa tem sua relevância potencializada ao considerar

que a verbalização de *termos linguísticos* pelas professoras atua como relevante fator pedagógico, isto é, como instrumento de aprendizado da língua escrita, durante a interação oral dos alunos.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96**. Brasília: Câmara de Deputados, 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Versão Final**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental: Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

CALIL, E. **Autoria: a criança e a escrita de histórias inventadas**. 2ª Ed. (2009). Ed: EDUEL - Editora da Universidade Estadual de Londrina- PR.

CALIL, E.; FELIPETO, C. **Rasuras e operações metalinguísticas: problematizações e avanços teóricos**. Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas, (39): 95-110, jul./dez. 2000.

CALIL, E.; FELIPETO, C.; AMORIM, K. A., & BORÉ, C. **A gênese de vírgulas em histórias inventadas por alunas recém-alfabetizadas**: identificação de atividades metalinguísticas a partir de inscrições gráficas e comentários espontâneos. Alfa: Revista de Linguística (São José Do Rio Preto), 66, e15203.

CALIL, E. **Sistema Ramos**. Alfa, São Paulo, v.64, e11705, 2020.

CAMPS, A.; GUASCH, O.; MILIAN, M., & RIBAS, T. **Metalinguistic activity**: The link between writing and learning to write. In A. Camps & M. Milian (Eds.), *Metalinguistic activity in learning to write* (pp. 103–124). Amsterdam: Amsterdam University Press. 1999.

CAMPS, A.; GUASCH, O.; MILIAN, M. & NINYEROLA, M. **Reflexão metalinguística implícita em crianças:** Uma abordagem naturalista. Revista de Desenvolvimento Linguístico, 15(3), 123-145. 2020.

COSTA, S. M. **Verbalizações de termos metalinguísticos entre a professora e duas alunas do 2º ano do ensino fundamental.** Cultura Escolar em Tempos de Pandemia. Campina Grande: Realize Editora, 2022.

FABRE, C. Ce qui vaut pour un manuscrit d'écrivain vaut-il pour un brouillon d'écolier?. IUFM e Universidade de Poitiers URA 1031 LEPLE, Univ. de Paris 5, 1993.

FELIPETO, C. **Escrita colaborativa e individual em sala de aula:** uma análise de textos escritos por alunos do ensino fundamental. Alfa, rev. linguíst. (São José Rio Preto) vol.63 no.1, São Paulo: jan./mar. 2019 Epub May 30, 2019.

FELIPETO, C.; MARQUES, M. **O papel da entonação e da repetição no funcionamento da rasura oral em escrita colaborativa na sala de aula.** Revista do GELNE, Natal/RN, Vol. 20 -Número 1: p. 74-86. 2018.

GOMBERT, J. E. Atividades metalinguísticas e aprendizagem da leitura. In M. R. Maluf (Org.). **Metalinguagem e aquisição da escrita.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 19-64, 2003.

GOMBERT, J. E. **Activités métalinguistiques et acquisition d'une langue** », Acquisition et interaction en langue étrangère [En ligne], 8 | 1996, mis en ligne le 05 décembre 2011. Acesso em 20 de outubro, de 2023.

GRÉSILLON, A. **Alguns pontos sobre a história da crítica genética.** Estudos Avançados, 5(11), 7–18. 1991.
<https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100002>.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação.** Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

MARQUES, T.; CARPINTERO, M. **Filosofia da linguagem**. 2012. MARFDL-2 (philarchive.org).

MYHILL, D.A. e Jones, S.M. (2015) **Conceitualizando a compreensão metalinguística na escrita**. *Cultura e educação* 27 (4): 839-867. 2015.

SANTOS, A., CALIL, E. (2021). **As rasuras e os comentários metalinguísticos ocorrentes nos manuscritos escolares produzidos por alunos recém alfabetizados**. DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2021.15.06.28>.

WILLEMART, P. **Bastidores da criação literária**. São Paulo: Editora Iluminuras LTDA, 1999.

A antecipação em contexto de escrita colaborativa no ensino fundamental

*Dayane Rocha de Oliveira*⁸¹

*Cristina Felipeto*⁸²

Introdução

A antecipação é “caracterizada por condutas claramente direcionadas a qualquer evento ou realização posterior” (Calil; Felipeto, 2021, p. 242). Ela é considerada uma “operação fundamental em toda atividade humana” (Anokhina, 2018, p.129) e é “frequentemente definida como a execução antes do tempo determinado” (Sock; Vaxelaire, 2004, p. 5).

Na psicologia, a noção de antecipação é indispensável quando as ações de um sujeito parecem se desenvolver de acordo com um programa prévio que define a ordem sequencial e o percurso das ações, a exemplo das tarefas diárias, como na organização da sequência para o preparo de uma refeição, no planejamento de um dia de trabalho, na marcação de uma consulta médica, dentre outras situações. Assim, uma forma de antecipar consiste em simular mentalmente uma ação ou um comportamento sem realizá-los ou realizando-os posteriormente. No entanto, muitas vezes, antecipamos um movimento sem nos darmos conta do que iríamos fazer, como abrir uma gaveta e não lembrarmos do porquê.

⁸¹ Professora de Língua Portuguesa na rede pública estadual alagoana. Doutora e Mestre em Linguística, na linha de pesquisa em Estudos Textuais e Enunciativos: Oralidade, Leitura e Escrita/UFAL. Integrante do grupo de pesquisa ET&C - Escrita, Texto e Criação, filiado ao Laboratório do Manuscrito Escolar – LAME. Seu trabalho atual centra-se no estudo das antecipações em processos de escrita colaborativa no ensino fundamental. E-mail: dayoliveira92@hotmail.com

⁸² Professora associada da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL). Laboratório do Manuscrito Escolar (LAME). Maceió –AL –Brasil. Integrante do grupo de pesquisa Ensino, Texto e Criação (ETC) e do Laboratório do Manuscrito Escolar -LAME. E-mail: cristinafelipeto@fale.ufal.br. ORCID:0000-0003-3729-0796. E-mail: cristinafelipeto@fale.ufal.br

Da mesma forma que a antecipação está presente em nosso dia a dia, ela também ocorre em produções escritas. Para evidenciar isso, buscamos ancoragem teórica na Genética de Textos, na Linguística da Enunciação (benvenistiana) e na Psicologia Cognitiva. A presença da Psicologia Cognitiva justifica-se pelo fato de, como afirma Grunig (2002), um escrevente não ter como escapar às restrições de ordens neuropsicolinguísticas, mentais e orgânicas, de forma que

É hora de os linguistas se interessarem não apenas pelas estruturas das línguas, mas também pelo que, na prática da produção da linguagem (oral ou escrita), restringe⁸³ o falante, e a consideração das observações feitas pelos neuropsicolinguistas está certamente se tornando de grande valor, desde que, naturalmente, saibamos como estabelecer o que, de seus resultados, pode ser analisado à luz das teorias linguísticas. (p. 117).

Para Authier-Revuz (1990), reconhecer e dar conta daquilo que lhe escapa, não é, para a linguística, “abrir suas comportas e afogar-se, mas descentralizar-se fora de um lugar ilusório e/ou dar-se um ancoramento real, mas fora de si própria” (p. 35). Isto é, a linguística deve reconhecer os limites de seu campo e incorporar aspectos externos que lhe escapam, sem, contudo, perder sua estrutura teórica.

O presente trabalho é um recorte da tese, que observou, ao todo, 12 processos de produção textual produzidos por duplas de alunos do 2º ano do ensino fundamental, com idades entre 6 e 7 anos, investigando as duas formas de antecipação que ocorrem em textos escritos. Abaixo, apresentamos os demais campos teóricos que embasam esse trabalho.

Gênese Textual, Enunciação e Sistema Ramos: acesso privilegiado às antecipações

Além da Psicologia Cognitiva, a Genética de Textos, campo crescente em várias áreas e países, permite novas formas de leitura através da análise dos processos de produção da linguagem oral e escrita. A (re)constituição dos estados sucessivos guarda a memória da gênese do processo e

⁸³No original, “contraindre” pode ser traduzido por “coagir”, “compelir”, “pressionar”, mas, também, por “restringir”, “limitar”.

o investigador pode, assim, ao dispor dos traços e dos índices materiais (anotações, rabiscos, rasuras) apreender o que, caso se dispusesse apenas do produto (texto acabado), seria inapreensível.

Para Doquet-Lacoste (2003), a Genética Textual inaugura um novo modo de análise: “Novo pelos seus métodos, que tentam reconstituir não o melhor texto possível, como a filologia, mas os possíveis do texto” (p. 54). O estudo genético se inicia a partir dos traços materiais do processo de produção. No entanto, o manuscrito, segundo Grésillon e Lebrave (1983), “é esta parte que emerge do iceberg” (p. 07) e que dá acesso concreto a tudo o que preexiste, antes do texto ser dado como acabado. Sendo apenas a ponta do iceberg, ainda que tenhamos acesso ao processo de escrita referente ao momento de sua prática, não temos acesso a todo o processo mental que o gerou, pois só é possível conhecermos enunciações enunciadas, restando toda uma grande parte inacessível.

Para além das diversas perspectivas sobre as quais se apoiam (enunciativas, sócio construtivistas, cognitivas), uma questão comum a todos os pesquisadores que privilegiam a “produção sobre o produto”, a “textualização sobre o texto”, o “múltiplo sobre o único”, a “enunciação sobre o enunciado”, o “dinâmico sobre o estático” (Grésillon, 1994, p. 07), é o manuscrito enquanto objeto estruturado pelo tempo e pela história, manuscrito que coloca em evidência aquele que o produz. A noção de sujeito que subjaz a nossos trabalhos é o que advém pela linguagem, que é apenas na e pela linguagem que se constitui como sujeito. Seguimos Flores quando afirma que:

Esse sujeito, de que fala Benveniste, é aquele que, por um ato singular de utilização, se propõe como sujeito da enunciação. É a linguagem o elemento que funda e instaura no homem a categoria de pessoa, condicional para o exercício da língua no contexto das diversas trocas sociais e discursivas. (Flores, 2015, p. 530).

O “eu” fala para um “tu” a propósito “dele” - tal é a condição básica do diálogo que tem como característica a reciprocidade: “que eu me torne tu na alocação daquele que, por sua vez se designa por eu” (Benveniste, 1991, p. 286). É o exercício enunciativo intersubjetivo que funda a noção

de diálogo⁸⁴ e que torna possível toda comunicação linguística. Em nosso caso, a captura desse exercício enunciativo é a forma através da qual se tornou possível analisarmos o processo de escrita envolvendo alunos escrevendo de forma colaborativa.

O método de apreensão/captura do processo varia de acordo com as ferramentas disponíveis. Em nosso caso, utilizamos o Sistema Ramos⁸⁵ (SR), recurso tecnológico composto por equipamentos multimodais que registra a escrita *se fazendo* em tempo e espaço real da sala de aula, capaz de capturar fala, gestos, escrita, interação entre alunos e entre alunos e professor no momento da produção, fornecendo pistas para a compreensão das formas pelas quais as antecipações ocorrem enquanto os alunos escrevem e/ou dialogam sobre o que escrevem.

Na sequência, abordamos o papel da antecipação na automatização da escrita.

O papel da antecipação na automatização da escrita

O processo de escrita é uma aprendizagem que só ocorre em um contexto formal e explícito de ensino e está intimamente relacionado ao desenvolvimento motor. É uma atividade motora que precisa ser automatizada⁸⁶. Como afirma Seraphin-Thibon (2018), o processo de escrita é fluido e rápido, pois a produção de cada letra repousa sobre a ativação de uma memória processual, de forma que nossas produções motoras se assentam na ativação de uma memória do processo: os caminhos pelos quais um movimento deve seguir para ser realizado criam, com o tempo, uma representação desse movimento na memória e essas informações ficam registradas de forma perene.

Nesse sentido, a criança controla gradualmente os músculos de seu corpo e executa movimentos voluntários, de sorte que, reflexos, antes primários, impulsivos, desaparecem em decorrência do desenvolvimento

⁸⁴ Felipeto (2019) afirma que “a intersubjetividade é inerente à escrita compartilhada e face a face”.

⁸⁵ Mais informações em Calil (2020), mentor do Sistema Ramos.

⁸⁶ Entende-se como escrita automatizada aquela que é fluida e rápida.

do sistema nervoso central. Os movimentos tornam-se, então, adaptados, estabilizados. O mesmo ocorre com o desenvolvimento da motricidade fina⁸⁷, como o controle de um lápis ou uma caneta. Dessa maneira, a automatização da escrita está associada ao desenvolvimento da motricidade fina e ao momento em que sua recuperação na memória não requer tanto esforço. O movimento, aliado à prática, é armazenado na memória de longo prazo e recuperado durante a produção da escrita. Ainda segundo Seraphin-Thibon (2018), a maior parte da evolução se situa no período entre 6 e 8 anos, cuja estabilização do traço ocorre, em média, entre 8 e 10 anos. A estabilização do traço começa e se automatiza com a prática e o aumento das capacidades cognitivas e mnésicas. A relação entre antecipação e automatização reside no fato de

O nível de automatização [está] também intrinsecamente ligado à capacidade de antecipar os gestos subsequentes [de modo que] a escrita fluida e rápida só pode ser feita escrevendo uma letra enquanto programa os movimentos necessários para produzir a próxima letra. (Seraphin-Thibon, 2018, p. 67).

Essa predição de gestos futuros ocorre apenas porque há movimentos já interiorizados, de modo que unidades (letras), sendo executadas, carregam a impressão de unidades ainda a serem executadas (Louis-Dam, L.; Kandel, S.; Orliaguet, J-P., 2000), de forma que cada gesto de caligrafia (ou digitação, em caso de escritas digitadas) registra em nossa memória os caminhos de seus movimentos.

Antecipação prospectiva e antecipação retrospectiva: a antecipação como estratégia de escrita e como “execução antecipada de um ato”

De acordo com Anokhina (2018, p. 132), há dois tipos de antecipação, o primeiro e mais usual é aquele em que há um “movimento de pensamento que imagina ou vivencia um acontecimento antecipadamente”.

⁸⁷A maneira como usamos os nossos braços, mãos e dedos diz respeito à motricidade fina. Usar a mão e os dedos de forma precisa é essencial para a aprendizagem da escrita.

Um exemplo disso com relação à linguagem é quando o escrevente pausa e reflete sobre alguma dúvida consigo próprio ou com um outro, visando evitar um possível erro ou um sentido indesejado. Essas dúvidas são de ordens variadas, englobando a ortografia, a grafia, o sentido, a sintaxe etc. O segundo caso é o da “execução antecipada de um ato”, quando uma letra, sílaba e até mesmo uma palavra inteira aparece cedo demais na cadeia sintagmática, antes do previsto (Anokhina, 2018).

Cabe dizer que a autora analisa apenas produtos e não processos de produção textual que possam mostrar (e assim permitir compreender melhor) como e por que isso ocorre. Além do mais, Anokhina (2018) representa esse fenômeno em rascunhos de grandes escritores, no entanto, nós o evidenciamos em textos escritos por alunos recém-alfabetizados.

Seguindo uma definição semelhante à de Anokhina (2018) para a ocorrência da antecipação retrospectiva, em seus estudos, Grunig (2002) comenta que:

mesmo nas mentes mais claras e conceituadas parece existir [...] uma quase simultaneidade entre a palavra ou sintagma que acaba de ser escrita e aquela que promete vir imediatamente. Parece impor-se ao escritor – em certos fragmentos – uma necessidade de não interromper o curso da escrita, de escrever tão rápido quanto pensa. (p. 120).

Assim, Grunig (Idem, Ibidem) reflete que ao menos dois registros estão em concorrência: o que acontece mentalmente e o que acontece por escrito. Além desses trabalhos acerca da antecipação, Calil e Pereira (2018) refletem acerca dos desafios da escrita enfrentados por escreventes novatos, de modo que analisam geneticamente como esses alunos reconhecem e antecipam problemas ortográficos (PO) quando escrevem a dois um único texto. Esses pesquisadores apresentam um dos casos de antecipação evidenciados em nosso trabalho, a saber, quando a antecipação está associada à revisão, ou seja, é uma antecipação que objetiva evitar o erro no papel. Outro caso apresentado por eles diz respeito aos problemas ortográficos reconhecidos após o erro já estar registrado no papel. Assim, o primeiro caso é nomeado por eles de “problemas ortográficos reconhecidos antecipadamente (PO-RA) pelos alunos”, que ocorre quando há “comentários proferidos nos momentos imediatamente anteriores aos seus

registros gráficos na folha de papel”. Já o segundo é denominado “problemas ortográficos reconhecidos posteriormente (PO-RP), isto é, aqueles que foram identificados pelos alunos e comentados somente após seu registro gráfico ter sido realizado” (2018, p. 99).

Calil e Pereira (2018), portanto, identificam, na escrita em díade, a capacidade cognitiva dos alunos em recuperar informações recebidas e suas habilidades metalinguísticas. Os autores reconhecem, neste processo, como os estudantes mobilizam diferentes estratégias e informações sobre a ortografia. Além disso, observam que os problemas ortográficos foram antecipados, em maior número, pela aluna escrevente, enquanto os posteriores foram observados pela aluna ditante, que assumiu o papel de revisora. Nesta perspectiva, isso ocorreu devido aos níveis de conhecimento e informações que cada aluna possuía.

A partir dos estudos de Calil e Felipeto (2021), também podemos refletir acerca da antecipação, trabalho no qual se discute a antecipação de problemas ortográficos e sua relação com as atividades metalinguísticas em alunas recém-alfabetizadas. Nesta investigação, concluiu-se, assim como na pesquisa de Calil e Pereira (2018), que na escrita colaborativa a dois, as antecipações ortográficas parecem predominar nas ações da escrevente e não nas da ditante, e que esse reconhecimento antecipado apresenta “tripla ação linguístico-cognitiva: reconhecimento antecipado do problema, reflexão e solução” (p. 254). Desse modo, os alunos ganham autonomia durante a produção a dois, uma vez que buscam resolver entre si os problemas oriundos da produção escrita, conforme aprendem em sala de aula. Na parte seguinte, apresentamos, em 2 amostras selecionadas da tese, como ocorrem os dois casos de antecipação durante a produção textual em curso a partir do Sistema Ramos, nosso método utilizado para a coleta dos dados.

Análise por meio do Sistema Ramos: como as antecipações ocorrem enquanto os alunos escrevem e/ou dialogam sobre o que escrevem

Os dados pertencem ao Laboratório do Manuscrito Escolar (LAME), da UFAL, e foram coletados através dos seguintes procedimentos: após diversas leituras de histórias em casa e na escola, sugeridas pelos

professores, os alunos foram agrupados em díades para a produção de um único texto. Cada aluno recebe um microfone de lapela, um gravador acoplado à cintura e uma câmera é instalada à frente das carteiras. As díades são organizadas seguindo um critério de afinidade e precisam, antes de iniciar o exercício de escrita, combinar a história, que pode ser desenvolvida a partir de uma temática livre, apresentar uma narrativa sobre o bem e o mal, formar um conto etiológico, etc. Feito o combinado, é dada à dupla uma folha com micropontos e uma caneta *smartpen*, que registra o processo de escrita em tempo real. Em seguida, ocorre o momento da formulação e, por último, há a releitura do que foi escrito para alterar o texto, caso seja preciso. Além disso, os alunos confeccionam um desenho para ilustrar a história criada.

Todos os dados seguiram o mesmo protocolo e os alunos foram orientados a colocar o elemento rasurado entre parênteses ou passar apenas um traço sobre o texto corrigido, com vistas a preservar o que foi “apagado”. Filmagem, áudio e captura dos momentos antes, durante e depois da produção escrita foram realizados por meio do Sistema Ramos, que dispõe de instrumentos capazes de capturar todo processo, criando, assim, um filme sincronizado. Após a sincronização das diferentes mídias é realizada a transcrição de todo o processo.

Abaixo, apresentamos, inicialmente, o momento em que os alunos refletem sobre o que será escrito (antecipação prospectiva). Nos dados abaixo, figura 1 e transcrição 1, I⁸⁸ é o escrevente (escreventes serão indicados com o nome sublinhado) e C, o ditante. Destacamos em vermelho o objeto textual⁸⁹ reconhecido pelos alunos e em verde as tentativas de reconhecimento desse objeto textual a partir dos conteúdos estudados em

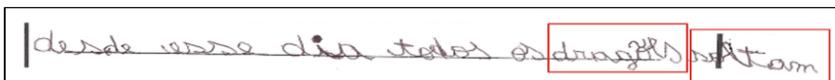
⁸⁸ Todos os nomes dos alunos foram substituídos por sua letra inicial.

⁸⁹ Em Calil e Pereira (2018), o termo “objeto textual”, aqui adotado, é evidenciado quando, no texto em curso, o “elemento textual”, isto é, os elementos utilizados para a composição de um texto (seja a escolha de nomes para os personagens, seja o uso de maiúsculas ou minúsculas ou qual sinal de acentuação utilizar, entre outros) são reconhecidos e quando há um retorno sobre eles. Assim, segundo os autores, o elemento textual se transforma em objeto textual quando um desses elementos é reconhecido e os alunos comentam algo sobre ele, geralmente em forma de dúvida.

sala de aula, de modo a observar o que já está ou não automatizado a partir das atividades metalinguísticas.

Antecipação como estratégia de escrita (antecipação prospectiva)

Figura 1 – Fragmento do texto: “Por que o dragão solta fogo?”, inventado por C e I em 21/05/2012



Fonte: Laboratório do Manuscrito Escolar 2012

Transcrição 01 – C e I refletindo sobre o texto “Por que o dragão solta fogo?”

565. I: (Pergunta olhando para C que volta a fazer gestos de luta.) Dragões é o quê? Dragões? Dragões é com ‘o’? (C acena positivamente com a cabeça e I escreve [o])
566. C: (Soletando e I escrevendo [e]) E... s (I escrevendo [s]). Dragões.
567. I: E o til?
568. C: Não. Não tem não til.
569. I: Se não. Se não seria dragoes (Acentuando o som aberto da letra ‘o’ sem a nasalização favorecida pelo til).
570. C: (C olha atentamente para o manuscrito e concorda com I.) Ah, é.
571. ____I: Dragoes (Acentuando novamente o som aberto da letra ‘o’ sem a nasalização favorecida pelo til).
572. C: (Indicando a letra que recebe o til.) No ‘o’.
573. ____I: Acento til no ‘o’. (Escrevendo [~]). Sabia.
574. C: (Lendo.) Todos os dragões soltam...
575. I: (Falando bem baixinho e escrevendo [sol]) Soltam. Soltam (Falando bem baixinho e escrevendo [ta]) Soltam. Com til? (Olhando para C que acena negativamente com a cabeça.)
576. C: Não tem til.
577. I: Assim, seria no futuro, nera? Sol-tão (Acentuando o som de ‘ão’).
578. C: É. Tão. (I escrevendo [am]) Fogo.

Fonte: Laboratório do Manuscrito Escolar 2012

No diálogo entre C e I observamos vários aspectos sobre o desenvolvimento ortográfico e a compreensão de acentuação pelos alunos. Nos turnos 565 a 567 I, o escrevente, pausa e antecipa sua dúvida perguntando ao colega C sobre a grafia da palavra “dragões”. O aluno questiona, especificamente, se há um “o” e um til. C, o ditante, confirma a grafia correta passo a passo, enquanto I escreve. Em seguida, mais uma pausa nos turnos 568 a 570. C e I discutem a necessidade do til na palavra “dragões”. I reflete que, sem o til, a pronúncia seria diferente (dragoes). A partir desse argumento, C reconhece o erro que cometeria e confirma a necessidade do til. Nos turnos 569 a 573 há o reconhecimento da nasalização, quando I destaca a diferença fonética entre “dragoes” (sem til) e “dragões” (com til). C concorda e ajuda a identificar a letra que precisa do til, reforçando a compreensão da nasalização favorecida na palavra.

Na continuação do processo de produção do texto, I pausa e pergunta, no turno 575, se a palavra “soltam” tem til. C nega e I reflete sobre a diferença entre “soltam” e “soltão”, demonstrando compreensão sobre o uso do til para indicar a nasalização e a diferenciação temporal (futuro). Após a explicação, nos turnos 577 a 578, I demonstra seu conhecimento ortográfico quando aplica corretamente o conceito de nasalização ao distinguir “soltam” (presente) de “sol-tão” (futuro), enquanto C confirma a explicação. Nesse contexto, I generaliza este conhecimento adquirido ao sugerir a ideia de “soltão”, que, apesar de ser um cruzamento fictício entre “vão” e “farão” com “soltar”, sintetiza as aprendizagens sobre o uso do til e a nasalização.

Esse recorte dos dados de C e I traz muitas reflexões acerca da antecipação na escrita, pois revela como os alunos utilizam a colaboração e a metacognição para resolver dúvidas ortográficas. Para melhor compreensão, nesse exemplo, as rasuras orais⁹⁰ foram: “drago” e “soltão”, objetos textuais questionados pelo escrevente.

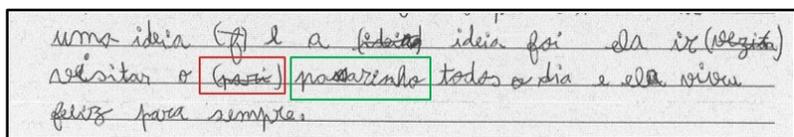
O diálogo entre os alunos demonstra como a interação e a colaboração podem facilitar a aprendizagem e a correção desses erros a partir das

⁹⁰ Rasura oral é um conceito elaborado por Calil (1998, p.108) para explicitar os retornos ocorridos oralmente durante o diálogo entre duas pessoas em uma situação de escrita colaborativa. Essa rasura indica a espontaneidade e a imprevisibilidade como cada aluno modifica os elementos a serem colocados no manuscrito em curso.

revisões que fazem de forma oral. Essas regras que envolvem o uso de “ão” e “am” na escrita estão relacionadas principalmente à conjugação de verbos e à nasalização das vogais, por isso são frequentemente questionadas pelos alunos.

Antecipação com movimento retrospectivo (antecipação retrospectiva)

Figura 2 - Fragmento do texto: “O ovo especial”, inventado por B e L em 27/02/2015



Fonte: Laboratório do Manuscrito Escolar 2015

Transcrição 02 – B e L refletindo sobre o texto “O ovo especial”

269. B: *Então o passarinho...* (S.I.)

270. L: então, en...tão...hum... teve...uma i...de...ia, ideia :: foi :: ela ir vi...si...tar :: o pas...sa...ri...nho [uma ideia (f) e a (ideias) ideia foi ela ir (vezita) visitar o *passari* Orr! (*pari*) passarinho todos o dia e ela viveu feliz para sempre.].

271. B: olha a caneta! (B tenta ajeitar a caneta na mão de L) Olha a caneta!

272. L: Para! *pas...sa...rinho* (passarinho) todos, os, dias :: e ela, vi...veu... Fe...liz...para...sempre. Aqui. Já está. Agora só falta duas linhas. Se tu quer continua... quer continuar

273. B: (Respondendo negativamente com a cabeça) Tá bom agora tá bom. Só deixamos duas linhas. (L levanta a mão para chamar a professora) Fizemos dezoito linhas... fizemos dezoito linhas... dezoito! (Exclama feliz com o tamanho do texto) Tá bom... Agora tá bom. :: (B pegando a folha)

Fonte: Laboratório do Manuscrito Escolar 2015

O dado acima ocorre entre 01:09:40 e 01:13:30 e revela a antecipação de termos no substantivo “passarinho”, quando L, a escrevente, registra “pari”. Nessa ocasião, a própria escrevente percebe o equívoco, rasura, como se vê no quadrado em vermelho, e reescreve corretamente a palavra. Conforme apresentado por Anokhina (2018), nos casos de antecipação como dessincronização entre planificação do enunciado e gesto motor de escrita ocorrem os seguintes processos:

1. Projeto pré-verbal ----- 2. execução motora----- 1. inscrição do termo--- 3. armazenamento--- 4. intervenção do corpo de controle---- 5. execução motora (apagamento)----- 6. Recuperação na memória de curto prazo ---- 7. Execução motora (reescrita do mesmo termo). (Anokhina, 2018 p. 150).

Esse modelo proposto por Anokhina (2018) indica que a antecipação e a correção do termo “passarinho” não são processos aleatórios, mas seguem uma sequência lógica de eventos psicomotores. O primeiro passo envolve a planificação do enunciado (projeto pré-verbal), que antecede a execução motora inicial da escrita do termo.

A aluna L escreveu “pari” em vez de “passari”, no turno 270, o que pode indicar uma interrupção na fluência entre o planejamento e a escrita. Isso pode ter ocorrido porque, provavelmente, ao ver que já havia escrito “pa”, ela pode ter assumido que tinha escrito “passa” e talvez confundido a letra “a” da primeira sílaba com a letra “a” da segunda sílaba. Assim, completou com “ri”, resultando em “pari” em vez de “passari...nho”. Essa situação está de acordo com os estudos de Orliaguet, Kandel e Boe (1997), quando afirmam que nossos olhos processam os traços gráficos das palavras com base em nosso conhecimento prévio sobre os movimentos motores necessários para escrevê-las. Esse processo de percepção visual é influenciado pelo entendimento que temos dos movimentos envolvidos na escrita.

Essa falha mostra uma descoordenação entre o pensamento e a ação, levando a um resultado diferente do planejado. Após a inscrição do termo incorreto, o processo de armazenamento recebe o erro na memória de curto prazo. O corpo de controle, responsável pela monitorização contínua da escrita, identifica o erro. Em seguida, há uma intervenção, na qual a revisão é convocada. Assim a execução motora é ativada para apagar a inscrição incorreta. A memória de curto prazo é então acessada para recuperar a forma correta do termo, culminando na execução motora final que reescreve “passarinho”, agora corretamente.

Conclusão

Este trabalho colocou em evidência dois tipos de antecipação em textos escritos colaborativamente por escreventes novatos, a saber, a antecipação que produz uma interrupção no processo enunciativo, isto é, uma pausa para refletir sobre o que será escrito, visando evitar o erro ou um sentido indesejado (antecipação prospectiva) e as produzidas por uma dessincronização entre os processos cognitivos de planificação do enunciado e sua execução motora (quando há antecipação de letras ou sílabas - antecipação retrospectiva).

Este artigo, portanto, destaca a importância da antecipação na compreensão da gênese textual, com base na análise de 12 processos de escrita colaborativa, aqui representados por duas amostras. Os resultados indicam a presença das duas formas de antecipação nos processos de escrita de alunos do 2º ano, revelando significativas contribuições para práticas pedagógicas e para o desenvolvimento de habilidades metacognitivas, com destaque para os aspectos de ortografia, de acentuação, de pontuação, de progressão textual, assim como de coesão e de coerência nos textos produzidos. A contribuição pedagógica dessa pesquisa ressalta a relevância de incluir a antecipação no currículo escolar como uma prática contínua e sistemática, reforçada pelo professor, para que os alunos desenvolvam gradualmente essa habilidade em um processo de aprendizagem progressivo.

Ademais, a antecipação na escrita, desenvolvida com a finalidade de fortalecer o processo de revisão e reescrita, permite que os alunos identifiquem e corrijam seus erros de forma autônoma, com o apoio do colega e o auxílio do professor. Essa habilidade promove, ainda, maior interação entre as díades durante a produção escrita, favorecendo o aprendizado coletivo e a construção conjunta de sentidos no texto.

A partir desta pesquisa e dos dados analisados, foi possível observar que, na antecipação prospectiva, há sempre uma pausa, uma interrupção no processo enunciativo, para verificar o termo correto a ser utilizado a fim de evitar um erro no papel. Em nosso caso, assim como nos trabalhos de Calil e Pereira (2018) e Calil e Felipeto (2021), o problema foi reconhecido e antecipado pelos alunos escreventes. Nesse tipo de produção, há a presença de rasuras orais, que foram verificadas através do filme-sincronizado oferecido pelo Sistema Ramos. É preciso considerar, também, que as

escolhas de termos empregados foram feitas de forma consciente pelos alunos, quando houve uma dúvida acerca dos problemas encontrados durante a produção textual. Esse caso envolveu pausas e reflexões metalinguísticas, além de uma quebra na linearidade enunciativa, quando houve hesitações e interrupções durante a escrita.

Já nas ocorrências de antecipação retrospectiva, acreditamos, da mesma forma que Anokhina (2018) e Grunig (2002), que houve uma dessincronização entre os processos cognitivos de planificação do enunciado e sua execução motora, em que o elemento antecipado foi percebido, em sua maioria, pelos alunos escreventes. O elemento antecipado foi rasurado e reapareceu na sequência. Nesse caso, o escrevente já “ativou” os caminhos físicos pelos quais espera que os movimentos daquela escrita continuem. No entanto, houve uma infração sintagmática, um adiantamento de uma letra, sílaba ou palavra inteira, que não deixou suas causas visíveis e nem se expressa como uma escolha do escrevente. Nesse sentido, acreditamos que esse movimento está relacionado à automatização da escrita, tendo em vista que uma escrita mais fluente, conforme aborda Seraphin-Thibon (2018), só pode ser efetivada escrevendo-se uma letra enquanto se programa os demais movimentos necessários para a produção das próximas. Dessa forma, a aprendizagem da escrita, seu traçado, tem relação com a internalização do movimento.

A partir desse trabalho, é possível apresentar sugestões de aprendizagem que possam facilitar e aprimorar o trabalho de produção escrita nas escolas, por exemplo: o estímulo da autonomia dos alunos durante a produção escrita a dois, como na resolução dos problemas enfrentados no momento da construção textual; a explicitação da importância da escrita colaborativa na sala de aula; a sugestão do aumento do tempo nas tarefas de produção escrita na escola, para que os alunos discutam mais, brinquem com a linguagem, produzam textos com um melhor conteúdo e maior criatividade, e não se sintam pressionados para finalizar rapidamente seus textos; além do revezamento entre ditante e escrevente durante as produções textuais na escola.

Por fim, é relevante evidenciar que a escrita colaborativa é primordial para a aprendizagem da produção textual em sala de aula, visto que os alunos buscam resolver os problemas textuais entre si, e não apenas com o auxílio do professor, lembrando, com isso, o que já foi explicado em

sala de aula pelo docente. Além do mais, construir a dois um único texto favorece o diálogo e potencializa a atividade metalinguística, por isso é importante que, em sala de aula, o professor crie tarefas de escrita nas quais os alunos possam comentar, refletir, raciocinar, justificar e explicar suas escolhas, visando uma maior compreensão e reflexão acerca da língua.

Referências

ANOKHINA, O. Les corrections anticipatoires: Résultat de la désynchronisation des processus cognitifs lors de l'écriture. In: ANOKHINA, O; IDMHAND, F. (org.) **La fabrique du texte à l'épreuve de la génétique**. Paris Éditions des archives contemporaines, 2018.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativas. Trad. J. W. Geraldi. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, (19): 25-42, jul./dez. 1990.

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, p. 284-293, 1991.

CALIL, E. **Autoria**: a criança e a escrita de histórias inventadas. Maceió: Editora da universidade Federal de Alagoas, 1998.

CALIL, E. Sistema Ramos: Método para captura multimodal de processos de escritura a dois no tempo e no espaço real da sala de aula. **Revista Alfa**, p. 1-29 v. 64, 2020.

CALIL, E.; PEREIRA, L. A. Reconhecimento antecipado de problemas ortográficos em escreventes novatos: quando e como acontecem. **Revista Alfa**, p. 91-123, v. 62, 2018.

CALIL, E.; FELIPETO, C. Antecipação de problemas ortográficos e sua relação com atividades metalinguísticas em alunas recém-alfabetizadas. P. 240-256. Conela, 2021. In: **Linguística Aplicada: panorama de estudos teóricos e práticos no Nordeste**. Marcos Vinícius Freitas Mussi- organizador. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 313p.

DOQUET, C. Etude génétique de l'écriture sur traitement de texte d'élèves de Cours Moyen 2. 2003, 636 p. **Thèse de Doctorat de l'Université de Paris III Sorbonne nouvelle en Sciences du Langage**. Paris, 2003.

FELIPETO, C. Escrita colaborativa e individual em sala de aula: uma análise de textos escritos por alunos do ensino fundamental. **ALFA: Revista de Linguística** (UNESP. online), v. 63, p. 133-152, 2019.

FLORES, V.; FERREIRA JÚNIOR, J.T., CAVALCANTE, M. A. **Teoria de Benveniste sobre a personalidade e seus desdobramentos na enunciação infantil**. *D.E.L.T.A.* 31-2, 2015 (527-558).

GRÉSILLON, A. **Éléments de critique génétique**: lire les manuscrits modernes. Paris: P.U.F., 1994, p. 07.

GRESILLON, A.; LEBRAVE, J. Avant-Propos. In: **Langages**, 17, n. 69, 1983.

GRUNIG, B.-N. Linguistique et brouillons, dynamique et synchronisation. In: **Langages**, n. 147, 2002, p. 113-123. information on the prediction of forthcoming letters *Perception*, volume 26, 1997, p 905-912.

LOUIS-DAM, A., KANDEL, S., & ORLIAGUET, J.-P. (2000). Perception visuelle des mouvements humains: Anticipation motrice et anticipation perceptive [Visual perception of the human movements: Anticipation motrice and perceptive anticipation]. **Psychologie Française**, 45(4), 333–342.

ORLIAGUET, J-P. KANDEL; S. BOE, L-u. **Visual perception of motor anticipation in cursive handwriting**: Influence of spatial and movement

SERAPHIN-THIBON, L. Étude de l'automatisation des mouvements d'écriture chez l'enfant de 6 a 10 ans. **Psychologie**. Université Grenoble Alpes, 2018.

SOCK, R ; VAXELAIRE, B. **L' anticipation à l' horizon du présent,**
Mardaga, 2004.

PARTE VI
LITERATURA

Poesia indigenista, métrica dos cantos quéchuas, a capacidade de criação e a sua adaptação em “Cantos y Cuentos Quechuas” de José Maria Arguedas

*Marco Antonio Ccabuana Peceros*⁹¹

*Susana Souto Silva*⁹²

Introdução

A suposta carência da escrita entre os povos originários da América antes da chegada dos povos europeus, ou a suposta incapacidade destes para criá-la, justificou em parte o tratamento desumano de apagamento de sua identidade, articulada em uma tentativa de dominar em “nome de uma supremacia cultural” (Bhabha, 1998, p. 64), praticado pelos povos ditos “civilizados” e/ou “enviados por Deus” contra os nativos deste lugar.

É possível que tenha existido, sim, uma escrita nas culturas pré-colombianas, pois parece pouco provável a administração de grandes impérios como os situados no antigo Peru e no México, sem um tipo de registro. A eliminação deste tipo de escrita⁹³ seria uma estratégia conveniente aos

⁹¹ Graduado em Letras-Inglês pela UNINASSAU (2023); possui especialização em Metodologia de ensino de língua portuguesa e língua inglesa pela FAVENI (2023); mestrando do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (2024 - 2025). E-mail: marco_euded@hotmail.com

⁹² Professora Associada da Universidade Federal de Alagoas, onde atua na graduação e na pós-graduação da Faculdade de Letras, na linha de pesquisa Literatura: Poéticas, Cultura e Memória. Integra o GT da ANPOLL Teoria do Texto Poético. Participa como pesquisadora do projeto Memorial Poético dos Anos de Chumbo: Levantamento, Análise e Antologia, aprovado no Edital Pró-Humanidades (CNPq/MCTI/FNDCT). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em literatura brasileira moderna e contemporânea, com pesquisas sobre memória, escrita e leitura. E-mail: ssoutos@gmail.com

⁹³ Ibarra (1953) relata que o governador Rivera, em 1788, informou à Audiência e Chancelaria Real da Prata dos Charcas – tribunal mais alto da Coroa Espanhola na região do Alto Peru, atual Bolívia – sobre um tipo de escrita com hieróglifos dos índios Moxos (região Beni, Bolívia), os quais eram usados para escrever os anais do seu povo

européus para “garantir que o conhecimento da diferença cultural exclua o outro” (Op. cit., p.59). Os colonizadores não se interessavam pela disseminação de informações que viessem a fragilizar seu domínio sobre os povos supostamente “não civilizados”.

Tayta⁹⁴ Arguedas ressalta que o *kechwa*⁹⁵ é um idioma suficientemente rico para a expressão do homem “superior” e que outras línguas, como o espanhol, não conseguem expressar como essa a relação entre o homem e a natureza. Com ou sem a escrita, sobreviveram aos mais de três séculos de colônia algumas tradições dos povos originários que podem ser encontradas na poesia oral, no artesanato e na gastronomia. No Peru, como ressalta Arguedas (1938), observamos o *harawi* e o *huayno*, gêneros de poesia y música indígenas, que perderam sua pureza *kechwa*, mas incorporaram palavras em castelhano e resultaram em novas palavras *kechwas*.

No presente artigo, propomos uma análise da relação do homem andino com a natureza através da prosopopeia e da métrica dos poemas escritos por Arguedas que, sendo Diretor da *Casa de la Cultura* do Peru, realizou o registro sonoro das canções transmitidas oralmente pelo Ande peruano – nas regiões de Ayacucho, Apurímac e Huancavelica – e os transfigurou em uma literatura escrita por meio de poemas publicados em “*Cantos y cuentos quechuas*” (1986), para “demonstrar que o índio sabe expressar seus sentimentos em linguagem poética; demonstrar a capacidade de criação artística e fazer notar que, o que o povo cria para sua própria expressão, é arte essencial” (Arguedas, 1938). De acordo com Mendivil (2013), as poesias de tradição oral foram armazenadas para serem acessíveis aos investigadores do futuro e, principalmente, para salvar a música andina quéchua de uma possível extinção.

em tabuas ou pedaços de cana, por meio de vários signos; o manejo de estes hieróglifos requeria de boa inteligência e muitas combinações. Ibarra reúne relatos que cronistas faziam, na época colonial, sobre escrituras incipientes ou hieróglifos dos índios, destaca ainda que a existência dessa escrita é anterior aos Incas.

⁹⁴ José María Arguedas Altamirano era carinhosamente chamado de *Tayta* (Senhor ou pai) Arguedas.

⁹⁵ Conservamos a escritura original de Arguedas (1938) “*kechwa*”, atualmente escreve-se “*quechua*”, para referir-se à língua dos Incas e na atualidade uma das línguas oficiais do Peru.

O Quéchua e sua adaptação

Para Behm (2019), a arte, especialmente a música, é a expressão mais íntima do espírito indígena e por isso seus valores são inumeráveis. Arguedas ressalta que, mesmo no sofrimento, o povo indígena usa a música como meio de fuga para esquecer a opressão vivida, “cantando, dando gritos, zapateando fuerte. Los muchachos seguíamos a los wifaleros⁹⁶; [...] En esos días, creo que nadie se acordaba de lo que habían sufrido” (Arguedas, 1986, p. 13)

O quéchua ou *kechwa* sofreu pouca alteração nos tempos da colônia, adicionando e quechualisando algumas palavras do espanhol. Ainda assim, permanecem perceptíveis, contemporaneamente, algumas de suas características do século XVII, comentadas pelo Inca Garcilaso de la Vega.

Também é de advertir que naquela língua geral do Cuzco, faltam as seguintes letras: B, D, F, G, J; L avulsa não há, senão LL duplicada, pelo contrário não há pronúncia da RR duplicada em princípio, nem no médio da dicção, senão há de se pronunciar como uma R só. Também não tem X, de maneira que faltam no total seis letras do abecedário espanhol ou castelhano e podemos dizer que faltam oito com a L avulsa e com a RR duplicada. (Garcilaso de la Vega, 1985, p.7, tradução nossa).

A ortografia quéchua, segundo Calvo, é quase totalmente fonológica:

Os fonemas vocálicos são três: /a/, /i/, /u/. As consoantes são vinte e quatro: /č/, /č', /čh /, /h/, /k/, /k', /kh /, /l/, /λ/, /m/, /n/, /ñ/, /p/, /p', /ph /, /q/, /q', /qh /, /r/, /s/, /š/, /t/, /t', /th /, /y/. As semiconsoantes são dois: /j/ e /w/. Os fonemas consonânticos sonoros /b/, /d/, /g/ aplicam-se nos empréstimos; também /ɸ/ ante líquida (senão, substituem-se por /ph /. (Calvo, 2022, p. 45).

No que cerne às composições indígenas, mesmo tendo sofrido uma forte opressão dos espanhóis para descaracterizá-las, permanecem vivas no seu interior, “a produção artística de este povo é indígena; refiro-me à índole de esta produção, a sua alma, ao que chamaríamos de seu conteúdo

⁹⁶ Wifala ou wiphala: dança tradicional do Ande peruano.

estético” (Arguedas, 1986, p. 19). Conforme destacado pelo autor, as palavras e os temas da poesia quéchua oral foram modificados com o tempo, inclusive com a adição e a supressão de instrumentos musicais. No entanto, o ritmo permanece o mesmo desde os tempos imemoráveis.

A capacidade de criação, a sua relação com a natureza e a métrica dos poemas das comunidades quéchuas

Propomos o estudo da metrificação dos versos nos poemas quéchuas, utilizando um padrão de contagem tipicamente europeu, não por considerar que os poemas quéchuas se tenham baseado neste para sua composição, mas porque é a regra mais usada (contagem francesa) na América Latina e a que talvez se adeque melhor aos poemas quéchuas. Para Altamirano (2023), Arguedas, ao invés de optar por um determinado modelo de mundo de maneira simplista, toma uma posição intermedia, o que Bhabha chama de “terceiro espaço” (1998, p. 67), porque sem renunciar à modernidade nem à cosmovisão andina quéchua, cria um lugar novo para propor uma leitura intercultural. Mendívil (2013) afirma que a gravação e a posterior escrita das canções quéchuas, feitas por Arguedas para a conservação desse material, implicam necessariamente em tomadas de decisões estéticas e ideológicas. Levando em consideração a influência do espanhol, influência também vivenciada por Garcilaso de la Vega, quando diz que “por corrupção espanhola” (1976, p. 8) escrevia de uma certa forma, podemos afirmar que o autor aqui estudado, consciente o inconscientemente, sofreu influência de uma estética europeia.

Para Chociay, a métrica é importante para diferenciar o que está escrito em verso daquilo que apresenta características de outros tipos de composição, “a organização métrica funciona, portanto, como convenção, como um primeiro (não o mais importante, nem o mais necessário) indício de que o que se tem sob os olhos, na leitura, ou nos penetra os ouvidos, na declamação, deva ser poesia e não outra coisa” (1974 p. 02).

A poesia quéchua é fruto de uma criação coletiva, conheça-se ou não o compositor, e costuma exprimir os sentimentos de uma comunidade, num universo de oralidade, “o homem, diretamente ligado aos ciclos naturais, interioriza, sem conceituá-la, sua experiência da história” (Zumthor, 1991, p. 36). De acordo com Sgambatti (2013), o barulho das águas é o

primeiro som identificado pelas culturas indígenas e o corpo do homem é o primeiro instrumento musical com o qual essas têm contato.

O problema da escrita nos poemas quéchuas é que esse meio se restringe a uma percepção solitária. A tradição oral, por outro lado, presta-se a difundir essa poesia por meio da audição pública e coletiva, mas corre o risco de ser perdida no esquecimento. Marchiori (2022) explana que a palavra articulada pela voz é essencialmente uma ordenação de sons dotados de sentido. Nesta perspectiva, a relação entre a poesia – a arte que ordena a palavra – e a música – a arte que ordena o som –, é incontornável. Este fenômeno encontra-se presente nas culturas humanas, desde a antiguidade, vistos o teatro e a poesia lírica na Grécia antiga (em que ambas eram tratadas como uma só arte).

Um texto poético oral (Zumthor, 1991), na medida em que deve ser dito e não escrito, rejeita, mais que o texto escrito, qualquer análise. Sgambatti (2013) entende que uma análise mais detalhada ou técnica o dissociaria de sua função social e do lugar que ele ocupa na comunidade. Para que se crie uma memória coletiva, primeiro, é necessário que haja uma convergência de memórias individuais de sujeitos de uma mesma comunidade. Dessa maneira, um poema cantado se integra a uma tradição coletiva não pela sua escrita, e sim, pela sua oralidade.

Na tradição oral quéchua, há alguns poemas cantados que, como ressalta Arguedas (1941), são intraduzíveis e/ou perderam a sua significação, um exemplo disso é o canto do *jaychaya*⁹⁷:

Jaycharaya
Jaycharayucha
Jaycharayara
Jaycharaya

⁹⁷ *Jaychaya*: canto ritual da colheita de trigo.

Quando o trigo estava pronto para ser colhido, os vizinhos se reuniam para trabalhar (colher) em forma de *Ayni*⁹⁸. O *Ccollana*⁹⁹ era o primeiro a cantar o *jaychaya*, depois, o canto era repetido por todos em coro, sempre em falsete, só depois disso começava-se o trabalho da colheita. De acordo com Arguedas (1941), esse canto só precisa da força da expressão da voz do homem que vivencia uma emoção indizível por estar recebendo um fruto da terra. O canto sai brotando das entranhas dos campos e é levado pelo vento até o céu, a voz do poeta é uma identidade “aquele que traz a presença de um lugar comum, onde cruzam os olhares; aqueles também que resulta de uma convergência dos saberes e de evidência antiga e universal dos sentidos.” (Zumthor, 1991 p. 265). A representação do poema configura-se como a realização simbólica de um desejo para o performer, desejo de uma libertação, de comunhão do sujeito com o cosmos. O canto do *jaychaya*, se alguma vez teve um significado, foi perdido no tempo, ficando a sua performance permeada por um vazio, o qual restringe qualquer análise dos versos e também impossibilita a sua tradução.

Chociay afirma que “o verso metrificado é um corpo silábico que se organiza em função de um conjunto maior – a estrofe – imposto à poesia de fora para dentro. O poeta tem de acomodar o discurso a um esquema pré-estabelecido” (1974, p. 02). Se estabelecermos esse mesmo pensamento às composições quéchuas, estaríamos afirmando que os autores dos poemas contemplados neste estudo – a poesia quéchua oral tem autor anônimo –, num primeiro momento identificaram o metro que deveriam usar para logo acomodar seu discurso, o que é algo sumamente difícil de ser comprovado, uma vez que os poemas quéchuas são orais e vêm de uma tradição anterior à colonização europeia. Por serem de autoria coletiva, esses poemas obedecem a regras singulares e não explicitadas, bastante flexíveis, porque são vivas e se reinventam ao serem repassados de um indivíduo a outro, de uma comunidade a outra, de um adulto para uma criança, inclusive suportando às diversas investidas de uma “cultura

⁹⁸ De herança Inca, sistema de trabalho familiar ou entre membros de um mesmo Ayllu (povoado), consistia na ajuda de trabalhos, como o plantio e colheita, com a condição de que seja retribuída de igual forma quando a necessitem, tradição ainda viva em algumas comunidades do Ande peruano.

⁹⁹ É a pessoa que lidera a colheita.

de origem europeia [que] domina, na maior parte dos povos, o campo do imaginário, tende a lhes impor seus estereótipos, e determina seus possíveis futuros” (Zumthor, 1991, p. 68). Propomos, a seguir, um estudo de dentro para fora, para observar se os versos quéchuas se adequam a algum sistema de contagem (padrão agudo ou grave), levando em consideração que o metro é a extensão de uma linha poética e está marcado por sílabas longas ou tônicas e sílabas átonas entre elas.

A seguir, apresentamos o poema *Cilili Wayta*¹⁰⁰ para mostrar a sucessão das sílabas na cadeia fônica: sílabas fortes ou tônicas e sílabas átonas, divididas neste estudo em fracas e fraquíssimas¹⁰¹. Ressaltamos que a maioria das palavras quéchuas são paroxítonas, com exceção de algumas oxítonas, o que leva o posicionamento da sílaba forte à antepenúltima sílaba.

CILILI WAYTA

1 0 2 1 0 2

Intillay, killallay

2 0 1 0 2 0

ama sak'ewaychu,

1 0 2 0 2 0

karurak'mi rinay

1 0 1 0 2 0

tutayallaymanmi.

2 0 2 0 2 0

Sumak'siwar k'enti,

2 0 1 0 2 0

ama jarkawaychu,

1 0 2 0 0 2 0

mamallaysi maskawan

2 0 0 2 0 2 0 2 0

uñan chinkachik' urpi jina.

0 2 0 0 2 0 2 0

¹⁰⁰ Arguedas (1986, p. 36)

¹⁰¹ Chociay (1974, p.6)

Cilili, cilili wayta,
 1 0 2 0 1 0 2 0
k'awachkankim kay vidayta
 2 0 2 0 1 0 2 0
mayu jina wak'ask'ayta
 2 0 2 0 1 0 2 0
wayra una k'aparispá.

FLOR DE SILILI¹⁰²

Sol meu, lua minha
 não me deixes
 tenho um longo caminho
 tenho medo da sombra.

Deslumbrante beija-flor
 não me detenhas
 minha mãe me procura
 como a rolinha procura seu filhote.

Flor de silili
 você conhece minha vida
 choro como o rio
 grito como o vento¹⁰³.

Foi atribuído à sílaba forte o valor 2, à fraca 1 e à fraquíssima 0, na sucessão de sílabas. Observamos a não congruência sucessiva de sílabas fortes, as quais se encontram separadas por sílabas fracas ou fraquíssimas, “cuja variação define o contorno intensivo de cada verso” (Chociay, 1974, p. 8), o que influencia a entoação e a duração dos mesmos.

O poema apresentado – *cilili wayta* – encontra-se dividido em três estrofes e cada uma das três é formada por um quarteto ou quadra. Em

¹⁰² Arguedas (1986) escreve “cilili”, mas em versões posteriores de outros autores, escrevem-na “silili”, por esse motivo, optamos pela segunda grafia na tradução ao português.

¹⁰³ Tradução nossa.

todos os versos, a sílaba forte se encontra na antepenúltima sílaba, à exceção das palavras do primeiro verso da primeira estrofe que, por serem oxítonas, comportam a sílaba forte na última sílaba.

Neste poema, identificamos as palavras *inti*, sol; *killa*, lua; *k'enti*, beija-flor e *cilili wayta*, flor de silili e as compreendemos como entidades personificadas. No texto, essas personificações são configuradas com a capacidade de escutar e apresentam características relacionadas aos seus respectivos corpos. Na primeira estrofe, o sujeito poético dirige-se ao *inti* e à *killa* – entidades que se complementam com a presença do primeiro durante o dia e a segunda durante a noite – para pedir-lhes que não o deixem só, que sejam a sua companhia e que lhe garantam proteção e luz ao longo do caminho. Estas entidades personificadas atuam, para o sujeito poético, como entidades superiores e, este, pela solidão que vivencia, interpela-os para que atuem como seus progenitores, pai e mãe. Arguedas (1986) divide os cantos quéchuas em três etapas: a fase pré-hispânica; a fase da solidão cósmica e a fase da solidão do indivíduo. Para Arguedas, a última etapa não reflete a qualidade mágica da natureza e também não demonstra a criatividade do homem andino, já que se presta ao individualismo e é movida pelo mercantilismo de gravadoras.

Na segunda estrofe, observamos que o *k'enti* expressa a capacidade de escutar e barrar o avanço do sujeito poético. Podemos compreender que essa ave personificada se vale do seu corpo para reter o sujeito poético ou, pela sua fala, persuade-o para que o sujeito lírico não continue no seu propósito. Na terceira estrofe, nota-se a presença de *cilili wayta*, que tem a capacidade de saber/conhecer os infortúnios do eu poético.

Esse poema expressa os valores da segunda etapa da poesia quéchua – a fase da solidão cósmica – na qual o homem andino se encontra proibido de rezar a seus próprios Deuses ou talvez se sinta abandonado por eles; de servir a seus próprios reis; e de praticar seus próprios costumes. Nesta etapa da poesia quéchua, o indivíduo é representado em desamparo total e só pode recorrer aos elementos da natureza, entidades cósmicas que se encontram num plano superior ao homem, para lhes pedir ajuda, abrigo ou simplesmente companhia, por meio da qual procura estabelecer conexão com o mundo espiritual, a fim de alcançar equilíbrio e paz.

Continuamos nosso estudo com a análise do poema *Ischu Kañask'ay*¹⁰⁴. A principal característica deste poema é o fato de sua performance ser feita em coro e apenas por homens, sem a participação de mulheres e crianças. Para Zumthor, “a mulher se submete a uma ação emblemática, porque seu poder é outro, como é outro o seu corpo” (1991, p. 212). Nesse poema, desenvolvemos a contagem de sílabas de cada verso, considerando a contagem francesa e a espanhola: na primeira, isto é, no padrão agudo, devemos contar apenas até a última sílaba forte de cada verso; na segunda, isto é, no padrão grave, devemos levar em consideração uma sílaba além da última forte de cada verso.

ISCHU KAÑASK'AY

1 2 3 4 5 6 7 8
Ork'opi ischu kañask'ay,
 1 2 3 4 5 6 7 8
k'asapi ischu kañask'ay
 1 2 3 4 5 6 7 8
¡Jinallarak'chus rupachkan
 1 2 3 4 5 6 7 8
jinallarak'chus raurachkan!

1 2 3 4 5 6 7 8
Jinalla raurariptink'a,
 1 2 3 4 5 6 7 8
jinalta rupariptink'a
 1 2 3 4 5 6 7
¡Warma wek'echaykiwan
 1 2 3
challaykuy!
 1 2 3 4 5 6 7
¡Warma wek'echaykiwan
 1 2 3

¹⁰⁴ Arguedas (1986, p. 38)

tasnuyky!

O FOGO QUE ACENDI

O fogo que acendi na montanha
o *ischu*¹⁰⁵ que acendi no cume
estará flamejando
estará ardendo.

Olha como ainda flameja na montanha!
se ainda há fogo, vai lá menina!
com tuas lágrimas puras
apaga o fogo;
chora sobre as chamas
e torna em cinzas com tuas lágrimas puras¹⁰⁶.

Levando em consideração as sílabas fortes, teremos o seguinte esquema:

1 2 3 ④ 5 ⑥ 7 8
1 ② 3 ④ 5 ⑥ 7 8
1 ② 3 ④ 5 ⑥ 7 8
1 2 3 ④ 5 ⑥ 7 8

1 ② 3 4 5 ⑥ 7 8
1 ② 3 4 5 ⑥ 7 8
① 2 3 4 ⑤ 6 7
1 ② 3
① 2 3 4 ⑤ 6 7
1 ② 3

¹⁰⁵ Ischu ou ichu (stipa ichu), planta nativa do altiplano andino.

¹⁰⁶ Tradução nossa.

No padrão grave, o primeiro quarteto é formado por octossílabos. No padrão agudo, no entanto, a estrofe é formada por heptassílabos. O mesmo acontece com os dois primeiros versos da segunda estrofe. O terceiro e o quinto versos da segunda estrofe, entretanto, são heptassílabos e hexassílabos nos padrões grave e agudo, respectivamente. O quarto e quinto versos da segunda estrofe são trissílabos e dissílabos nos padrões grave e agudo, respectivamente.

O poema é composto por dez versos em sua totalidade. Nota-se que do primeiro ao sexto verso há uma recorrência na localização da sílaba forte:

1º	2	-	4	-	7	}
2º	2	-	4	-	7	
3º			4	-	7	
4º			4	-	7	
5º	2				7	
6º	2				7	

A presença de dois esquemas na primeira estrofe, 2-4-7 e 4-7, garante ao poema maior flexibilidade, evitando-se a monotonia (Chociay, 1974). De acordo com o padrão agudo, os seis versos são heptassílabos e mantêm uma simetria em relação à posição da última sílaba forte na sétima sílaba, com o esquema 2-4-7, 4-7 e 2-7.

O esquema dos seguintes versos são:

7º	1	-	6	}
8º			2	
9º			1 - 6	
10º			2	

Há duas séries alternadas entre hexassílabos na 7º e 9º e dissílabos na 8º e 10º, sendo também chamados de versos heterométricos. Essa alternância métrica entre o 7º e o 10º versos e a alternância de esquema entre o 1º e 6º versos garantem uma melhor fluidez ao poema e evita a linearidade ou a monotonia potencialmente articulada caso todos os versos compartilhassem o mesmo número de sílabas e o mesmo esquema.

Destacamos, como já mencionado, que a performance do poema *Ischu Kañask'ay* compete exclusivamente aos homens. Reunidos em um campo aberto ou uma praça, esses sujeitos evocam as letras desse poema¹⁰⁷ em coro. Arguedas (1941) menciona que esse canto é como um lamento dos homens, como se eles tivessem cometido um pecado ao atear fogo ao *ischu* na estepe que queima sem parar, arrasando tudo que se encontra em seu caminho. Os homens livram as mulheres e as crianças de pagarem essa culpa, mas pedem a elas, livres de pecado, para que tentem apaziguar o dano causado com suas lágrimas puras.

Conclusão

Os poemas quéchuas são de natureza oral e não escrita. Graças aos trabalhos realizados por José María Arguedas, com fins de preservação e divulgação de composições quéchuas, podemos, na atualidade, apreciar composições de tempos imemoráveis e tentar entender melhor o convívio entre as sociedades autóctones e a sua relação com a natureza. Observamos que o homem andino está intimamente ligado aos elementos da natureza, como no poema *Cilili wayta*, em que esses elementos são elevados a uma categoria superior ao homem, ou como na canção do *jaychaya*, que pode ser considerada um canto de agradecimento pelo alimento que é colhido da mãe terra. Infelizmente, na atualidade, não observamos o mesmo agradecimento, a mesma comunhão do homem com a natureza, que é explorada em demasia e cujos animais são levados ao desaparecimento em muitos lugares.

Somos cientes de que o quéchua, como língua, sofreu influência do espanhol e que essa influência também é perceptível em sua poesia. Nota-se diversas palavras espanholas quechualizadas nas comunidades do Ande peruano. Arguedas (1986) ressalta, no entanto, que a índole e a alma dessa língua são indígenas.

¹⁰⁷ Zumthor cita a Lorca para falar da “origem mágica das artes das quais o corpo é o instrumento, e que só um desenvolvimento histórico tardio dissociou: dança, música, poesia” (1991, p. 207)

Quanto à métrica, sobretudo no poema *ischu kañask'ay*, observamos uma simetria nos versos, mas não poderíamos dizer que os mesmos metros são registrados em todas as composições quéchuas, como acontece com alguns tipos de composição na Europa, damos como exemplo os poemas épicos caracterizados por serem hexâmetros ou as coplas espanholas que são versos de oito sílabas. A poesia oral do Ande peruano se caracteriza pela sua pluralidade métrica, “tende – porque oral – a escapar da lei e não se curva a fórmulas, senão às mais flexíveis” (Zumthor, 1991, p. 266): ainda que um poema mantenha regularidade métrica em seus versos, outros se individualizam por não manterem nenhuma simetria. Dessa forma, a contagem silábica dos versos não levaria a resultado nenhum.

Referências

ALTAMIRANO, F. Ñausa urpi: el símbolo como recurso figurativo en la composición de las canciones quechuas en la narrativa de José María Arguedas. **La Palabra**, Boyacá, n. 45, p.224-257, 29 de dez. de 2023. <https://doi.org/10.19053/01218530.n45.2023.14619>

AYALA, F. G. P. Pease G. Y. **Nueva crónica y buen gobierno**. Espanha: Biblioteca Ayacucho, 1980.

ARGUEDAS, J. M. **Cantos y Cuentos Quechuas**. Perú: Municipalidad de Lima Metropolitana, Secretaría de Educación y Cultura, 1986.

ARGUEDAS, J. M. **Indios, Mestizos y Señores**. Lima, Horizonte, 1989.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

CHOCIAY, R. **Teoria do verso**. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1974.

GONZALES, M. **Horas de Lucha**. Lima, Mercurio, 1988.

MENDÍVIL, J. **La suerte del tambobambino**: archivos musicales y la biografía social de una canción indígena de los Andes peruanos. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 24, n. 45, p. 9-36. 2022.

ZUMTHOR, P. **Introducción a la poesía oral**. Madrid, Taurus, 1991.

VEGA, G. I. **Comentarios reales de los Incas**. Espanha: Biblioteca Ayacucho, 1985.

EDITORA
phillos.
ACADEMY

www.phillosacademy.com